

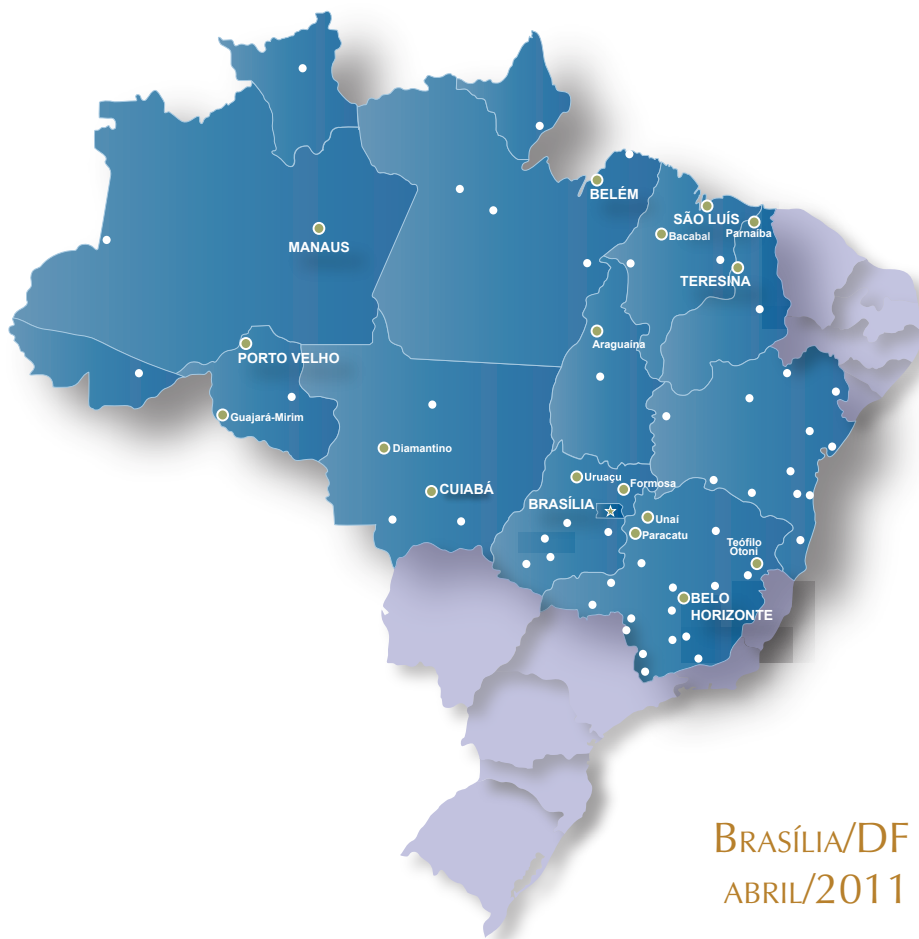


# Relatório de Atividades do TRF 1ª Região – 2010





# Relatório de Atividades do TRF 1ª Região – 2010



BRASÍLIA/DF  
ABRIL/2011

#### **Elaboração/Redação**

Diretoria-Geral da Secretaria – DIGES  
Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional – CENAG

#### **Produção editorial**

Divisão de Produção Editorial – DIEDI

#### **Impressão e acabamento gráfico**

Divisão de Serviços Gráficos – DIGRA

#### **Coordenação geral**

Felipe dos Santos Jacinto

#### **Coordenação técnica e de edição**

Wânia Marítiça Araújo Vieira

#### **Coordenação de produção editorial**

Lucimar Nunes de Melo

#### **Consolidação geral e revisão de conteúdo**

Lúcia Beatriz de Mendonça de Sá  
Maria Carolina de Souza Ribeiro  
Mariana Gomide Madruga  
Wânia Marítiça Araújo Vieira

#### **Consolidação e redação de textos**

Carlos Roberto de Jesus Domingues  
Gustavus Adrianus de Faria Von Söhsten  
Lúcia Beatriz de Mendonça de Sá  
Maria Carolina de Souza Ribeiro  
Mariana Gomide Madruga  
Redivaldo Dias Barbosa  
Wânia Marítiça Araújo Vieira

#### **Dados e informações**

Unidades do TRF 1ª Região  
*Primeira Região em revista*

#### **Coordenação e supervisão da revisão**

Edelweiss de Moraes Mafra

#### **Revisão e controle de texto**

Edelweiss de Moraes Mafra  
Evanildes Carvalho Amorim  
Maria Benáurea Santos

#### **Projeto gráfico**

Renata Guimarães Leitão

#### **Editoração eletrônica**

Nathália Louise Correia de Lima  
Renata Guimarães Leitão

#### **Capa**

Mapa de jurisdição da 1ª Região, com destaque para  
as varas federais instaladas em 2010

#### **Confecção da capa**

Isabella Barbosa Silva (estagiária)  
Nathália Louise Correia de Lima (estagiária)

#### **Gráficos**

André Sampaio  
Renata Guimarães Leitão

#### **Apoio**

Geraldo Martins  
Gustavo Braga Beltrão (prestador de serviço)  
Robson Taylor de Barros

#### **Confecção de chapas CTP**

Ryobi gráfica e editora

---

341.4192      Brasil. Tribunal Regional Federal (Região, 1) (TRF1)

Relatório de atividades do TRF 1ª Região : 2010  
/Tribunal Regional Federal da 1ª Região. -- Brasília:  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região, 2011.

xxxiv, 316 p.; il.

1. Relatório I. Tribunal Regional Federal (Região, 1)

---

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca e Acervo Documental do TRF 1ª Região.

---

# COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

---



OLINDO MENEZES  
PRESIDENTE



JOSÉ AMILCAR MACHADO  
VICE-PRESIDENTE



CÂNDIDO RIBEIRO  
CORREGEDOR REGIONAL



TOURINHO NETO



CATÃO ALVES



ASSUSETE MAGALHÃES



JIRAIR ARAM MEGUERIAN



MÁRIO CÉSAR RIBEIRO



TOLENTINO AMARAL



HILTON QUEIROZ



CARLOS MOREIRA ALVES



ÍTALO MENDES



CARLOS OLAVO



DANIEL PAES RIBEIRO



JOÃO BATISTA MOREIRA



SOUZA PRUDENTE



SELENE DE ALMEIDA



FAGUNDES DE DEUS



MARIA ISABEL DINIZ GALLOTTI  
RODRIGUES – ATÉ 09/08/2010



MARIA DO CARMO  
CARDOSO



LEOMAR AMORIM



NEUZA ALVES



FRANCISCO DE ASSIS BETTI



REYNALDO FONSECA



ÂNGELA CATÃO



MÔNICA SIFUENTES

## PLENÁRIO

DESEMBARGADOR	FEDERAL OLINDO MENEZES – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR	FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO – VICE-PRESIDENTE
DESEMBARGADOR	FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO – CORREGEDOR REGIONAL
DESEMBARGADOR	FEDERAL TOURINHO NETO
DESEMBARGADOR	FEDERAL CATÃO ALVES
DESEMBARGADORA	FEDERAL ASSUSETE MAGALHÃES
DESEMBARGADOR	FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN
DESEMBARGADOR	FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO
DESEMBARGADOR	FEDERAL TOLENTINO AMARAL
DESEMBARGADOR	FEDERAL HILTON QUEIROZ
DESEMBARGADOR	FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES
DESEMBARGADOR	FEDERAL ÍTALO MENDES
DESEMBARGADOR	FEDERAL CARLOS OLAVO
DESEMBARGADOR	FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
DESEMBARGADOR	FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA
DESEMBARGADOR	FEDERAL SOUZA PRUDENTE
DESEMBARGADORA	FEDERAL SELENE ALMEIDA
DESEMBARGADOR	FEDERAL FAGUNDES DE DEUS
DESEMBARGADORA	FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
DESEMBARGADOR	FEDERAL LEOMAR AMORIM
DESEMBARGADORA	FEDERAL NEUZA ALVES
DESEMBARGADOR	FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI
DESEMBARGADOR	FEDERAL REYNALDO FONSECA
DESEMBARGADORA	FEDERAL ÂNGELA CATÃO
DESEMBARGADORA	FEDERAL MÔNICA SIFUENTES

- Ato/Presi/Asmag 266 de 10/02/2011.



## CORTE ESPECIAL

DESEMBARGADOR	FEDERAL OLINDO MENEZES – PRESIDENTE
DESEMBARGADOR	FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO – VICE-PRESIDENTE
DESEMBARGADOR	FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO – CORREGEDOR REGIONAL
DESEMBARGADOR	FEDERAL TOURINHO NETO
DESEMBARGADOR	FEDERAL CATÃO ALVES
DESEMBARGADORA	FEDERAL ASSUSETE MAGALHÃES
DESEMBARGADOR	FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN
DESEMBARGADOR	FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO
DESEMBARGADOR	FEDERAL TOLENTINO AMARAL
DESEMBARGADOR	FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES
DESEMBARGADOR	FEDERAL ÍTALO MENDES
DESEMBARGADOR	FEDERAL CARLOS OLAVO
DESEMBARGADOR	FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO
DESEMBARGADORA	FEDERAL SELENE ALMEIDA
DESEMBARGADOR	FEDERAL FAGUNDES DE DEUS
DESEMBARGADORA	FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO
DESEMBARGADOR	FEDERAL LEOMAR AMORIM
DESEMBARGADORA	FEDERAL MÔNICA SIFUENTES

- Ato/Presi/Asmag 266 de 10/02/2011.

## PRIMEIRA SEÇÃO

DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA ALVES – PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI

DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO

DESEMBARGADORA FEDERAL MÔNICA SIFUENTES

## PRIMEIRA TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO – PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL (cargo vago em decorrência do quinto constitucional – OAB)

DESEMBARGADOR FEDERAL (cargo vago em decorrência do quinto constitucional – MPF)

## SEGUNDA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI – PRESIDENTE

DESEMBARGADORA FEDERAL NEUZA ALVES

DESEMBARGADORA FEDERAL MÔNICA SIFUENTES

- Ato/Presi/Asmag 266 de 10/02/2011.

## SEGUNDA SEÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO MENDES  
DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO  
DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO  
DESEMBARGADORA FEDERAL ASSUSETE MAGALHÃES  
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO

## TERCEIRA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO – PRESIDENTE  
DESEMBARGADORA FEDERAL ASSUSETE MAGALHÃES  
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO

## QUARTA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ  
DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO MENDES

- Ato/Presi/Asmag 266 de 10/02/2011.

## TERCEIRA SEÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO – PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA

DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE ALMEIDA

DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES

DESEMBARGADORA FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN

## QUINTA TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE ALMEIDA – PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS

DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA

## SEXTA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES – PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN

- Ato/Presi/Asmag 266 de 10/02/2011.

## QUARTA SEÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL TOLENTINO AMARAL – PRESIDENTE

DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO

DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR AMORIM

DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES

DESEMBARGADOR FEDERAL REYNALDO FONSECA

DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

## SÉTIMA TURMA

DESEMBARGADOR FEDERAL TOLENTINO AMARAL – PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES

DESEMBARGADOR FEDERAL REYNALDO FONSECA

## OITAVA TURMA

DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO – PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR AMORIM

DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

- Ato/Presi/Asmag 266 de 10/02/2011.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES – PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO – VICE-PRESIDENTE  
DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO – CORREGEDOR REGIONAL  
DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO  
DESEMBARGADORA FEDERAL ASSUSETE MAGALHÃES  
DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN  
DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO  
DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO  
DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO

- Ato/Presi/Asmag 266 de 10/02/2011.

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE REGIMENTO

DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO – PRESIDENTE  
 DESEMBARGADOR FEDERAL REYNALDO FONSECA – EFETIVO  
 DESEMBARGADORA FEDERAL MÔNICA SIFUENTES – EFETIVO  
 DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO – SUPLENTE

- Portaria/Presi/Cenag 325 de 18/08/2010.

### COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO – PRESIDENTE  
 DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO – EFETIVO  
 DESEMBARGADORA FEDERAL MÔNICA SIFUENTES – EFETIVO  
 DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI – SUPLENTE

- Portaria/Presi/Cenag 171 de 23/04/2010.

### COMISSÃO DE PROMOÇÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO – PRESIDENTE  
 DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO  
 DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI  
 DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO  
 DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO  
 DESEMBARGADOR FEDERAL SELENE ALMEIDA  
 DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES  
 DESEMBARGADOR FEDERAL TOLENTINO AMARAL  
 DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO

- Art. 77, § 2º, do *Regimento Interno* do TRF 1ª Região e Ato Presi/Asmag 266 de 10/02/2011.

### COMISSÃO DE ACERVO JURÍDICO

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES – PRESIDENTE  
 DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO – EFETIVO  
 DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS – EFETIVO  
 DIRETORA DA DIVISÃO DE BIBLIOTECA E ACERVO DOCUMENTAL – MÁRCIA MAZO SANTOS – SECRETÁRIA

- Portaria/Presi/Cenag 172 de 23/04/2010.

## COMISSÃO TEMPORÁRIA

### COMISSÃO EXAMINADORA DO XIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 1ª REGIÃO

DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES – PRESIDENTE

#### MEMBROS EFETIVOS

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO

DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE

ADVOGADO RAUL LIVINO VENTIM DE AZEVEDO, REPRESENTANTE DO CONSELHO FEDERAL DA OAB

TARCÍSIO VIEIRA DE CARVALHO NETO, REPRESENTANTE DA UNB

#### MEMBROS SUPLENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL REYNALDO FONSECA

DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL DINIZ GALLOTTI RODRIGUES

ADVOGADO CLEBER LOPES DE OLIVEIRA, REPRESENTANTE DO CONSELHO FEDERAL DA OAB

PROFESSOR VALCIR GASSEN, REPRESENTANTE DA UNB

- Portaria/Presi 1104-217 de 29/06/2009, alterada pela Portaria/Presi 1104-14 de 18/01/2010.



## ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA 1ª REGIÃO – ESMAF

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES – DIRETOR

DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO MENDES – VICE-DIRETOR

- Portaria/Presi/Asmag 356 de 06/09/2010.

## GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL DIRETOR DA REVISTA

DESEMBARGADOR FEDERAL ÍTALO MENDES – DIRETOR

- Portaria/Presi 410 de 26/10/2010.

## COORDENAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS – COJEF

DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO – COORDENADOR

- Portaria/Presi 1104-334 de 22/10/2009.

## CONSELHO DO COLAR E DA MEDALHA DO MÉRITO JUDICIÁRIO MINISTRO NELSON HUNGRIA

### CHANCELER

DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES

### MEMBROS

DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO – VICE-PRESIDENTE

DESEMBARGADOR FEDERAL CÂNDIDO RIBEIRO – CORREGEDOR REGIONAL

DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ

DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES

### SECRETÁRIA

JULIANA BEZERRA ESPÍNDOLA MOREIRA

- Resolução 23 de 17/12/1990, alterada pela Resolução 17 de 06/09/2002 e decisão da Corte Especial Administrativa, realizada em 13/05/2010, nos autos do Processo Administrativo 1.942/2007-TRF1.

## CONSELHO DELIBERATIVO DO PRO-SOCIAL

### **PRESIDENTE**

DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES

### **REPRESENTANTE DOS MAGISTRADOS**

DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO

### **DIRETOR-GERAL**

FELIPE DOS SANTOS JACINTO

### **DIRETOR DA SECBE**

MARCOS DE OLIVEIRA DIAS

### **DIRETORA DA SECOI**

IONICE DE PAULA RIBEIRO

### **REPRESENTANTE DOS SERVIDORES**

ELIANE DO SOCORRO ALVES DA SILVA

- Portaria/Presi 1104-176 de 03/06/2009 e art. 2º do *Regimento Interno do Conselho Deliberativo do Pro-Social*.

## SECRETARIA DO TRIBUNAL

### DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA – DIGES

FELIPE DOS SANTOS JACINTO

### CENTRO DE ESTUDOS E APOIO À GESTÃO ORGANIZACIONAL – CENAG

WÂNIA MARÍÇA ARAÚJO VIEIRA

### SECRETARIA JUDICIÁRIA – SECJU

RICARDO PAULO TOMAZ

### SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO – SECOR

CARLOS FREDERICO MAIA BEZERRA

### SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS – SECRE

RUTH MARIA CRUZ VAZ

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECAD

RUITER ROBERTO RAMOS

### SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SECIN

MÁRCIO CRUZ DE SOUZA

### SECRETARIA DE BEM-ESTAR SOCIAL – SECBE

MARCOS DE OLIVEIRA DIAS

## APRESENTAÇÃO

Excelentíssimos senhores desembargadores federais, senhores juízes federais, senhores servidores,

Em cumprimento ao disposto no artigo 21, inciso XLIII, do *Regimento Interno*, apresento o relatório circunstanciado dos trabalhos efetuados no ano de 2010, bem como os mapas dos julgados desta Corte.

Além do dever regimental, este relatório é uma oportunidade para demonstrar o cumprimento dos objetivos e metas traçados e registrar as muitas realizações ao longo desse primeiro ano de gestão.

Faço-o com satisfação, pois esses resultados proveem do trabalho e da dedicação de todos os que atuam diuturnamente nesta Corte, em especial dos magistrados e servidores, sem esquecer a valiosa colaboração dos prestadores de serviço e estagiários.

No início de minha gestão como presidente desta Casa, ao deparar-me com as inúmeras atividades de representação do Tribunal, com a amplitude e a complexidade da gestão administrativa, eu, que já fora corregedor e conhecia de perto a vastidão jurisdicional da 1ª Região, pude mensurar o enorme desafio que me esperava no dia a dia da administração.

Mas o homem é um ser adaptável, capaz de se amoldar e de se superar. Assim é que empreendi todos os esforços para tornar a 1ª Região melhor, sempre com o total e irrestrito apoio de meus pares e do corpo funcional.

Registro que 2010 foi um ano importante na vida do Tribunal. Além da mudança de gestão — assumi a Presidência desta Casa, tendo a parceria do desembargador federal José Amilcar Machado na Vice-Presidência e do desembargador federal Cândido Ribeiro na Corregedoria Regional —, esta Corte foi distinguida com a indicação de um de seus membros, a desembargadora federal Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues, para o cargo de ministra do Superior Tribunal de Justiça, a qual foi empossada no dia 10 de agosto. Além disso, passamos a contar com um novo membro, a desembargadora federal Mônica Sifuentes, empossada no dia 18 de março, em vaga decorrente da aposentadoria do desembargador federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves.

Antecipando o relato dos trabalhos e atividades desenvolvidas pelas diversas unidades que compõem este Tribunal, destaco alguns fatos relevantes, que marcaram o exercício de 2010.

Dentro da nova realidade trazida pelos preceitos constitucionais, buscou-se unir anseios, esforços e experiências da 1ª Região às diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, de maneira a fomentar um ambiente de colaboração e de crescente produtividade e qualidade jurisdicional e administrativa.

Entre os múltiplos desafios enfrentados nesse início de gestão, foram concentrados grandes esforços para dar continuidade às importantes iniciativas dos presidentes que me antecederam na administração desta Corte, buscando responder, com eficácia, aos anseios dos jurisdicionados, instalar as varas criadas pela Lei 12.011/2009, implementar efetivamente o processo digital e retomar a obra da nova sede do Tribunal.

Nosso grande regramento, o *Regimento Interno do Tribunal*, foi completamente revisado em 2010, nos termos da Emenda Regimental 7, sob a coordenação do desembargador federal Tourinho Neto, presidente da Comissão de Regimento, também integrada pelos excelentíssimos desembargadores federais Reynaldo Fonseca e Mônica Sifuentes, tendo a desembargadora federal Ângela Catão como suplente. Essa revisão contemplou o ajustamento à legislação processual vigente e aos atos normativos dos conselhos superiores, bem como a revisão das competências das seções, com a consequente redução de conflitos de competência.

No âmbito dos Juizados Especiais Federais, uma série de iniciativas foi adotada, com vistas a superar ou minimizar as graves dificuldades enfrentadas em algumas varas de JEFs e Turmas Recursais. O ano de 2010 registrou intensa movimentação nesse segmento, com a atualização do *Regimento Interno das Turmas Recursais e dos Juizados Especiais Federais*; criação do banco de julgados dos JEFs; a instituição de mutirão de sentenças a distância, que contou com a participação voluntária de 40 magistrados; a realização de mutirão com servidores aposentados e de sessões extraordinárias das Turmas Recursais.

Hoje a expressiva maioria dos processos dos Juizados Especiais Federais é virtual. Em continuidade à estratégia adotada pela Cojef para o biênio 2009-2010, de diminuir o acervo processual nos Juizados Especiais Federais, parte da dotação orçamentária destinada aos Juizados itinerantes foi remanejada para efetuar mutirões. A realização de mutirões de julgamento foi ampliada em 2010, tendo sido realizados também nos juizados de Uberaba, Passos, Juiz de Fora, Montes Claros, Uberlândia, Aparecida de Goiânia, Anápolis, Imperatriz, Parnaíba, Paulo Afonso, São Luís, Belém, Castanhal, Marabá e Distrito Federal.

A programação itinerante abrangeu 7 Itinerantes e demandou cerca de 450 mil reais, tendo contemplado os estados do Amazonas, Bahia, Goiás, Rondônia, Tocantins e Pará. Também foi finalizado o itinerante em Laranjal do Jari e Vitória do Jari, no estado da Amapá, que tiveram as fases de divulgação e atermção realizadas em 2009.

Há muitos anos, o Judiciário rendeu-se aos benefícios da conciliação, prática consolidada entre os operadores jurídicos e entre os próprios jurisdicionados.

Em 2010, a 1ª Região destacou-se na Semana Nacional da Conciliação, promovida pelo CNJ, alcançando o 6º lugar no *ranking* do país, entre os 10 maiores em número de acordos firmados, com o total de 6.578, correspondente a 66% das audiências realizadas, com destaque para os mutirões dos JEFs no estado do Pará.

A 1ª Região registrou ainda o melhor desempenho no número de acordos celebrados no âmbito dos tribunais regionais federais e dos tribunais regionais do trabalho. O destaque foram as matérias previdenciárias.

Os mutirões de conciliação da 1ª Região contaram com a participação de 20 juízes federais, dezenas de servidores e mais de 300 voluntários e resultaram no pagamento de benefícios no montante aproximado de 15 milhões de reais e na homologação de acordos em valor total superior a 35 milhões de reais.

A Escola de Magistratura Federal da 1ª Região – Esmaf, além da organização de cursos, conferências e seminários, promoveu diversas atividades e encontros voltados ao aprimoramento institucional e à definição de políticas e metodologias para seleção, formação, aperfeiçoamento e especialização dos juízes federais, entre os quais: Curso de Formação de Multiplicadores em Mediação e Técnicas Autocompositivas, II Jornada de Direito Processual Penal, II Encontro de Juízes Federais da Bahia, I Jornada de Direito Eleitoral, II Jornada de Direito Processual Civil e ainda o lançamento da Coleção Jornada de Estudos da Esmaf.

A *Revista do Tribunal*, que divulga a jurisprudência da Corte, das Turmas Recursais e da Turma Nacional de Uniformização, além de outras matérias de interesse geral, passou, em 2010, a ser veiculada também em formato eletrônico na internet, além de ter sofrido modificações, inclusive de leiaute, com vistas a propiciar leveza e leitura mais agradável.

No final do ano, em novembro, foi lançado o Projeto mutirão “Judiciário em dia”, em parceria com o CJN e com o CJF, por meio de convênio que busca agilizar o julgamento dos processos autuados na 1ª Região até 2006 e abrangidos pela Meta 2, do CNJ. Esse projeto reafirma o propósito da Administração da Corte de cumprir o princípio constitucional da razoável duração do processo e de buscar soluções para tornar possível o julgamento das causas. Para tanto, contamos com o imprescindível apoio dos desembargadores federais para presidirem as sessões e cederem pessoal e espaço, como também com o inestimável trabalho de 14 juízes federais convocados para compor 7 Turmas Suplementares.

Em propósito semelhante, após os trabalhos de Correição Geral Ordinária na Seccional do Distrito Federal, a Corregedoria Regional patrocinou esforço concentrado para prolação de sentenças em algumas varas da Seccional, tendo selecionado 13 juízes federais substitutos lotados em outras seccionais, que receberam processos em suas varas de origem, por malote. O prazo de julgamento foi definido em 60 dias, a contar de 10/01/2011.

No tocante ao julgamento de processos, ou seja, à própria razão de ser desta Corte, a conjuntura exige medidas enérgicas, tendo em vista o volume de processos que adentraram o Tribunal em 2010, além dos que se encontram em tramitação.

Durante o ano, foram distribuídos no Tribunal 109.807 feitos, tendo sido julgados 112.197. Apesar do denodado esforço dos desembargadores federais, chegamos ao final de 2010 com um acervo de 344.522 feitos em tramitação.

Na 1ª Instância, foram distribuídos às varas 322.444 feitos; aos juizados 364.154 e às Turmas Recursais dos JEFs 93.495, totalizando a distribuição de 780.093 feitos. Quanto ao julgamento, houve, respectivamente, 168.056, 354.637 e 87.510 feitos julgados, no total de 610.203. No tocante ao acervo em tramitação, foram contabilizados nas varas 1.217.607 feitos, nos juizados 669.331 e nas Turmas Recursais 194.177, no total de 2.081.115.

No que tange aos recursos especiais e extraordinários, durante o ano, a Presidência proferiu decisões e despachos em 14.998 processos. Na Presidência, foram atribuídos 14.620 processos e, ao findar 2010, haviam sido baixados e publicados 13.269, o que representou 91% do acervo recebido.

Para melhor conhecer a realidade e as necessidades de cada setor e para alocação adequada dos recursos disponíveis, a Secretaria Judiciária e a Secretaria de Tecnologia da Informação mantiveram um grupo de servidores das áreas de projeto, desenvolvimento de sistemas e atendimento aos usuários em visitas regulares às coordenadorias processantes da Secju.

A partir desse trabalho, foram levantadas as dificuldades e identificadas as questões de maior relevância, as quais orientaram manutenções, bem como o aperfeiçoamento e o desenvolvimento do sistema processual, entre elas, a padronização nos procedimentos de juntada de petições e de vista nos autos digitais e a revisão das ferramentas de edição de textos e de envio eletrônico de documentos.

Buscando eliminar gargalos, ou mesmo atualizar serviços em suas unidades, a Secretaria Judiciária realizou os mutirões de distribuição na Coordenadoria de Registros e Informações Processuais – Corip e de processamento na Coordenadoria de Recursos – Corec. Essas iniciativas contaram com ampla participação de servidores de outras unidades.

Na taquigrafia, a meta, há muito perseguida, de se entregarem os trabalhos taquigráficos no mesmo dia da sessão de julgamento, foi atingida. Após extenso trabalho para a completa digitalização e arquivamento eletrônico dos documentos produzidos pela área, as atividades passaram a ser realizadas exclusivamente com documentos em meio eletrônico.

A virtualização processual, capitaneada no Tribunal pelo Projeto Processo Digital da 1ª Região – e-Jur, após os preparativos organizados em 2009, foi implementada no início do ano, tendo como marco o dia 13 de janeiro, quando foi realizada a distribuição do primeiro processo digital do Tribunal.

O sistema permite a visualização e o gerenciamento de processos e recursos, dos atos de secretaria e das decisões em meio digital. No decorrer do ano, essa solução foi implantada em todos os 24 gabinetes de desembargadores federais do Tribunal e nas Seções Judiciárias do Distrito Federal (17 varas cíveis) e de Goiânia (10 varas) e na Subseção Judiciária de Uberlândia (3 varas de competência plena mais o juizado especial federal destacado).

A atualização e ampliação do parque tecnológico são condições essenciais ao funcionamento dos serviços e prioridade permanente desta Corte. Neste segmento, em 2010, foram realizados investimentos maciços, da ordem de 7,2 milhões de reais, sendo que 76% das aquisições foram destinadas à



1ª Instância, que recebeu milhares de microcomputadores e impressoras, além de equipamentos que garantiram às subseções maior autonomia no processamento de dados.

Tais equipamentos, além de conferir maior rapidez, qualidade e eficiência à realização dos serviços, serão fundamentais aos projetos de virtualização da 1ª Região.

Ao lado das medidas voltadas à virtualização, outras foram adotadas com o intuito de aprimorar a prestação jurisdicional, como a criação das centrais de mandados nas subseções judiciárias com duas ou mais varas.

Considerando o relevante papel da internet e da intranet no dia a dia corporativo, o Tribunal buscou facilitar e aprimorar a utilização dessas ferramentas, tendo realizado estudos ao longo de 2010 e adotado várias medidas direcionadas ao aperfeiçoamento das páginas eletrônicas, que terão sua estrutura e leiaute remodelados para o novo Portal do TRF 1ª Região, que será implantado em 2011.

Tendo na virtualização uma eficaz ferramenta para o aprimoramento das atividades, a Assessoria da Magistratura integrou-se à página eletrônica do Tribunal, o que possibilitou acesso às informações eletronicamente e em tempo real. Passou a utilizar novas ferramentas de trabalho, que permitiram a eleição eletrônica de magistrados, a disponibilização da lista de antiguidade, o relatório de lotação atual *online*, afastamentos, sistema automático de promoção e remoção, marcação e alteração de férias eletronicamente, entre outras providências que foram adotadas para melhorar os serviços da área relativos aos magistrados.

As obras de construção da nova sede do Tribunal, após os inúmeros problemas com as empresas contratadas e com a execução dos serviços, ganharão força total já no início de 2011, tendo em vista a conclusão da licitação da nova empresa, no final de 2010, para a execução da terceira fase da obra.

Atento às necessidades do TRF 1ª Região e ao acordo firmado com o Tribunal Superior Eleitoral – TSE, o Tribunal reafirmou a intenção e a grande necessidade de ocupar o atual edifício sede do TSE, quando da mudança desse órgão para sua nova sede em 2011. A ocupação do referido prédio decorre de permuta com o TSE, que recebeu o terreno originalmente destinado à construção de edifício para abrigar a Justiça Federal do DF, localizado no Setor de Administração Federal Sul.

No âmbito da 1ª Instância, foram concluídas as novas sedes das subseções de Imperatriz/MA, Montes Claros/MG, Itabuna/BA, Rondonópolis/MT e Teófilo Otoni/MG, bem como a reforma do edifício sede da Justiça Federal em Paulo Afonso/BA e a construção do edifício anexo da Justiça Federal em Manaus/AM.

Outras construções, no ano de 2010, tiveram andamento ou projetos aprovados para dotar as seções e subseções de instalações adequadas, como em São Sebastião do Paraíso/MG, Passos/MG, Juiz de Fora/MG, Paulo Afonso/BA, Guanambi/BA, Barreiras/BA, Jequié/BA, Feira de Santana/BA, Vitória da Conquista/BA, Campo Formoso/BA, Marabá/PA, São Luís/MA, Rondonópolis/MT, Boa Vista/RR, Macapá/AP, Palmas/TO, Cáceres/MT, Rondonópolis/MT e São Luís/MA.

O advento da Lei 12.011/2009 trouxe novos desafios à 1ª Região, que receberá, até 2014, 94 novas varas federais, a maioria das quais no interior. Em 2010, foi iniciada a implementação do ca-

lendarário previsto pelo CJF para funcionamento das novas unidades jurisdicionais, com a instalação e inauguração de 19 varas, sendo 10 em novas subseções. As inúmeras providências logísticas e tecnológicas requeridas para a instalação dessas unidades foram superadas, uma a uma, pelas seccionais, com o integral apoio do Tribunal. As demais varas serão instaladas gradativamente, estando previstas 19 instalações em 2011, 19 em 2012, 19 em 2013 e 18 em 2014.

Ciente de que administrar é, sobretudo, atuar em equipe e agregar esforços em prol de objetivos comuns, foi desenvolvido incessante trabalho junto ao Conselho da Justiça Federal para ampliar o quadro de magistrados e servidores do Tribunal e das seções e subseções judiciárias, inclusive na área administrativa.

Os estudos e gestões resultaram em projeto de lei lançado pelo CJF para criar novas Turmas Recursais dos JEFs em todas as regiões federais, com significativo reforço para a 1ª Região. Quanto à ampliação da composição do Tribunal, o TRF 1ª Região apresentou estudos ao CJF para ampliação da composição para 57 membros. Para estudar o assunto e propor a melhor solução para os TRFs, aquele colegiado pretende instituir, em 2011, comissão de desembargadores federais. O reforço da área administrativa da 1ª e da 2ª Instâncias ainda aguarda posicionamento daquele órgão, apesar da gravidade da situação.

A Secretaria de Administração, além de atender às demandas do Tribunal decorrentes da aquisição e contratação de materiais e serviços, controle patrimonial, segurança e vigilância, execução financeira e comunicações administrativas, prestou grande apoio às seções e subseções judiciárias no acompanhamento e fiscalização de obras, concluídas ou em andamento.

Por meio da Secretaria de Controle Interno, buscou-se aprimorar a uniformização de procedimentos da 1ª Região e seguir a atualização do próprio conceito da atividade, que passou de mero fiscalizador de atos já ocorridos a gestor de ações preventivas e corretivas. Tal controle preventivo tem sido instrumento auxiliar da gestão, permitindo que a tomada de decisões seja amparada na racionalidade ao aplicar os recursos públicos; na legalidade e legitimidade dos atos; na adequação dos registros e no controle do patrimônio público.

Foi dada continuidade ao XIII Concurso Público para Juiz Federal Substituto da 1ª Região, que será concluído no início de 2011, de forma que todas as unidades jurisdicionais do interior contem com, pelo menos, um magistrado nelas lotado.

Foi iniciado o V Concurso Público para o TRF 1ª Região, cujas provas serão realizadas em março de 2011, e que, a exemplo do concurso para a magistratura, garantirá o preenchimento dos quadros criados nas subseções.

No tocante à gestão de pessoas, a área de recursos humanos deu início à implantação de gestão participativa, preparando lideranças e desenvolvendo competências estratégicas.

Na busca do aprimoramento funcional, a Unicorp, em parceira com a Ascom, iniciou a produção de videoaulas. Além da economia de recursos, essa iniciativa objetiva capacitar e especializar os servidores de toda a 1ª Região, dos mais longínquos municípios às capitais, simultaneamente, utili-

zando o mesmo professor e a infraestrutura do sistema de videoconferências existente, o que permite a utilização de métodos didáticos mais atrativos, a exemplo do que vem sendo realizado na iniciativa privada.

Dentro da política de valorização humana, em 2010, foram desenvolvidos estudos para a realização dos exames periódicos e preventivos de saúde em magistrados e servidores, para implementação do auxílio- medicamentos, criação de comitê técnico multiprofissional de saúde ocupacional, tratamento fora do domicílio, entre outros, alguns dos quais convertidos em normas. Foi preparada a atualização do Regulamento Geral do Pro-Social, com vistas a melhorar o atendimento aos beneficiários, cuja apreciação final deverá ocorrer no início de 2011.

Resta enfatizar que todas essas realizações ocorreram em cenário de extrema escassez orçamentária, que somente foi contornada graças à irrepreensível gestão, por parte da Secretaria do Tribunal, dos recursos destinados ao Tribunal e à 1ª Instância e ao empenho na busca de novos meios para o financiamento dessa enorme máquina que é a 1ª Região.

Para o funcionamento do Tribunal, das seções e subseções judiciárias, a 1ª Região recebeu provisão orçamentária de cerca de 1 bilhão e 900 milhões, excluídos os valores relativos aos precatórios e requisições de pequeno valor. Desse montante, cerca de 1 bilhão e 400 milhões foram descentralizados para as seccionais.

Vislumbrando a melhoria de procedimentos e verificação das situações que podem aprimorar a economicidade, eficácia, eficiência e efetividade da gestão pública, em 2010, foi iniciado o projeto do Sistema de Informações Gerenciais de Custos, voltado à apuração dos custos de todas as ações desenvolvidas decorrentes da execução orçamentária e à geração de informações gerenciais, com vistas a apoiar o planejamento e a tomada de decisões.

Seguindo esse mesmo caminho, foram iniciadas ações para aprimorar o Sistema de Controle da Execução Orçamentária – CEO, visando gerenciar melhor e mais celeremente as informações, abrangendo os dados das seccionais.

No exercício de 2010, foram processados e pagos 24.807 precatórios e 220.767 requisições de pequeno valor – RPVs de responsabilidade da União, estados, municípios e respectivas entidades. Para tanto, foram destinados recursos que superaram 3 bilhões e 600 milhões de reais. Registre-se que, desde 2009, as requisições de pagamento originárias das varas federais vinculadas à 1ª Região são todas expedidas eletronicamente, com certificação digital do juiz requisitante.

No início de 2010, alguns valores relativos a exercícios anteriores foram pagos, entre eles, adicional de tempo de serviço, substituição, serviços extraordinários e progressões funcionais. Todavia, a conclusão dos pagamentos está condicionada ao cumprimento da Resolução CJF 106 de 26/05/2010, que definiu novos critérios para o reconhecimento administrativo, apuração de valores e pagamento de dívidas de exercícios anteriores — passivos — a magistrados e servidores. A dotação descentralizada em dezembro foi inscrita em restos a pagar para pagamento em 2011, quando forem atendidas as exigências da Resolução.

Dos passivos existentes, foram pagos o adicional de tempo de serviço dos magistrados, juros dos 11,98% e parte da parcela autônoma de equivalência dos magistrados.

Os informativos diário e mensal do Tribunal, em todas as suas variações, receberam, em 2010, a denominação “Primeira Região”, o que possibilita a identificação imediata pelo público da origem das publicações, além de traduzir o objetivo de integrar o Tribunal, às seccionais e subseções da 1ª Região.

Além da mudança estrutural, essas publicações passaram a ser encaminhadas a todos os *e-mails* do Tribunal, tendo atingido um total de 3.000 pessoas. A distribuição eletrônica visa criar a cultura digital no público-leitor, facilitando o acesso à informação, trazendo comodidade e reduzindo os custos com impressão, já que o formato papel é afixado apenas em locais estrategicamente definidos, em que haja grande circulação de pessoas.

A equipe da Assessoria de Comunicação, que produz o programa Via Legal, mais uma vez, foi reconhecida por sua destacada atuação, tendo recebido, em janeiro de 2010, o 1º lugar no Prêmio Nacional de Jornalismo da Associação dos Magistrados Brasileiros, na categoria Nacional TV, com as matérias “Raposa Serra do Sol I e II”.

Ao concluir, quero agradecer a todos os meus colegas, desembargadores federais membros desta Casa, membros da Corte Especial, do Conselho de Administração, das Comissões Permanentes e Temporárias, diretor da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região, diretor da Revista e Coordenador da Conciliação, com as quais divido qualquer mérito pelas atividades aqui descritas.

Faço especial agradecimento ao vice-presidente, desembargador federal José Amilcar Machado, ao corregedor regional, desembargador federal Cândido Ribeiro e ao coordenador dos Juizados Especiais, o desembargador federal Tourinho Neto, por todo o valioso apoio recebido na condução desta Corte.

Agradeço, em razão do relevante serviço prestado, a todos os juízes federais convocados para o Tribunal, em especial os convocados para auxílio à Presidência José Alexandre Franco e César Jatthy Fonseca.

Agradeço ainda, pelo inestimável e permanente apoio à causa da Justiça Federal, pelo empenho e dedicação colocados a serviço desta Corte, ao diretor-geral da Secretaria, Felipe dos Santos Jacinto, ao secretário-geral da Presidência, Joseny Marques Freire, e aos demais dirigentes e servidores.

Muito obrigado.

Brasília, 31 de março de 2011.

Desembargador federal Olindo Menezes  
Presidente

# ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

## PRESI

- Quadro 1 Cronograma de implantação para as varas federais da 1ª Região – Lei 12.011/2009 **12**
- Quadro 2 Resultados da Semana Nacional de Conciliação – 2010 – Justiça Federal **19**
- Quadro 3 Projeto Conciliação – Sistema Financeiro da Habitação **21**
- Gráfico 1 Percentual de acordos obtidos na 1ª Região – 43,89% 2005-2010 **21**
- Quadro 4 Processos previdenciários em grau de recurso **21**
- Gráfico 2 Percentual de acordos obtidos na 1ª Região: 63,17% 2009-2010 **22**
- Quadro 5 Análise comparada do Projeto de Conciliação – 2006 a 2009 **22**
- Quadro 6 Quantitativo de sessões administrativas **24**
- Quadro 7 Participação em sessões do Conselho da Justiça Federal – CJF **24**
- Quadro 8 Juízes federais convocados para auxiliar a Presi **25**
- Quadro 9 Convênios, termos de cooperação e protocolos de intenção firmados **25**
- Quadro 10 Reuniões com o corpo diretivo do Tribunal **26**
- Quadro 11 Visitas do presidente às unidades administrativas **26**
- Quadro 12 Resoluções expedidas **27**

## ASESP

- Quadro 13 Emendas de interesse da Justiça Federal ao PL 59/2010 – LOA/2011 **32**
- Quadro 14 Proposta de emenda à Constituição – PEC **33**
- Quadro 15 Proposta de emenda à Constituição – PEC **34**

## ASRET

- Gráfico 3 Movimentação de processos **37**
- Quadro 16 Processos analisados **38**

## SEGEF

- Quadro 17 Varas federais instaladas na 1ª Região em 2010 **42**
- Quadro 18 Publicação *O quê do mês* **43**

## ASREP

- Quadro 19 Solenidades, sessões solenes e eventos na 1ª Região **49**
- Quadro 20 Programa de visitas – Bem-Vindo ao TRF 1ª Região **55**
- Quadro 21 Exposições realizadas no Espaço Cultural do TRF 1ª Região **56**

## ASCOM

- Quadro 22 Edições do *Destaque* produzidas até 20/04 **60**
- Quadro 23 Edições do *Primeira Região* produzidas de 23/04 a 17/12 **61**
- Quadro 24 Produção de vídeos institucionais **62**
- Quadro 25 Cobertura de eventos internos **63**
- Quadro 26 Cobertura de eventos e solenidades nas seções e subseções judiciárias **65**
- Quadro 27 Cobertura e edição de palestras, cursos e seminários **66**

## SECOI

- Quadro 28 Análise de processos **72**
- Quadro 29 Consultas atendidas **72**
- Quadro 30 Informações/relatórios emitidos **73**
- Quadro 31 Outras atividades **73**
- Quadro 32 Execução de auditorias **74**
- Gráfico 4 Quantitativo de recomendações expedidas **75**
- Gráfico 5 Quantitativo de documentos técnicos processados **75**
- Quadro 33 Processos de tomada de contas **76**
- Quadro 34 Documentos expedidos **78**

## VIDRE

- Quadro 35 Juízes federais convocados **82**
- Quadro 36 Admissibilidade de recursos decididos pela Vice-Presidência **82**
- Quadro 37 Presidência de órgão julgador **82**
- Quadro 38 Substituição ao presidente em sessões de julgamento **82**
- Quadro 39 Presidência na distribuição de processos **82**

Quadro 40 Participação em sessões de julgamento **82**

## COGER

Quadro 41 Distribuição de varas federais na 1ª Região **87**

Quadro 42 Varas federais na capital e no interior **87**

Quadro 43 Varas federais instaladas em 2010 **88**

Quadro 44 Juízes federais convocados para auxiliar a Coger **89**

Quadro 45 Circulares expedidas **89**

Quadro 46 Provimentos expedidos **91**

Quadro 47 Portarias expedidas **92**

Quadro 48 Correções gerais ordinárias realizadas em 2010 **93**

Quadro 49 Processos autuados **94**

Quadro 50 Processos arquivados **95**

Quadro 51 Decisões e despachos proferidos por procedimento **95**

Quadro 52 Vitaliciamento **95**

Quadro 53 Propostas de remoção analisadas pela Coger **96**

Quadro 54 Propostas de movimentação analisadas pela Coger **98**

Quadro 55 Propostas de promoção analisadas pela Coger **99**

Quadro 56 Sistemas informatizados implementados ou em desenvolvimento com a participação dos juízes convocados em auxílio à Coger **100**

Quadro 57 Dados da Ouvidoria – consolidação da 1ª Região **102**

Quadro 58 Dados estatísticos da 1ª Instância **103**

Gráfico 6 Processos distribuídos, julgados e em tramitação nas varas federais **105**

Gráfico 7 Processos distribuídos, julgados e em tramitação nos Juizados Especiais Federais **106**

Gráfico 8 Processos distribuídos, julgados e em tramitação nas Turmas Recursais **107**

Quadro 59 Dados acumulados da 1ª Instância **108**

Gráfico 9 Processos distribuídos, julgados e em tramitação nas seccionais **108**

## COJEF

Quadro 60 Varas federais instaladas na 1ª Região em 2010 **113**

Quadro 61 Juizados e Turmas Recursais **114**

Quadro 62 Demonstrativo do crescimento dos JEFs **114**

Quadro 63 Itinerantes realizados **115**

Gráfico 10 Resultados obtidos nos mutirões de audiências e julgamentos **116**

Quadro 64 Mutirões de audiência, instrução e julgamento realizados nos JEFs **117**

Gráfico 11 Resultado do mutirão de audiências do JEF de Anápolis/GO **118**

Gráfico 12 Resultado do mutirão de audiências do JEF de São Luís/MA **118**

Gráfico 13 Resultado do mutirão de audiências do JEF de Imperatriz/MA **119**

Gráfico 14 Resultado do mutirão de audiências do JEF de Juiz de Fora/MG **120**

Gráfico 15 Resultado do mutirão de audiências do JEF de Castanhal/PA **120**

Quadro 65 Julgamento nas Turmas Recursais da 1ª Região **124**

Quadro 66 Estatísticas das Turmas Recursais da 1ª Região **125**

## ESMAF

Quadro 67 Magistrados afastados para capacitação **136**

Quadro 68 Eventos realizados pela Esmaf **138**

## ASMAG

Quadro 69 Diretores e vice-diretores das seções judiciárias da 1ª Região **155**

Quadro 70 Processos julgados nos órgãos colegiados administrativos **156**

Quadro 71 Quantitativo de cargos de juiz federal e de juiz federal substituto **156**

Quadro 72 Magistrados convocados para gabinete de desembargador federal **160**

Quadro 73 Eleições realizadas **163**

Quadro 74 Magistrados **164**

Quadro 75 Movimentação de juiz federal **165**

Quadro 76 Movimentação de juiz federal substituto **166**

Quadro 77 Remoção de juiz federal **167**

Quadro 78 Remoção de juiz federal substituto **169**

Quadro 79 Remoção de juiz federal substituto para outras regiões **171**

Quadro 80 Remoção de juiz federal substituto de outras regiões **171**

Quadro 81 Permuta de magistrados entre regiões **171**

Quadro 82 Promoção de magistrados na 1ª Região **172**

## COREJ

Gráfico 16 Beneficiários de RPVs e precatórios **179**

Gráfico 17 Pagamento de precatórios **180**

Gráfico 18 Pagamento de RPVs **180**

Quadro 83 Processamentos e pagamentos **181**

Quadro 84 Precatórios/RPVs que aguardam pagamento **182**

Quadro 85 Outras atividades **182**

## COJUD

- Quadro 86 Atendimento ao usuário da Biblioteca **187**  
 Quadro 87 Documentos arquivados **187**  
 Gráfico 19 Acórdãos processados **188**

## CENAG

- Quadro 88 Varas cíveis envolvidas no projeto de cumprimento da Meta 5 **196**  
 Quadro 89 Portarias de inauguração de varas federais **201**  
 Quadro 90 Trabalhos diversos **205**  
 Quadro 91 Reprodução gráfica **205**

## SECJU

- Gráfico 20 Petições apresentadas no Tribunal **210**  
 Gráfico 21 Petições protocoladas **211**  
 Quadro 92 Protocolo descentralizado de petições iniciais **211**  
 Quadro 93 Central de digitalização **211**  
 Quadro 94 Digitalização para o STJ – AIREsp **211**  
 Quadro 95 Distribuição de feitos (por magistrado) **212**  
 Quadro 96 Sessões de julgamento realizadas **213**  
 Quadro 97 Desempenho dos órgãos julgadores **213**  
 Gráfico 22 Desempenho do Tribunal **214**  
 Quadro 98 Outras estatísticas **215**  
 Quadro 99 Acórdãos e decisões publicados **215**  
 Quadro 100 Movimentação de recursos **216**  
 Quadro 101 Decisões da Presidência e da Vice-Presidência **216**  
 Quadro 102 Folhas ou notas taquigráficas por sessão e outros eventos **217**

## SECOR

- Quadro 103 1ª Região – orçamento **223**  
 Quadro 104 Demonstrativo das alterações na Lei Orçamentária de 2010 **224**  
 Quadro 105 Dotação por tipo de ação **226**  
 Quadro 106 Limites financeiros concedidos, darfs/GPS/GRU e receitas arrecadadas **227**  
 Quadro 107 Execução orçamentária da 1ª Região – consolidada **228**  
 Quadro 108 Execução Orçamentária da 1ª Região – pessoal **229**  
 Quadro 109 Execução orçamentária da 1ª Região – benefícios **230**  
 Quadro 110 Execução orçamentária da 1ª Região – atividades **231**  
 Quadro 111 Aquisição de veículos **233**

- Quadro 112 Execução orçamentária da 1ª Região – projetos **234**  
 Quadro 113 Controle da execução do projeto de modernização das instalações da Justiça Federal **239**  
 Quadro 114 Implantação de varas federais **243**  
 Quadro 115 Demonstrativo de realizações na ação de implantação do sistema integrado de gestão de informação jurisdicional na Justiça Federal **246**  
 Quadro 116 Execução de restos a pagar em 2010 **247**  
 Quadro 117 Precatórios e requisições de pequeno valor **250**  
 Quadro 118 Execução de precatórios e RPVs **251**  
 Quadro 119 Execução de restos a pagar de precatórios e RPVs **252**  
 Quadro 120 Projetos priorizados **253**  
 Quadro 121 Orçamento 2011 – emendas aprovadas – PL 59/2010 – Relatoria geral **254**  
 Quadro 122 Comparativo dos orçamentos de 2010 e 2011 (por unidade orçamentária) **254**

## SECRE

- Gráfico 23 Demonstrativo de tramitação processual **260**  
 Quadro 123 Atividades desenvolvidas **261**  
 Quadro 124 Atividades do cadastro de pessoal **261**  
 Quadro 125 Força de trabalho na 1ª Região **262**  
 Quadro 126 Aposentados e pensionistas da 1ª Região **262**  
 Quadro 127 Movimentação de pessoal **262**  
 Quadro 128 Processos analisados **263**  
 Quadro 129 Atividades desenvolvidas pela Dilep **263**  
 Quadro 130 Lotação de servidores em funções comissionadas **264**  
 Quadro 131 Processo seletivo para lotação de servidores em funções comissionadas **264**  
 Quadro 132 Atividades de acompanhamento e controle do Sistema de Avaliação de Desempenho – Siades **264**  
 Quadro 133 Concessão de bolsas de estudo **265**  
 Quadro 134 Eventos internos – modalidade presencial **266**  
 Quadro 135 Eventos externos com ônus **266**  
 Quadro 136 Eventos externos sem ônus **267**  
 Quadro 137 Estagiários do TRF 1ª Região **267**

## SECAD

- Quadro 138 Valores pagos pela execução da 2ª etapa da obra **271**  
 Quadro 139 Atividades desenvolvidas pela área de compras **272**  
 Quadro 140 Licitações realizadas (valores em R\$) **273**

- Quadro 141 Gestão de contratos **273**
- Quadro 142 Execução do orçamento **274**
- Quadro 143 Execução do orçamento por categoria de gasto **274**
- Quadro 144 Execução do orçamento por natureza da despesa **275**
- Quadro 145 Despesa de pessoal **276**
- Quadro 146 Execução do orçamento por grupo de despesas **276**
- Quadro 147 Atividades da área de material e patrimônio **277**
- Quadro 148 Contratos contínuos acompanhados pela área de engenharia **278**
- Quadro 149 Serviços e obras executados **279**
- Quadro 150 Especificações e projetos desenvolvidos (em fase de contratação) **280**
- Quadro 151 Especificações e projetos em fase de desenvolvimento **280**
- Quadro 152 Apoio às seções e subseções judiciárias e às novas varas **281**
- Gráfico 24 Tiragem de cópias reprográficas **281**
- Gráfico 25 Recolhimento de custas reprográficas **281**
- Quadro 153 Atividades de comunicação e expedição **282**
- Quadro 154 Remessa de documentos **283**
- Gráfico 26 Remessa de processos judiciais **283**
- Quadro 155 Recebimento de documentos **283**
- Gráfico 27 Telecomunicações **283**
- Gráfico 28 Comparativo de documentos enviados por malote **283**
- Quadro 156 Atividades desenvolvidas pela área de segurança e transporte **285**

### SECBE

- Quadro 157 Demonstrativo dos resultados das auditorias realizadas **307**
- Quadro 158 Atendimentos do Serviço Médico **307**
- Gráfico 29 Usuários do Serviço Médico **308**

- Quadro 159 Atendimentos da Seção de Enfermagem **308**
- Quadro 160 Atendimentos do Serviço Odontológico **308**
- Quadro 161 Usuários do Serviço Odontológico **309**
- Quadro 162 Atendimento psicológico **309**
- Gráfico 30 Perícias e homologação de atestados **309**
- Gráfico 31 Evolução do quantitativo de beneficiários do Pro-Social **311**
- Quadro 163 Beneficiários do Pro-Social **311**
- Quadro 164 Demonstrativo de credenciamentos **312**
- Quadro 165 Análise comparativa – receita e despesa do Pro-Social em 2009 e 2010 **312**
- Quadro 166 Aplicação dos recursos do Pro-Social (por benefícios) **313**
- Quadro 167 Composição dos recursos próprios do Pro-Social **314**



PRESIDÊNCIA – PRESI,	<b>1</b>
ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA – ASEP,	<b>29</b>
ASSESSORIA DE RECURSOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS – ASRET,	<b>35</b>
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA – SEGEP,	<b>39</b>
ASSESSORIA DE REPRESENTAÇÃO E PROGRAMAÇÃO SOCIAL – ASREP,	<b>45</b>
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – ASCOM,	<b>57</b>
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SECOI,	<b>69</b>
VICE-PRESIDÊNCIA – VIPRE,	<b>79</b>
CORREGEDORIA REGIONAL – COGER,	<b>85</b>
COORDENAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS – COJEF,	<b>109</b>
ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA 1ª REGIÃO – ESMAF,	<b>131</b>
DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA – DIGES,	<b>139</b>
ASSESSORIA JURÍDICA – ASJUR,	<b>149</b>
ASSESSORIA DE ASSUNTOS DA MAGISTRATURA – ASMAG,	<b>153</b>
COORDENADORIA DE EXECUÇÃO JUDICIAL – COREJ,	<b>177</b>
COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO – COJUD,	<b>183</b>
CENTRO DE ESTUDOS E APOIO À GESTÃO ORGANIZACIONAL – CENAG,	<b>191</b>
SECRETARIA JUDICIÁRIA – SECJU,	<b>207</b>
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO – SECOR,	<b>219</b>
SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS – SECRE,	<b>257</b>
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SECAD,	<b>269</b>
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SECIN,	<b>287</b>
SECRETARIA DE BEM-ESTAR SOCIAL – SECBE,	<b>303</b>

---

# PRESI

Presidência

---

O presidente do Tribunal é responsável pela prática de atos de gestão da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 1ª Região, incumbência que exige a superação diuturna de obstáculos de toda natureza, com vistas à eficiência, à qualidade e ao aperfeiçoamento das atividades administrativas e judicantes da 1ª Região.

Na sessão plenária de 25 de fevereiro de 2010, foram eleitos os novos dirigentes do Tribunal, tendo sido empossados na sessão plenária de 22 de abril de 2010. O desembargador federal Olindo Menezes tomou posse no cargo de presidente do Tribunal, para gerir a 1ª Região durante o biênio 2010-2012, sucedendo o desembargador federal Jirair Aram Meguerian.

Foram empossados também, na mesma sessão solene, no cargo de vice-presidente do Tribunal o desembargador federal José Amilcar Machado e no cargo de corregedor regional da Justiça Federal da 1ª Região o desembargador federal Cândido Ribeiro.



Foto: Brito Júnior

Desembargador federal Olindo Menezes ladeado pelo ministro Gilmar Mendes e pelo núncio apostólico no Brasil, dom Lorenzo Baldisseri, na sessão solene de posse.

Compuseram a mesa diretora da solenidade de posse o então presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, o núncio apostólico no Brasil, dom Lorenzo Baldisseri, o governador do estado de Minas Gerais, Antonio Anastasia, e o procurador-chefe da Procuradoria Regional da República da 1ª Região, Alexandre Camanho.

Estiveram presentes à cerimônia, além de membros da Corte, representantes do STF e do STJ, da Advocacia-Geral da União, do Tribunal Superior do Trabalho e do Superior Tribunal Militar; procuradores federais, magistrados de outras instâncias do Poder Judiciário, desembargadores federais aposentados do Tribunal e juízes federais, entre outras



Foto: Janine Moraes

Nova Administração do Tribunal. Desembargador federal José Amilcar Machado, vice-presidente; desembargador federal Olindo Menezes, presidente; e desembargador federal Cândido Ribeiro, corregedor regional.

autoridades, além de diretores e servidores do TRF 1ª Região.

Em seu discurso de posse, o novo presidente disse: “Chego à Presidência do Tribunal ungido pelos mecanismos legais e regimentais, cercado das reverências e das mesuras que costumeiramente são associadas ao cargo, mas com a nítida consciência de que tudo isso passa, tudo isso é acidente, e tendo em mente, pelo menos, duas advertências básicas: a primeira, de que as pompas não afastam de mim a ideia precípua de que estarei, nos próximos dois anos, apenas cumprindo os meus deveres funcionais, procurando fazer o Tribunal funcionar bem no seu dia a dia, atento à necessidade de um

tratamento respeitoso e cordial aos meus pares e de valorização dos servidores, os braços, as pernas e, em essência, o coração da Justiça Federal; a segunda, a advertência de Sêneca — porque hoje chego ao topo da minha carreira — de que não se deve invejar a sorte de quem está nas alturas, porquanto ‘aquilo que parece altitude, na verdade, é a boca do abismo’.”

Falou ainda do homem no meio social e de sua relação com o Direito e, por ter ocupado o cargo de corregedor-geral da Justiça Federal da 1ª Região — “uma preciosa experiência” —, asseverou conhecer a realidade da 1ª Região. “Se, no exercício da presidência, não der passos de gestão à frente, por falta de conhecimento dos problemas

é que não será. Conto, portanto, com o indispensável apoio dos órgãos superiores — o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho da Justiça Federal —, dos meus eminentes pares, de todos os nossos juízes federais, titulares e substitutos, espalhados pelas nossas catorze seções judiciárias, e de todos os nossos competentes servidores e colaboradores”, concluiu o novo presidente.

Entre os múltiplos desafios a enfrentar durante o biênio 2010-2012, o presidente tem a firme intenção de fazer a 1ª Região responder, com eficácia, aos anseios dos jurisdicionados de instalar as varas recém-criadas pela Lei 12.011/2009, de implementar efetivamente o processo digital e de retomar a obra da nova sede do Tribunal.

## Outras alterações na composição do Tribunal

O TRF 1ª Região foi distinguido com a indicação da desembargadora federal Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues para o cargo de ministra do Superior Tribunal de Justiça. A posse ocorreu no dia 10 de agosto, após a nomeação pelo presidente da República, para ocupar a vaga deixada pelo ministro Fernando Gonçalves, que se aposentou em abril deste ano. “É uma grande honra e é produto de um esforço de toda uma vida dedicada ao estudo do Direito e à magistratura”, afirmou a nova ministra durante a solenidade de posse.



Foto: Site STJ

Ministra Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues no STJ.

A sessão foi acompanhada pelo vice-presidente da República, José Alencar, pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cesar Peluso, e pelo presidente do TRF 1ª Região, Olindo Menezes, entre outras autoridades.

Antes da nomeação, Isabel Gallotti passou por sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e por votação no Plenário do Senado Federal. A magistrada foi aprovada nas duas composições, no dia 7 de julho.



Foto: Saulo Cruz

Desembargadora federal Mônica Sifuentes.

No dia 18 de março, a juíza federal Mônica Sifuentes tomou posse no cargo de desembargadora federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em sessão solene, no Plenário do TRF. A nova integrante do Tribunal, até então titular da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, foi promovida por merecimento e assumiu vaga deixada pelo desembargador federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves, que se aposentou em 8 de junho de 2009. A nomeação pelo presidente da República deu-se em 19 de fevereiro de 2010.

Visando ao preenchimento de vaga decorrente da aposentadoria do desembargador federal Carlos Fernando Mathias, ocorrida em 24 de março de 2009, o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Ophir Cavalcante, no dia 9 de dezembro de 2010, entregou ao presidente do TRF 1ª Região a lista sêxtupla constitucional com os nomes dos advogados escolhidos pelo Conselho Federal da OAB. O Plenário do Tribunal escolherá três nomes para submeter ao presidente da República.

## Gestão da 1ª Região

### Posse dos novos dirigentes

Dando início à gestão administrativa do biênio 2010-2012, o presidente do Tribunal dirigiu os trabalhos de posse dos novos dirigentes das unidades administrativas do TRF, em solenidade realizada em 23 de abril. Além do diretor-geral da Secretaria do Tribunal, Felipe dos Santos Jacinto, e do secretário-geral da Presidência, Joseny Freire, tomaram posse diretores de secretaria, chefes de assessoria, coordenadores e diretores de divisão. Em seu pronunciamento, o presidente exortou os dirigentes a trabalhar com simplicidade, empenho e entusiasmo.

O objetivo da Administração do TRF 1ª Região, com o apoio dos desembargadores federais, juízes federais e servidores da 1ª Região, é adotar uma gestão voltada para o alcance de resultados, por meio do comprometimento de todos os seus integrantes.



Foto: Saulo Cruz

Diretor da Divisão de Cadastro de Pessoal, Fernando Antonio de Mendonça Melo Junior, faz a leitura do termo de posse.

## Acompanhamento da gestão

Atento à administração do Tribunal e da 1ª Instância, o presidente realizou, nos dias 22 de outubro e 12 de novembro, a primeira avaliação da gestão 2010-2012, juntamente com os dirigentes de cada área.

Durante o evento, foram avaliados os trabalhos dos primeiros seis meses de gestão empreendidos pelas unidades que integram a Administração desta Corte.

A reunião foi aberta com a exposição inicial sobre as atividades realizadas no período, feita pelo diretor-geral da Secretaria. Em seguida, apresentaram-se os dirigentes das secretarias e das assessorias da Secretaria do Tribunal e da Presidência, todos acompanhados dos respectivos coordenadores e diretores de divisão.

Ao encerrar a reunião, o presidente Olindo Menezes, em breve pronunciamento, agradeceu a presença de todos e, parabenizando o corpo dirigente do Tribunal pela demonstração de espírito de colaboração, manifestou-se satisfeito e reconheceu: “Evoluímos muito nesses últimos seis meses, embora ainda haja muito que fazer”. Nova reunião de avaliação deverá ocorrer dentro de seis meses.

Estiveram presentes, além do corregedor regional da Justiça Federal da 1ª Região, desembargador federal Cândido Ribeiro, magistrados e servidores do Tribunal.



Foto: Jorge Campos

Presidente Olindo Menezes fala aos dirigentes na Primeira Avaliação de Gestão.

Relevantes projetos e atividades tiveram prosseguimento durante 2010 e outros foram iniciados, conforme descrição a seguir.

## Gestão das Metas do Judiciário

Nos dias 6 e 7 de dezembro, foi realizado o IV Encontro Nacional do Judiciário, no Rio de Janeiro, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O evento reuniu os presidentes e corregedores de todos os 91 tribunais brasileiros, com o fim de divulgar o balanço do cumprimento das dez metas de 2010 e de definir as novas metas nacionais do Poder Judiciário e estratégias de ação para 2011.

Foram selecionadas quatro metas para todo o Judiciário e uma meta específica para cada segmento da Justiça — trabalhista, federal, militar e eleitoral, com exceção da Justiça Estadual. A meta definida para a Justiça Federal é implantar o processo eletrônico judicial e administrativo em 70% das unidades de 1º e 2º grau até dezembro de 2011.

No âmbito da 1ª Região, no que tange ao cumprimento das metas fixadas para 2010, foram alcançados, resumidamente, os resultados seguintes.

**Meta 1** – Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.

Distribuídos	Julgados	Cumprimento (%)
668.714	550.431	82,31

**Meta 2** – Julgar todos os processos distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31 de dezembro de 2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do Tribunal do Júri, até 31 de dezembro de 2007.

Passivo atual	Julgados	Cumprimento (%)
51.548	23.883	46,33

**Meta 3** – Reduzir, em pelo menos 10%, o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31 de dezembro de 2009).

#### Meta 3 – fiscal

Tribunal	Não baixadas definitivamente	Acervo-alvo	Cumprimento (%)	Redução (%)
TRF	303.749	293.075	85,45	17,09

#### Meta 3 – não fiscal

Tribunal	Não baixadas definitivamente	Acervo-alvo	Cumprimento (%)	Redução (%)
TRF	61.070	74.458	261,80	26,18

**Meta 4** – Lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento.

Quantidade de acórdãos	Quantidade de acórdãos publicados	Cumprimento (%)
2.126	167	7,86

**Meta 5** – Implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) em, pelo menos, 50% das unidades judiciárias de 1º grau.

Quantidade de unidades judiciárias em junho de 2010	Quantidade de unidades com meta implantada	Cumprimento (%)
197	143	146

**Meta 6** – Reduzir, em pelo menos 2%, o consumo *per capita* com energia, telefone, papel, água e combustível (ano de referência 2009).

Energia (%)	Telefone (%)	Água (%)	Papel (%)	Combustível (%)	Economia total (%)
66,16	55,66	63,37	72,93	63,60	28,39

**Meta 7** – Disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do Tribunal.

Cumprimento – 1º grau	Cumprimento – Instância recursal	Cumprimento (%)
100	100	100

**Meta 8** – Promover cursos de capacitação em administração judiciária, com no mínimo 40 horas, para 50% dos magistrados.

Quantidade de magistrados em junho de 2010	Quantidade de capacitados	Cumprimento (%)
345	121	35,07

**Meta 9** – Ampliar para 2Mbps a velocidade dos *links* entre o Tribunal e 100% das unidades judiciárias instaladas na capital e, no mínimo, 20% das unidades do interior.

Cumprimento – capital (%)	Cumprimento – interior (%)	Cumprimento (%)
100	100	100

**Meta 10** – Realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre os órgãos do Poder Judiciário.

Quantidade de documentos	Quantidade de documentos enviados eletronicamente	Cumprimento (%)
5.432	6	0,12

## Planejamento estratégico

O planejamento estratégico da 1ª Região, desde 2009, passou a ser desenvolvido em consonância com o Planejamento e a Gestão Estratégica definidos pelo CNJ (Resolução CNJ 70/2009) para todo o Poder Judiciário brasileiro e de acordo com as diretrizes estabelecidas no Plano e Mapa Estratégicos fixados pelo CJF (Resolução CJF 69/2009) para a Justiça Federal.

Uma das iniciativas que se destacaram nesse segmento foi o início dos estudos e das providências para a organização e criação do escritório de projetos da 1ª Região. Representantes das seccionais e do Tribunal receberam capacitação em gerenciamento de projetos, foi iniciada a definição de metodologia específica para a condução dos projetos estratégicos e de metodologia direcionada à gestão do portfólio de projetos da 1ª Região.

## Concurso para a magistratura federal

O Tribunal deu continuidade ao XIII Concurso Público para Juiz Federal Substituto da 1ª Região, com a realização da segunda etapa — segunda prova escrita — e da terceira etapa — inscrição definitiva, de exames de sanidade física e mental e psicotécnico e sindicância da vida pregressa e investigação social.

A conclusão do certame deverá ocorrer no início de 2011.

## Modernização da Assessoria da Magistratura Federal

A Assessoria da Magistratura Federal – Asmag direcionou esforços para a modernização dos serviços oferecidos aos magistrados da 1ª Região, mediante a atualização do banco de dados e adoção de no-



vas ferramentas digitais. Foi criada, no portal da 1ª Região, página eletrônica da Assessoria, que possui informações de interesse geral sobre a magistratura da 1ª Região, como:

- magistrados convocados;
- lista de antiguidade dos juízes federais;
- lista de antiguidade dos juízes federais substituídos;
- diretorias do Foro e das subseções judiciárias;
- sistema de eleição eletrônica;
- sistema de magistrados;
- composição das Turmas Recursais para o período de 1º/07/2010 a 31/05/2012 (Ato/Presi/Asmag 720 de 29/06/2010);
- coordenadores e coordenadores substituídos dos Juizados Especiais Federais para o período de 1º/07/2010 a 31/05/2012 (Ato/Presi/Asmag 721 de 30/06/2010).

### Sistema eletrônico de eleição



Foto: Luiz Xavier

O presidente, Olindo Menezes, inaugura sistema eletrônico de eleição.

A modernização dos serviços da Asmag resultou também no desenvolvimento, em conjunto com a Divisão de Sistemas Administrativos da Secretaria de Tecnologia da Informação, do sistema eletrônico

de eleição, que representa um salto evolutivo para as sessões dos colegiados do Tribunal. A nova ferramenta tecnológica tornou as eleições realizadas no Tribunal mais simples, ágeis e seguras.

O sistema foi inaugurado na sessão da Corte Especial Administrativa de 13 de maio, na eleição dos membros do Conselho do Colar do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria.

### Projeto judicial eletrônico – e-Jur

O Tribunal deu prosseguimento ao projeto iniciado em 2009 para implantação do Processo Digital da 1ª Região – e-Jur. No dia 13 de janeiro, foi distribuído o primeiro processo digital no Tribunal.

O e-Jur refere-se ao meio eletrônico de tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e tramitação de peças processuais, mediante a integração dos variados sistemas judiciais existentes no 1º e no 2º graus da 1ª Região. O sistema permite a distribuição, a visualização e o gerenciamento de processos e recursos, dos atos de secretaria e das decisões em meio digital.

Na execução do projeto, em 2010, o e-Jur foi implantado em todos os 24 gabinetes de desembargadores federais do Tribunal e nas Seções Judiciárias do Distrito Federal (17 varas cíveis), de Goiânia (10 varas) e de Uberlândia (3 varas de competência plena mais o Juizado Especial Federal destacado).

A partir de janeiro de 2010, as seções judiciárias passaram a remeter ao Tribunal os recursos digitalizados. As ações originárias e os recursos oriundos da Justiça Estadual e das subseções judiciárias ou de outros tribunais passaram a ser digitalizados pelo Tribunal, que os migrou para a tramitação digital.

A implantação do e-Jur nas demais subseções judiciárias da 1ª Região ficou condicionada ao aumento da capacidade dos *links* de comunicação, em função do fato de a largura de banda disponível não suportar o tráfego das imagens, com prejuízo

do tempo de resposta da aplicação para o usuário. Essa questão estará solucionada no início de 2011.

O cronograma inicial do projeto foi alterado em 2010, em decorrência, principalmente, das dificuldades de integração com os sistemas processuais existentes e adaptados para resolver a tramitação dos processos e a comunicação dos atos; da implantação concomitante da numeração única estabelecida pelo CNJ; da falta de infraestrutura para as centrais de digitalização, em especial do Tribunal, decorrente da escassez de recursos financeiros para essa finalidade. Em vista das necessidades de estabilização do sistema e de melhorias no ambiente tecnológico, o Tribunal suspendeu temporariamente o cronograma de implantação.

Um grupo de trabalho foi instituído pela Portaria Presi/Cenag 259 de 2 de julho de 2010, sob coordenação da Secretaria Judiciária, para acompanhar, orientar e propor soluções e evoluções no processo digital da 1ª Região. Entre suas contribuições, produzidas em conjunto com a Secre-

taria de Tecnologia da Informação, destacam-se a identificação e eliminação de erros em rotinas; o levantamento das necessidades de gabinetes e co-ordenadorias processantes; o aperfeiçoamento das rotinas de digitalização e de distribuição; o desenvolvimento das rotinas de baixa de autos digitais e a divulgação de melhores práticas relativas ao sistema informatizado.

Inúmeras outras providências foram adotadas para superar as dificuldades, assegurar a evolução do sistema e permitir sua continuidade, tais como ampliação da rede de dados, aquisição de 1.424 microcomputadores e monitores de vídeo para o Tribunal, seções e subseções judiciárias, e substituição dos *softwares* que compõem o ambiente computacional por *softwares* corporativos.

Esse conjunto de medidas mostrou-se suficiente e permitiu a retomada da implementação do projeto a partir de dezembro.

## Revisão e atualização do *Regimento Interno do Tribunal*

O *Regimento Interno* do Tribunal consolida as normas de organização e funcionamento da Corte, sempre em consonância com a evolução das leis e de acordo com a dinâmica do Poder Judiciário, necessitando, portanto, de revisões periódicas.

Em 2010, essa norma foi totalmente revisada e atualizada. A Emenda Regimental 7 foi aprovada pelo Plenário do TRF no dia 26 de agosto. Entre as alterações aprovadas, destacam-se as adequações ao Código de Processo Civil e às resoluções do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, como também a redistribuição de matérias entre o Plenário, Corte Especial e Conselho de Administração e entre as sessões especializadas.

As modificações têm ampla repercussão, inclusive no Ministério Público Federal, na Defensoria Pública da União e nas procuradorias autárquicas, bem como para os advogados e jurisdicionados. Os

benefícios serão muitos, alcançando, inclusive, as novas atribuições conferidas ao presidente, que passou a ter maior agilidade para administrar a Casa e as seções judiciárias.

As alterações regimentais foram procedidas em prazo diminuto, em razão do valoroso trabalho e empenho da Comissão Permanente de Regimento do Tribunal, integrada pelos desembargadores federais Tourinho Neto, que a preside, Reynaldo Fonseca e Mônica Sifuentes, com o auxílio do juiz federal José Alexandre Franco.

Nessa revisão, os trabalhos diferenciaram-se das edições anteriores. A Comissão formulou um anteprojeto, que recebeu sugestões dos demais juízes da Casa e do diretor-geral em prazo preestabelecido. Na sessão para a apreciação, houve apenas votação, vedadas novas proposições.

## Projetos para ampliação da 1ª Região

A demanda pelos serviços jurisdicionais e administrativos do TRF e das seções e subseções judiciárias tornou-se desproporcional às possibilidades humanas e tecnológicas do Tribunal, das seções e subseções judiciárias da 1ª Região.

A gravidade da situação, que já compromete a qualidade dos serviços, tem exigido sucessivas iniciativas por parte do Tribunal para buscar no Conselho da Justiça Federal o reforço imprescindível aos quadros de magistrados e servidores.

Vários estudos foram desenvolvidos e remetidos àquele colegiado em 2010, embasados pelo Tribunal nas demandas da 1ª Instância, nas peculiaridades e necessidades prementes da 1ª Região:

- proposta de ampliação da composição do Tribunal para 57 membros, com a criação de 30 car-

gos de desembargador federal, com os proporcionais acréscimos nos quadros de pessoal e de cargos em comissão, para permitir a redistribuição das matérias entre os colegiados de forma mais equilibrada, possibilitando sua apreciação em prazos satisfatórios, como também para enfrentar a demanda decorrente da crescente interiorização da 1ª Região;

- proposta de ampliação do quadro permanente de pessoal da Justiça Federal da 1ª Região para a área meio, 1ª e 2ª Instâncias, incluindo quadro especializado para a área de tecnologia da informação e da comunicação;
- proposta para criação e ampliação de Turmas Recursais para os JEFs da 1ª Região, que resultou na preparação pelo CJF de anteprojeto de lei sobre essa matéria.

## Expansão da 1ª Região: 94 novas varas federais

A Lei 12.011/2009 criou 230 varas federais, destinadas à interiorização da Justiça Federal de 1º grau e à implantação dos Juizados Especiais Federais. A localização dessas varas foi determinada pelo CJF, a partir de fatores como a demanda processual, a densidade populacional, o índice de crescimento demográfico, o Produto Interno Bruto, a distância entre as localidades onde haja vara federal e as áreas de fronteira consideradas estratégicas.

Com o objetivo de sensibilizar o CJF quanto às necessidades de criação de varas na 1ª Região, um estudo foi preparado pelo Tribunal e encaminhado àquele colegiado, enfatizando que esta Região deveria ser priorizada e peculiarmente considerada, por força de sua grandeza, singularidades

e necessidades. A luta da 1ª Região recebeu apoio da Frente Parlamentar Ambientalista, composta por mais de 300 deputados e senadores, com vistas à instalação de varas ambientais e agrárias na Amazônia Legal.

Esse esforço resultou na destinação de 94 varas à 1ª Região pela Resolução/CJF 102/2010, entre as quais 4 varas ambientais — Manaus/AM, Porto Velho/RO, Belém/PA e São Luís/MA — e 3 varas de fronteira estratégica — Laranjal do Jarí/AP, Oiapoque/AP e Guajará-Mirim/RO.

As varas criadas serão implantadas gradativamente, no período de 2010 a 2014, de acordo com a previsão que se segue.

**Quadro 1**  
**Cronograma de implantação para as varas federais da 1ª Região – Lei 12.011/2009**

Unidade federativa	Quantidade	Município	Ano				
			2010	2011	2012	2013	2014
AC	1	Cruzeiro do Sul	–	–	–	1	–
AM	2	Manaus	1	–	1	–	–
	1	Tefé	–	–	1	–	–
AP	1	Laranjal do Jari	–	Fronteira (*)	–	–	–
	1	Oiapoque	–	Fronteira (*)	–	–	–
BA	1	Irecê	–	1 (*)	–	–	–
	2	Feira Santana	–	1	–	–	1
	1	Teixeira de Freitas	–	1	–	–	–
	1	Alagoinhas	–	–	1	–	–
	1	Vitória da Conquista	–	–	1	–	–
	1	Bom Jesus da Lapa	–	–	–	1	–
	1	Itabuna	–	–	–	–	1
DF	1	Brasília	1 (**)	–	–	–	–
GO	1	Formosa	1	–	–	–	–
	1	Uruaçu	1	–	–	–	–
	2	Goiânia	–	1	1	–	–
	1	Jataí	–	1	–	–	–
	1	Itumbiara	–	–	1	–	–
	1	Anápolis	–	–	–	–	1
MA	6	São Luís	3(**)	–	1	1	1
	1	Bacabal	1	–	–	–	–
	1	Balsas	–	–	–	1	–
	1	Imperatriz	–	–	–	–	1
MG	3	Belo Horizonte	1	–	1	–	1
	1	Paracatu	1	–	–	–	–
	1	Teófilo Otoni	1	–	–	–	–
	1	Unáí	1	–	–	–	–
	2	Uberlândia	–	1	–	–	1
	3	Contagem	–	2	–	1	–
	1	Ipatinga	–	1	–	–	–
	1	Manhuaçu	–	1	–	–	–
	2	Montes Claros	–	1	–	1	–
	1	Muriaé	–	1	–	–	–
	1	Ituiutaba	–	–	1	–	–
	2	Juiz de Fora	–	–	1	–	1
	1	Ponte Nova	–	–	1	–	–
1	Viçosa	–	–	1	–	–	

Unidade federativa	Quantidade	Município	Ano				
			2010	2011	2012	2013	2014
MG	2	Uberaba	–	–	–	1	1
	1	Janaúba	–	–	–	1	–
	1	Patos de Minas	–	–	–	1	–
	1	Pouso Alegre	–	–	–	1	–
	1	Varginha	–	–	–	–	1
	1	Poços de Caldas	–	–	–	–	1
	1	Governador Valadares	–	–	–	–	1
MT	1	Diamantino	1	–	–	–	–
	1	Barra do Garças	–	1	–	–	–
	3	Cuiabá	–	1	–	1	1
	1	Sinop	–	–	1	–	–
	1	Cáceres	–	–	–	1	–
PA	1	Juiná	–	–	–	1	–
	4	Belém	1	–	1	1	1
	1	Marabá	–	1	–	–	–
	1	Redenção	–	1	–	–	–
	1	Paragominas	–	–	1	–	–
	1	Santarém	–	–	1	–	–
	1	Tucuruí	–	–	1	–	–
PI	1	Itaituba	–	–	–	1	–
	1	Parnaíba	1	–	–	–	–
	2	Teresina	1 (**)	–	–	1	–
	1	Florianópolis	–	–	1	–	–
	1	Corrente	–	–	–	1	–
RO	1	São Raimundo Nonato	–	–	–	–	1
	2	Porto Velho	1	–	–	–	1
	1	Guajará-Mirim	Fronteira	–	–	–	–
	1	Ji-Paraná	–	–	1	–	–
RR	1	Vilhena	–	–	–	1	–
	1	Boa Vista	–	–	–	–	1
TO	1	Araguaína	1	–	–	–	–
	1	Gurupi	–	1	–	–	–
	1	Palmas	–	–	–	1	–
<b>Total</b>			<b>18</b>	<b>19</b>	<b>20</b>	<b>19</b>	<b>18</b>

(\*) inauguração inicialmente prevista para 2010, mas adiada para 2011.

(\*\*) inauguração inicialmente prevista para 2011, mas antecipada para 2010.

Para o ano de 2010, foi autorizada a instalação de 19 varas. O TRF, não obstante todas as dificuldades enfrentadas, devido ao reduzido quadro de pessoal desta Corte e das seções judiciárias, cumpriu integralmente o cronograma de instalação, prestando apoio às seções e subseções judiciárias na descentrali-

zação de recursos e adoção das medidas requeridas para as reformas prediais, aquisição e instalação de equipamentos, distribuição e redistribuição processual, nomeação de magistrados e de servidores, regulamentação, redefinição de jurisdições etc.

Nas capitais, as providências para instalação de novas varas foram mais simples, visto já contarem com espaço, servidores e melhores condições de ampliação da infraestrutura de funcionamento. O maior desafio foi a instalação no interior, onde, na maioria dos casos, foi preciso partir do zero.

Nesse contexto, apenas 3 varas com instalação prevista para 2010 não puderam ser inauguradas, em razão das dificuldades de locação de imóveis, o que

levou à permuta de data com unidades previstas no calendário de 2011. Foram adiadas para 2011 as varas destinadas ao Oiapoque/AP, Laranjal do Jari/AP e Irecê/BA e antecipadas para 2010 as 3 varas que já possuíam condições imediatas de instalação em Brasília/DF (1), Teresina/PI (1) e São Luís/MA (1). Essa alteração foi aprovada pelo CJF pela Resolução 123 de 28/10/2010.

As varas instaladas em 2010 foram organizadas conforme a Resolução/Presi/Cenag 14/2010, alterada posteriormente pela Resolução/Presi/Cenag 22/2010. As jurisdições foram sugeridas pelos diretores do Foro e aprovadas por portaria da Presidência após manifestação da Corregedoria Regional da 1ª Região.

### Instalação de varas e subseções judiciárias

Foto: Leonardo Costa



27 de maio – 9ª Vara Federal Ambiental e Agrária da Seção Judiciária do Estado do Pará.

Foto: Leonardo Costa



28 de maio – 7ª Vara Federal Ambiental e Agrária do Estado do Amazonas.



Foto: Mauro Puttini

18 de junho – 33ª Vara de JEF da Seção Judiciária de Minas Gerais.



Foto: Leonardo Costa

2 de julho – 8ª Vara Federal Ambiental e Agrária e 9ª Vara de JEF da Seção Judiciária do Estado do Maranhão.

Foto: Mauro Puttini



9 de julho – 5ª Vara Federal Ambiental e Agrária da Seção Judiciária do Estado de Rondônia.



19 de novembro – Subseção Judiciária de Paracatu/MG.

Foto: Leonardo Costa

Foto: Leonardo Costa



20 de agosto – Subseção Judiciária de Parnaíba/PI.



22 de novembro – Subseção Judiciária de Diamantino/MT.

Foto: Leonardo Costa

Foto: Leonardo Costa



16 de novembro – Subseção Judiciária de Araguaína/TO.



23 de novembro – 7ª Vara Criminal Federal da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso.

Foto: Leonardo Costa

Foto: Leonardo Costa



26 de novembro – Subseção Judiciária de Unaí/MG.



10 de dezembro – Subseção Judiciária de Teófilo Otoni/MG.

Foto: Leonardo Costa

Foto: Leonardo Costa



29 de novembro – 6ª Vara Federal do Estado do Piauí – JEF.



13 de dezembro – Subseção Judiciária de Formosa/GO.

Foto: Ramon Pereira

Foto: Leonardo Costa



3 de dezembro – Subseção Judiciária de Guajará-Mirim/RO.



14 de dezembro – Subseção Judiciária de Uruaçu/GO.

Foto: Ramon Pereira



Foto: Brito Junior



15 de dezembro – 27ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal – JEF.



17 de dezembro – Subseção Judiciária de Bacabal/MA.

Foto: Sônia Jansen

## Projeto mutirão “Judiciário em dia”

Considerando o quantitativo crescente de processos em trâmite nesta Corte e os que nela ingressam a cada dia, obstando a celeridade na apreciação e no julgamento de tais feitos, o Tribunal assinou, no dia 18 de novembro, o convênio de adesão ao mutirão “Judiciário em dia”, do qual participam também a Corregedoria Nacional de Justiça, órgão do CNJ, e a Corregedoria-Geral da Justiça Federal, órgão do CJF. O convênio objetiva agilizar o julgamento dos processos autuados na 1ª Região até 2006 e abrangidos pela Meta 2, do CNJ.

Criado pela Corregedoria Nacional de Justiça, o projeto consiste em força-tarefa que auxiliará os gabinetes dos desembargadores federais na adoção de rotinas de trabalho modernas e racionais, buscando reduzir o acervo de processos dos tribunais regionais federais. O projeto pretende ainda o contato com grandes demandantes da Justiça Federal, a fim de que se integrem ao esforço concentrado, com o implemento de ações que contribuam para a celeridade processual, entre as quais a conciliação. O resultado esperado é que, em decorrência da tramitação mais rápida das demandas judiciais, haja mais eficiência na prestação jurisdicional.

A adesão do TRF 1ª Região envolve a convocação pela Corregedoria Regional da Justiça Federal de 14 juízes federais indicados pelo presidente do TRF 1ª Região e pelo corregedor regional da 1ª Região. Os convocados integrarão sete Turmas Suplementares, ligadas à 1ª, à 3ª e à 4ª Seções especializadas do Tribunal, que deverão cumprir a Meta 2, correspondente aos anos de 2009 e 2010. Cada Turma Suplementar será composta por um desembargador federal, que a presidirá, e por dois juízes federais convocados.

O projeto, que contará com apoio do CNJ e do CJF, terá duração de seis meses, a contar da primeira sessão de julgamento, prevista para fevereiro de 2011. Sua forma de funcionamento foi aprovada pela Corte Especial Administrativa do TRF 1ª Região, no dia 18 de novembro, por maioria, nos termos da Resolução/Presi/Cenag 25/2010. Essa norma traça as diretrizes do projeto no Tribunal, determina as competências das áreas e autoridades envolvidas e define os procedimentos a serem aplicados ao mutirão.

A mencionada resolução reafirma o propósito da Administração da Corte de cumprir o princípio constitucional da razoável duração do processo e de buscar soluções para tornar possível o julgamento das causas, contornando uma série de problemas

que interfere diretamente no ritmo dos trâmites processuais: insuficiência de espaço físico, de equipamentos de informática e, principalmente, reduzidíssimo quantitativo de pessoal, o que impede a criação de gabinetes individuais para os magistrados convocados e de unidades cartorárias autônomas para cada órgão julgador em regime de mutirão.



Foto: Saulo Cruz

Presidente Olindo Menezes ladeado pelos ministros Eliana Calmon e Francisco Falcão na solenidade de assinatura do convênio de adesão ao mutirão.

Durante o período de execução do projeto “Judiciário em dia”, as atividades desenvolvidas e as rotinas aplicadas na tramitação dos processos até o término dos procedimentos judiciais serão registradas, a fim de que as boas práticas documentadas e o aperfeiçoamento da sistemática possam ser replicadas em outras unidades jurisdicionais. Além disso, as corregedorias acompanharão a execução

## Proposta do TRF 1ª Região para a criação de novas Turmas Recursais

Após analisar minuta encaminhada pelo Conselho da Justiça Federal – CJF, contendo proposta de anteprojeto de lei com o objetivo de dotar as Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais de estrutura própria, o TRF constatou que a proposta não atendia à realidade das seções judiciárias.

O Tribunal encaminhou ao CJF contraproposta ao anteprojeto, solicitando ampliação da quantidade de Turmas Recursais de 20 para 25, com 75

dos trabalhos dos gabinetes por 180 dias, encerrado o mutirão, para avaliar o desempenho e validar as rotinas implementadas.

Após a adesão do TRF 1ª Região, o presidente Olindo Menezes reuniu-se, em 15 de dezembro, com os juízes convocados para atuar no projeto, a fim de que conhecessem os procedimentos e os preparativos para o início dos trabalhos.



Foto: Luiz Xavier

Juízes federais convocados para o mutirão reunidos com o presidente no Salão Nobre.

Em dezembro, os processos destinados ao mutirão começaram a ser organizados e triados pelos servidores da Secretaria Judiciária e dos gabinetes participantes do projeto, no Centro de Treinamento da Justiça Federal – Centrejufe. Inicialmente foram encaminhados ao mutirão cerca de 4.300 processos, a maioria relativa a matéria previdenciária. O início dos trabalhos pelos juízes convocados foi previsto para janeiro de 2011.

cargos de juízes federais para a 1ª Região, no que foi prontamente atendido. No entender do presidente do TRF, “um dos entraves à prestação jurisdicional célere é a disparidade na relação juiz por habitante” existente na 1ª Região.

Pesou a favor do TRF a incorporação de 94 novas varas federais, decorrentes da Lei 12.101/2009 e da Resolução CJF 102/2010. A partir da entrada em atividade dessas varas, o quadro atual, que já é

bastante inferior ao necessário, tende a se agravar, já que, concluídas suas instalações, o número de Juizados Especiais Federais na 1ª Região mais que dobrará, passando dos atuais 71 para cerca de 150. Em consequência, o aumento da demanda nos Juizados repercutirá nas Turmas Recursais.

O Colegiado do CJF aprovou, no dia 25 de novembro, o texto do anteprojeto que contempla a solicitação da 1ª Região, para encaminhamento ao STJ e ao Congresso Nacional. O projeto prevê a criação de 225 cargos de juiz federal e de 75 Turmas Recursais, 36 a mais que o quantitativo atual, que é de 39 Turmas.



## Projetos de Conciliação – mediação e avanços consolidados

A prática conciliatória, nos últimos anos, tem-se incorporado à cultura da Justiça Federal brasileira, tanto entre os operadores jurídicos como entre os jurisdicionados, como evidenciam os excelentes resultados dos projetos implementados.

Na perspectiva de fortalecer a conciliação no Judiciário, foi aprovada pelo CNJ, em novembro, a Resolução 125/2010, que “dispõe sobre a Política Nacional Judiciária de tratamento adequado dos conflitos de interesse no âmbito do Poder Judiciário”. O ato em questão está inserido no tratamento das políticas públicas do órgão, que busca um Poder Judiciário forte, eficiente e desburocratizado.

## Semana Nacional de Conciliação – 2010

A Semana Nacional de Conciliação de 2010, promovida pelo CNJ, em conjunto com 53 tribunais, entre os quais o TRF 1ª Região, ocorreu no período de 29 de novembro a 3 de dezembro e trouxe resultados extremamente exitosos para o Poder Judiciário.

No âmbito da Justiça Federal brasileira, foram realizadas 25.980 audiências, obtendo-se 14.991 acordos, correspondentes a 57,7% dos casos. O número de acordos firmados na 1ª Região ficou em 6º lugar no *ranking* nacional, entre os 10 maiores do país, com 6.578 acordos, o que correspondente a 66% das audiências realizadas, com destaque para os mutirões dos JEFs no estado do Pará.

**Quadro 2**  
**Resultados da Semana Nacional de Conciliação – 2010 – Justiça Federal**

Tribunais regionais federais	Audiências marcadas	Audiências realizadas	% audiências realizadas	Quantidade de acordos efetivados	% efetivação de acordo	Valor dos acordos homologados (R\$)	Valor médio por acordo (R\$)
TRF 1ª Região – DF	11.815	9.996	84,6%	6.578	65,8%	35.057.894,52	5.329,57
TRF 2ª Região – RJ	1.530	996	65,1%	672	67,5%	11.804.911,01	17.566,83
TRF 3ª Região – SP	2.921	2.921	100,0%	1.301	44,5%	13.199.071,80	10.145,33
TRF 4ª Região – RS	7.474	4.999	66,9%	3.070	61,4%	41.123.437,61	13.395,26
TRF 5ª Região – PE	8.216	7.068	86,0%	3.370	47,7%	28.482.791,21	8.451,87
Total da Justiça Federal	31.956	25.980	81,3%	14.991	57,7%	129.668.106,15	8.649,73

A 1ª Região registrou o melhor desempenho no número de acordos celebrados no âmbito dos tribunais regionais federais e dos tribunais regionais do trabalho. O destaque foram as matérias previdenciárias.

Os mutirões da 1ª Região contaram com a participação de 20 juízes federais, dezenas de servidores e mais de 300 voluntários. Resultaram em pagamentos de benefícios no montante aproximado de 15 milhões de reais e na homologação de acordos em valor total superior a 35 milhões de reais.

Em apenas dois mutirões dos Juizados Especiais Federais ocorridos no Pará, durante a Semana da Conciliação, foram realizadas mais de 7.500 audiências. A sede da Seção Judiciária, Belém, e a Subseção de Castanhal, no interior, atenderam trabalhadores de 80 dos 143 municípios do segundo maior estado do país em extensão territorial.

Foto: Secos/PA



Cerca de quatro mil audiências foram realizadas em ginásio de esportes em Belém.

Outra medida foi a inclusão, na Semana de Conciliação realizada na Justiça Federal, de acordos em feitos criminais. Os processos foram resolvidos nas duas varas federais de Governador Valadares, em Minas Gerais. Esse tipo de acordo está amparado na Lei 9.099, de setembro de 1995, que prevê as audiências (acordos) para crimes de me-

nor potencial ofensivo. “A Justiça Federal está sendo emblemática nessa questão”, afirmou o magistrado Reynaldo Soares, coordenador-geral dos projetos de conciliação da 1ª Região.

## Projeto Conciliação – Sistema Financeiro da Habitação

Os embates relacionados ao financiamento da casa própria também ocuparam boa parte das mesas de conciliação. Os processos do Sistema Financeiro da Habitação – SFH somam cerca de 30% do total de feitos em que há tentativa de acordo. Nessa área, o TRF 1ª Região promoveu, no dia 1º de dezembro, em sua sede, em Brasília, cerimônia simbólica de entrega de baixas de hipoteca a mutuários acordantes, como forma de valorizar a resolução pacífica dos conflitos judiciais.

Deu-se seguimento ao Projeto de Conciliação referente aos processos nos quais se discutiam contratos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação e que tramitavam na 2ª Instância. Nesse projeto, promovem-se audiências de conciliação nas seções e subseções judiciais, realizadas por juízes federais convidados. Oitenta e três juízes da 1ª Região participaram do projeto, tendo-se chegado a acordo em 43,89% dos casos.



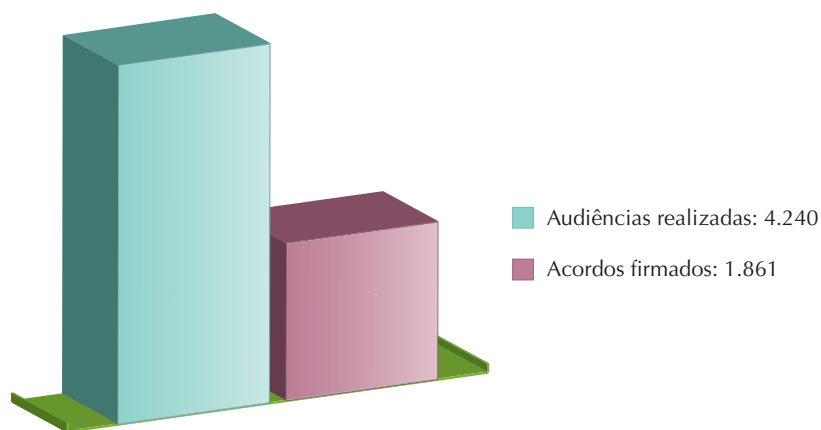
Foto: Luiz Xavier

Desembargador federal Reynaldo Fonseca, coordenador do Projeto de Conciliação, na solenidade de entrega de baixas de hipotecas.

**Quadro 3**  
**Projeto de Conciliação – Sistema Financeiro da Habitação**

	Quantidade de processos encaminhados ao Projeto de Conciliação	Quantidade de audiências realizadas	Número de acordos
Total Geral (desde 2005)	6.161	4.240	1.861

**Gráfico 1**  
**Percentual de acordos obtidos na 1ª Região – 43,89% – 2005-2010**



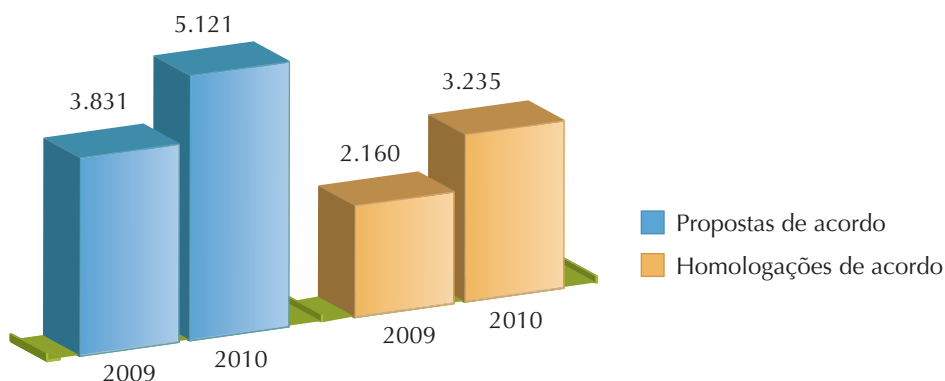
### Projeto Conciliação – INSS

No tocante ao Projeto de Conciliação nos processos previdenciários em grau de recurso no TRF 1ª Região, entre 2009 e 2010, foi registrado significativo incremento, tanto das propostas de acordo expedidas pelo INSS para manifestação pelas partes, com elevação de 33%, quanto do número de acordos firmados, elevados em 49%.

**Quadro 4**  
**Processos previdenciários em grau de recurso**

Resultados	2009	2010
Mandados de intimação expedidos com proposta de acordo do INSS	3.831	5.121
Acordos firmados	2.160	3.235

**Gráfico 2**  
**Percentual de acordos obtidos na 1ª Região: 63,17% – 2009-2010**



### Projeto Conciliação nos JEFs

Também nos JEFs deu-se prosseguimento ao projeto de conciliação – Projeto de Conciliação dos Juizados Especiais Federais, em esforço conjunto com as entidades públicas, notadamente com a União, o INSS, a Caixa Econômica Federal e a Empresa Gestora de Ativos – Emgea, bem como nos processos previdenciários, em projeto conjunto com o INSS.

Além dos projetos de conciliação mencionados, as varas comuns da 1ª Região continuaram realizando expressiva quantidade de audiências de conciliação, notadamente no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dos contratos comerciais da CEF.

O quadro a seguir resume os excelentes resultados das iniciativas conciliatórias da 1ª Região desde 1996 e espelha os incrementos alcançados.

**Quadro 5**  
**Análise comparada do Projeto de Conciliação – 2006 a 2009**

Ano	Quantidade de processos encaminhados ao Projeto de Conciliação	Quantidade de audiências realizadas	Número de acordos
2006	1.829	1.022	532
2007	4.459	2.706	1.357
2008	4.685	3.307	1.536
2009	5.449	3.734	1.620

### Retomada das obras da nova sede do Tribunal

Após anos de negociação e denodados esforços do Tribunal, foi iniciada a construção da sede própria do TRF 1ª Região, marcada pela busca de soluções para a restrição orçamentária e por problemas técnicos com as empresas contratadas.

O primeiro contrato com o consórcio de empresas vencedor do certame foi rompido. Em 2010, o contrato com a empresa ganhadora da segunda licitação também teve de ser cancelado pelo Tribunal, devido a inúmeros atrasos, entre outros problemas.

A retomada das obras, paralisadas em virtude de exigências do TCU e do CNJ, foi um dos maiores desafios vivenciados pela Administração do Tribunal em 2010. A premência por realizar nova licitação para contratar empresa com os requisitos necessários a uma obra de grande envergadura, como a futura sede, aliada à necessidade de dar prosseguimento ao cronograma financeiro de 2010, exigiu complexas providências e especial empenho do Tribunal.

Em setembro, foi instituída a Comissão Especial de Licitação do Tribunal, cujos trabalhos resultaram na realização de concorrência e contratação



Foto: Brito Junior

Dirigentes prestigiam momento da assinatura do contrato com a empresa ganhadora da concorrência.

da empresa encarregada pela terceira etapa das obras, a Engefort Construtora Ltda.

Os serviços serão retomados a partir de janeiro de 2011, com a complementação das fundações e dos elementos estruturais. A previsão é de que essa etapa seja concluída em 20 meses.

## Revitalização do Memorial do Tribunal

O Memorial Mauro Leite Soares foi totalmente revitalizado. Criado em 1995 com o objetivo de resguardar a memória desta Corte, o espaço e o acervo passaram por pequena revisão e remodelação em 2002.

As mudanças realizadas em 2010, que culminaram na reinauguração do espaço no dia 15 de abril, abrangeram, desde a escolha de um novo local, muito mais amplo, de fácil acesso e com boa visualização, até a total revisão do acervo.

A nova sala conta com ampla estrutura e tecnologia interativa, que possibilita aos visitantes, por exemplo, acessar, por meio de telas *touch screen*, fotos do acervo do Tribunal e fatos importantes que marcaram sua história. Possui matérias de jornais datadas de 1988, quando da criação da Corte e vídeos institucionais, que relatam momentos relevantes da 1ª Região. Ainda fazem parte do Memorial Mauro Leite Soares a Galeria dos Desembargadores, lugar reservado para homenagear magistrados

da Casa, a Linha do Tempo — um painel com fatos marcantes desde os primórdios do TRF 1ª Região — e a maquete da futura sede.



Foto: Brito Junior

Reinauguração do Memorial Leite Soares.

## Sessões administrativas realizadas

Para a apreciação das matérias administrativas do Tribunal e das seções e subseções judiciárias, entre as quais a revisão geral do *Regimento Interno* do Tribunal, foram realizadas pelo Plenário, pela Corte Especial Administrativa e pelo Conselho de Administração um total de 36 sessões de julgamento.

**Quadro 6**  
Quantitativo de sessões administrativas

Colegiado	Sessões ordinárias	Sessões extraordinárias	Total
Plenário	4	3	6
Corte Especial Administrativa	16	3	18
Conselho de Administração	12	0	12
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>6</b>	<b>36</b>

**Quadro 7**  
Participação em sessões do Conselho da Justiça Federal – CJF

Data	Tipo de sessão
13/05	Ordinária
29/06	Ordinária
03/08	Ordinária
31/08	Extraordinária (Participação do des. federal José Amilcar Machado, vice-presidente)
27/09	Ordinária
25/10	Ordinária
25/11	Ordinária
13/12	Ordinária

## Juízes federais convocados para auxiliar a Presidência

No decorrer de 2010, a Presidência contou com o valioso auxílio dos juízes federais convocados indicados no quadro a seguir.



### Quadro 8 Juizes federais convocados para auxiliar a Presi

Juiz federal	Vara de origem	Convocação	Período
César Cintra Jatahy Fonseca	2ª Vara – SJ/BA	Ato/Presi/Asmag – 357, de 22/04/2010	A partir de 23/04
José Alexandre Franco	6ª Vara – SJ/PA	Ato/Presi/Asmag – 357, de 22/04/2010	A partir de 23/04

### Quadro 9 Convênios, termos de cooperação e protocolos de intenção firmados

Data	Instituição	Objeto
10/03	Fundação Universidade de Brasília	Instalação, na cidade de Ceilândia/DF, de posto avançado de atendimento do JEF da SJ/DF
15/03	Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – Ibef	Treinamento/curso profissional aos servidores do TRF
19/04	Fundação Universidade de Brasília	Cooperação técnico-científica de pesquisa e desenvolvimento para a execução do projeto “Metodologia para análise de qualidade em projetos de engenharia na área de construção civil”. Estudo do caso: Obra da nova sede do TRF
20/04	Banco do Brasil	Sistema eletrônico de licitações disponibilizado pelo Banco do Brasil (Licitações-E) com a finalidade de realizar, por intermédio da internet, processos licitatórios eletrônicos para aquisição de bens e serviços comuns
10/08	Pátio Brasil Shopping	Destinação de lâmpadas fluorescentes usadas, pilhas e baterias de celulares utilizadas no TRF 1ª Região
08/11	Instituto Legislativo Brasileiro – ILB	Cooperação técnico-científica e cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento industrial, por meio de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum
18/11	CNJ, CJF e TRF 1ª Região	Projeto mutirão “Judiciário em dia”, para julgamento dos processos da Meta 2, que tramitam no Tribunal.

## Integração e modernização das atividades

A Presidência promoveu reuniões com o corpo diretivo da Administração do Tribunal, com o objetivo de impulsionar a integração entre os gestores e aprimorar a organização e as estratégias de trabalho.

**Quadro 10**  
**Reuniões com o corpo diretivo do Tribunal**

Especificação	Data	Unidades participantes	Objetivo
1º Encontro de Gabinetes do TRF 1ª Região	19/05	Chefes de assessoria e de gabinetes dos desembargadores federais	Propiciar a troca de informações e otimizar a prestação jurisdicional
1ª Reunião Avaliativa de Gestão (1ª etapa)	22/10	Cenag, Secju, Secin, Secor, Secoi, Secbe, Secre e Secad	Avaliar os trabalhos dos primeiros 6 meses de gestão
1ª Reunião Avaliativa de Gestão (2ª etapa)	12/11	Asesp, Segep, Ascom, Asrep, Asret, Gapre, Asjur, Asmag, Cojud, Corej, Gadir e Diges	Avaliar os trabalhos dos primeiros 6 meses de gestão

Com o mesmo propósito, realizou visitas às unidades administrativas, para conhecer de perto os dirigentes, servidores e a estrutura do TRF 1ª Região.

**Quadro 11**  
**Visitas do presidente às unidades administrativas**

Data	Edifício	Unidade administrativa visitada
16/07	Ed. Funasa	Secre
		Cojud
		Corej
		Ouvidoria
22/07	Secad – primeira visita oficial ao canteiro de obras da nova sede do TRF 1ª Região	
27/07	Ed. Adriana	Secoi
		Secor
		Secad
28/07	Ed. Cabo Frio	Secbe
		Secin
21/09	Ed. Sede II	Diatu/Secin
		Ditec/Secin
		Dicad/Secad
		Secju
		Corip/Secju
		Corec/Secju
		Coordenadoria das Turmas
		Cocse
		Asmag
		Cenag
		Diget
Diges		

## Expedientes normativos

Em cumprimento aos dispositivos regimentais previstos no art. 21, IX, que atribuem ao presidente a incumbência de baixar as resoluções referentes à deliberação do Plenário, da Corte Especial ou do Conselho de Administração, foram expedidas as seguintes resoluções:

### Quadro 12 Resoluções expedidas

N.	Data de expedição	Assunto
1	28/01	Altera o Anexo I da Resolução/Presi 600-25 de 07/12/2009, que dispõe sobre o cronograma de implantação do Processo Digital da 1ª Região – e-Jur
2	08/02	Altera a Resolução 600-17 de 28/06/2005, que define municípios jurisdicionados às subseções judiciárias da 1ª Região
3	08/02	Altera a Resolução/Presi 600-10 de 23/03/2009 e divulga o quadro de professores eméritos da Esmaf
4	22/02	Atribui denominação à Gráfica do Tribunal Regional Federal da 1ª Região
5	25/02	Dispõe sobre o retorno às varas de origem de juízes federais que atuam no TRF 1ª Região
6	06/03	Altera o Anexo I da Resolução/Presi 600-25 de 07/12/2009, que dispõe sobre o cronograma de implantação do e-Jur
7	04/03	Convalida os atos praticados pelos juízes federais convocados em auxílio aos gabinetes dos desembargadores federais no período de 1º a 5 de março de 2010
8	11/03	Dispõe sobre o mandato dos juízes diretores e vice-diretores do foro e de subseção judiciária
9	25/03	Estabelece novas diretrizes para a utilização do Sistema de Transmissão de Atos Processuais da Justiça Federal da 1ª Região – e-Proc e para o e-Jur
10	06/04	Revoga a Resolução 17 de 11/10/2001, que dispõe sobre a aquisição e classificação patrimonial de obras bibliográficas no Tribunal e nas seções judiciárias da 1ª Região
11	13/04	Dispõe sobre a especialização das 2ª e 4ª Varas Federais da Seção Judiciária do Estado do Amazonas em matéria criminal
12	13/04	Dispõe sobre a especialização da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia em matéria criminal
13	10/05	Suspende cronograma de implantação do e-Jur
14	13/05	Autoriza a instalação na 1ª Região, em 2010, de 19 varas federais criadas pela Lei 12.011/2009
15	17/05	Altera o art. 17, II, d, da Resolução/Presi 600-009 de 21/08/2007, que regulamenta a concessão de bolsa de estudos para pós-graduação <i>lato sensu</i> aos servidores da Justiça Federal da 1ª Região
16	10/06	Torna público o <i>Regimento Interno das Turmas Recursais e dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região</i>

N.	Data de expedição	Assunto
17	17/06	Institui a Turma Suplementar de Apoio à 1ª Seção para atuar, em esforço concentrado, no TRF 1ª Região
18	25/06	Referenda a Resolução Presi/Cenag 17 de 17/06/2010 e promove alteração em seus artigos 1º e 8º
19	13/08	Atribui denominação ao edifício sede da Subseção Judiciária de Parnaíba, da Seção Judiciária do Estado do Piauí
20	13/08	Prorroga o prazo de suspensão do cronograma de implantação do e-Jur, definido na Resolução Presi/Cenag 13 de 10/05/2010
21	09/09	Revoga o art. 5º e o Anexo I da Resolução Presi/Cenag 600-23/2009
22	03/11	Altera a Resolução Presi/Cenag 14/2010 para autorizar a instalação de varas federais criadas pela Lei 12.011/2009 em Teresina/PI, Brasília/DF e Cuiabá/MT
23	04/11	Dispõe sobre a especialização da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso em matéria criminal e dá outras providências
24	18/11	Autoriza a instalação, em 2011, de 19 varas federais criadas pela Lei 12.011/2009
25	18/11	Disciplina a realização e o funcionamento de mutirão na 1ª, 3ª e 4ª Seções especializadas do Tribunal, conforme convênio celebrado com a Corregedoria Nacional de Justiça e a Corregedoria Regional da Justiça Federal, respectivamente, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho de Justiça Federal
26	25/11	Aprova o Regimento Interno do Conselho Deliberativo do Pro-Social
27	21/12	Cria o serviço de central de mandados nas subseções judiciárias da 1ª Região
28	21/12	Destina funções comissionadas para os JEFs adjuntos das varas das subseções judiciárias da 1ª Região e dispõe sobre a organização dos JEFs autônomos

---

# ASESP

Assessoria Especial da Presidência

---

A Assessoria Especial da Presidência – Aesp tem como atribuição apoiar o Tribunal na articulação com o Poder Legislativo e acompanhar, de acordo com a determinação do presidente, assuntos de interesse da 1ª Região em andamento em órgãos externos, nas esferas municipal, estadual e federal.

A Aesp prestou assessoramento ao presidente do Tribunal nas solenidades de inauguração de novas varas e subseções judiciárias, nas posses de diretorias de foro, nas visitas protocolares realizadas e recebidas, nas visitas às unidades administrativas do Tribunal e ainda acompanhou a diretora do Foro da Seção Judiciária do Estado da Bahia, Cynthia de Araújo, à Câmara e ao Senado Federal, visando angariar recursos para as obras nas subseções judiciárias de Jequié e Feira de Santana.



Foto: Leonardo Costa

Inauguração da Subseção Judiciária de Diamantino/MT.



Foto: Leonardo Costa

Inauguração da Subseção Judiciária de Guajará-Mirim/RO.

Dando cumprimento às suas atividades de natureza parlamentar, a Aesp acompanhou a tramitação das emendas ao orçamento e emendas constitucionais na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, conforme quadros seguintes.

**Quadro 13**  
**Emendas de interesse da Justiça Federal ao PL 59/2010 – LOA/2011**

Seção judiciária	Cidade	Projeto	Emenda	Parlamentar	Valor R\$	Total R\$
AP	Macapá	CES* – Macapá	71050008	Bancada do Amapá – PMDB/AP	20.000.000	20.000.000
RR	Boa Vista	CES – Boa Vista	10510004	Luciano Castro – PR/RR	500.000	1.000.000
			19160004	Francisco Rodrigues – DEM/RR	500.000	
		Reforma e ampliação do edifício sede de Boa Vista	10510005	Luciano Castro – PR/RR	1.500.000	1.500.000
		<b>Total Roraima</b>				
TO	Palmas	CEA** – Palmas	12010016	Eduardo Gomes – PSDB/TO	300.000	2.600.000
			24280002	João Oliveira – DEM/TO	100.000	
			20450004	João Ribeiro – PR/TO	300.000	
			23590005	Kátia Abreu – DEM/TO	300.000	
			23930007	Laurez Moreira – PSB/TO	100.000	
			22720005	Leomar Quintanilha – PMDB/TO	200.000	
			24290001	Lázaro Botelho – PP/TO	200.000	
			24270014	Nilmar Ruiz – PR/TO	100.000	
			16400022	Osvaldo Reis – PMDB/TO	500.000	
			23910023	Moisés Avelino – PMDB/TO	200.000	
		24300003	Vicentino Alves – PR/TO	300.000		
BA	Feira de Santana	CES – Feira Santana	71060015	Bancada da Bahia – sem partido/BA	20.000.000	20.000.000
	Jequié	CES – Jequié	20090023	César Borges – PR/BA	1.000.000	1.650.000
		CES – Jequié	17110005	Féliz Mendonça – DEM/BA	500.000	
		CES – Jequié	24020021	Veloso – PMDB/BA	150.000	
<b>Total Bahia</b>					<b>21.650.000</b>	
PA		CES – Santarém	24130007	Lira Maia – DEM/PA	300.000	300.000
<b>Total</b>					<b>47.050.000</b>	

\* Construção do edifício sede.

\*\* Construção do edifício anexo.

**Quadro 14**  
**Proposta de emenda à Constituição – PEC**  
**Tramitação: Câmara dos Deputados**

PEC	Ementa	Última tramitação
406/2001	Acrescenta o § 5º ao art. 103 da Constituição Federal. Explicação da ementa: autoriza o Supremo Tribunal Federal a, nos casos de incidente de constitucionalidade, para a ação direta de inconstitucionalidade, suspender todos os processos para proferir decisão que verse exclusivamente sobre matéria constitucional, alterando a nova Constituição Federal. (Por desmembramento da PEC – 382/2001.)	22/04/2009 – Ato da Presidência: cria comissão especial, nos termos do § 2º do art. 202 do Regimento Interno. DCD de 23/04/2009, p. 14.240, col. 2
544/2002	Cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões	22/06/2010 – Apresentação do Requerimento 7.102/2010 pelo deputado Ricardo Barros (PP-PR), que requer a inclusão da proposta na ordem do dia
358/2005	Altera dispositivos dos arts. 21, 22, 29, 48, 93, 95, 96, 98, 102, 103-B, 104, 105, 107, 111-A, 114, 115, 120, 123, 124, 125, 128, 129, 130-A e 134 da Constituição Federal, acrescenta os arts. 97-A, 105-A, 111-B e 116-A e dá outras providências. Explicação da ementa: inclui a necessidade de permanência de 3 anos no cargo para que o magistrado tenha direito à vitaliciedade na função; proíbe a prática de nepotismo nos tribunais e juízos; altera a composição do STM e inclui competências para o STF e STJ; institui a “Súmula impeditiva de recursos”, a ser editada pelo STJ e TST – Reforma do Judiciário. Altera a Constituição Federal de 1988	03/11/2010 – Plenário – Apresentação do Requerimento 7.386/2010 pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que requer, nos termos do § 6º do art. 114, inciso XIV, do Regimento da Câmara dos Deputados, a inclusão da proposta na ordem do dia
457/2005	Altera o art. 40 da Constituição Federal, relativo ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	03/11/2010 – Plenário – Apresentação do requerimento 7.388/2010 na ordem do dia pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que solicita inclusão da proposta na pauta de votações
178/2007	Dá nova redação aos arts. 93, 95 e 103-B da Constituição Federal, para vedar a concessão de aposentadoria como medida disciplinar e estabelecer a perda de cargo de magistrado nos casos de quebra de decoro	04/05/2010 – Apresentação do requerimento de constituição de comissão especial da PEC 6.763/2010 pelo deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), que solicita a instalação da comissão especial destinada a proferir parecer à PEC 178/2007
03/2007	Altera o inciso XII do art. 93 da Constituição Federal. Explicação da ementa: permite férias coletivas nos juízos e tribunais de 2º grau. Altera a Constituição Federal de 1988 (férias coletivas)	15/12/2009 – Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão Especial publicado no DCD de 16/12/2009, p. 71.541, col. 2, letra B.
210/2007	Altera os arts. 95 e 128 da Constituição Federal, para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do Ministério Público	03/11/2010 – Plenário – Apresentação do Requerimento 7.380/2010 pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que requer inclusão na ordem do dia da PEC 210/ 2007



**Quadro 15**  
**Proposta de emenda à Constituição – PEC**  
**Tramitação: Senado Federal**

PEC	Ementa	Última tramitação
50/2003	Modifica a Constituição Federal, para denominar como desembargadores federais os membros dos Tribunais Regionais Federais	17/03/2009 – Avocada a relatoria pelo presidente da Comissão, senador Demóstenes Torres (art. 129 do RISF). (Tramitam em conjunto as PECs 50, 63, 68, 73 e 83 de 2003; 27, 29 e 52 de 2004; 42 e 68 de 2005; 5 e 27 de 2006; 13, 32, 70 e 97, de 2007 e 6, 30 e 34 de 2008.)
29/2004	Altera a redação dos arts. 105, I, “a”, e 108, I, “c” e “d”, da Constituição Federal, para incluir na competência do Superior Tribunal de Justiça o processo e julgamento de membros do Ministério Público Estadual quando se tratar de prática de crimes comuns e de responsabilidade e para submeter aos tribunais regionais federais o processo e julgamento de mandados de segurança e de <i>habeas corpus</i> impetrados contra ato praticado por membro do Ministério Público Federal	17/03/2009 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ Situação: matéria com a relatoria Ação: avocada a relatoria pelo presidente da Comissão, senador Demóstenes Torres (art. 129 do RISF) (Tramitam em conjunto as PECs 50, 63, 68, 73 e 83 de 2003; 27, 29 e 52 de 2004; 42 e 68 de 2005; 5 e 27 de 2006; 13, 32, 70 e 97 de 2007 e 6, 30 e 34 de 2008.)
12/2006	Acrescenta o § 7º ao art. 100 da Constituição Federal e o art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pela União, estados, Distrito Federal e municípios	17/08/2010 – Secretaria de Expediente – SEXP Ação: recebido neste órgão às 15h27
33/2006	Acrescenta parágrafo ao art. 107 da Constituição Federal. (Os tribunais regionais federais constituirão câmaras e varas com competência exclusiva para julgamento de crimes contra a Administração Pública, o sistema financeiro nacional etc.)	29/04/2010 – Subsecretaria da Coordenação Legislativa do Senado – SSCLSF Ação: juntado quadro comparativo (fls. 22 a 24)
21/2008	Altera os arts. 95 e 128 da Constituição Federal, para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do Ministério Público	05/08/2010 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ. Pronta para a pauta na comissão. Ação: juntado o ofício OFGSJAYM 756/2010-AR, que solicita a retirada de voto em separado, de autoria do Senador Jayme Campos

---

# ASRET

Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários

---

A Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários – Asret, subordinada à Presidência do Tribunal, tem por missão institucional prestar assessoramento ao presidente nos feitos judiciais que lhe são atribuídos — suspensão de segurança, avocatória e cautelar para prestar efeito suspensivo a RE e REsp — e nos que lhe são submetidos para exame de admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários. Inserem-se ainda em suas atribuições o assessoramento durante o plantão judicial, fazendo a análise prévia dos pedidos liminares.

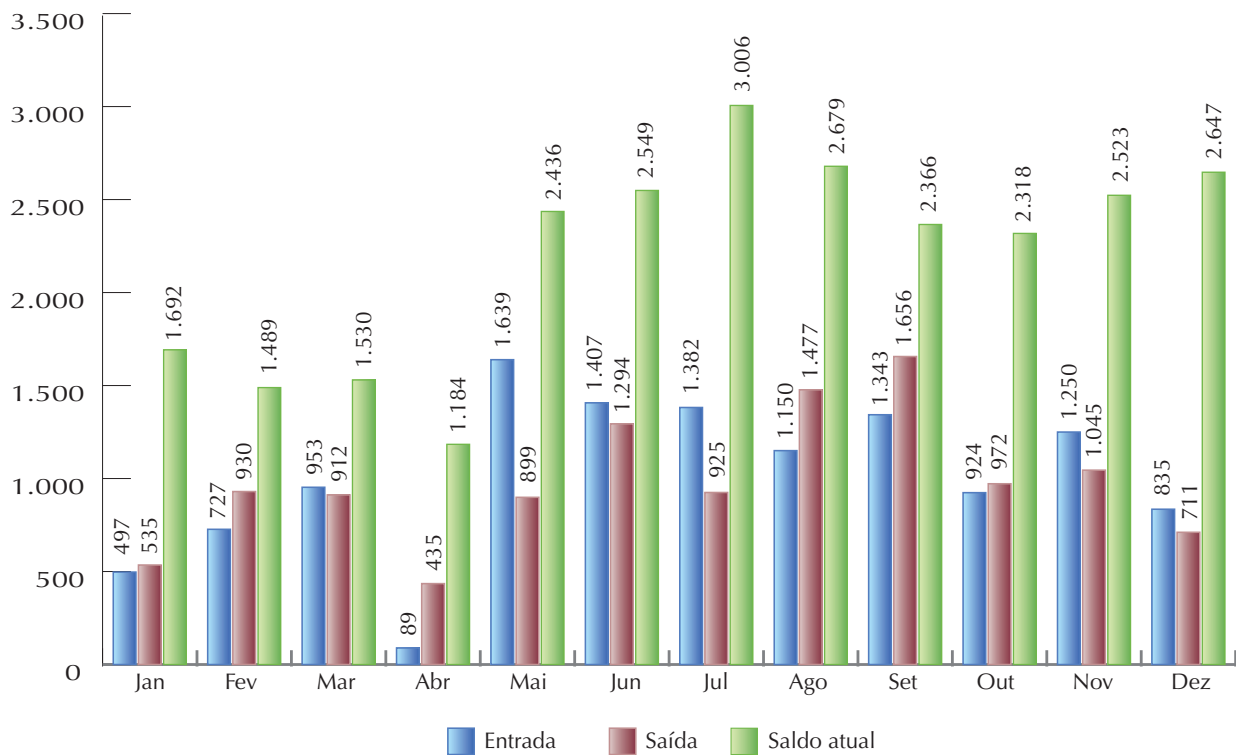
Nos feitos submetidos a exame de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário e nas cautelares com pedido de efeito suspensivo para

esses recursos, a Presidência, por meio da Portaria/ Presi/Cenag 174 de 22/04/2010, delegou ao vice-presidente a competência para a análise dos feitos oriundos da 1ª e 3ª Seções, mantidos os da 2ª e 4ª Seções na Presidência.

Com a edição da Resolução/Presi 600-19, de 19/08/2009, os processos submetidos ao regime de plantão passaram a ser examinados de forma compartilhada pelo presidente, pelo corregedor regional e pelo vice-presidente em períodos quinzenais, conforme cronograma divulgado no *site* do Tribunal.

No ano de 2010, foram proferidos despachos e decisões em 14.998 processos.

**Gráfico 3**  
**Movimentação de processos**



**Quadro 16**  
**Processos analisados**

Natureza	Quantidade	Natureza	Quantidade
RE admitido	196	Despacho proferindo juízo de retratação	552
REsp admitido	1.482	AI em RE prejudicado	21
RE não admitido	1.045	AI em REsp prejudicado	3
REsp não admitido	3.542	Agravo Regimental prejudicado	20
REsp – negado seguimento	70	Agravo Regimental provido	5
RE – negado seguimento	9	Agravo Regimental não provido	100
Despacho diverso proferido	1.379	Agravo Regimental não conhecido	9
Decisão diversa proferida	424	Embargos de declaração acolhidos	17
REsp. ades. não admitido	5	Embargos de declaração rejeitados	55
RE ades. não admitido	1	Embargos de declaração não conhecidos	5
REsp ades. admitido	1	REsp prejudicado	20
RE ades. admitido	1	RE prejudicado	86
Decisão em plantão	14	Medida cautelar deferida	3
Despacho em plantão	0	Medida cautelar indeferida	1
Suspensão de liminar deferida	30	Avocatória indeferida	2
Suspensão de liminar indeferida	35	RE – elet. enc. STF – via Corec	0
Suspensão de segurança deferida	8	REsp sobrestado na Corec (diversos)	3.651
Suspensão de segurança indeferida	12	RE sobrestado na Corec (diversos)	2.126
Dec. diversa em suspensão de segurança	8	Memorandos expedidos	14
Desp. diverso em suspensão de segurança	26	Ofícios expedidos	6
Desp. diverso em suspensão de liminar	14	<b>Total</b>	<b>14.998</b>

---

# SEGEP

Secretaria-Geral da Presidência

---

A Secretaria-Geral da Presidência – Segep prestou assessoramento técnico e administrativo à Presidência, colaborou na execução dos trabalhos, na integração entre as diversas áreas e unidades do Tribunal prestou esclarecimentos ao público interno e externo.

O secretário-geral acompanhou o presidente do Tribunal em solenidades oficiais e em recepções a autoridades, além de manifestar-se em processos administrativos submetidos à sua apreciação.

A Segep também foi responsável pelo assessoramento direto à Presidência no desenvolvimento de dois projetos considerados estratégicos para o Tribunal, em razão do alcance dos seus resultados, descritos a seguir.

### **Instalação das varas federais criadas pela Lei 12.011/2009**

À Secretaria-Geral da Presidência foi incumbida a coordenação da comissão criada pela Presidência, pela Portaria/Presi/Cenag 179 de 27/04/2010, que tem por fim identificar as necessidades logísticas, materiais, financeiras e tecnológicas para a instalação e funcionamento das novas varas, composta por representantes da Secad, Secin, Secor, Secre e Cenag. Foram positivos os resultados alcançados, uma vez que a comissão, como instância facilitadora das providências a serem adotadas pelas diversas seccionais, cumpriu seu papel adequadamente.

O primeiro objetivo da comissão foi orientar e apoiar as seções judiciárias na identificação ou adaptação dos imóveis onde funcionariam as novas varas. Para tanto, foi preparada uma planilha para avaliação inicial de imóveis por critérios objetivos, que embasaram a escolha e a decisão em relação às necessidades judicantes e cartorárias. A planilha permite analisar os imóveis quanto a localização, proximidade a bancos e órgãos afins, segurança, facilidade de acesso, estacionamento, área dispo-

nível para acomodação das atividades, custos de reformas e outros quesitos relevantes. Nessa mesma perspectiva, os membros da comissão foram aos municípios onde seriam instaladas novas subseções em 2010, a fim de agregar esforços para a escolha dos imóveis.

Confirmados os imóveis, todos os procedimentos para as adequações prediais, aquisição de móveis, instalação ou adaptação das redes lógica e de dados foram acompanhados pela Administração de cada seccional.

No Tribunal, a comissão acompanhou todas as providências que ficaram a cargo das áreas técnicas, como liberação de créditos orçamentários, aquisição, instalação e distribuição dos equipamentos de informática, remoção e designação de juízes, remoção e nomeação de servidores, regulamentação, estruturação e organização das novas varas.

Coube ainda ao presidente da comissão organizar, com o presidente do Tribunal, o calendário de inauguração das varas, a partir do qual todas as ações do cerimonial e da imprensa foram implementadas.



Reunião da Comissão de instalação das varas criadas pela Lei 12.011/2009 – junho/2010.

Foto: Brito Júnior

O quadro a seguir consolida as seções e subseções judiciárias da 1ª Região que receberam novas varas federais no ano de 2010.

**Quadro 17**  
**Varas federais instaladas na 1ª Região em 2010**

UF	Cidade	Instalação	Portaria	Vara	Tipo	Competência
AM	Manaus	28/05	201 de 18/05/2010, alterada pela 370/2010	7ª Vara federal	Ambiental e agrária, com JEF adjunto criminal	Cível, criminal e execução fiscal
DF	Distrito Federal	15/12	443 de 10/11/2010	27ª Vara federal	Juizado Especial Federal	Cível
GO	Formosa	13/12	437 de 10/11/2010	Vara Única federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal
GO	Uruaçu	14/12	438 de 10/11/2010	Vara Única federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal
MA	São Luís	02/07	249 de 24/06/2010	9ª Vara federal	Juizado Especial Federal	Cível
MA	São Luís	02/07	248 de 24/06/2010	8ª Vara federal	Ambiental e Agrária, com JEF adjunto criminal	Cível, criminal e execução fiscal
MA	Bacabal	17/12	439 de 10/11/2010	Vara Única federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal
MG	Belo Horizonte	18/06	230 de 11/06/2010	33ª Vara federal	Juizado Especial Federal	Cível
MG	Paracatu	19/11	432 de 10/11/2010	Vara Única federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal
MG	Unaí	26/11	434 de 10/11/2010	Vara Única federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal
MG	Teófilo Otoni	10/12	436 de 10/11/2010	Vara Única federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal
MT	Diamantino	22/11	433 de 10/11/2010	Vara Única federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal
MT	Cuiabá	23/11	445 de 10/11/2010	7ª Vara federal	Criminal com JEF adjunto criminal <sup>2</sup>	Criminal
PA	Belém	27/05	200 de 18/05/2010, alterada pela 229/2010 e pela 369/2010	9ª Vara federal	Ambiental e agrária, com JEF adjunto criminal	Cível, criminal e execução fiscal
PI	Parnaíba	20/08	321 de 17/08/2010	Vara Única federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal
PI	Teresina	29/11	442 de 10/11/2010	7ª Vara federal	Juizado Especial Federal	Cível e criminal
RO	Porto Velho	09/07	250 de 24/06/2010	5ª Vara federal	Ambiental e agrária com JEF adjunto criminal	Cível, criminal e execução fiscal
RO	Guajará-Mirim	03/12	435 de 10/11/2010	Vara Única federal	Geral com JEF adjunto (fronteira)	Cível e criminal
TO	Araguaína	16/11	431 de 10/11/2010	Vara Única federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal

No final de 2010, a comissão direcionou seus esforços aos preparativos para a instalação das 19 varas autorizadas para o ano de 2011, avaliando as possibilidades logísticas das seccionais e do Tribunal e adotando as providências necessárias à instalação das novas unidades judiciárias com a brevidade possível.

## Comissão de licitação para a terceira etapa da construção da sede do Tribunal

O segundo projeto diz respeito à designação do secretário-geral da Presidência para presidir a Comissão de Licitação destinada à escolha da empresa que realizará a terceira etapa da obra da nova sede do TRF 1ª Região. A licitação, na modalidade Concorrência, foi realizada, alcançando plenamente seu objetivo.

À Secretaria-Geral da Presidência estão subordinadas as Assessorias de Comunicação Social – Ascom e de Representação e Programação Social – Asrep, cujas informações são apresentadas separadamente neste relatório, e a Seção de Consultoria em Língua Portuguesa – Sepor.

### Consultoria em Língua Portuguesa

A Sepor revisou documentos assinados pela Presidência e deu prosseguimento ao projeto Consultoria em Língua Portuguesa, prestando atendimento especializado, *in loco*, a diversos gabinetes de desembargadores federais e a outras unidades produtoras de textos que são assinados pelo presidente do Tribunal.

O atendimento para dirimir dúvidas de redação e gramática estendeu-se às unidades e aos servidores do Tribunal e da 1ª Região por meio de consultas telefônicas (3314-5198) e de *e-mail* (consultoria.portugues@trf1.jus.br).

A Sepor realizou ainda as seguintes atividades:

- revisão de diversos documentos e publicações em parceria com a Diedi, Secin, Biblioteca, Asmag e UniCorp;
- aulas de português para estagiários e recepcionistas lotados na Presidência do Tribunal e para servidores da Dicap;
- publicação eletrônica *O quê do mês*.

#### Quadro 18 Publicação *O quê do mês*

Número	Tema	Autor
50	Paralelismo sintático	Ana Guimarães Toledo
51	Sutilezas do novo Acordo Ortográfico	Edelweiss de Moraes Mafra
52	Como compor o voto de um acórdão em apelação	Elizabeth Alves de Oliveira
53	O recurso improvido tornou-se imexível. A frase está correta?	Eduardo Sabbag
54	Não faça previsões erradas: diga “quando eu previr”!	Eduardo Sabbag
55	Como compor o voto de um acórdão em embargos de declaração	Elizabeth Alves de Oliveira (publicado no dia 07/01/2011)



---

# ASREP

Assessoria de Representação e Programação Social

---

**E**ncarregada de planejar, organizar e promover as sessões solenes, eventos, comemorações e recepções do Tribunal e de suas seções judiciárias, a Assessoria de Representação e Programação Social – Asrep realizou 123 eventos de integração social, sempre observando as normas de cerimonial. Entre os eventos, destacam-se:

- assinaturas de convênios, contratos e acordos firmados pelo Tribunal;
- posse de desembargador federal;
- comemoração do 21º aniversário da Corte;

- inaugurações de novas sedes;
- posse de desembargadora federal do Tribunal como ministra do STJ;
- participação em jornadas jurídicas, em conjunto com a Esmaf;
- organização das exposições TRF Mix do Dia das Mães e TRF Mix de Natal;
- celebração da Missa de Natal.

### Posse da nova Administração do Tribunal

A Asrep destacou-se pela excelência da organização e condução da sessão solene de posse da nova Administração do Tribunal, realizada no dia 22 de abril, quando foram empossados o presidente, o vice-presidente e o corregedor regional, desembargadores federais Olindo Menezes, José Amilcar Machado e Cândido Ribeiro, respectivamente.

No dia seguinte, organizou a solenidade de posse dos novos dirigentes das unidades administrativas do Tribunal, na qual foram empossados o diretor-geral da Secretaria do Tribunal, o secretário-geral da Presidência, diretores de secretaria, chefes de assessoria, diretores de coordenadorias de divisão.



Sessão solene de posse da nova Administração do Tribunal.



Desembargadora federal Mônica Sifuentes assinando termo de posse em março de 2010.

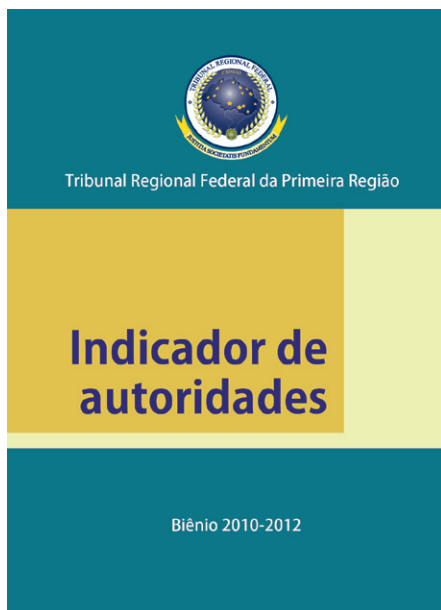
- posse dos novos dirigentes do Tribunal;
- inauguração das novas varas federais e subseções judiciárias;
- transmissão do cargo de diretor de Foro nas seccionais;
- organização de exposições de arte no espaço cultural do Tribunal;
- coordenação do programa de visitas Bem-vindo ao TRF 1ª Região;
- solenidades de transmissão das funções de diretor de Foro;
- organização de reuniões e encontros;

## Indicador de autoridades

A Asrep promoveu a atualização do *Indicador de autoridades*. Trata-se de publicação de bolso, de caráter reservado, que reúne, com segurança, importantes informações para magistrados e dirigentes, permitindo rápida consulta a endereços e telefones institucionais e particulares no âmbito do Tribunal. Possibilita ainda a consulta aos endereços e telefones das seções judiciárias da 1ª Região, do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, dos Tribunais Regionais Federais da 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, do Tribunal de Contas da União, da Ajufer e da Ajufer.

## Regulamento do cerimonial

Com o objetivo de uniformizar a imagem institucional da Corte, foi iniciado estudo para aprimorar o Regulamento do cerimonial, contemplando principalmente a atualização da ordem de precedência, com a inclusão das novas carreiras jurídicas criadas após a publicação do antigo regulamento.



Também foi atualizado o Regulamento do cerimonial das seções judiciárias, unificando eventos institucionais, respeitando-se, contudo, a diversidade de cada uma das unidades da Federação.

## Inaugurações de subseções judiciárias e varas federais

Entre os eventos realizados em 2010, destacam-se as inaugurações das varas federais e das subseções judiciárias. Os 18 eventos de inauguração, que contaram com a presença de autoridades locais e estaduais, parlamentares e chefes dos Poderes Executivo e Legislativo, tiveram a efetiva participação da Asrep em sua organização.



Presidente do TRF, Olindo Menezes, hasteando a bandeira na solenidade de instalação da Subseção Judiciária de Parnaíba/PI.

Foto: Leonardo Costa

**Quadro 19**  
**Solenidades, sessões solenes e eventos na 1ª Região**

Data	Tipo	Nome	Local
12/01	Solenidade	Apresentação do sistema Processo digital da 1ª Região – e-jur	Seção Judiciária do Distrito Federal
22/02	Evento	Curso de formação de multiplicadores em mediação e técnicas	Centrejufe – Esmaf
22 a 24/02	Evento	1º Curso de formação de multiplicadores em mediação e técnicas autocompositivas de 2010	Araxá/MG
01 a 12/03	Evento	Exposição “Cores em forma”, com a artista plástica Norma Autuori	Espaço Cultural do TRF 1ª Região
08/03	Evento	Comemoração ao Dia Internacional da Mulher	TRF 1ª Região
09/03	Solenidade	Conferência “Administração da Justiça: prestação devida”, com o desembargador federal Alberto José Tavares Vieira da Silva	Seção Judiciária do Estado do Maranhão
10 a 12/03	Evento	I Jornada de Direito Administrativo da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região	Hotel Quality Gran São Luís – São Luís/MA
15/03	Solenidade	Assinatura do convênio entre o TRF, a Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso e a União Educacional do Pantanal Matogrossense para a instalação de Núcleo de Prática Jurídica no Juizado Especial Federal em Cuiabá/MT	Cuiabá/MT
15/04	Solenidade	Assinatura do Termo de cooperação técnica entre o TRF e o Tribunal Regional Eleitoral – TRE	Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso
18/03	Sessão solene	Posse da juíza federal Mônica Sifuentes como desembargadora federal	TRF 1ª Região
22/03 a 09/04	Evento	Exposição “Toques femininos”, com as artistas plásticas Olga Itaboraí, Inês Cavalcanti e Josefa Maria	Espaço Cultural do TRF 1ª Região
23/03	Solenidade	Inauguração do parque gráfico Desembargador Federal Hermenito Dourado	Gráfica do TRF 1ª Região
25/03	Solenidade	Assinatura do Acordo de cooperação entre a Fundação Universidade de Brasília e o TRF	Salão de Atos da Reitoria – UnB
26/03	Evento	Conferência “Jurisprudência: dos assentos às súmulas”, com o professor Roberto Rosas	Salão Nobre – TRF 1ª Região
30/03	Sessão solene	Comemoração do 21º aniversário de instalação do TRF 1ª Região	TRF 1ª Região
05/04	Solenidade	Abertura do convênio entre o TRF e a Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais/MG e instituições de ensino superior do estado para instalação do Posto Avançado de Assistência Judiciária no Juizado Especial Federal da SJ/MG	Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais

Data	Tipo	Nome	Local
07/04	Solenidade	Inauguração das novas instalações do restaurante do Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Restaurante do TRF 1ª Região
09/04	Evento	Fórum permanente de corregedores da Justiça Federal	TRF 1ª Região
09/04	Evento	Conferência “Segurança jurídica”, com o ministro Ilmar Galvão	Salão Nobre – TRF 1ª Região
09/04	Solenidade	Assinatura de convênio entre o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Seção Judiciária do Estado do Piauí e a Prefeitura Municipal de Teresina, objetivando a transferência da administração do Cenajufe e a manutenção predial do edifício que abriga a Casa da Justiça e Cidadania	Teresina/PI
12/04	Solenidade	Inauguração das novas instalações da Subseção Judiciária de Paulo Afonso/BA	Subseção Judiciária de Paulo Afonso/BA
14 a 16/04	Evento	II Jornada de Direito Processual Penal	Centrejufe – Esmaf
15/04	Solenidade	Inauguração das novas instalações do Memorial Desembargador Federal Mauro Leite Soares	Memorial do TRF 1ª Região
15/04	Solenidade	Inauguração da Central de Digitalização e do Grupo Gerador para o Centro de Processamento de Dados do TRF 1ª Região	TRF 1ª Região
16/04	Evento	Abertura da campanha de vacinação	TRF 1ª Região
19/04	Evento	Palestra do Presidente do Ibram, Gustavo Souto Maior, sobre o tema “Situação ambiental do Distrito Federal”	Salão Nobre – TRF 1ª Região
22/04	Sessão solene	Posse dos novos dirigentes do TRF 1ª Região	TRF 1ª Região
23/04	Solenidade	Posse de servidores em cargo de direção	Salão Nobre – TRF 1ª Região
26/04 a 07/05	Evento	Exposição “Riquezas do cerrado”, com o fotógrafo Mauro Putini	Espaço Cultural do TRF 1ª Região
30/04	Evento	Conferência “O exercício da advocacia na era dos direitos”, com o professor Pedro Augusto de Freitas Gordilho	Salão Nobre – TRF 1ª Região
03 a 07/05	Evento	TRF Mix do Dia das Mães	Túnel de ligação dos edifícios Sede I e II
10/05	Evento	Seminário ETCO 2010 – desequilíbrio concorrencial tributário e a Constituição Federal	Centrejufe – Esmaf
12/05	Solenidade	Abertura da exposição comemorativa dos 21 anos de instalação da Biblioteca do TRF 1ª Região Ministro Adhemar Maciel	Espaço Cultural do TRF 1ª Região
10 a 14/05	Evento	Exposição comemorativa dos 20 anos da Biblioteca Ministro Adhemar Maciel	Espaço Cultural do TRF 1ª Região

Data	Tipo	Nome	Local
11/05	Evento	Palestra “Teoria do comportamento criminal: fatores de risco na infância e adolescência”, com o professor doutor Stephen Schneider	Centrejufe – Esmaf
12/05	Visita	Estudantes do curso de Direito do UniCeub	TRF 1ª Região
14/05	Evento	Conferência “Ato de improbidade administrativa”, com o desembargador federal Osmar Tognolo	Salão Nobre – TRF 1ª Região
17 a 28/05	Evento	Exposição “A face das cores”, com o artista plástico Leonardo Autuori	Espaço Cultural do TRF 1ª Região
19/05	Evento	Encontro dos chefes de gabinete do TRF 1ª Região	Salão Nobre – TRF 1ª Região
19/05	Evento	Sustentação oral dos estudantes do curso de Direito da UniDF	TRF 1ª Região
20/05	Solenidade	43 anos da Justiça Federal do Distrito Federal	Seção Judiciária do Distrito Federal
21/05	Visita	Estudantes do curso de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto	TRF 1ª Região
27/05	Solenidade	Instalação da Vara especializada em matéria ambiental e agrária da Justiça Federal do Estado do Pará	Seção Judiciária do Estado do Pará
28/05	Solenidade	Instalação da Vara especializada em matéria ambiental e agrária da Justiça Federal do Estado do Amazonas	Seção Judiciária do Estado do Amazonas
28/05	Evento	Sustentação oral dos estudantes de Direito da Faculdade Projeção	TRF 1ª Região
28/05	Evento	Conferência “Interface entre a Psicologia e o Direito: um caminho humanizado”, proferida pela doutora Sandra Maria Baccara Araújo	Salão Nobre – TRF 1ª Região
31/05	Visita	Estudantes do curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia	TRF 1ª Região
07/06	Visita	Estudantes do curso de Direito da Universidade Católica de Brasília	TRF 1ª Região
07 a 09/06	Evento	I Jornada de Direito Eleitoral da Esmaf	Centrejufe – Esmaf
07 a 18/06	Evento	Exposição “Expressão e comunicação da arte figurativa”, com o artista Fábio Mendes	Espaço Cultural do TRF 1ª Região
08/06	Evento	Posse da nova diretoria da Ajufe	Espaço Unique – Brasília/DF
10/06	Visita	Estudantes do curso de Direito do UniCeub	TRF 1ª Região
18/06	Evento	Conferência “Reflexões sobre o Poder Judiciário antes e depois do Conselho Nacional de Justiça”, com o desembargador federal Plauto Ribeiro	Salão Nobre – TRF 1ª Região

Data	Tipo	Nome	Local
18/06	Solenidade	Instalação da Vara do Juizado Especial Federal da Justiça Federal de Minas Gerais	Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais
23/06	Evento	Reunião Terra Indígena Raposa Terra do Sol	Gabinete do desembargador federal Jirair Meguerian
24/06	Solenidade	Inauguração da nova sede da Subseção Judiciária de Montes Claros	Subseção Judiciária de Montes Claros/MG
01/07	Solenidade	Transmissão da função de diretor do Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal à juíza federal Daniele Maranhão Costa e de vice-diretor do Foro ao juiz federal Ricardo Gonçalves da Rocha Castro	Seção Judiciária do Distrito Federal
02/07	Solenidade	Instalação da Vara especializada em matéria ambiental e da Vara do Juizado Especial Federal e transmissão das funções de diretor e vice-diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado do Maranhão	Seção Judiciária do Estado do Maranhão
05/07	Solenidade	Transmissão das funções de diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado da Bahia à juíza federal Cynthia de Araújo Lima Lopes e de vice-diretor ao juiz federal César Cintra Jatahy Fonseca	Seção Judiciária do Estado da Bahia
07/07	Solenidade	Oficialização da posse dos juízes federais Itelmar Raydan Evangelista e Guilherme Mendonça Doehler nas funções de diretor e vice-diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais	Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais
09/07	Solenidade	Instalação da Vara especializada em matéria ambiental e agrária e oficialização da posse do diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado de Rondônia	Seção Judiciária do Estado de Rondônia
12 a 23/07	Evento	Exposição "Sinta", com a fotógrafa Juliana Nonaka	Espaço Cultural do TRF 1ª Região
06/08	Evento	Conferência "Ética nos meios de comunicação", com o jornalista Carlos Chagas	Salão Nobre – TRF 1ª Região
06/08	Solenidade	Transmissão da função de diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso ao juiz federal José Pires da Cunha e de vice-diretor ao juiz federal Rodrigo Navarro de Oliveira	Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso
06/08	Solenidade	Transmissão da direção do Foro da Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso	Auditório do Fórum Ministro J. J. Moreira Rabelo – Cuiabá/MT
10/08	Solenidade	Inauguração das novas instalações da Subseção Judiciária de Itabuna/BA	Subseção Judiciária de Itabuna/BA
10/08	Solenidade	Posse da desembargadora federal Isabel Gallotti como ministra do Superior Tribunal de Justiça	Plenário do STJ
12 a 13/08	Evento	Exposição comemorativa do Dia dos Pais	Espaço Cultural do TRF 1ª Região
13/08	Evento	Conferência "Os tribunais da plebe e os poderes negativos: cotejo com o constitucionalismo moderno", com o professor Ronaldo Poletti	Salão Nobre – TRF 1ª Região

Data	Tipo	Nome	Local
17/08	Visita	Visita de estudantes do curso de Direito da UniDF	TRF 1ª Região
18 a 20/08	Evento	II Jornada de Direito Processual Civil da Esmaf	Centrejufe – ESMaf
20/08	Solenidade	Instalação da Subseção Judiciária de Parnaíba/PI	Subseção Judiciária de Parnaíba/PI
23/08 a 03/09	Evento	Exposição “Universo subjetivo”, com o artista plástico Vinícius Oliveira	Espaço Cultural do TRF 1ª Região
27/08	Solenidade	Inauguração da nova sede da Subseção Judiciária de Itabuna/BA	Subseção Judiciária de Itabuna/BA
27/08	Evento	Conferência “O projeto de lei complementar acerca do imposto sobre grandes fortunas”, com o professor doutor Ives Gandra	Salão Nobre – TRF 1ª Região
30/08	Solenidade	Inauguração da nova sede da Subseção Judiciária de Rondonópolis/MT	Subseção Judiciária de Rondonópolis/MT
03 a 07/09	Evento	VIII Encontro anual da Ajufer	Porto de Galinhas/PE
13 a 24/09	Evento	Exposição “Arte francesa é retrato da primavera”, com a artista plástica Sandra Vilela, Márcia Monnerat e Fábio Plínio	Espaço Cultural do TRF 1ª Região
14 a 17/09	Evento	I Jornada de Direito Ambiental da Esmaf	Seção Judiciária do Estado do Amapá
24/09	Solenidade	Posse da nova diretoria da Esmaf	Salão Nobre – TRF 1ª Região
29/09	Solenidade	Encerramento do I Mutirão de atualização do acervo processual da Coordenadoria de Registros e Informações Processuais – Corip e instalação do II Mutirão	Salão Nobre – TRF 1ª Região
01/10	Solenidade	Entrega de certificado de baixa de hipoteca	Salão Nobre – TRF 1ª Região
11/10	Solenidade	Abertura dos trabalhos do I Juizado Especial Federal itinerante na cidade de Uauá/BA	Câmara Municipal de Vereadores – Uauá/BA
13/10	Evento	Encerramento dos trabalhos da Oficina de gestão de processos de trabalho da Meta 5, implementada no âmbito da Justiça Federal pelo Conselho da Justiça Federal	Salão Nobre – TRF 1ª Região
18 a 22/10	Evento	Comemoração dos 20 anos do Coral Habeas Cantus	Espaço Cultural do TRF 1ª Região
22/10	Evento	1ª Reunião avaliativa de gestão	Salão Nobre – TRF 1ª Região
09 a 13/11	Evento	Abertura do 27º Encontro anual da Associação dos Juízes Federais do Brasil – Ajufe	Salão Comandatuba/BA
12/11	Solenidade	3º Descarte de autos judiciais findos e 7º de processos e documentos administrativos do TRF 1ª Região	Salão Nobre – TRF 1ª Região



Data	Tipo	Nome	Local
12/11	Evento	2ª Reunião de gestão	Salão Nobre – TRF 1ª Região
16/11	Solenidade	Instalação da Subseção Judiciária de Araguaína/TO	Subseção Judiciária de Araguaína/TO
18/11	Solenidade	Assinatura de convênio referente ao projeto mutirão “Judiciário em dia”	Salão Nobre – TRF 1ª Região
19/11	Solenidade	Instalação da Subseção Judiciária de Paracatu/MG	Subseção Judiciária de Paracatu/MG
22/11	Solenidade	Instalação da Subseção Judiciária de Diamantino/MT	Subseção Judiciária de Diamantino/MT
23/11	Solenidade	Instalação da 7ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso/MT	Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso
26/11	Solenidade	Instalação da Subseção Judiciária de Unaí/MG	Subseção Judiciária de Unaí/MG
26/11	Solenidade	Audiência Pública do Senado Federal na Seção Judiciária do Pará	Seção Judiciária do Estado do Pará
29/11	Solenidade	Instalação da 7ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Piauí	Seção Judiciária do Estado do Piauí
01/12	Solenidade	Entrega dos certificados de baixa de hipoteca a mutuários que celebram acordo com a CEF/Emgea	Salão Nobre – TRF 1ª Região
01/12	Evento	Dia Nacional dos Juízes Federais Brasileiros	Seção Judiciária do Distrito Federal
01 e 02/12	Solenidade	Abertura do III Seminário de Estudos Jurídicos da Amazônia Ocidental	Seção Judiciária do Estado de Rondônia
01 a 03/12	Evento	I Jornada de Direito Constitucional da Esmaf	Belo Horizonte/MG
03/12	Solenidade	Instalação da Subseção Judiciária de Guajará-Mirim/RO	Subseção Judiciária de Guajará-Mirim/RO
09/12	Evento	Missa de Natal e <i>brunch</i>	Salão Nobre – TRF 1ª Região
10/12	Solenidade	Inauguração da Subseção Judiciária de Teófilo Otoni/MG	Subseção Judiciária de Teófilo Otoni
12/12	Evento	“Árvore da Solidariedade”	Edifícios do TRF 1ª Região
13/12	Solenidade	Instalação da Subseção Judiciária de Formosa/GO	Subseção Judiciária de Formosa/GO
13 a 17/12	Evento	TRF Mix de Natal	Túnel de ligação dos edifícios Sede I e II
14/12	Solenidade	Instalação da Subseção Judiciária de Uruaçu/GO	Subseção Judiciária de Uruaçu/GO
17/12	Solenidade	Instalação da Subseção Judiciária de Bacabal/MA	Subseção Judiciária de Bacabal/MA

**Quadro 20**  
**Programa de visitas – Bem-Vindo ao TRF 1ª Região**

Data	Instituição	Visitantes/estudantes
12/05	UniCeub	30
21/05	Universidade Federal de Ouro Preto	48
28/05	Faculdade Projeção – sustentação oral	28
31/05	Faculdade de Direito – UF de Uberlândia	30
07/06	Universidade Católica de Brasília	25
10/06	UniCeub	18
17/08	UDF Centro Universitário	42
30/08	UniCeub	39
17/09	UDF – Jornada de sustentação oral	20
21/09	Faar – RO	50
15/10	UDF – Jornada de sustentação oral	30
25/10	Unijuí/RS	40
28/10	Faculdade Projeção – sustentação oral	30
24/11	Universidade Federal de Uberlândia	21

Foto: Brito Júnior



Alunos de Direito da Universidade Unijuí/RS reunidos no Memorial Leite Soares.



Foto: Saulo Cruz

Estudantes de Direito da Universidade Federal de Uberlândia/MG (UFU) durante sessão da 3ª Turma.

**Quadro 21**  
**Exposições realizadas no Espaço Cultural do TRF 1ª Região**

<b>Período</b>	<b>Exposição</b>
1 a 12 de março	Norma Autuori – “Cores em forma”
22 de março a 9 de abril	Inez Cavalcante, Josefa Maria, Olga Itaboraí – “Toques femininos”
26 de abril a 7 de maio	Mauro Túlio Putini – “Riquezas do cerrado”
10 a 14 de maio	Exposição comemorativa dos 20 anos da Biblioteca
17 a 28 de maio	Leonardo Autuori – “FACES das cores”
7 a 18 de junho	Fabio Mendes – “Expressão e comunicação da arte figurativa”
12 a 23 de julho	Juliana Nonaka – “Sinta”
2 a 13 de agosto	Exposição do Dia dos Pais
23 de agosto a 3 de setembro	Vinicius Oliveira – “Universo subjetivo”
13 a 24 de setembro	Sandra Vilela, Márcia Monnerat, Fabio Plínio – “Arte francesa é retrato da primavera”
4 a 15 de outubro	Shanta Rathie – “Índia e Brasil: um mix cultural”
18 a 22 de outubro	Exposição de fotos “20 anos do Coral Habeas Cantus”
25 de outubro a 5 de novembro	Sandra Vilela, Sanagê Cardoso, Fabio Plínio – “Cores, formas e flores”
16 a 26 de novembro	Krishnamurti Silva – “Madeira em expressão”
29 de novembro a 3 de dezembro	Said Santiago – “Arte sacra”
6 a 16 de dezembro	Sonia Guimarães e Kachanga – “Pássaros, cores e luzes”

---

# ASCOM

Assessoria de Comunicação Social

---

A Assessoria de Comunicação Social – Ascom desenvolveu uma série de atividades e estratégias visando promover e salvaguardar a imagem do Tribunal Regional Federal da 1ª Região diante do público interno e da sociedade. Além de elaborar notas e boletins de circulação interna, a Ascom cumpriu o dever de intermediar o relacionamento entre a imprensa e os magistrados, mantendo diálogos frequentes com diversos veículos de comunicação.

Executou coberturas jornalísticas, fotografias, televisivas e radiofônicas dos principais acontecimentos do TRF e da Justiça Federal da 1ª Região para veiculação nos informativos impressos, na TV e na Rádio Justiça; disponibilizou o programa semanal “Primeira Região na TV”, por *e-mail*, o qual cobre os eventos do TRF e seccionais; selecionou notícias para o *clipping* diário; disponibilizou a videoteca; produziu programas e vídeos institucionais; copiou produtos em mídias diversas e prestou serviço de mensageiro para divulgação instantânea de informações urgentes.

Foram estabelecidas metas anuais baseadas na Resolução 85 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, de 08/09/2009, com vistas a dar transparência às ações do TRF 1ª Região, seções e subseções judiciárias a ele vinculadas e a seguir o regulamento de serviço do Tribunal.

A Ascom instituiu quatro frentes de trabalho: jornalismo impresso, assessoria de imprensa, jornalismo *on-line* e telejornalismo/radiojornalismo.

## Jornalismo impresso

A partir de abril, as publicações impressas da Ascom, destinadas à divulgação de notícias e fatos institucionais, passaram a circular com novo visual, nome e logomarca.

Os informativos, em todas as suas variações, e a *Revista* ganharam o nome “Primeira Região”, o

que possibilita a identificação imediata pelo público da origem das publicações e traduz o objetivo de integrar o Tribunal às seccionais e subseccionais da 1ª Região.

Além da mudança estrutural, as publicações da Ascom passaram a ser encaminhadas a todos os *e-mails* do Tribunal, atingindo o total de 3 mil pessoas. A distribuição eletrônica visa criar a cultura digital no público leitor, o que facilita o acesso à informação, traz comodidade e reduz os custos com impressão, já que o formato papel é afixado apenas em locais estrategicamente definidos, em que haja grande circulação de pessoas.

## *Primeira Região Hoje, Variedades, Infojef e Especial*

### ▪ *Primeira Região Hoje*

A solenidade de posse dos novos dirigentes do TRF 1ª Região, para o biênio 2010-2012, em abril inaugurou a publicação *Primeira Região Hoje*. Com nova logomarca e linha editorial voltada para o objetivo de promover a integração do Tribunal e de suas seções e subseções judiciárias, o informativo divulga os principais eventos e ações dos órgãos, além de notícias de interesse do corpo funcional.

As matérias veiculadas no *Primeira Região Hoje* servem de base para outras publicações da Ascom, como a *Primeira Região em Revista* e as notícias veiculadas na página do Tribunal na internet, bem como para as produções do “Primeira Região na TV” e vts para a TV e Rádio Justiça.

Foram produzidas ao todo 162 edições do *Primeira Região Hoje* e 73 do *Destaque do Dia* (até 20/04), resultando em mais de 900 textos informativos publicados.

▪ **Primeira Região Variedades**

No *Primeira Região Variedades* são publicados semanalmente as datas dos aniversariantes e os anúncios classificados solicitados pelo corpo funcional do Tribunal.

O informativo *Variedades* é encaminhado a todos os e-mails do Tribunal.

▪ **Primeira Região Infojef**

O *Primeira Região Infojef* é um veículo quinzenal de divulgação das principais notícias referentes às ações e resultados dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região.

Esse informativo é produzido pela Ascom em parceria com a Coordenação dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região – Cojef e disponibilizado na página da Cojef.

Notícias como a realização de esforço concentrado pelas Turmas Recursais de Minas Gerais para publicação de 5.218 acórdãos e a instalação de varas de Juizados Especiais Federais na 1ª Região fizeram parte dos conteúdos veiculados pelo *Primeira Região Infojef*.

▪ **Primeira Região Especial**

A Ascom produziu 4 publicações especiais sobre temas ligados a saúde e a datas comemorativas.

♦ **Dia Mundial sem Tabaco**

No mês de maio, a Ascom produziu, em parceria com a Secretaria de Bem-Estar Social – Secbe, edição especial, em virtude da comemoração do Dia Mundial sem Tabaco. A publicação trouxe informações importantes sobre o aumento do número de mulheres fumantes no mundo, além de depoimentos de pessoas que deixaram de fumar. O informativo foi encaminhado a todos os e-mails da 1ª Região e objetivou promover a saúde, a responsabilização e o autocuidado.

♦ **Dia dos Pais**

Os pais que trabalham na Justiça Federal da 1ª Região foram homenageados em seu dia com mensagem assinada pelo presidente do TRF 1ª Região, desembargador federal Olindo Menezes, e encaminhada a todos os e-mails no dia 6 de agosto.

♦ **Dia do Doador Voluntário de Sangue**

Os leitores da 1ª Região receberam em seus e-mails, no dia 25 de novembro, publicação especial sobre o Dia do Doador Voluntário de Sangue, contendo matérias sobre a importância da doação de sangue e do cadastramento de doadores de medula óssea.

A campanha “Doe Sangue, doe vida”, do Tribunal, também foi abordada no informativo, que trouxe também a lista de doadores voluntários do Tribunal e da Seccional do Distrito Federal.

♦ **Mensagem de Natal**

A Ascom produziu e veiculou, no dia 9 de dezembro, mensagem de Natal do presidente do Tribunal dirigida a todo o corpo funcional da 1ª Região.

**Quadro 22**  
Edições do *Destaque* produzidas até 20/04

Publicação	N. de exemplares	Periodicidade
<i>Destaque do Dia</i>	73	Diária
<i>Destaque Extra</i>	5	Esporádica
<i>Destaque Especial</i>	–	Esporádica
<i>Destaque Variedades</i>	17	Semanal
<i>Destaque Infojef</i>	7	Quinzenal

**Quadro 23**  
**Edições do Primeira Região**  
**produzidas de 23/04 a 17/12**

Publicação	N. de exemplares	Periodicidade
<i>Primeira Região Hoje</i>	162	Diária
<i>Primeira Região Extra</i>	–	Esporádica
<i>Primeira Região Especial</i>	4	Esporádica
<i>Primeira Região Variedades</i>	33	Semanal
<i>Primeira Região Infojef</i>	18	Quinzenal

### **Primeira Região em Revista**

A versão impressa da *Primeira Região em Revista* também mudou. Passou a ser publicada em novo papel, o croma. Mais econômico para a substituição e com gramatura reduzida, permite que a revista fique mais leve e flexível. A tiragem foi reduzida de 2.500 para 1.000 exemplares, com o objetivo de atender à Meta 6, para 2010, do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece para os tribunais a redução de pelo menos 2% do consumo *per capita* de energia elétrica, papel, água, combustível e gasto com telefone.

A periodicidade desta publicação agora é mensal e o mês de maio correspondeu à edição inaugural da *Primeira Região em Revista*, em que foram adotadas nova linha editorial e arte visual. Maio é marcado também pelo lançamento da revista em formato eletrônico, por meio da utilização e aplicação de tecnologia desenvolvida pela Divisão de Sistemas Administrativos (Disad/Secin), que possibilita a interação do usuário com o produto pela paginação eletrônica. Em 2010, oito edições e impressões do periódico foram feitas com tiragem de 1.000 exemplares por edição.

### **Assessoria de Imprensa**

A Ascom foi procurada por diversos veículos que visaram obter informações sobre processos e solicitar entrevistas.

Os veículos que mais solicitaram informações ao Tribunal foram: TV Justiça; TV Globo; TV Record; SBT; TV EPTV; TV Anhanguera; Rede TV; Rede Amazônica; jornal *Correio Braziliense*; *Jornal de Brasília*; *Folha do Estado de Minas*; *Folha de São Paulo*; *O Globo*; *Estadão de SP*; *Tribuna da Bahia*; *Hoje em Dia*; *O Dia*; *Migalhas*; revista *Época*; *Consultor Jurídico*; *Diário do ABC*; *Valor Econômico*; *Vale Paraibano*; programa “Voz do Brasil”; Rádio Justiça; EBC – Agência Brasil, Rádio e TV Brasil; agência Leia; agência Brasil e os órgãos de imprensa da Ajufe, Conjur, CJF e Ajufjer.

A imprensa buscou informações sobre assuntos ligados a questões institucionais e processuais. Os eventos mais procurados foram a posse dos novos dirigentes do Tribunal em abril; instalação e funcionamento das varas ambientais; mutirões de audiências e conciliação em processos do SFH; mutirões de audiências em processos do Juizado Especial Federal; instalação de novas varas da Justiça Federal; Juizados Especiais Federais itinerantes; pagamento de precatórios alimentares do exercício de 2010; posse da desembargadora federal Isabel Gallotti como ministra do Superior Tribunal de Justiça; palestras promovidas pela Escola de Magistratura Federal da 1ª Região – Esmaf; concursos públicos promovidos pelo Tribunal e implantação da digitalização processual no TRF 1ª Região.

Os processos mais procurados pela imprensa foram os relativos aos pilotos envolvidos no acidente com o voo 1907, da GOL; ao Cade e à Usiminas; à operação “Caixa de Pandora”; à greve da UnB; aos dirigentes do “Corinthians”; ao da terra indígena “Raposa Serra do Sol”; ao das investigações sobre o vazamento dos dados fiscais do vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge Caldas Pereira; ao da paralisação de carvoaria na Serra Vermelha/Serra das Confusões, no sudeste do Piauí; aos pedidos de cancelamento do leilão de concessão do projeto AHE Belo Monte; ao da questão da inabilitação da gráfica Plural Editora e Gráfica Ltda. para os serviços de impressão gráfica das provas do Enem/2010; ao da ocupação das terras da reserva

indígena Marãiwatsédé, no Mato Grosso; ao da exigência de neurologista para o diagnóstico de morte encefálica; ao envolvimento da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) nos danos causados ao meio ambiente decorrentes do naufrágio do navio Trade Daring, ocorrido em São Luís/MA, e à contenda indígena da etnia tupinambá para se manter em terras no sul da Bahia.

A Ascom recebeu solicitações formais de 36 entrevistas com magistrados e dirigentes do Tribunal.

Foram veiculadas, na página do Tribunal, um total de 1.110 notícias, sendo 302 sobre processos e 48 avisos.

### Informações pela rede (serviço mensageiro)

A Ascom, ao ser solicitada, e principalmente nos casos de urgência, prestou serviço de divulgação instantânea de comunicados a todos os computadores do Tribunal. Assuntos como falta de energia, desligamento de equipamentos de informática, pertences encontrados pelo serviço de segurança, veículos que se encontravam mal estacionados ou com janelas abertas fizeram parte do rol das mensagens instantâneas dirigidas ao público interno do Tribunal.

## Telejornalismo

### Vídeo

Além de matérias para rádio e TV, produção de vídeos institucionais, cobertura de eventos e solenidades dentro da 1ª Região, foi lançado, em junho, o webprograma “Primeira Região na TV” e a produção de videoaulas em parceria com a Universidade Corporativa da Justiça Federal da 1ª Região – Unicorp.

### TV Justiça

Foram produzidas reportagens sobre as decisões importantes do Tribunal e das seções judiciárias, além da cobertura de eventos e solenidades re-

levantes. Os vts, com média de dois minutos, foram veiculados no *Jornal da Justiça*, transmitido pela TV Justiça, em um total de 94 reportagens.

### Vídeos institucionais

Algumas unidades do Tribunal ou de seções judiciárias vinculadas demandaram a produção de vídeos institucionais específicos. Em parceria com as unidades solicitantes, foram produzidos textos, roteiros, imagens, seleção de trilhas musicais e imagens em arquivo para atender às demandas a contento. Os vídeos institucionais variaram entre oito e quinze minutos de duração.

#### Quadro 24

#### Produção de vídeos institucionais

Vídeos institucionais
Institucional e-Jur
GP em Vídeo – Remoção
GP em Vídeo – Universidade Corporativa
Institucional Parnaíba
CD com seis músicas para o Coral Habeas Cantus
Videorelatório do primeiro semestre de gestão do presidente Olindo Menezes
Videoconferência – Direito Penal, com o desembargador federal Tourinho Neto

### Videoaula

No segundo semestre, a Ascom, em parceria com a Unicorp, deu início à produção de videoaulas. Esse foi mais um desafio assumido pela unidade, para trazer bons resultados para toda a 1ª Região, inclusive econômicos. O objetivo é capacitar e especializar os servidores de toda a 1ª Região, dos mais longínquos municípios às capitais, simultaneamente, com o mesmo professor, de



maneira bastante atrativa. A primeira videoaula produzida teve como tema o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, ministrada pela professora Edelweiss de Moraes Mafra, que, em breve, estará disponível.

### Programa Via Legal

A parceria com o Conselho da Justiça Federal permaneceu e o Tribunal produziu 46 matérias, que foram veiculadas pela TV Justiça e pela TV Cultura.

### Prêmio Nacional de Jornalismo da Associação dos Magistrados Brasileiros

O Tribunal, por meio da equipe do Via Legal, recebeu o 1º lugar na categoria nacional TV com as matérias “Raposa Serra do Sol I” e “Raposa Serra do Sol II”. A premiação ocorreu em 28 de janeiro de 2010.

### Cobertura de eventos e solenidades

**Quadro 25**  
**Cobertura de eventos internos**

Eventos	Data
Apresentação do Sistema Processo Digital da 1ª Região – e-Jur	12/01
Assinatura de contrato com a Associação de Deficientes na Diretoria-Geral – Diges	27/01
Circuito Sol na Esplanada dos Ministérios – Clube da Corrida do TRF 1ª Região	31/01
Cobertura do Prêmio AMB de Jornalismo – reportagem do Via Legal no TRF 1ª Região ganha o 1º lugar com as matérias “Raposa Serra do Sol I” e “Raposa Serra do Sol II”	04/02
Sessão plenária para eleição dos novos dirigentes do TRF 1ª Região – biênio 2010-2012	25/02
Campanha “Doe Sangue, doe Vida”	26/02
Comemoração do Dia Internacional da Mulher	08 a 10/03
Posse da desembargadora federal Mônica Sifuentes	18/03
Assinatura de convênio do TRF com a Fundação Universidade de Brasília – FUB	25/03
Projeto Neutralização de Carbono – plantio de 700 mudas em parceria com o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Ibran	26/03
Solenidade de inauguração da nova Gráfica do TRF 1ª Região desembargador federal Hermenito Dourado	29/03
Solenidade de comemoração do 21º aniversário do TRF 1ª Região	30/03
Solenidade de inauguração do restaurante do TRF 1ª Região	07/04
Fórum permanente de corregedores da Justiça Federal	09/04
Solenidade de inauguração do Museu do TRF 1ª Região	15/04

Eventos	Data
Solenidade de inauguração do gerador e da Central de digitalização	15/04
Campanha de vacinação contra a gripe, com palestra do médico Jofran Frejat	16/04
Solenidade de posse do desembargador federal Olindo Menezes como presidente do TRF 1ª Região	22/04
Posse dos novos diretores para o biênio 2010-2012	23/04
Visita do presidente Olindo Menezes aos servidores do Ed. Funasa	22/07
Visita do presidente Olindo Menezes ao canteiro de obras do TRF 1ª Região	22/07
Solenidade de instauração de Mutirão – Corip	26/07
Visita do presidente Olindo Menezes aos servidores do Ed. Adriana	27/07
Visita do presidente Olindo Menezes aos servidores do Ed. Cabo Frio	28/07
Roda de conversa com o dr. Carlos Aucélio sobre transtorno de déficit de atenção e hiperatividade – TDH, realizada no Salão Nobre do TRF 1ª Região	24/08
Reunião com representantes do CNJ, MPF e TRF 1ª Região – discussão sobre o andamento das obras do novo prédio	03/09
Solenidade de posse da nova diretoria da Esmaf e lançamento do Livro I do <i>Corpus Iuris Civilis – Digesto</i>	24/09
Reunião dos representantes da Unicorp com os agentes de segurança – discussão do Programa de educação continuada da categoria	05/10
Comemoração dos 20 anos do Coral Habeas Cantus	18/10
10ª Mostra Nacional de Trabalhos de Qualidade do Poder Judiciário – Labojur – palestrante juiz federal Márcio Maia	20/10
Reunião do Conselho Deliberativo do Pro-Social	21/10
Reunião avaliativa de gestão	22/10
Cerimônia de imposição de comendas da Ordem do Mérito Aeronáutico	22/10
Abertura do encontro das áreas de desenvolvimento de recursos humanos	26/10
2ª etapa da reunião avaliativa de gestão	12/11
Solenidade de descarte de autos judiciais findos e 7º de processos e documentos administrativos	12/11
Instalação do “Judiciário em dia”	18/11
Concorrência 1/2010, Processo 5.331/2010, Comissão Especial de Licitação – CEL, obras da nova sede	22/11
Semana Nacional de Conciliação	30/11 a 03/12
Entrega de certificados de baixa de hipoteca	01/12

**Quadro 26**  
**Cobertura de eventos e solenidades nas seções e subseções judiciárias**

Eventos	Data	Eventos	Data
Instalação do Núcleo de Práticas Jurídicas da SJ/MT	15/03	Solenidade de encerramento dos trabalhos da correição geral ordinária da JF/DF	24/09
Aniversário de 43 anos da SJ/DF	20/05	JEF Itinerante em Uauá/BA promovido pela Subseção de Juazeiro	11/10
Instalação da vara especializada em matéria ambiental e agrária da SJ/PA	27/05	<i>Workshop</i> Meta 5 – SJ/DF	13/10
Instalação da vara especializada em matéria ambiental e agrária da SJ/AM	28/05	Instalação de vara federal em Araguaína/TO	16/11
Instalação da 33ª Vara do JEF da SJ/MG	18/06	Instalação de vara federal em Paracatu/MG	19/11
Posse da nova diretoria do Foro da SJ/DF	01/07	Instalação da Subseção Judiciária de Diamantino/MT	22/11
Instalação das varas especializadas em matéria ambiental e do JEF da SJ/MA	02/07	Instalação de vara federal em Cuiabá/MT	23/11
Posse da nova diretoria do Foro da SJ/BA	05/07	Instalação de vara federal em Unaí/MG	26/11
Instalação da vara especializada em matéria ambiental da SJ/RO	09/07	Instalação de vara federal em Teresina/PI	29/11
Solenidade de posse na SJ/MT	06/08	Instalação de vara federal em Guajará-Mirim/RO	03/12
Instalação da Subseção Judiciária de Parnaíba/PI	20/08	Instalação de vara federal em Teófilo Otoni/MG	10/12
Inauguração das novas instalações do edifício sede da Subseção Judiciária de Itabuna/BA	27/08	Instalação de vara federal em Formosa/GO	13/12
Inauguração das novas instalações da Subseção Judiciária de Rondonópolis/BA	31/08	Instalação de vara federal em Uruaçu/GO	14/12
Solenidade de instalação dos trabalhos da correição geral ordinária da JF/DF	13/09	Instalação de vara federal em Brasília/DF	15/12
		Contratação de empresa para cobertura da instalação de vara federal em Bacabal/MA	17/12

## Cobertura e edição de palestras e cursos

Em decorrência de diversas solicitações da Escola da Magistratura Federal da 1ª Região – Esmaf e da Universidade Corporativa da Justiça Federal da 1ª Região – Unicorp, foram realizadas as coberturas, na íntegra, e edição dos eventos a seguir.

### Quadro 27 Cobertura e edição de palestras, cursos e seminários

Eventos	Data
Palestra “Ser saudável” – Disau/TRF 1ª Região	10/02
Curso de formação de multiplicadores, mediação e técnicas autocompositivas – BH/MG (Esmaf)	22/02
I Jornada de Direito Administrativo da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Maranhão)	10 a 13/03
Ciclo de conferências da Esmaf – “Jurisprudência: dos assentos às súmulas” – ministro Roberto Ferreira Rosas	26/03
Ciclo de conferências da Esmaf – “Segurança pública” – ministro Ilmar Nascimento Galvão	09/04
II Jornada de Direito Processual Penal da Esmaf da 1ª Região	14 a 16/04
Palestra “Gestão ambiental no Distrito Federal” – Gustavo Souto Maior, presidente do Instituto Brasília Ambiental – Ibram	19/04
Ciclo de conferências da Esmaf – “O exercício da advocacia na era dos direitos” – ministro Pedro Augusto de Freitas Gordilho	30/04
Ciclo de conferências da Esmaf – “Ato de improbidade administrativa” – desembargador federal Osmar Tognolo	14/05
Ciclo de conferências da Esmaf – “Interface entre a Psicologia e o Direito” – psicóloga Sandra Maria Baccara	28/05
I Jornada de Direito Eleitoral da Esmaf	07 a 08/06
Ciclo de conferências da Esmaf – “Ética nos meios de comunicação” – jornalista Carlos Chagas	06/08
Ciclo de conferências da Esmaf – “Os tributos da plebe e os poderes negativos: cotejo com o constitucionalismo” – professor Ronaldo de Britto Rebello Poletti	13/08
Ciclo de conferências da Esmaf – “Reflexões do Poder Judiciário antes e depois do CNJ”	18/06
II Jornada de Direito Processual Civil da Esmaf	18 a 20/08
Encontro de juízes federais da 1ª Região (Porto de Galinhas/PE)	03 a 06/09
I Jornada de Direito Ambiental da Esmaf (Amapá)	15 a 17/09
Workshop “Educação financeira” – facilitador: Charles Cezar (Unicorp)	26/10
Workshop “Comunicação não verbal” – facilitador: Sergio Fernandes Senna Pires (Unicorp)	28/10
Seminário internacional Brasil-Argentina (videoconferência)	05/11
Curso “O novo Código de Processo Civil” (Esmaf)	04 a 05/11
I Jornada de Direito Constitucional da Esmaf (Belo Horizonte/MG)	01 a 03/12

## Serviço de copiagem

A procura por cópias de produtos da Assessoria (fotos e vídeos) continuou elevada e atingiu a marca de aproximadamente 125 cópias realizadas e distribuídas em CDs e DVDs.

## Primeira Região na TV

O “Primeira Região na TV” é um webprograma semanal voltado prioritariamente para informar os servidores de toda a 1ª Região sobre o que acontece no Tribunal, nas seções e subseções judiciárias. O programa é enviado, por meio de *link*, diretamente ao *e-mail* do servidor, toda segunda-feira. No programa, o quadro inovador denominado “Fale com o presidente” é um grande sucesso, principalmente nas seccionais. Em consonância com os princípios da gestão moderna, em que a alta Administração conversa diretamente com os diferentes níveis hierárquicos da organização, o presidente Olindo Menezes responde aos principais questionamentos dos servidores do Tribunal, seções e subseções de forma simples e direta, estimulando e motivando os servidores no cumprimento de suas tarefas dentro da 1ª Região.

O Primeira Região na TV começou a ser produzido em maio de 2010 e, desde então, foram realizados 27 programas inéditos, veiculados semanalmente, por meio da *web*, para toda a 1ª Região.

## Áudio

### Rádio Primeira Região

A Rádio Destaque passou a denominar-se Rádio TRF. Sua programação musical foi modernizada e intensificada, para tornar-se veículo de entretenimento voltado ao público interno, com inserção de *spots* publicitários para divulgar serviços de interesse dos magistrados, servidores, prestadores de serviços e estagiários da Casa.

### Rádio Justiça

Manteve-se a parceria com a Rádio Justiça na produção de matérias diárias e do programa semanal “Painel de Notícias”. Destaca-se a eventual participação do órgão na “Voz do Brasil”, o que é relevante, devido ao pequeno espaço de tempo (cinco minutos) destinado às matérias de todo o Poder Judiciário. No total, foram encaminhadas pela Ascom 93 matérias para noticiários da Rádio Justiça.

### Painel de Notícias

Programa semanal com cerca de 10 minutos de duração e matérias de toda a 1ª Região (1ª e 2ª instâncias). O “Painel de Notícias” ocupa espaço fixo na grade da programação da Rádio Justiça, aos sábados, às 9h30. Foram encaminhados pela Ascom 54 programas para a Rádio Justiça.

---

# SECOI

Secretaria de Controle Interno

---

A Secretaria de Controle Interno – Secoi coordena as atividades de planejamento, acompanhamento, avaliação e desenvolvimento da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos atos e fatos de gestão praticados no âmbito do Tribunal e orienta sua realização nas seções judiciárias, visando à identificação e ao saneamento de eventuais impropriedades. Tem suas atividades orientadas para o cumprimento e aperfeiçoamento da missão e dos objetivos estratégicos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

A Resolução 114/2010 do Conselho Nacional de Justiça atribuiu às unidades de Controle Interno dos tribunais a competência para participar do planejamento, da execução e do monitoramento de obras do Poder Judiciário, mediante aplicação de procedimentos de controle prévio e concomitante, além daquele próprio das unidades de controle, executado *a posteriori*.

As atividades desenvolvidas pela Secoi em 2010 buscaram auxiliar a Administração na execução de suas atividades, orientando a tomada de decisões.

### **Reuniões temáticas com unidades do Tribunal**

Foram realizadas reuniões com as secretarias de Recursos Humanos, de Administração, de Bem-Estar Social e de Informática, para prestar apoio e sugerir novas técnicas aos trabalhos desenvolvidos naquelas unidades.

### **Participação no Conselho Deliberativo do Pro-Social**

A Secretaria de Controle Interno participa do Conselho Deliberativo do Pro-Social como membro nato do Conselho, no qual tem a competência de relatar e votar matérias a ele submetidas.

### **Aprimoramento dos sistemas**

- Sisnum – Sistema de controle da numeração de documentos: efetua o cadastramento das informações e consultas expedidas;
- Sisapes – Sistema de acompanhamento dos atos de pessoal: efetua o acompanhamento e controle dos atos referentes à admissão de pessoal, desligamento, aposentadoria e pensões, entre outros;
- Sistafi – Sistema de administração financeira: efetua o acompanhamento e controle da movimentação de processos na unidade, bem como a emissão de informações, consultas e demais diligências;
- Sisacont – Sistema de acompanhamento contábil: efetua a catalogação e controle das informações e solicitações de controle interno relativas a diligências emitidas quando da análise dos processos administrativos e de relatórios do Siafi – Sistema de administração financeira do Governo Federal.

### **Verificação e análise**

No exercício de 2010, o controle prévio e concomitante dos atos de gestão foi incentivado, com vistas a imprimir maior eficácia às ações de controle.

Nos processos em que são detectadas falhas, impropriedades ou irregularidades são elaboradas informações contendo orientações e recomendações para adoção de medidas corretivas e prevenção de falhas.

## Atividades desenvolvidas

**Quadro 28**  
Análise de processos

Assunto	Quantitativo
Licitações e contratos	94
Despesas com contratações diretas, suprimento de fundos, diárias, assistência judiciária, ajuda de custo e despesas diversas	562
Folhas de pagamento de pessoal, ajustes de contas e direitos do servidor público	486
Nomeações de servidor e concessões de aposentadoria e pensão	163
Despesas de exercícios anteriores referentes à folha de pagamento de pessoal	233
Despesas do Pro-Social	1.892
<b>Total</b>	<b>3.430</b>

**Quadro 29**  
Consultas atendidas

Assunto	Quantitativo
Licitações, contratos e convênios	16
Despesas com contratações diretas, suprimento de fundos, diárias, assistência judiciária, ajuda de custo e despesas diversas	20
Folhas de pagamento de pessoal, ajustes de contas e direitos do servidor público	10
Nomeações de servidor e concessões de aposentadoria e pensão	2
Despesas de exercícios anteriores com pessoal	3
Despesas do Pro-Social	5
<b>Total</b>	<b>56</b>



**Quadro 30**  
**Informações/relatórios emitidos**

Assunto	Quantitativo
Licitações, contratos e convênios	78
Despesas com contratações diretas, suprimento de fundos, diárias, assistência judiciária, ajuda de custo e despesas diversas	350
Folhas de pagamento de pessoal, ajuste de contas e direitos do servidor	177
Nomeações de servidor e concessões de aposentadoria e pensão	163
Elaboração de informações resultantes da conferência dos processos de exercícios anteriores	215
Despesas do Pro-Social	3
<b>Total</b>	<b>986</b>

**Quadro 31**  
**Outras atividades**

Assunto	Quantitativo
Atendimento a diligências emanadas do Tribunal de Contas da União referentes a concessões de aposentadoria e pensão	21
Acompanhamento da publicação de atos de nomeação, concessão de aposentadorias e pensões, desligamento de pessoal e lançamento das informações no Sisapes	498
Envio de atos de nomeação e de concessão de aposentadorias e pensões ao TCU	163
Acompanhamento e encaminhamento de acórdãos do TCU à Secre e Asmag, para fins de registro, com julgamento de legalidade de atos de concessão e nomeação	28
Emissão de diligências internas para atendimento pela Secre e Asmag de admissão e concessão de aposentadorias e pensões	60
Conferência de demonstrativos de cálculo-resumo de servidores selecionados por amostragem (360 servidores por mês) e processos de aposentadoria e pensão relativos ao período de janeiro a dezembro/2010	4.320
Elaboração de relatórios de conferência das despesas de exercícios anteriores pagas em fevereiro de 2008, em virtude do reenquadramento estipulado pelo art. 22 da Lei 11.416/2006	60
<b>Total</b>	<b>5.160</b>

## Auditoria

**Quadro 32**  
**Execução de auditorias**

Código (UG)	Tipo	Localidade	Dias úteis	Período	Equipe
090027 – TRF 1ª Região	Especial (Dimap))	Brasília	22	17/02 a 18/03	4
090027 – TRF 1ª Região	Gestão	Brasília	14	01 a 18/03	4
090027 – TRF 1ª Região	Operacional	Brasília	9	31/05 a 11/06	4
090023 – SJ/DF	Operacional	Brasília	8	21 a 30/06	4
090027 – TRF 1ª Região	Especial (Secbe)	Brasília	25	17/05 a 21/06	4
090039 – SJ/RR	Especial	Boa Vista	5	16 a 20/08	4
090021 – SJ/MT	Operacional	Cuiabá	5	20 a 24/09	4
090012 – SJ/BA	Operacional	Salvador	5	08 a 12/11	4

### Auditorias especiais

O Plano Anual de Atividades de Auditoria (PAAA – 2010) aprovado para o exercício de 2010 foi alterado por determinação do presidente do TRF 1ª Região, para a inclusão de auditorias especiais no Tribunal e na Seção Judiciária do Estado de Roraima.

As auditorias especiais realizadas no TRF 1ª Região tiveram por objetivo avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional das atividades relacionadas a:

- estoques de material (almoxarifado), gestão descentralizada de material de consumo às unidades subordinadas à Secretaria de Tecnologia da Informação e à Secretaria de Administração, PA 2.859/2010 e
- gestão de recursos do Programa de Qualidade de Vida e Bem-Estar dos Magistrados e Servidores do TRF 1ª Região e à contratação de serviços no âmbito da Secretaria de Bem-Estar Social, PA 4.699/2010.

A Auditoria Especial na Seção Judiciária do Estado de Roraima teve por objetivo avaliar os fatos indicados na representação formulada pelo juiz federal Helder Girão Barreto e pelo servidor Francisco Joris Souza Martins, PA 2.703/2010-TRF1.

### Auditoria de gestão

Foi realizada a auditoria da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional das unidades gestoras da Justiça Federal da 1ª Região, com a finalidade de comprovar a legalidade dos atos de gestão, bem como de avaliar os resultados quanto à eficácia e à eficiência.

Os exames foram efetuados por seleção de itens, de acordo com o definido pelo TCU nos Anexos III e IV da Decisão Normativa TCU 102/2009, alterada pela Decisão Normativa TCU 103 de 2010, e incluíram os registros mantidos pelas unidades gestoras vinculadas, bem assim a aplicação das técnicas e procedimentos de trabalho desenvolvidos pelas áreas de Controle Interno da Justiça Federal da 1ª Região.

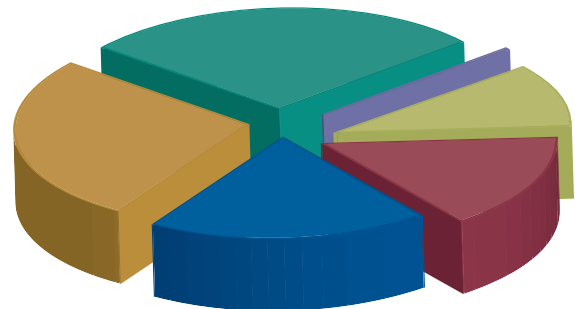
O relatório consolidado de auditoria de gestão relativo ao exercício de 2010 foi emitido com certificação pela regularidade das contas das unidades gestoras vinculadas à Justiça Federal da 1ª Região.

### Auditorias operacionais

Em 2010, foram realizadas auditorias operacionais no Tribunal e nas Seções Judiciárias do Distrito Federal e dos estados do Mato Grosso e da Bahia, com ações que abrangeram as atividades de gestão de recursos humanos e de benefícios sociais, de estoques de material (almojarifado) e de patrimônio (bens móveis).

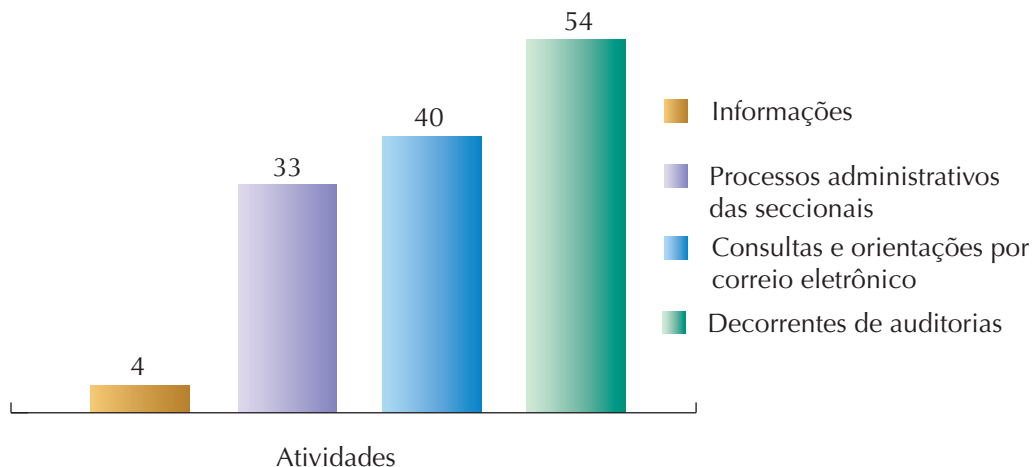
Os resultados das análises foram registrados em relatórios, com recomendações às unidades responsáveis, com vistas ao aperfeiçoamento de procedimentos e ao atendimento de normas legais e regulamentares.

**Gráfico 4**  
Quantitativo de recomendações expedidas



TRF 1ª Região: 138  
JF/BA: 74  
JF/PI: 1  
JF/DF: 95  
JF/RR: 51  
JF/MT: 131

**Gráfico 5**  
Quantitativo de documentos técnicos processados



Formulou-se projeto objetivando a padronização, execução e consolidação de procedimentos nos processos de auditoria da Justiça Federal da 1ª Região. Por meio de sistemas desenvolvidos por iniciativa da equipe de auditoria, denominados Sisdiaud e Sisrag, busca-se a uniformização de procedimentos de auditoria, de forma a permitir condições de análise e consolidação dos relatórios com maior precisão, eficácia e eficiência.

## Análise contábil de controle

Foi realizada a análise, o acompanhamento e o controle dos procedimentos contábeis relacionados ao encerramento do exercício de 2009 e à abertura de 2010 no Siafi – Sistema de Administração Orçamentária e Financeira do Governo Federal, de acordo com as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e do Conselho da Justiça Federal.

Foi ainda analisada a totalidade dos processos administrativos recebidos para manifestação. No caso dos processos administrativos referentes a suprimento de fundos, diárias, contratos, folhas de pagamento de pessoal, precatórios e requisições de pequeno valor, a análise deu-se por amostragem, e o exame da contabilidade das unidades gestoras foi realizado mensalmente, antes do fechamento do Siafi, o que permitiu a correção tempestiva de impropriedades.

Entre as atividades, destacam-se:

- consolidação dos Relatórios de Prestação de Contas e de Gestão de 2009 encaminhados pelo Tribunal e pelas seções judiciárias da 1ª Região, para atender à Lei de Responsabilidade Fiscal e à Tomada de Contas, respectivamente;
- organização do Processo de Tomada de Contas do exercício de 2009 do Tribunal e das seções judiciárias vinculadas, bem como acompanhamento do julgamento dos processos instaurados em exercícios anteriores;
- acompanhamento dos julgamentos dos processos de Tomada de Contas pelo Tribunal de Contas da União. A situação dos últimos cinco anos está demonstrada na tabela a seguir.

**Quadro 33**  
**Processos de tomada de contas**

Situação dos processos de tomada de contas		
Exercício	Acórdão	Observação
2005	TC 15.012/2006-7	Sobrestado. Aguardando providências na Secex-3 – 3ª Secretaria de Controle Externo/TCU desde 29/10/2010
2006	TC-019.899/2007-9	Contas regulares com quitação plena aos responsáveis
2007	TC-018.750/2008-6	Contas regulares com quitação plena aos responsáveis
2008	TC-015.023/2009-5	Contas regulares com quitação plena aos responsáveis
2009	TC 22.943/2010-2	Em andamento

Obs.: As contas individualizadas da Seção Judiciária do Estado do Acre (2001 a 2003) encontram-se sobrestados aguardando providências do Tribunal de Conta da União.

- encaminhamento às unidades gestoras de diligências, orientações contábeis e respostas a consultas sobre matéria contábil, orçamentária, patrimonial e tributária;
- acompanhamento da execução dos programas de trabalho consignados no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e dos registros contábeis no âmbito do Tribunal e das seções judiciárias vinculadas, por meio do Siafi e do Siafi Gerencial;
- cadastramento de operadores e cadastradores regionais dos sistemas do Governo Federal (Siafi, Siafi Gerencial e Siasg);
- acompanhamento da legislação e da jurisprudência do Tribunal de Contas da União, com o fim de subsidiar a realização das atividades da área de Controle Interno;
- lançamento de legislação e jurisprudência do TCU afins à área de Controle Interno no banco de dados denominado Sistema Legislativo – Sisleg, desenvolvido com a finalidade de subsidiar atividades de unidades da Secoi;
- elaboração do Informativo da Secretaria de Controle Interno, com a síntese da legislação e da jurisprudência do TCU;



# INFORME SECOI

INFORMATIVO DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Brasília – DF, 30 de outubro de 2010

Ano	4
N.	13

**LEGISLAÇÃO**

**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

DECRETO 7.331, DE 19 DE OUTUBRO DE 2010  
Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo [Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999](#).

**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU**  
**PRCURADORIA-GERAL**

PARECER/CONJUR/MTE 371, DE 30/10/2010  
Trata-se de análise jurídica sobre celebração de Termo de Cooperação entre o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, com repasse de recursos financeiros.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

PORTARIA 582, DE 13 DE OUTUBRO  
Dispõe sobre a composição e funcionamento do Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis – GTCON.

PORTARIA 581, DE 13 DE OUTUBRO  
Dispõe sobre a composição e funcionamento do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios – GTREL.

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**  
**PRESIDÊNCIA**

RESOLUÇÃO 113, DE 26 DE AGOSTO DE 2010  
Revoga o [art. 3º da Resolução n. 102, de 14 de abril de 2010](#), que dispõe sobre a localização das varas federais criadas pela [Lei n. 12.011, de 4 de agosto de 2009](#).

RESOLUÇÃO 120, DE 6 DE OUTUBRO DE 2010  
Altera dispositivo da [Resolução n. 05/2008](#), alterada pela [Resolução n. 48/2009](#) e trata dos períodos de licença-prêmio já adquiridos e não gozados pelo servidor que vier a falecer.

**TRF-1ª REGIÃO**  
**PRESIDÊNCIA**

PORTARIA/DIGES/CENAG 523, DE 15/10/2010  
Prorroga o prazo para apresentação de relatórios sobre convênios, estabelecido na [Portaria/DIGES/CENAG 451 de 24/08/2010](#).

PORTARIA/PRESI/SECBE 398, DE 15/10/2010  
Dispõe sobre o Exame Periódico de Saúde – EPS, sob coordenação da Secretaria de Bem-Estar Social.

PORTARIA/PRESI/SECJU 396, DE 15/10/2010

- análise de processos administrativos do Tribunal que versam sobre os seguintes assuntos:
  - ♦ aquisição de bens de estoque e permanente decorrente da execução orçamentária;
  - ♦ folhas de pagamento, indenizações, ressarcimentos, diárias, ajudas de custo, suprimento de fundos e prestação de serviços;
  - ♦ incorporação e baixas extraorçamentárias de bens móveis;
  - ♦ reposição do erário em virtude de desligamento de servidores;
  - ♦ honorários de defensoria dativa;
  - ♦ precatórios e requisições de pequeno valor.

**Quadro 34**  
**Documentos expedidos**

Documentos	Quantidade
Orientações contábeis <ul style="list-style-type: none"> <li>♦ recolhimento do seguro de acidente de trabalho e fator de acidente de trabalho</li> <li>♦ registro de depreciação de bens móveis</li> <li>♦ recolhimento de contribuição sindical</li> <li>♦ incorporação de bens decorrentes de compras centralizadas</li> <li>♦ registro contábil de provisões em contratos de mão de obra terceirizada</li> <li>♦ alterações na retenção e no recolhimento da contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor – PSSS</li> <li>♦ classificação de despesa com o adicional de embarque e desembarque pago junto com diárias</li> <li>♦ recolhimento de custas judiciais mediante Guia de Recolhimento da União Judicial – GRU Judicial</li> </ul>	14
♦ Informações expedidas como resultado de análise de processos administrativos	550
♦ Diligências/questionamentos contábeis direcionados às unidades gestoras da 1ª Região via <i>e-mail</i>	391
♦ Respostas a consultas para o TRF e seccionais	385
♦ Documentos cadastrados na intranet, página da Secoi	730
♦ Cadastramento de operadores e cadastradores nos sistemas do Governo Federal (Siafi, Siafi Educacional, Siafi Gerencial e Siasg)	328
♦ Registro de conformidade contábil	84s
♦ Diversos (minutas de documentos para a Secoi: consultas ao CJF, respostas de consultas etc.)	155
<b>Total</b>	<b>2.637</b>

---

# VIPRE

Vice-Presidência

---

O ano de 2010 foi marcado pela transição de gestão na Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Vipre, bem como pela alteração de sua competência regimental.

A gestão do desembargador federal Souza Prudente à frente da Vice-Presidência finalizou-se em 05/03/2010.

Em 21/04/2010, assumiu o desembargador federal José Amilcar Machado, eleito pela votação da primeira sessão plenária extraordinária de 25/02/2010 para o biênio 2010-2012.



Foto: Brito Júnior

Posse do vice-presidente, desembargador federal José Amilcar Machado (à direita).

Em cumprimento às determinações regimentais, o vice-presidente desempenhou suas funções administrativas e judiciais auxiliando na supervisão e fiscalização dos serviços da Secretaria do Tribunal e nas atividades inerentes à substituição do presidente em suas ausências regulamentares.

Entre as funções judicantes do vice-presidente, destacam-se as decisões sobre admissibilidade de recursos — especial e extraordinário — e medi-

das cautelares a eles vinculadas, da competência da 1ª e 3ª Seções do Tribunal. Até a recente alteração regimental, presidiu as quatro seções integrantes do Tribunal, com a prolação de votos de desempate, despachos, decisões e o processamento de execuções em ações rescisórias. Integrou também a Corte Especial — Judicial e Administrativa —, assim como o Conselho de Administração, nas funções de relator e revisor.

Em 21 de abril, no início da gestão, foram atribuídos ao gabinete da Vice-Presidência 14.620 processos. Ao findar 2010, no dia 31 de dezembro, haviam sido baixados e publicados 13.269, o que representou 91% do acervo recebido, tudo no estreito período de 8 meses. A Vice-Presidência, por conseguinte, iniciará o ano de 2011 com apenas 1.351 processos aguardando processamento.

Destaca-se que, entre os despachos prolatados, no montante de 1.896 registros, as execuções em ações rescisórias foram 100% apreciadas nos primeiros 60 dias da gestão do desembargador federal José Amilcar Machado, o que trouxe benefícios às partes e à própria União na percepção ou resgate de débitos fazendários.

Cumprir ainda consignar que 5.295 processos foram sobrestados por força de regime repetitivo e pela repercussão geral, os quais aguardam o pronunciamento do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

Os resultados obtidos devem-se ao profícuo trabalho dos integrantes do gabinete, com destaque aos magistrados convocados da 1ª Instância, que imprimiram fluidez e segurança à diversidade de matérias atribuídas.



**Quadro 35**  
**Juízes federais convocados**

Titular	Seção judiciária	Ato	Publicação	Período
Luciana Pinheiro Costa Mayer Soares	SJ/MG	513	13/05	Desde 17/05
*Mark Yshida Brandão	SJ/GO	593	24/05	24/05 a 31/12

\* Juiz federal convocado para compor a 1ª Seção das Turmas Suplementares a partir de 10/01/2011 – Portaria/ Presi/Cenag 515/2010.

**Quadro 36**  
**Admissibilidade de recursos decididos pela Vice-Presidência**

Atividade	Quantidade
REsp admitido	671
REsp não admitido	4.473
RE admitido	101
RE não admitido	1.477
RE/REsp sobrestados	5.295
<b>Total</b>	<b>12.017</b>

**Quadro 37**  
**\*Presidência de órgão julgador**

Órgão julgador	Sessões
1ª Seção	12
2ª Seção	9
3ª Seção	8
4ª Seção	19
6ª Turma	3
<b>Total</b>	<b>51</b>

\* Competência alterada pela Emenda Regimental 7, de 26/08/2010.

**Quadro 38**  
**Substituição ao presidente em sessões de julgamento**

Órgão julgador	Data
Conselho de Administração	09/12

**Quadro 39**  
**Presidência na distribuição de processos**

Tipo de distribuição	Quantidade
Ordinária	24
Extraordinária	27
<b>Total</b>	<b>51</b>

**Quadro 40**  
**Participação em sessões de julgamento**

Órgão julgador	Sessões
Corte Especial	9
Corte Especial Administrativa	12
Conselho de Administração	6
Plenário	5
<b>Total</b>	<b>32</b>

## Participação do vice-presidente em eventos, missão oficial e solenidades



Foto: Mauro Putini

Inauguração da 33ª Vara SJ/MG em Montes Claros, no dia 18 de junho.



Foto: Ricardo Lima

II Encontro Nacional do Fórum de Assuntos Fundiários do CNJ, realizado em Belém/PA, de 9 a 11 de setembro.



Foto: arquivo pessoal do desembargador

Participação em missão oficial no International Visitor Leadership Program – A Project for Brazil – United States Department of State – USA, de 16 a 24 de agosto, em Washington, D.C.; Sacramento, Califórnia, e Dalas, Texas.



Foto: arquivo pessoal do desembargador

Comitiva composta de sete magistrados de diferentes cortes e duas autoridades do CJF/STJ.

---

# COGER

Corregedoria Regional da Justiça Federal da 1ª Região

---

A Corregedoria Regional da Justiça Federal da 1ª Região – Coger, órgão da Corte responsável pela atividade correcional no âmbito das seções e subseções judiciárias que integram a 1ª Região, exerce suas atribuições em conformidade com o art. 23 do *Regimento Interno* do TRF e com o Provimento Geral Consolidado 38, de 12 de junho de 2009, com a redação dada pelo Provimento 39, de 3 de novembro de 2009.

A Justiça Federal de 1º grau possui jurisdição em 13 estados da Federação mais o Distrito Federal, totalizando 14 seções judiciárias com sedes nas capitais, 52 subseções judiciárias com sedes em cidades do interior de cada estado e 213 varas federais.

**Quadro 41**  
**Distribuição de varas federais na 1ª Região**

Tipo	Quantidade
Varas nas capitais	154*
Varas no interior	59
Total de varas	213
Turmas Recursais	16
JEFs adjuntos a varas de capital	22
JEFs adjuntos a varas do interior	50
JEFs destacados	3

\*Das quais 33 têm competência de Juizado Especial Federal.

**Quadro 42**  
**Varas federais na capital e no interior**

Seção judiciária	Localização	Quantidade
Acre	Capital	4
Amapá	Capital	3
Amazonas	Capital	7
	Interior	1
Bahia	Capital	23
	Interior	11
Distrito Federal	Capital	27
Goiás	Capital	14
	Interior	6
Maranhão	Capital	9
	Interior	3
Mato Grosso	Capital	7
	Interior	4
Minas Gerais	Capital	33
	Interior	25
Pará	Capital	9
	Interior	4
Piauí	Capital	7
	Interior	2
Rondônia	Capital	5
	Interior	2
Roraima	Capital	3
Tocantins	Capital	3
	Interior	1
<b>Total na capital</b>		<b>154</b>
<b>Total no interior</b>		<b>59</b>
<b>Total geral</b>		<b>213</b>

No ano de 2010, a titularidade da Coger foi ocupada inicialmente pelo desembargador federal Olindo Menezes e, a partir de 23 de abril, pelo desembargador federal Cândido Ribeiro, eleito para o biênio 2010-2012.



Foto: Janine Moraes

Posse do desembargador federal Cândido Ribeiro como corregedor regional da Justiça Federal da 1ª Região.

Foram instaladas 19 varas federais, criadas pela Lei 12.011/2009, conforme quadro abaixo:

**Quadro 43**  
**Varas federais instaladas em 2010**

Seção judiciária	Localização	Vara	COMPETÊNCIA
Amazonas	Capital	7ª Vara	Ambiental e Agrária com JEF adjunto
Distrito Federal	Capital	27ª Vara	JEF
Goiás	Interior	Formosa	Vara Única com JEF adjunto
		Uruaçu	Vara Única com JEF adjunto
Maranhão	Capital	8ª Vara	Ambiental e Agrária
		9ª Vara	JEF
	Interior	Bacabal	Vara Única com JEF adjunto
Mato Grosso	Capital	7ª Vara	Criminal
	Interior	Diamantino	Vara Única com JEF adjunto
Minas Gerais	Capital	33ª Vara	JEF
	Interior	Paracatu	Vara Única com JEF adjunto
		Teófilo Otoni	Vara Única com JEF adjunto
		Unaí	Vara Única com JEF adjunto
Pará	Capital	9ª Vara	Ambiental e Agrária com JEF adjunto
Piauí	Capital	7ª Vara	JEF
	Interior	Parnaíba	Vara Única com JEF adjunto
Rondônia	Capital	5ª Vara	Ambiental e Agrária com JEF adjunto
	Interior	Guajará-Mirim	Vara Única com JEF adjunto
Tocantins	Interior	Araguaína	Vara Única com JEF adjunto
<b>Total</b>			<b>19</b>

## Convocações

Com a finalidade de se implementarem novos sistemas informatizados e se otimizarem as rotinas de trabalho da Coger, foram convocados três juízes federais da 1ª Região para auxiliar o corregedor regional:

**Quadro 44**  
Juízes federais convocados para auxiliar a Coger

Juiz federal	Vara de origem	Convocação	Período
Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo	3ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Amapá	Ato/Presi/Asmag 529 de 17/05/2010	A partir de 17/05
Antonio Osvaldo Scarpa	17ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Bahia	Ato/Presi/Asmag 517 de 17/05/2010	A partir de 17/05
Kátia Balbino de Carvalho Ferreira	3ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal	Ato/Presi/Asmag 502 de 05/05/2010	A partir de 23/04

## Expedientes normativos

No exercício de 2010, foram expedidas normas balizadoras aplicáveis à Justiça Federal da 1ª Região, sendo 40 circulares, 15 provimentos e 16 portarias.

**Quadro 45**  
Circulares expedidas

Número	Assunto
Circular 1 de 07/01/2010	Divulga o Ofício Circular 28 de 14/12/2009 do Conselho Nacional de Justiça
Circular 2 de 08/01/2010	Res. CNJ 70/2009 – Meta 2 – processos distribuídos até 2005 e não julgados (relatórios mensais)
Circular 3 de 19/01/2010	Expediente administrativo TRF1 2007/00606-DF, Resolução 34/2007–CNJ
Circular 4 de 22/01/2010	Escala de plantão das seções e subseções judiciárias da 1ª Região
Circular 5 de 01/02/2010	Execução de rotinas cartorárias por parte de técnicos judiciários (apoio especializado – segurança e transporte)
Circular 6 de 02/02/2010	Expediente administrativo TRF1 2007/00606-DF, Provimento Coger 38
Circular 7 de 04/02/2010	Observância e cumprimento da Agenda de Atividades da Justiça Federal de 1ª Instância, de que trata o Provimento Geral da Coger
Circular 8 de 10/03/2010	Deferimento de liminar para que os magistrados não sejam compelidos a externar suas razões de foro íntimo quando se declararem suspeitos
Circular 9 de 11/03/2010	Divulga a Instrução Normativa 1 da Corregedoria Nacional de Justiça
Circular 10 de 30/03/2010	Relatório de produtividade de juiz federal substituto
Circular 11 de 05/04/2010	Perícia médica
Circular 12 de 15/04/2010	Meta 2/2009 – Conselho Nacional de Justiça
Circular 13 de 19/04/2010	Honorários de tradutores e intérpretes
Circular 14 de 20/04/2010	Processo Administrativo 2.732/2010 – TRF Recomendação 31 – CNJ

Número	Assunto
Circular 15 de 04/05/2010	Relatório de inspeção – adequação ao art. 122 do Provimento/Coger 38/2009
Circular 16 de 14/05/2010	Relatório de inspeção – obedecer ao disposto no art. 127 do Provimento/Coger 38/2009
Circular 17 de 24/05/2010	Encaminha três exemplares do Provimento Geral 38/2009 (varas, juiz federal e juiz federal substituto)
Circular 18 de 24/05/2010	Encaminha quatro exemplares do Provimento Geral 38/2009 (Diref)
Circular 19 de 16/06/2010	Orienta o cumprimento da Portaria/Presi/Cenag 190 de 10/05/2010 – remessa de recursos
Circular 20 de 16/06/2010	Orienta o cumprimento da Portaria/Presi/Cenag 190 de 10/05/2010 – exclusão do GPD de processos ainda não digitalizados
Circular 21 de 21/06/2010	Decisão no PA 9167/2009 e Resolução conjunta 1/CNJ/CNMP de 29/09/2009
Circular 22 de 02/08/2010	Elaboração de quadro informativo relativo à Subseção Judiciária de Luziânia para a Correição Geral Ordinária
Circular 23 de 04/08/2010	Orienta o cumprimento da Portaria Conjunta Presi/Coger/Cenag 278, de 19/07/2010
Circular 24 de 27/08/2010	Orienta o cumprimento da Meta 5 do CNJ
Circular 25 de 30/08/2010	Elaboração de quadro informativo relativo à Seção Judiciária do Estado do Maranhão e às Subseções Judiciárias de Imperatriz e Marabá para a Correição Geral Ordinária
Circular 26 de 02/09/2010	Pedido dos oficiais de justiça relativo à criação de estrutura para a Ceman e dispensa em audiência
Circular 27	Número de Circular não utilizado
Circular 28 de 08/09/2010	Autoriza os juízes federais e juízes federais substitutos a delegarem à secretaria da vara a atribuição de designação de audiências no âmbito dos juzizados especiais federais
Circular 29 de 14/09/2010	Orienta o cumprimento da Meta 2/2010
Circular 30 de 17/09/2010	Informa a alteração de período para a realização da Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Estado do Maranhão e nas Subseções Judiciárias de Imperatriz e Marabá
Circular 31 de 01/10/2010	Despacho e Instrução Normativa 4, de 1º de setembro de 2010, que trata de controle de armas de fogo e munições apreendidas
Circular 32 de 04/10/2010	Elaboração de quadro informativo relativo à Seção Judiciária de Minas Gerais para a Correição Geral Ordinária
Circular 33 de 05/10/2010	Indisponibilidade de bens
Circular 34 de 05/10/2010	Meta 5 – <i>Workshop</i> local
Circular 35 de 07/10/2010	Informa sobre a Correição Geral Ordinária em Minas Gerais
Circular 36 de 27/10/2010	Elaboração de quadro informativo relativo à Subseção Judiciária de Divinópolis para a Correição Geral Ordinária
Circular 37 de 27/10/2010	Elaboração de quadro informativo relativo à Subseção Judiciária de Sete Lagoas para a Correição Geral Ordinária
Circular 38 de 16/11/2010	Expediente Administrativo TRF1 2007/00606-DF, Resolução 34/2007 – CNJ
Circular 39 de 07/12/2010	Orienta os juízes federais diretores de Foro e juízes com competência criminal sobre a criação da rotina de registro prévio de inquérito nos termos da Resolução CJF 63/2009
Circular 40 de 14/12/2010	Elaboração de quadro informativo relativo à Seção Judiciária do Estado de Tocantins para a Correição Geral Ordinária
Circular 41 de 14/12/2010	Elaboração de quadro informativo relativo à Subseção Judiciária de Araguaína/TO para a Correição Geral Ordinária

### Quadro 46 Provimentos expedidos

Número	ASSUNTO
Provimento 42 de 16/04/2010	Regulamenta a redistribuição de processos decorrente da conversão da 2ª e 4ª Varas Federais da Seção Judiciária do Estado do Amazonas – SJ/AM em matéria criminal
Provimento 43 de 16/04/2010	Regulamenta a redistribuição de processos decorrente da conversão da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Rondônia – SJ/RO em matéria criminal
Provimento 44 de 15/06/2010 (republicação)	Regulamenta a distribuição e redistribuição de processos decorrentes da instalação da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará – SJ/PA, especializada em matéria ambiental e agrária
Provimento 45 de 26/05/2010	Regulamenta a distribuição e redistribuição de processos decorrentes da instalação da 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Amazonas – SJ/AM, especializada em matéria ambiental e agrária
Provimento 46 de 14/06/2010	Regulamenta a redistribuição de processos decorrente da instalação da 33ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, especializada em Juizado Especial Federal cível com processos exclusivamente virtuais
Provimento 47 de 28/06/2010	Regulamenta a distribuição e redistribuição de processos criminais da 4ª Vara Federal/RO de Juizado Especial Federal decorrente da especialização da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Rondônia – SJ/RO em matéria criminal
Provimento 48 de 28/06/2010	Regulamenta a distribuição e redistribuição de processos criminais da 6ª Vara Federal/AM de Juizado Especial Federal, cível e criminal, decorrentes da especialização das 2ª e 4ª Varas Federais da Seção Judiciária no Estado do Amazonas – SJ/AM em matéria criminal
Provimento 49 de 28/06/2010	Regulamenta a distribuição e redistribuição de processos decorrentes da instalação da 8ª Vara Federal da Seção Judiciária no Estado do Maranhão – SJ/MA, especializada em matéria ambiental e agrária
Provimento 50 de 28/06/2010	Regulamenta a distribuição e redistribuição de processos decorrentes da instalação da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária no Estado do Maranhão em juizado especial federal cível, com processos exclusivamente virtuais
Provimento 51 de 28/06/2010	Regulamenta a distribuição e redistribuição de processos decorrentes da instalação da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Rondônia – SJ/RO, especializada em matéria ambiental e agrária
Provimento 52 de 19/08/2010	Regulamenta a distribuição e redistribuição de processos decorrentes da criação de varas federais em novas subseções judiciárias da 1ª Região (Lei 12.011/2009)
Provimento 53 de 30/09/2010	Regulamenta a distribuição e redistribuição de processos criminais que versam sobre natureza ambiental ou agrária de competência do Juizado Especial Federal, decorrentes da instalação da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará e da 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Amazonas
Provimento 54 de 17/11/2010	Regulamenta a distribuição e redistribuição de processos decorrentes da especialização, em matéria criminal, da 5ª Vara Federal e da instalação da 7ª Vara Federal, especializada em matéria criminal, da Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso – SJ/MT
Provimento 55 de 23/11/2010	Regulamenta a redistribuição de processos decorrente da instalação da 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Piauí, especializada em Juizado Especial Federal cível e criminal, com processos cíveis exclusivamente virtuais
Provimento 56 de 09/12/2010	Regulamenta a redistribuição de processos decorrente da instalação da 27ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, especializada em Juizado Especial Federal cível, com processos exclusivamente virtuais



### Quadro 47 Portarias expedidas

Número	Assunto
Portaria 1 de 01/02/2010	Implanta tabela de classificação de assuntos dos feitos da Corregedoria Regional
Portaria 2	Número de portaria não utilizado
Portaria 3 de 19/04/2010	Revoga, a partir de 23/04/2010, a Portaria 13 de 22/04/2008, que delegou atribuições ao juiz federal Saulo Casali Bahia, em auxílio à Corregedoria Regional da Justiça Federal da 1ª Região
Portaria 4 de 19/04/2010	Revoga, a partir de 23/04/2010, a Portaria 14 de 22/04/2008, que delegou atribuições ao juiz federal José Alexandre Franco, em auxílio à Corregedoria Regional da Justiça Federal da 1ª Região
Portaria 5 de 19/04/2010	Revoga, a partir de 23/04/2010, a Portaria 15 de 22/04/2008, que delegou atribuições ao servidor Marcílio Sampaio Ribeiro, chefe de gabinete da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 1ª Região
Portaria 6 de 19/04/2010	Determina a realização de correição geral ordinária na Seção Judiciária do Estado de Goiás (sede e Subseções Judiciárias de Anápolis, Rio Verde e Aparecida de Goiânia), no período de 02 a 13/08/2010
Portaria 7 de 20/07/2010	Designa magistrados e servidores para auxiliar nos trabalhos da Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária de Goiás (Portaria/Coger 6 de 01/07/2010), de 02 a 13/08/2010
Portaria 8 de 02/08/2010	Determina a realização de correição geral ordinária na Seção Judiciária do Distrito Federal e na Subseção Judiciária de Luziânia/GO, de 13 a 24/09/2010
Portaria 9 de 26/08/2010	Designa magistrados e servidores para auxiliar nos trabalhos da Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Distrito Federal e Subseção Judiciária de Luziânia/GO (Portaria/Coger 8 de 02/08/2010), de 13 a 24/09/2010
Portaria 10 de 30/08/2010	Determina a realização de correição geral ordinária na Seção Judiciária do Maranhão e Subseções Judiciárias de Imperatriz/MA e Marabá/PA, de 04 a 08/10/2010
Portaria 11 de 02/09/2010	Designa magistrados e servidores para auxiliar nos trabalhos da Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Maranhão e Subseções Judiciárias de Imperatriz/MA e Marabá/PA (Portaria/Coger 10 de 30/08/2010), de 04 a 08/10/2010
Portaria 12 de 14/09/2010	Designa o juiz federal César Cintra Jatahy Fonseca, da 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Bahia, para auxiliar nos trabalhos da Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Distrito Federal, em aditamento à Portaria/Coger 9
Portaria 13 de 17/09/2010	Altera a data de realização da correição geral ordinária na Seção Judiciária do Estado do Maranhão e Subseções Judiciárias de Imperatriz/MA e Marabá/PA, para o período de 11 a 15/10/2010
Portaria 14 de 20/09/2010	Revoga, a pedido, em razão de férias anteriormente marcadas, a designação do oficial de gabinete da Coger, Manoel Maia Jovita, para auxiliar nos trabalhos da correição geral ordinária nas Subseções Judiciárias de Marabá/PA e Imperatriz/MA
Portaria 15 de 04/10/2010	Determina a realização de correição geral ordinária na Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (apenas Sede – Belo Horizonte), no período de 22/11 a 03/12/2010
Portaria 16 de 27/10/2010	Altera a Portaria 15 de 04/10/2010, para que seu inciso I passe a vigor com a seguinte redação: "I. Realizar correição geral ordinária na Seção Judiciária de Minas Gerais, Sede, Belo Horizonte, e Subseções Judiciárias de Sete Lagoas e Divinópolis, de 22/11 a 03/12/ 2010"
Portaria 17 de 27/10/2010	Designa magistrados e servidores para auxiliar nos trabalhos da correição geral ordinária na Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais e Subseções Judiciárias de Divinópolis/MG e Sete Lagoas/MG (Portaria/Coger 16 de 27/10/2010)

## Correições gerais ordinárias

A teor do disposto no art. 21 do Provimento Geral Consolidado 38, de 12/06/2009, com a redação dada pelo Provimento 39, de 03/11/2009, o corregedor regional, desembargador federal Cândido Ribeiro, realizou, no ano de 2010, correições gerais ordinárias nas Seções Judiciárias dos Estados de Goiás, Maranhão, Minas Gerais e do Distrito Federal, e nas Subseções Judiciárias de Imperatriz/MA, Marabá/PA, Sete Lagoas/MG, Divinópolis/MG, Rio Verde/GO, Aparecida de Goiânia/GO, Anápolis/GO e Luziânia/GO, já tendo sido aprovado pelo Conselho de Administração do Tribunal o relatório final da correição geral ordinária na Seccional de Goiás e Subseções de Rio Verde, Aparecida de Goiânia e Anápolis.

Ao longo dos trabalhos correcionais, foram realizadas:

- reuniões com os juízes federais, a fim de que fossem analisadas e debatidas sugestões para o melhor funcionamento dos respectivos juízos e da Justiça Federal de 1ª Instância;
- análise de dados e informações complementares ou circunstanciais;
- verificação dos relatórios da inspeção anual realizada pelos próprios juízes federais (Lei 5.010, art. 13, III);
- consultas ao relatório anual circunstanciado dos trabalhos sob jurisdição dos juízes federais das seções e subseções judiciárias (Lei 5.010, art. 13, VIII);
- vistoria na relação dos processos selecionados previamente pela assessoria da Coger, assim como nos feitos conclusos para despacho, decisão e sentença cujos prazos foram excedidos com a devida justificativa (Lei Complementar 35, de 14/03/1979, art. 39);
- verificação de boletins estatísticos e do resumo dos mapas de produtividade dos oficiais de justiça avaliadores.

**Quadro 48**  
**Correições gerais ordinárias realizadas em 2010**

Seção judiciária	Varas	Subseção judiciária	Data
Goiás	Varas de Goiânia (14), Turma Recursal (1)	Rio Verde/GO, Aparecida de Goiânia/GO e Anápolis/GO (Vara Única)	02 a 13/08 2 semanas
Distrito Federal e Goiás	Varas de Brasília (27), Turma Recursal (1)	Luziânia/GO (Vara Única)	13 a 24/09 2 semanas
Maranhão e Pará	Varas de São Luís (9), Turma Recursal (1)	Imperatriz/MA (Vara Única) e Marabá/PA (Vara Única)	11 a 15/10 1 semana
Minas Gerais	Varas de Belo Horizonte (33), Turma Recursal (3)	Divinópolis/MG (2) e Sete Lagoas (Vara Única)	22/11 a 03/12 2 semanas

## Mutirão de sentenças na SJ/DF

Durante os trabalhos de correção geral ordinária na Seção Judiciária do Distrito Federal, em reunião com os juízes, a Coger constatou que algumas varas se encontram em situação de extrema dificuldade, com elevado número de processos conclusos para sentença fora do prazo, restando ainda volume considerável de processos incluídos na Meta 2 do ano de 2009, ou seja, com distribuição até 2005.

Em razão disso, foram definidas diretrizes para que se iniciasse o esforço concentrado para a prolação de sentenças, conforme o constante no Expediente Administrativo 2010/1.343 – DF.

Foram selecionados 13 juízes federais substitutos lotados em outras seccionais, que, em dezembro/2010, realizaram a triagem de 1.428 processos, que foram remetidos às varas de origem de cada magistrado por malote. O prazo de julgamento é de 60 dias, a contar de 10/01/2011.

## Inspecções ordinárias

Nos termos do art. 114 do Provimento Geral da Coger da 1ª Região, cabe à Coger verificar e avaliar, inclusive com a elaboração de parecer técnico, o cumprimento do procedimento previsto no art. 13, III, IV e VIII, da Lei 5.010/1966, que trata da inspeção judicial, que busca a eficiência e o aprimoramento dos juízos e serviços administrativos, judiciários e cartorários.

Em decorrência disso, foram autuados 212 processos de inspeção ordinária, o que motivou o total de 87 despachos e a elaboração de 212 pareceres técnicos, encaminhados eletronicamente a cada uma das varas e também ao Conselho Nacional de Justiça.

## Procedimentos administrativos

No âmbito da secretaria da Coger e em conformidade com o Sistema de Controle de Trami-

tação Interna e Externa de Documentos – Sisdoc, foram cadastrados 7.824 documentos recebidos, expedidos 3.621 ofícios, autuados 1.472 processos de diversas classes e juntados 3.833 documentos.

Além da tramitação dos documentos protocolados, a Coger realizou o acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ e, ainda, em razão das resoluções expedidas, o controle das informações prestadas pelos magistrados de 1º grau, tais como: controle de bens apreendidos, controle de prisões, exercício de magistério e atividade incompatível com a magistratura, sistema de interceptações telefônicas, entre outros.

No tocante à atividade fim da Coger, foram exarados 2.263 despachos e prolatadas 87 decisões.

**Quadro 49**  
**Processos autuados**

Classe	Quantidade
Correção parcial	97
Correção extraordinária	0
Representação	23
Expediente administrativo	1.019
Inspeção ordinária	222
Procedimento avulso	60
Sindicância	0
Recurso em processo administrativo disciplinar	1
Correção geral ordinária	5
Consulta	41
Inquérito	4
Procedimento administrativo	0
<b>Total</b>	<b>1.472</b>

**Quadro 50**  
Processos arquivados

Classe	Quantidade
Correição parcial	376
Correição extraordinária	4
Representação	16
Expediente administrativo	1.191
Inspeção ordinária	752
Procedimento avulso	196
Sindicância	0
Recurso em processo administrativo disciplinar	1
Correição geral ordinária	25
Consulta	102
Inquérito	1
Procedimento administrativo	0
<b>Total</b>	<b>2.664</b>

**Quadro 51**  
Decisões e despachos proferidos por procedimento

Classe	Total de decisões	Total de despachos
Correição parcial	32	77
Representação	1	21
Expediente administrativo	35	1.911
Inspeção ordinária	3	58
Procedimento avulso	12	117
Recurso em sindicância	0	0
Recurso em processo administrativo disciplinar	0	0
Consulta	3	50
Inquérito	0	4
Correição geral ordinária	1	22
Correição extraordinária	0	3
Sindicância	0	0
Procedimento administrativo	0	0
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>2.263</b>

## Vitalicamento, remoção, promoção e movimentação

Além dos procedimentos autuados na Coger (art. 7º do Provimento Geral da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 1ª Região), foram proferidos 969 despachos/decisões/manifestações em processos administrativos autuados por diversas unidades administrativas da Corte, como nos casos de alteração de férias dos magistrados, movimentação/remoção/promoção de magistrados, prorrogação de jurisdição, vitalicamento, afastamentos, entre outros.

**Quadro 52**  
Vitalicamento

Magistrado	Processo	Data da sessão
Paulo Cesar Lopes	9.014/2009	28/10/2010

**Quadro 53**  
**Propostas de remoção analisadas pela Coger**

Magistrado	Processo	Destino
Leonardo Augusto Nunes Coutinho	9.490/2009	5ª Vara/MT
José Humberto Ferreira	724/2010	2ª Vara – Uberlândia/MG
João Miguel Coelho dos Anjos – TRF 3ª Região	8.858/2009	Vara Única – Montes Claros/MG
Alcione Escobar da Costa Alvim	1.725/2010	14ª Vara/GO
Denise Dias Dutra Drumond	1.724/2010	1ª Vara/MG (JEF)
Grigório Carlos dos Santos	1.949/2010	11ª Vara/MG
Alex Schramm de Rocha	2.891/2010	Vara Única – Juazeiro/BA
Igor Matos Araújo	3.342/2010	Vara Única – Jequié/BA
David Wilson de Abreu Pardo	3.082/2010	26ª Vara/DF
Edison Moreira Grillo Júnior	3.082/2010	Vara Única – Patos de Minas/MG
Anamaria Reys Resende	3.343/2010	Vara Única – Sete Lagoas/MG
Edison Moreira Grillo Júnior	3.343/2010	Vara Única – Governador Valadares/MG (na hipótese do indeferimento do pedido de remoção para Patos de Minas/MG)
Antônio Francisco do Nascimento	3.343/2010	Vara Única – Governador Valadares/MG (na hipótese de deferimento do pedido de remoção do juiz federal Edison Moreira Grillo Júnior para Patos de Minas/MG)
Rosimayre Gonçalves de Carvalho	3.149/2010	25ª Vara/DF
Klaus Kuschel	4.852/2010	33ª Vara/MG
Edna Marcia Silva Medeiros Ramos	4.852/2010	Vara Única – Formosa/GO
Marcio Barbosa Maia	4.852/2010	22ª Vara/BA
Líliá Botelho Neiva Brito	4.852/2010	Vara Única – Paracatu/MG
Ricardo Felipe Rodrigues Macieira	4.852/2010	9ª Vara/MA
Wellington Cláudio Pinho de Castro	4.852/2010	7ª Vara/MA
Carlos Eduardo Castro Martins	4.852/2010	9ª Vara/PA
Guilherme Jorge de Resende Brito	4.852/2010	Vara Única – Unaí/MG
Lucas Rosendo Máximo de Araújo	4.852/2010	Vara Única – Parnaíba/PI
Eduardo Luiz Rocha Cubas	4.852/2010	Vara Única – Uruaçu/GO
Atanair Nasser Ribeiro Lopes	4.852/2010	Vara Única – São Sebastião do Paraíso/MG
Elísio Nascimento Batista Júnior	4.852/2010	Vara Única – Teófilo Otoni/MG

Magistrado	Processo	Destino
Antonio Carlos Almeida Campelo	4.852/2010	8ª Vara/PA
Emília Maria Velano	4.851/2010	33ª Vara/MG
Paulo Alkmin Costa Júnior	4.851/2010	26ª Vara/MG
Carina Catia Bastos de Senna	4.851/2010	4ª Vara/MA
Paulo Cesar Lopes	4.851/2010	Vara Única – Formosa/GO
Valmir Nunes Conrado	5.687/2010	1ª Vara – Divinópolis/MG
Isabela Guedes Dantas Carneiro	5.687/2010	9ª Vara/DF
Cláudio José Coelho Costa	5.688/2010	2ª Vara/MG
Francisco Hélio Camelo Ferreira	5.688/2010	1ª Vara/PI
Fábio Moreira Ramiro	5.688/2010	Vara Única – Feira de Santana/BA
Jorge Gustavo Serra de Macedo Costa	5.688/2010	1ª Vara – Divinópolis/MG
Osmane Antônio dos Santos	5.688/2010	2ª Vara – Uberaba/MG
Francisco Renato Codevila Pinheiro Filho	5.688/2010	Vara Única – Rio Verde/GO
Reginaldo Márcio Pereira	5.688/2010	2ª Vara – Divinópolis/MG
Agliberto Gomes Machado	5.688/2010	Vara Única – Caxias/MA
Carlos Henrique Borlido Haddad	5.688/2010	1ª Vara – Montes Claros/MG
Roberto Carvalho Veloso	7.352/2010	27ª Vara/DF
Ricardo Felipe Rodrigues Macieira	7.352/2010	8ª Vara/MA
Paulo César Alves Sodré	7.352/2010	7ª Vara/MT
Geraldo Magela e Silva Meneses	7.352/2010	7ª Vara/PI
Ronaldo Castro Desterro e Silva	7.352/2010	9ª Vara/MA
Nazareno César Moreira Rêis	7.352/2010	Vara Única – Picos/PI
Sandra Lopes Santos de Carvalho	7.352/2010	Vara Única – Jequié/BA
Alexandre Buck Medrado Sampaio	7.352/2010	1ª Vara/PA
Regivano Fiorindo	7.352/2010	5ª Vara/PA

**Quadro 54**  
**Propostas de movimentação analisadas pela Coger**

Magistrado	Processo	Destino
Kátia Balbino de Carvalho Ferreira	1.779/2010	3ª Vara/DF
Emília Maria Velano	2.565/2010	4ª Vara/DF
Náiber Pontes de Almeida	2.565/2010	19ª Vara/DF
Marcelo Aguiar Machado	2.565/2010	15ª Vara/DF
Fabiano Verli	2.799/2010	10ª Vara/MG
Márcio José de Aguiar	2.799/2010	13ª Vara/MG
Ricardo Augusto de Sales	2.892/2010	3ª Vara/AM
Bruno Augusto Santos Oliveira	2.939/2010	27ª Vara/MG
Gabriela de Alvarenga Silva Murta	301/2010	8ª Vara/MG
Dimis da Costa Braga	3.759/2010	7ª Vara/AM
Roberto Carvalho Veloso	3.760/2010	8ª Vara/MA
Herculano Martins Nacif	3.761/2010	5ª Vara/RO
Paulo Cesar Lopes	4.399/2010	2ª Vara/MT
Ronaldo Castro Desterro e Silva	4.465/2010	1ª Vara/PA
Pedro Braga Filho	4.472/2010	19ª Vara/BA
Arali Maciel Duarte	4.472/2010	1ª Vara/BA
Carina Cátia Bastos de Senna	481/2010	5ª Vara/PA
João Carlos Costa Mayer Soares	5.150/2010	12ª Vara/MG
Antonio Carlos Almeida Campelo	5.313/2010	4ª Vara/PA
Tales Krauss Queiroz	5.313/2010	4ª Vara/DF
Márcio de França Moreira	5.313/2010	8ª Vara/DF
Gabriel José Queiroz Neto	723/2010	13ª Vara/GO
Fabiano Verli	880/2010	13ª Vara/MG

**Quadro 55**  
**Propostas de promoção analisadas pela Coger**

Magistrado	Processo
Ronaldo Santos de Oliveira	6.032/2010
Ivo Anselmo Hohn Júnior	6.032/2010
Ubirajara Teixeira	6.032/2010
Durval Carneiro Neto	6.032/2010
Iolete Maria Fialho de Oliveira	6.032/2010
Fausto Mendanha Gonzaga	6.032/2010
Nazareno César Moreira Rêis	6.032/2010
Cristiano Miranda de Santana	6.032/2010
Fábio Rogério França Souza	6.032/2010
Sandra Lopes Santos de Carvalho	6.032/2010
Marcelo Rebello Pinheiro	6.032/2010
Leandro Saon da Conceição Bianco	6.032/2010
Aníbal Magalhães da Cruz Matos	6.032/2010
João César Otoni de Matos	6.032/2010
José Airton de Aguiar Portela	6.032/2010
Régis de Souza Araújo	6.032/2010
Alexandre Buck Medrado Sampaio	6.032/2010
Neian Milhomem Cruz	6.032/2010

Magistrado	Processo
Regivano Fiorindo	6.032/2010
Warney Paulo Nery Araújo	6.032/2010
Ruy Dias de Souza Filho	6.032/2010
Mauro Rezende de Azevedo	6.032/2010
Rodrigo de Godoy Mendes	6.032/2010
Brunno Christiano Carvalho Cardoso	6.032/2010
Arthur Pinheiro Chaves	6.032/2010
Fabiano Verli	6.032/2010
Dayana de Azevedo Bião de Souza	6.032/2010
Carlos Alberto Gomes da Silva	6.032/2010
Ricardo Augusto de Sales	6.032/2010
Marcio José de Aguiar Barbosa	6.032/2010
Marcos Silva Rosa	6.032/2010
Newton Pereira Ramos Neto	6.032/2010
Cristiane Pederzolli Rentzsch	6.032/2010
Marília Gurgel R. de Paiva e Sales	6.032/2010
Vanessa Curti Perenha Gasques	6.032/2010



**Quadro 56**  
**Sistemas informatizados implementados ou em desenvolvimento**  
**com a participação dos juízes convocados em auxílio à Coger**

Sistema	Descrição	Situação
CVD	Catalogador virtual de documentos	Identificada a necessidade de reestruturação para atendimento ao disposto no Provimento/Coger 38/2009
E-Jur	Sistema que permite a visualização das peças dos autos digitais integrado ao Siapro – Sistema de Acompanhamento Processual da 1ª Instância e ao Gerenciador de Processos Digitais – GPDG	Em funcionamento nas varas cíveis da SJ/DF, SJ/GO e SSJ/UBE, com limitação de classes. Em 2010, priorizou-se a estabilização do sistema, a melhoria de rotinas, o desenvolvimento de novo editor de texto e de módulo de citação/intimação.
TRF1Doc	Editor de texto que permite melhor integração com o e-Jur, maior utilização de recursos de editoração, controle dos campos específicos (cabeçalho, assinatura, notas de rodapé) e utilização de certificação digital ou assinatura eletrônica	Em produção na 11ª e 18ª Varas – SJ/DF e sendo implantado na 19ª Vara da SJ/DF
GPDoc	Gerenciador de documentos dos processos digitais – compõe o e-Jur.	Será desativado em 2011, tendo em vista o desenvolvimento do TRF1Doc.
Rol de culpados	Rotina do Sistema de Acompanhamento Processual da 1ª Instância – Siapro para gerenciamento das partes condenadas na 1ª Região	Disponibilizados novos relatórios
E-Siam	Sistema de Afastamento de Magistrados – gerencia os pedidos de afastamento de magistrados, da solicitação à autorização	Alterados os procedimentos de cancelamento, atualizada a lista de motivos de afastamento e criada a possibilidade de desistência do pedido
E-Calendarário	Sistema que registra as datas dos feriados no âmbito do Tribunal, das sessões e subseções judiciárias, utilizado pelo e-Cint e JEF virtual para controle automático de prazos processuais	Realizada a retificação do lançamento de todas as datas relativas a feriados. Está em desenvolvimento a rotina que possibilitará a inclusão de datas que implicam alteração de contagem de prazos processuais, tais como mudanças de instalações físicas, criação de novas varas, instabilidade do sistema etc.
Barramento de serviços (ESB) e SOA	Um barramento de serviços (ESB) é a espinha dorsal de uma arquitetura orientada a serviços (SOA), pois cabe a ele a sustentação de uma infraestrutura que permita a mediação, roteamento, transformação de dados e orquestração dos serviços (programas, rotinas), o que permite criar diversas integrações entre as aplicações. Já a SOA (arquitetura orientada a serviços) é uma abordagem arquitetural corporativa, que permite a criação de serviços de negócio (programas, rotinas) inter-operáveis, que podem facilmente ser reutilizados e compartilhados entre aplicações e empresas	Procedeu-se à revisão dos critérios, ao acompanhamento das melhorias e à implantação dos mecanismos de controle

Sistema	Descrição	Situação
Sistema de Peticionamento Eletrônico – e-Proc	Permite ao jurisdicionado encaminhar à Justiça Federal da Primeira Região petições via internet	Identificado o represamento de petições de anos anteriores; estabelecidas as regras para disponibilização
Rotina de inspeção	Rotina disponível no relatório de varas no Siapro – Sistema de Acompanhamento Processual da 1ª Instância, que seleciona automaticamente a relação de processos a serem inspecionados pelas varas federais, conforme disposto no Provimento/Coger 38/2009	Revisão de todos os critérios e parâmetros utilizados pela rotina para adequação ao normativo da Coger. Disponibilizada em abril/2010
Rotina de estorno	Rotina disponível no Siapro – Sistema de Acompanhamento Processual da 1ª Instância somente para os diretores de secretaria, que possibilita a alteração dos lançamentos de movimentações processuais fora do período estatístico, nos termos do Provimento/Coger 38/2009	Revisão de todos os critérios e parâmetros utilizados pela rotina para adequação ao normativo da Coger. Disponibilizada no segundo semestre/2010
Rotina de atribuição	Rotina disponível no Siapro – Sistema de Acompanhamento Processual da 1ª Instância somente para os diretores de secretaria, que permite o gerenciamento das atribuições dos processos em cada vara federal	Alteração da tela de visualização dos magistrados e de seus respectivos acervos; implantação de mecanismos de agendamento para transferência de atribuição de processos físicos e virtuais; disponibilização de versão atualizada em agosto/2010
Numeração única	Padronização dos números dos processos conforme estabelecido pelo CNJ	Implantada em janeiro/2010, houve necessidade de estabelecer critérios para a reestruturação de todas as rotinas do sistema processual, principalmente as relativas à tramitação entre varas e juizados e distribuição nas Turmas Recursais
Rotina de correção	Rotina de uso exclusivo da Coger, que seleciona automaticamente a relação de processos que passarão por correção no âmbito de cada vara federal da 1ª Região	Criação de parâmetros para elaboração da rotina. Em desenvolvimento, com previsão de implantação em janeiro de 2011
Registro de inquérito	Rotina que permite o registro de inquéritos policiais sem distribuição	Feitos os levantamentos com fluxograma, deverá ser implantado em janeiro/2011
Distribuição/redistribuição nas novas varas federais	Rotinas que devem observar os provimentos da Corregedoria na implantação ou especialização de varas	Elaborados os provimentos, acompanhados os resultados das redistribuições e feitos os ajustes para equilíbrio de acervo e observância de competências específicas
e-Digitalizador 2.4	Sistema para digitalização de documentos que compõe o e-Jur	Em produção nas varas cíveis que utilizam o e-Jur nas seccionais do DF, GO e Subseção de Uberlândia, além do TRF
Sistema de férias de magistrados	Rotina para agendamento de férias e homologação de escala pelas Direfs e Coger	Desenvolvido juntamente com a Asmag, já em produção para a escala de 1º/2011 e com alterações propostas para nova versão

## XIII Concurso Público para provimento de cargo de juiz federal substituto – 1ª Região

Nos termos do artigo 131 do *Regimento Interno* do Tribunal, cabe à Coger a realização de sindicância da vida pregressa e investigação social dos candidatos aprovados no concurso público para provimento de cargo de juiz federal substituto. Em razão da realização do XIII Concurso Público para provimento de cargo de juiz federal substituto, edital de 20/07/2009, no início do mês de dezembro, a Corregedoria recebeu da Comissão de Concurso 62 processos de inscrição definitiva de candidatos aprovados nas duas primeiras etapas. Nesse período, foram expedidos mais de 350 ofícios, proferidos 124 despachos e elaboradas 62 manifestações após a análise dos documentos recebidos, em resposta aos ofícios expedidos.

### Ouvidoria da Justiça Federal

A Ouvidoria da Justiça Federal possui, entre suas competências, a de recepcionar, encaminhar e obter uma resposta efetiva às reclamações, solicitações e dúvidas dos jurisdicionados sobre a movimentação de processos na Justiça Federal de 1º grau.

Pelo Sistema Siouv, havia, no encerramento do ano, 32 manifestações em andamento, 266 aguardando resposta de ofício e 60 em vias de expedição de ofício.

Em resposta às manifestações, expediram-se 669 ofícios e 174 cartas-resposta às partes.

**Quadro 57**  
**Dados da Ouvidoria – consolidação da 1ª Região**

Comentários	Denúncias	Elogios	Morosidade processual	Pedido de informação	Reclamação/crítica	Sugestões	Total
84	181	62	3.205	1.278	895	71	5.776

### Estatística dos processos judiciais da 1ª Instância

Os dados estatísticos da 1ª Região são controlados pela Coger mediante a análise de relatórios analíticos e sintéticos gerados pelo Sistema de Acompanhamento Processual.

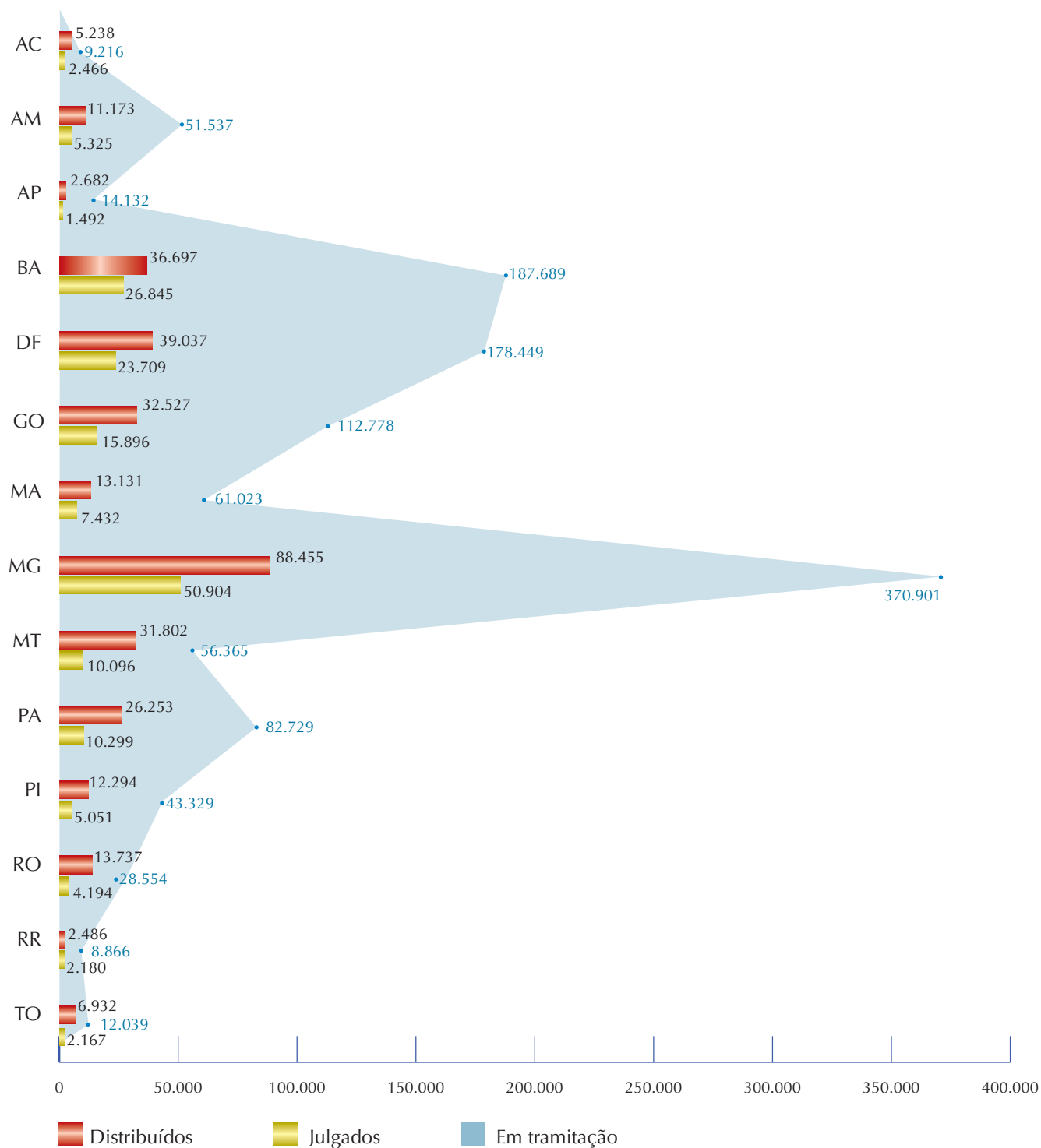
**Quadro 58**  
**Dados estatísticos da 1ª Instância**

Seção judiciária		Quantidade de processos		
		Distribuídos	Julgados	Tramitação
AC	Vara	5.238	2.466	9.216
	Juizado	9.168	8.045	9.494
	Turma Recursal	1.521	2.456	5.153
AM	Vara	11.173	5.325	51.537
	Juizado	5.059	3.990	8.761
	Turma Recursal	2.192	3.722	3.748
AP	Vara	2.682	1.492	14.132
	Juizado	8.210	7.494	11.627
	Turma Recursal	Funcionamento conjunto com a SJ/PA		
BA	Vara	36.697	26.845	187.689
	Juizado	57.242	50.147	84.151
	Turma Recursal	13.611	11.281	30.074
DF	Vara	39.037	23.709	178.449
	Juizado	15.434	25.960	49.280
	Turma Recursal	11.955	9.180	17.536
GO	Vara	32.527	15.896	112.778
	Juizado	40.275	38.156	47.854
	Turma Recursal	10.143	6.846	12.299
MA	Vara	13.131	7.432	61.023
	Juizado	49.923	38.607	66.229
	Turma Recursal	3.053	2.328	10.466
MG	Vara	88.455	50.904	370.901
	Juizado	76.256	91.699	201.801
	Turma Recursal	29.679	21.027	61.009
MT	Vara	31.802	10.096	56.365
	Juizado	12.872	12.036	20.046
	Turma Recursal	3.999	2.989	5.093

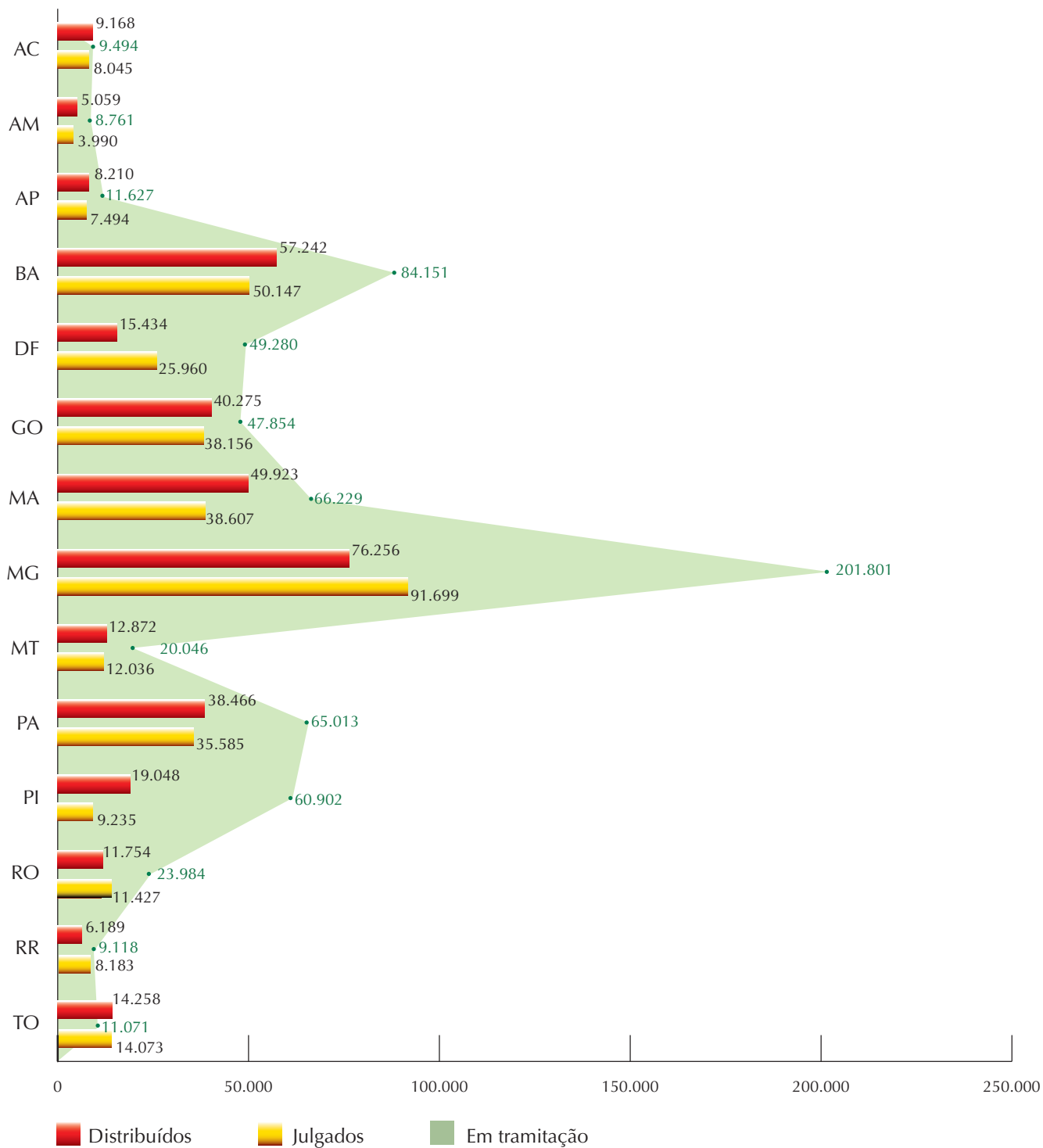
Seção judiciária		Quantidade de processos		
		Distribuídos	Julgados	Tramitação
PA	Vara	26.253	10.299	82.729
	Juizado	38.466	35.585	65.013
	Turma Recursal	6.857	9.360	19.271
PI	Vara	12.294	5.051	43.329
	Juizado	19.048	9.235	60.902
	Turma Recursal	1.327	7.280	17.298
RO	Vara	13.737	4.194	28.554
	Juizado	11.754	11.427	23.984
	Turma Recursal	4.900	6.427	6.523
RR	Vara	2.486	2.180	8.866
	Juizado	6.189	8.183	9.118
	Turma Recursal	1.617	2.771	2.601
TO	Vara	6.932	2.167	12.039
	Juizado	14.258	14.073	11.071
	Turma Recursal	2.641	1.843	3.106
<b>Totais – 1ª Instância</b>	<b>Vara</b>	<b>322.444</b>	<b>168.056</b>	<b>1.217.607</b>
	<b>Juizado</b>	<b>364.154</b>	<b>354.637</b>	<b>669.331</b>
	<b>Turma Recursal</b>	<b>93.495</b>	<b>87.510</b>	<b>194.177</b>

Fonte: Sistema processual e secretarias de turmas, seções e Turmas Suplementares.

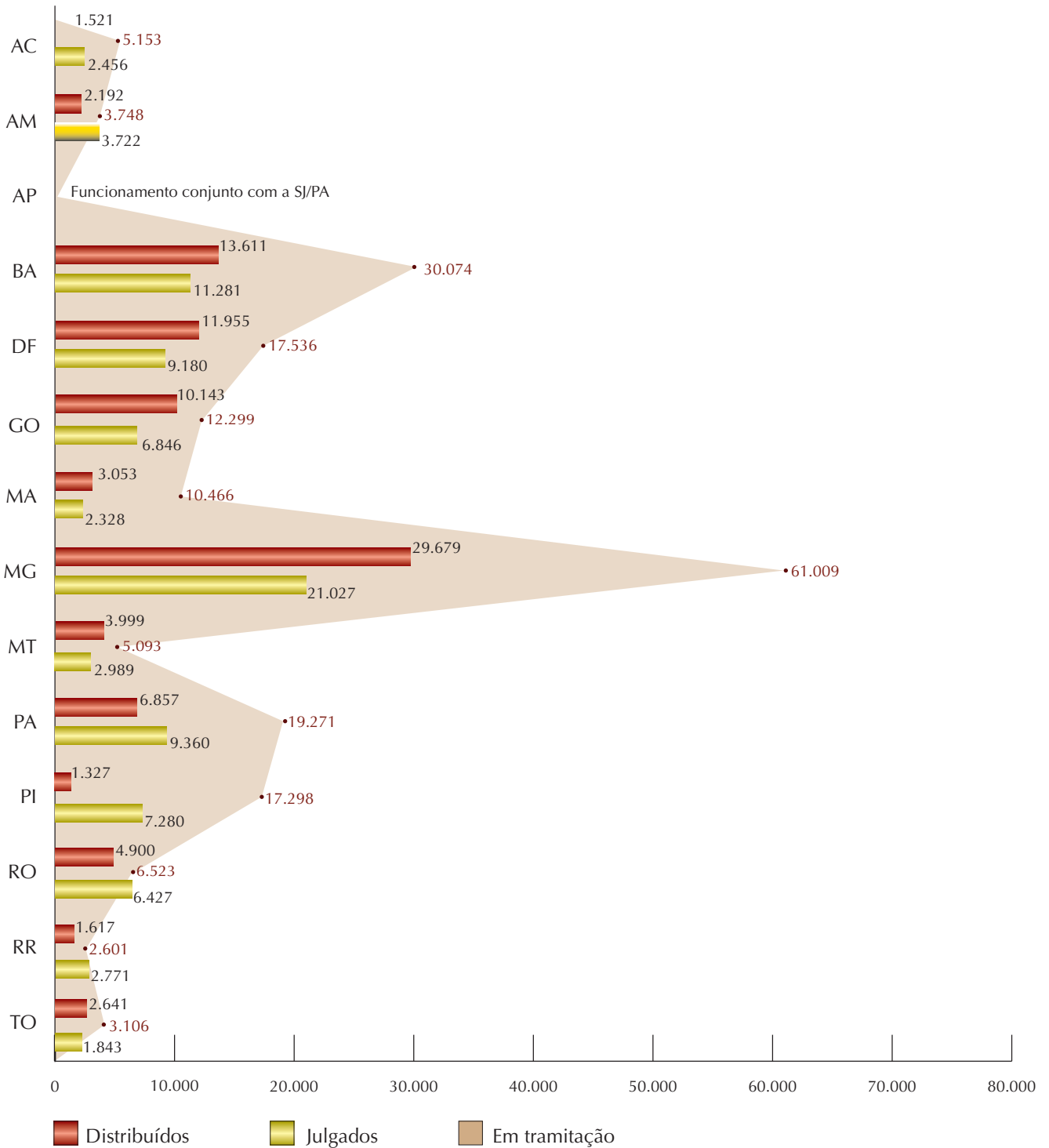
**Gráfico 6**  
**Processos distribuídos, julgados e em tramitação nas varas federais**



**Gráfico 7**  
**Processos distribuídos, julgados e em tramitação nos Juizados Especiais Federais**



**Gráfico 8**  
**Processos distribuídos, julgados e em tramitação nas Turmas Recursais**

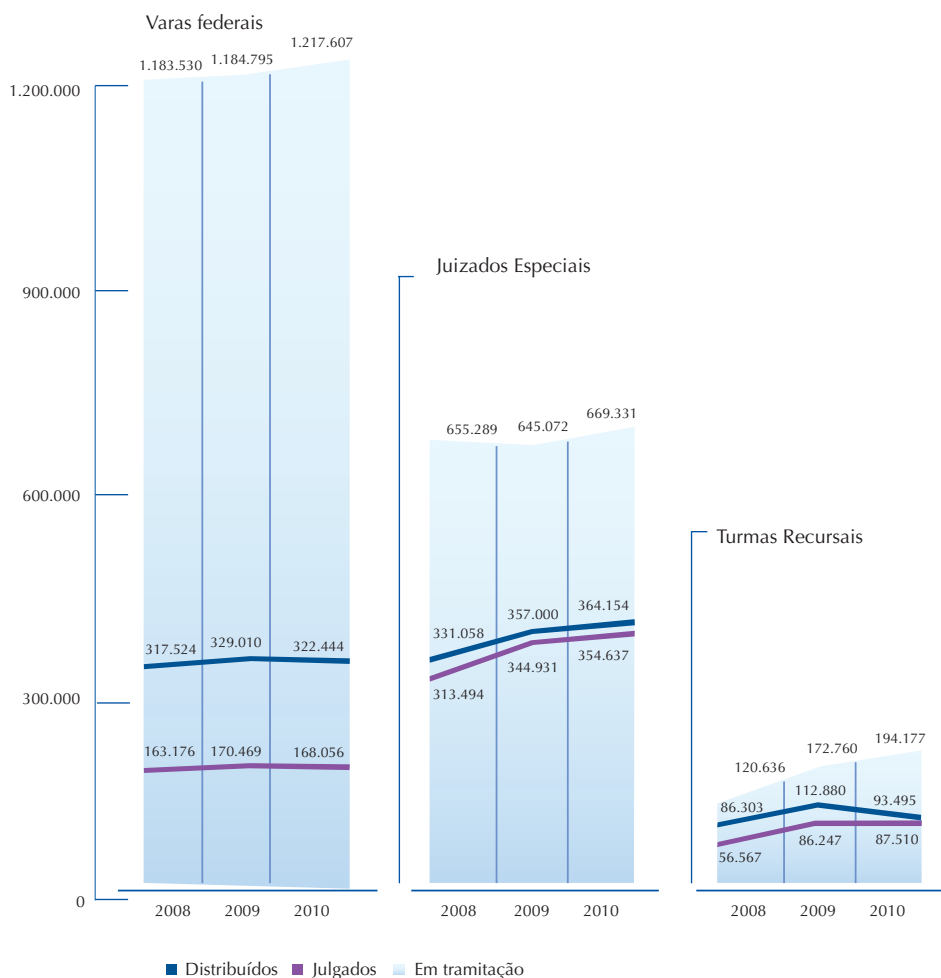




**Quadro 59**  
**Dados acumulados da 1ª Instância**

Órgão julgador	Distribuídos			Julgados			Em tramitação		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Vara	317.524	329.010	322.444	163.176	170.469	168.056	1.183.530	1.184.795	1.217.607
Juizado	331.058	357.000	364.154	313.494	344.931	354.637	655.289	645.072	669.331
Turma Recursal	86.303	112.880	93.495	56.567	86.247	87.510	120.636	172.760	194.177
<b>Total</b>	<b>734.885</b>	<b>798.890</b>	<b>780.093</b>	<b>533.237</b>	<b>601.647</b>	<b>610.203</b>	<b>1.959.455</b>	<b>2.002.627</b>	<b>2.081.115</b>

**Gráfico 9**  
**Processos distribuídos, julgados e em tramitação nas seccionais**



---

# COJEF

Coordenação do Juizados Especiais Federais da 1ª Região

---

A Coordenação dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região – Cojef, exercida pelo desembargador federal Tourinho Neto, eleito para o biênio 2009-2011, é responsável pela orientação normativa e fixação da política de atuação dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região.

## Inovação e projetos

### Aprovação do Regimento Interno das Turmas Recursais e dos Juizados Especiais Federais

Em 10 de junho, foi aprovado pela Resolução Presi/Cojef 16 o novo Regimento Interno das Turmas Recursais e dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região. A norma foi editada em razão da necessidade de se disciplinarem os JEFs e de se adequar o Regimento Interno das Turmas Recursais às diretrizes estabelecidas na proposta de Regimento Interno da Turma Regional de Uniformização e no Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

O texto também trouxe atualizações conforme a legislação do Conselho da Justiça Federal e o provimento da Corregedoria desta Corte e foi organizado em quatro partes: (1) as Turmas Recursais, com sua composição e organização, competência, atribuições, processos, recursos e jurisprudência; (2) os Juizados, em que se definem as funções dos coordenadores e dos juízes, a forma de auxílio, as provas, a competência, os Juizados itinerantes e os mutirões; (3) os conciliadores e (4) as disposições finais.

### Atualização do banco de julgados dos JEFs

A Cojef, juntamente com a Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação – Cojud, atualizou o banco de julgados das Turmas Recursais e da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos JEFs, disponível na página eletrônica do Tribunal, ouvidos os membros das Turmas.

### Serviço de Cumprimento de Julgados – SCJ

Instituído pela Portaria Presi/Coger/Cojef 600-324 de 13 de outubro, o Serviço de Cumprimento de Julgados – SCJ, vinculado à Coordenação

dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, tem por objetivo “concentrar esforços para a satisfação de créditos, entrega rápida e efetiva da prestação jurisdicional e baixa de processos julgados” nas varas JEFs da SJ/MG.

O grupo conta com 13 servidores exclusivamente dedicados ao SCJ e 4 servidores da Cojef/MG em regime de eventual auxílio. A esta equipe uniu-se o servidor aposentado Frederico Guilherme Ruggio Júnior, ex-diretor de secretaria da 7ª Vara Federal de Belo Horizonte, que atua como voluntário.

O SCJ tem conseguido manter o acervo equilibrado e certamente contribuirá para a extinção dos processos físicos ainda pendentes de plena efetivação.

Hoje o SCJ exhibe um resultado animador: 10.924 processos arquivados; 12.722 RPVs expedidas, que geraram o valor total de R\$ 142.158.475,59; 471 alvarás expedidos e 13.285 partes em processos atendidas no balcão do SCJ.

### Mutirão de sentenças a distância

Em razão do vultoso acervo e por contarem com mais de mil processos conclusos para sentença com prazo expirado, as 2ª e 32ª Varas JEF da SJ/MG e a 23ª Vara JEF da SJ/DF foram selecionadas para receberem auxílio por meio de um mutirão de sentenças de juízes voluntários, que receberam em seus gabinetes 100 processos para sentenciar, no prazo de 60 ou 90 dias, sem prejuízo de suas funções nas varas de origem. Quarenta juízes se prontificaram a prestar esse auxílio.

Tal iniciativa antecipou-se à determinação do Provimento CNJ 5/2010, que estimulou semelhante auxílio às varas com mais de 500 processos conclusos para sentença, entre as quais estão incluídas as varas supra mencionadas, que abrangem número bem superior de processos.

## Mutirão de servidores aposentados

Com o objetivo de solucionar temporariamente a falta de servidores nos JEFs e acelerar a prestação jurisdicional, a Cojef encaminhou carta aos servidores aposentados, convidando-os a auxiliar nos trabalhos desenvolvidos nos Juizados, especialmente nas atividades cartorárias, como atermiação e lançamento de movimentação processual no sistema.

O projeto contou com a adesão de diversos interessados, e a seleção se baseou nas atribuições que exerciam antes da aposentadoria.

Para a 23ª Vara do DF, que contou com a ajuda de 3 aposentados no mutirão, a participação deles foi de extrema importância nas atividades de triagem de processos e minutas de despacho de arquivamento. Voluntariaram-se a sra. Rosa Olímpia, a sra. Elisa Fernandes França e o sr. José Belarmino Barbosa. Na avaliação da diretora da 23ª Vara do DF, os voluntários ajudaram muito no trâmite dos processos. São interessados e têm compromisso com o trabalho, estão totalmente integrados ao ambiente, compartilhando momentos de harmonia e tranquilidade com os demais servidores.

Na Seção Judiciária de Minas Gerais, 3 servidores aposentados manifestaram interesse pelo trabalho voluntário na Coordenação do JEF/BH.

Também se prontificou para o trabalho voluntário o sr. Antonio Carlos Telles de Carvalho, na Subseção Judiciária de Ilhéus/BA, trabalhando algumas semanas em atividades cartorárias.

Na Subseção Judiciária de Uberlândia, 3 voluntários se apresentaram para colaborar nos trabalhos da secretaria.

Na 4ª Vara de Rondônia, 3 voluntárias se inscreveram para atividades cartorárias e expedição de correspondência. O resultado foi positivo, pois foram liberados para outras atividades os servidores antes responsáveis por essas funções. A voluntária aposentada Raquel Morheb Nunes prestou serviços à secretaria da 4ª Vara JEF/RO, expedindo cartas e mandados de citação/intimação.

Na Coordenação dos Juizados Especiais Federais do Distrito Federal, apresentou-se como voluntário o sr. Martinho Vaz de Oliveira, que desempenhou

atividades de atendimento ao público e fornecimento de informações e andamentos processuais.

## Criação da Comissão de Reestruturação e Aprimoramento dos JEFs

Determinada pelo Provimento CNJ 5/2010 e criada na 1ª Região pela Portaria Cojef 29/2010, a Comissão de Reestruturação e Aprimoramento dos JEFs reúne-se periodicamente e, juntamente com o Coordenador dos Juizados Especiais Federais, juiz Tourinho Neto, busca melhorias na atuação dos Juizados. Entre as competências dos membros da comissão estão o desenvolvimento de projetos destinados a tornar proporcional a relação entre os recursos e a distribuição de novos processos entre as varas federais no âmbito das subseções judiciárias, das seções judiciárias ou do Tribunal, bem como a coordenação de ações destinadas à redução do número de processos conclusos para sentença em varas de juizado, mediante regime de auxílio, voluntário ou não, por magistrados designados pela Corregedoria Regional.

A comissão foi inicialmente formada pelos juízes federais Alex Schramm (SJ/BA), Cristiane Botelho (SJ/MG), Luciana Pinheiro Mayer Soares (presidente da 1ª TR/SJ/MG), Renata Mesquita Quadros (SJ/BA), Rui Costa Gonçalves (SJ/DF), com o auxílio das servidoras Maria Regina Ferreira Lara (secretária executiva da Cojef) e Manuela Affonso Maciel (SJ/BA). Com a Portaria Cojef 36 de 13 de setembro, o juiz federal Alexandre Ferreira Infante Vieira, do 2º JEF Cível/MG, passou a substituir a juíza Luciana Pinheiro Mayer Soares, que solicitou dispensa.

## Sessões extraordinárias das Turmas Recursais

As Turmas Recursais realizaram sessões extraordinárias de julgamento, no mínimo duas vezes por mês, por meio da formação de Turmas Suplementares, presididas por um dos juízes efetivos da Turma respectiva, de preferência o presidente, nas quais juízes suplentes atuaram como relatores.

As Turmas Suplementares no JEF tiveram seu início com a edição da Portaria Cojef 3 de 26/11/2009, alterada pela Portaria Cojef 7 de 15/12/2009, tendo sido consolidada pelo art. 4º do novo Regimento Interno das Turmas Recursais e dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região.

## Instalação de novas varas de Juizados Especiais Federais

A estrutura dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região sofreu significativa alteração em 2010 com a criação de novas varas pela Lei 12.011/2009. A lei atribuiu competência ao Conselho da Justiça Federal para definir a localização de 230 varas federais, sendo que desse total 94 varas foram destinadas à 1ª Região e serão implantadas até 2014. Por meio das Resoluções CJF 102 de 14/04/2010 e 113 de 26/08/2010, estabeleceu-se o cronograma de instalação das varas.

**Quadro 60**  
**Varas federais instaladas na 1ª Região em 2010**

Seção judiciária	Cidade	Instalação	Tipo	Competência
Pará	Belém	27/05	Ambiental, agrária e JEF adjunto criminal	Cível, criminal e execução fiscal
Amazonas	Manaus	28/05	Ambiental, agrária e JEF adjunto criminal	Cível, criminal e execução fiscal
Minas Gerais	Belo Horizonte	18/06	JEF	Cível
Maranhão	São Luís	02/07	Ambiental, agrária e JEF adjunto criminal	Cível, criminal e execução fiscal
Maranhão	São Luís	02/07	JEF	Cível
Rondônia	Porto Velho	09/07	Ambiental, agrária e JEF adjunto criminal	Cível, criminal e execução fiscal
Piauí	Parnaíba	20/08	Geral e JEF adjunto	Cível e criminal
Tocantins	Araguaína	16/11	Geral e JEF adjunto	Cível e criminal
Minas Gerais	Paracatu	19/11	Geral e JEF adjunto	Cível e criminal
Mato Grosso	Diamantino	22/11	Geral e JEF adjunto	Cível e criminal
Mato Grosso	Cuiabá <sup>1</sup>	23/11	Criminal e JEF adjunto	Criminal
Minas Gerais	Unaí	26/11	Geral e JEF adjunto	Cível e criminal
Piauí	Teresina <sup>1</sup>	29/11	JEF	Cível e criminal
Rondônia	Guajará-Mirim <sup>3</sup>	03/12	Geral e JEF adjunto	Cível e criminal
Minas Gerais	Teófilo Otoni	10/12	Geral e JEF adjunto	Cível e criminal
Goiás	Formosa	13/12	Geral e JEF adjunto	Cível e criminal
Goiás	Uruaçu	14/12	Geral e JEF adjunto	Cível e criminal
Distrito Federal	Brasília <sup>1</sup>	15/12	JEF	Cível
Maranhão	Bacabal	17/12	Geral e JEF adjunto	Cível e criminal
Amapá	Laranjal do Jari <sup>2</sup>	Adiada para 2011	–	–
Amapá	Oiapoque <sup>2</sup>	Adiada para 2011	–	–
Bahia	Irecê <sup>2</sup>	Adiada para 2011	–	–

<sup>1</sup> Varas antecipadas cf. PA 2010.16.7656 – CJF (sessão de 27/09/2010, rel. min. Falcão).

<sup>2</sup> Varas adiadas cf. PA 2010.16.7656 – CJF (sessão de 27/09/2010, rel. min. Falcão).

<sup>3</sup> Vara de fronteira.

**Quadro 61**  
**Juizados e Turmas Recursais**

Tipo	Quantidade
Varas JEFs	33
JEFs destacados	3
JEFs adjuntos a varas de capital	22
JEFs adjuntos a varas de interior	50
Turmas Recursais	16

**Quadro 62**  
**Demonstrativo do crescimento dos JEFs**

Ano	Tipo	Distribuídos	Julgados	Em tramitação
2004	Físico	420.877	213.845	580.835
	Virtual	30.169	14.836	37.939
	<b>Total</b>	<b>451.046</b>	<b>228.681</b>	<b>618.774</b>
2005	Físico	243.219	391.449	540.642
	Virtual	140.811	71.509	142.510
	<b>Total</b>	<b>384.030</b>	<b>462.958</b>	<b>683.152</b>
2006	Físico	136.796	224.764	355.213
	Virtual	199.021	128.364	272.379
	<b>Total</b>	<b>335.817</b>	<b>353.128</b>	<b>627.592</b>
2007	Físico	145.018	146.515	327.930
	Virtual	217.305	176.345	330.375
	<b>Total</b>	<b>362.323</b>	<b>322.860</b>	<b>658.305</b>
2008	Físico	163.921	133.438	330.324
	Virtual	167.137	180.056	325.057
	<b>Total</b>	<b>331.058</b>	<b>313.494</b>	<b>655.381</b>
2009	Físico	154.055	155.031	316.664
	Virtual	202.945	189.902	328.408
	<b>Total</b>	<b>357.000</b>	<b>344.933</b>	<b>645.072</b>
2010	Físico	156.635	141.968	317.068
	Virtual	207.519	212.669	352.263
	<b>Total</b>	<b>341.830</b>	<b>334.752</b>	<b>665.266</b>

## Juizados itinerantes

Atenta aos objetivos dos JEFs itinerantes de possibilitar o acesso do jurisdicionado carente à Justiça Federal, a Coordenação dos Juizados Especiais Federais atuou com as coordenações locais para a realização de sete JEFs itinerantes, contemplando os estados do Amazonas, Bahia, Goiás, Rondônia, Tocantins e Pará.

Também foi finalizado o itinerante em Laranjal do Jari e Vitória do Jari, no estado da Amapá, que teve as fases de divulgação e atermação realizadas em 2009.

**Quadro 63**  
Itinerantes realizados

Local	Data de realização	Pessoas atendidas	Audiências realizadas	Processos julgados	RPVs/ valor gerado R\$
Rio Negro/AM	22 a 26/11	93	86	9	Não disponível
Laranjal do Jari e Vitória do Jari/AP	02 a 12/02	948	611	574	Não disponível
Curaçá e Uauá/BA	06 a 16/08	259	334	331	598.801,25
Iporá/GO	21 a 25/06	539	428	426	Não disponível
Mocajuba/PA	11 a 23/10	3.800	2.190	2.367	2.565.583,70
Rio Madeira/RO	14 a 17/06	300	220	220	341.714,56
Região do Bico do Papagaio/TO	16 a 27/08	3.457	3.457	3.429	4.303.826,65

## Mutirões

Na medida das possibilidades orçamentárias e dos recursos humanos, a Coordenação dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região prestou auxílio aos Juizados por intermédio da realização de mutirões de sentenças, audiências, serviços cartorários, publicações de feitos, expedições de RPs e cálculos judiciais.

Os mutirões de juízes e servidores, com o fito de diminuir o volume excessivo de processos em tramitação, trazem benefícios aos cidadãos, que alcançam mais rapidamente a solução para seu problema; ao INSS, que tem reduzido o valor das condenações, e à Justiça, que fica menos congestionada e mais célere.

### Visitas prévias à realização dos mutirões

A Coordenação dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região procura estar presente, realizando visitas prévias às localidades em que ocorrerão os mutirões de audiência, para prestar auxílio na triagem dos

processos, no acerto de detalhes da organização do evento, como o local em que será realizado, e nas questões de logística. Também são marcadas reuniões com o INSS, com a Prefeitura da municipalidade e com advogados, a fim de estabelecer parcerias para o bom andamento dos mutirões.

Na ocasião, também são repassadas sugestões para a otimização do trabalho dos Juizados, como a realização de convênios com faculdades e universidades locais para o encaminhamento de estagiários; remanejamento de servidores subutilizados; criação de setores especializados, para, por exemplo, elaborar despacho; edição de portaria de delegação de atos ordinatórios; criação de central de perícias; criação de grupos de trabalho do INSS na sede da Justiça Federal, entre outras.

## Mutirinhos

São esforços concentrados realizados de forma isolada, na tentativa de auxiliar varas com excessivo número de processos conclusos para audiência e para sentença.

Uma das formas de auxílio é a presença de um ou dois juízes nas varas, apoiando a realização de audiências e prolatando sentenças.

Foram realizados alguns desses eventos nos JEFs do Acre, de Aparecida de Goiânia/GO e de Juiz de Fora/MG.

Em Aparecida de Goiânia, foram selecionados dois magistrados, que, entre os dias 18 e 20 e 25 e 27 de outubro, realizaram 28 audiências por dia, totalizando 168 julgamentos.

No Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado do Acre, com o auxílio voluntário do juiz federal Hugo Otávio Vilela, da SJ/GO, foram efetuadas aproximadamente 87 audiências entre os dias 24 e 28 de maio. O juiz titular da vara realizou mutirão de audiências de ações previdenciárias entre os dias 25 e 29 de outubro, em que foram julgados 300 processos.

Por sua vez, a Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG foi auxiliada pelo juiz Leonardo Augusto de Almeida Aguiar (Luziânia), que prestou auxílio a distância, no período de 22 de abril a 22 de agosto, praticando atos (sentenças, decisões e despachos) em 480 processos.

Em algumas localidades também foram realizados esforços internos concentrados, por iniciativa do juiz federal titular da vara, com o auxílio de seus servidores e demais colegas, sensibilizados com a causa, que atuaram na realização concentrada de audiências. Em Sinop/MT, por exemplo, no período de 8 a 10 de junho, foram realizadas 96 audiências, homologados 53 acordos e expedidas 250 RPVs.

A Cojef constatou diversas iniciativas de magistrados atuantes nos JEFs, que, de forma criativa, buscaram imprimir celeridade à prestação jurisdicional e, com isso, trazer em dia o acervo de processos tramitando nos Juizados

Entre essas iniciativas, destaca-se a atuação do juiz federal Alex Schramm de Rocha, que, adotando a modalidade desenvolvida para concentração de audiências, realizou cerca de 280, com um único juiz, em apenas quatro dias. A prática foi levada aos juízes atuantes nos JEFs da Seção Judiciária do Estado da Bahia, bem como aos juízes da Seção Judiciária do Estado do Pará.

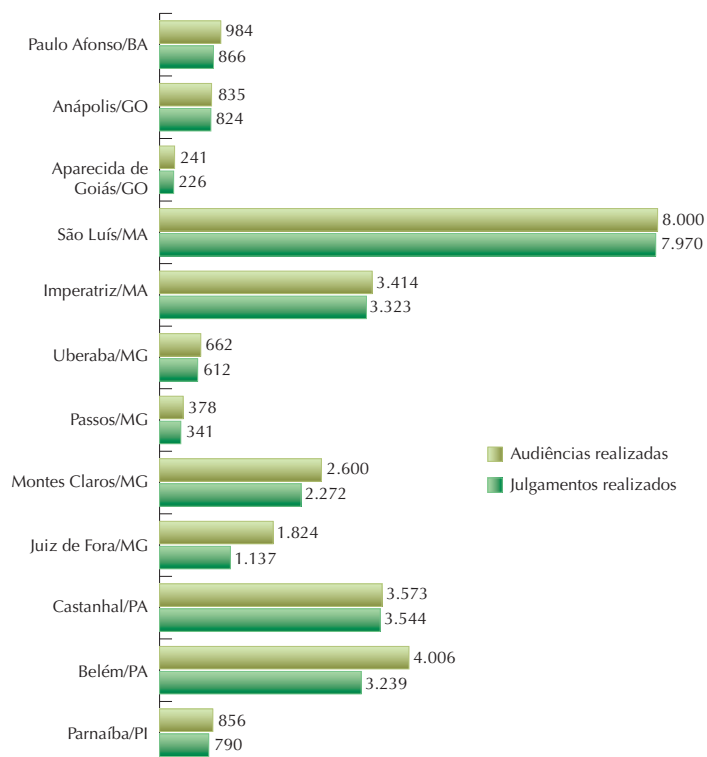
## Mutirões de audiência

A Cojef atuou com os JEFs, organizando mutirões de audiência de instrução e julgamento nas seções e subseções judiciárias da Bahia, do Maranhão, de Minas Gerais, do Pará, do Piauí e de Goiás, com o objetivo de aliviar as pautas de audiências, que, em alguns casos, já contavam com marcações para 2013.

Devido à falta de estrutura material nas localidades de atuação do esforço concentrado, a Cojef, com o apoio da Diges, adquiriu equipamentos de informática e de gravação para a realização das audiências.

Os resultados foram excelentes no que concerne à realização de acordos, implantação de benefícios previdenciários e prolação de sentenças, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

**Gráfico 10**  
Resultados obtidos nos mutirões de audiências e julgamentos





**Quadro 64**  
Mutirões de audiência, instrução e julgamento realizados nos JEFs

Local	Data de realização	Audiências realizadas	Processos julgados	Valores de RPVs expedidas (R\$)
Paulo Afonso/BA	05 a 09/07	984	866	3.390.927,80
Anápolis/GO	22 a 26/03	835	824	1.658.193,50
Aparecida de Goiânia/GO	13 a 27/10	241	226	Não disponível
São Luís/MA	08 a 30/03	8.000	7.970	19.981.600,70
Imperatriz/MA	03 a 14/05	3.414	3.323	7.519.027,80
Uberaba/MG	08 a 12/02	662	612	1.434.733,00
Passos/MG	10 a 12/05	378	341	1.368.858,80
Montes Claros/MG	16 a 21/08	2.600	2.272	15.000.000,00
Juiz de Fora/MG	07 a 12/06	1.824	1.137	4.055.517,40
Castanhal/PA	22 a 30/11	3.573	3.544	8.117.742,00
Belém/PA	23/11 a 03/12	4.006	3.239	6.835.868,46
Parnaíba/PI	25/04 a 05/05	856	790	414.286,54
<b>Total</b>		<b>27.373</b>	<b>25.144</b>	<b>69.776.756,00</b>

### Subseção Judiciária de Paulo Afonso/BA

No período de 5 a 9 de julho, foi realizado mutirão de audiências, tendo sido selecionados 4 magistrados para atuar em esforço concentrado, além do juiz da própria Subseção. Ao todo, foram realizadas 984 audiências, com 55% de acordos, gerando R\$ 3.390.927,80 em RPVs expedidas.



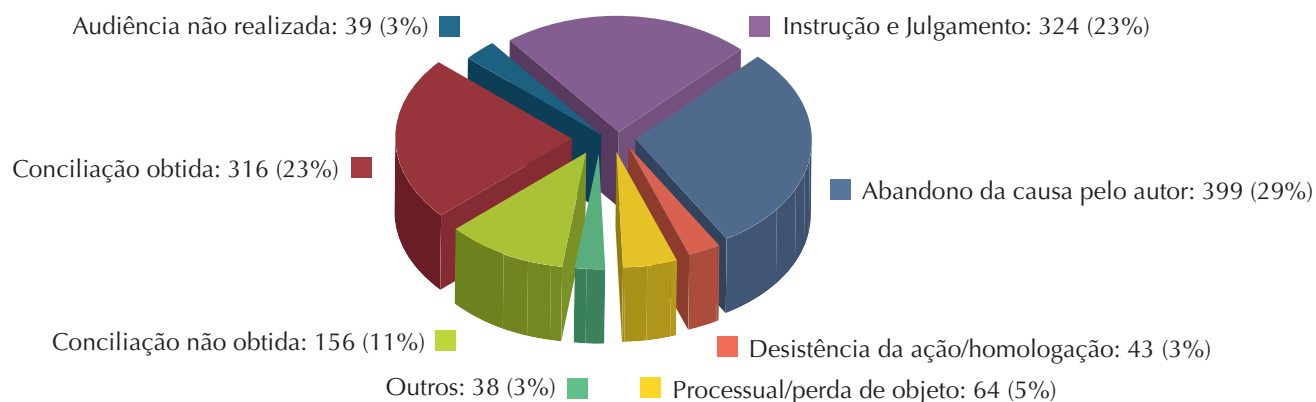
Mutirão de Paulo Afonso.

Foto: Acervo Cojef

## Subseção Judiciária de Anápolis/GO

No período de 22 a 26 de março, foi realizado mutirão de audiências com a participação de 6 magistrados, que realizaram 835 audiências em diversas matérias. Réus: INSS, CEF, União, DNIT, FHE, Correios e Valec. No mutirão de Anápolis, foram pagos R\$ 1.658.193,50 em RPVs.

**Gráfico 11**  
Resultado do mutirão de audiências do JEF de Anápolis/GO



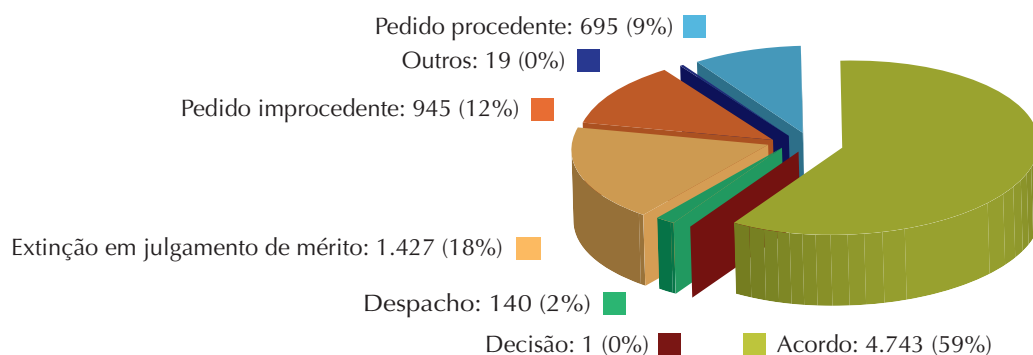
## Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia/GO

No período de 13 a 27 de outubro, foi realizado mutirão de audiências na Subseção. Foram selecionados 3 magistrados para atuar em esforço concentrado, em períodos diferentes, durante o mutirão. Foram feitas 241 audiências, com 203 acordos homologados.

## Seção Judiciária do Estado do Maranhão

Por solicitação dos magistrados da SJ/MA, foi realizado, no período de 8 a 30 de março, mutirão de audiências de conciliação, instrução e julgamento nos processos do Juizado. O esforço concentrado contou com a participação de 11 magistrados. Foram selecionados 7.997 processos de matéria previdenciária, todos virtuais, que geraram o pagamento de R\$ 19.981.600,70 em benefícios atrasados.

**Gráfico 12**  
Resultado do mutirão de audiências do JEF de São Luís/MA



### Subseção Judiciária de Imperatriz/MA

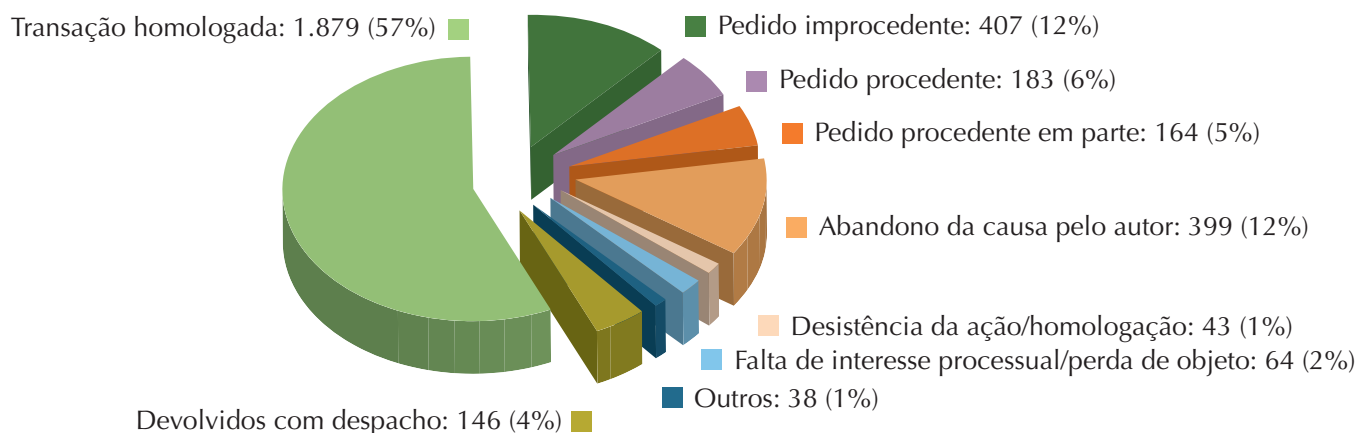
O mutirão de audiências nos processos do JEF, ocorrido no período de 3 a 14 de maio, contou com a participação de 9 magistrados, sendo 7 da Seção Judiciária do Estado do Maranhão, 1 da Subseção de Imperatriz/MA e 1 da Subseção de Campo Formoso/BA.

Foram selecionados 3.464 processos de matéria previdenciária, todos físicos, considerando que não há sistema virtual na Subseção.

O esforço concentrado contabilizou 3.414 audiências realizadas, sendo proferidas 3.323 sentenças, incluindo-se nesse montante 1.920 acordos homologados.

Com a realização do mutirão, R\$ 7.519.027,80 foram pagos, a título de benefícios previdenciários atrasados.

**Gráfico 13**  
**Resultado do mutirão de audiências do JEF de Imperatriz/MA**



### Subseção Judiciária de Uberaba/MG

No período de 8 a 12 de fevereiro, foi realizado o mutirão de Uberaba, quando foram designadas 662 audiências em matéria previdenciária. Ao todo, R\$ 1.434.733,00 foram pagos em RPVs, a título de benefícios previdenciários atrasados.

O grupo de trabalho contou com a atuação de 4 juízes federais, sendo realizadas, em média, 33 audiências diárias por magistrado.

### Subseção Judiciária de Passos/MG

Em Passos, foram realizadas 378 audiências entre os dias 10 e 12 de maio e pagos R\$ 1.368.858,80 em acordos e benefícios implantados.

### Subseção Judiciária de Montes Claros/MG

No período de 16 a 21 de agosto, foi realizado mutirão de audiências para o julgamento de 2.600 processos, com a participação de 11 magistrados, 200 auxiliares (servidores, estagiários e voluntários), atendendo cerca de 7 mil pessoas. Foram expedidas RPVs, representando R\$ 15 milhões em valores movimentados com o pagamento de atrasados.

### Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG

O mutirão de audiências ocorreu no período de 7 a 12 de maio, com a participação de 8 magistrados, 29 servidores, 12 terceirizados e cerca de 84 voluntários.

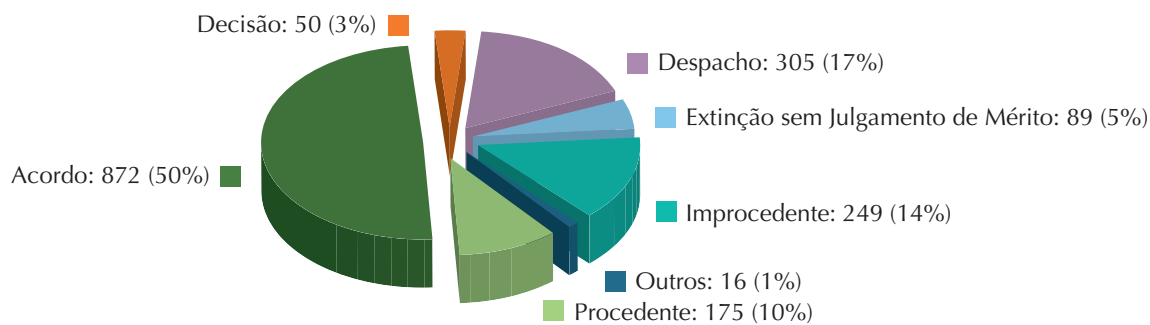
Foram realizadas 1.824 audiências, com 872 acordos, o que gerou o pagamento de R\$ 4.055.517,40 em RPVs.



Foto: Acervo Cojef

Mutirão de Juiz de Fora.

**Gráfico 14**  
Resultado do mutirão de audiências do JEF de Juiz de Fora/MG



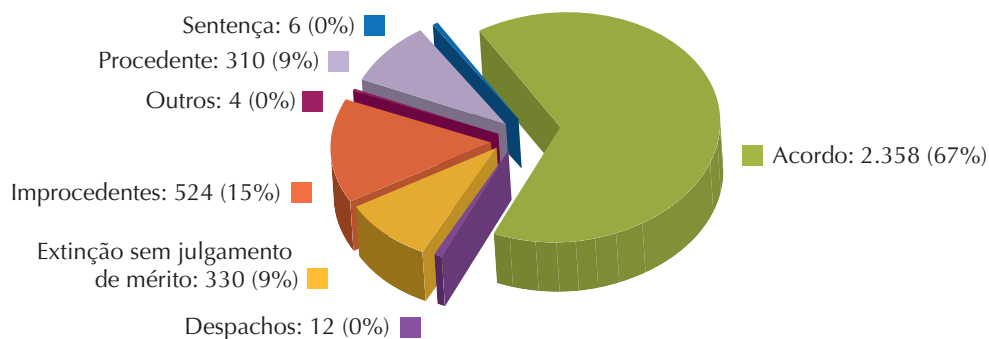
### Subseção Judiciária de Castanhal/PA

Entre os dias 22 e 30 de novembro, foi realizado mutirão de audiências, com a participação de 10 magistrados. Foram agendadas, em média, 45 audiências diárias por magistrado, inclusive no sábado, perfazendo o total de 3.573 audiências realizadas.

O evento contou com a colaboração do Sesi, que apoiou acolhendo o mutirão em suas dependências e prestando apoio operacional.

A ação resultou no julgamento de 3.544 processos, com índice de 67% de acordos homologados, correspondente a 2.358 feitos. Em RPVs foram pagos, ao todo, R\$ 8.117.742,00.

**Gráfico 15**  
Resultado do mutirão de audiências do JEF de Castanhal/PA



## Seção Judiciária do Estado do Pará

Em Belém, o mutirão foi realizado entre os dias 23 de novembro e 3 de dezembro. Dele participaram 10 juízes, 48 servidores, 5 prestadores de serviço, 3 estagiários contratados e 247 estagiários voluntários. O evento contou com a colaboração do Sesi, que apoiou acolhendo o mutirão em suas dependências e prestando apoio operacional. Cinco empregados do Sesi prestaram auxílio ao mutirão. Foram julgados cerca de 4 mil processos, com 2.161 acordos, gerando o pagamento de R\$ 6.835.868,46 em benefícios atrasados.

## Subseção Judiciária de Parnaíba/PI

No mutirão de audiências do JEF em Parnaíba/PI (Posto Avançado de Atendimento JEF), houve a participação de 2 magistrados, que julgaram 856 processos, todos virtuais, em matéria previdenciária.

As audiências foram realizadas durante 9 dias, no período de 26 de abril a 5 de maio, com exceção do domingo (02/05). A ação resultou na expedição de R\$ 414.286,54 em pagamento de atrasados (RPVs).

## Mutirão de servidores

### 1. Para elaboração de cálculo no JEF de Uberaba/MG

A Cojef organizou um mutirão de cálculos judiciais na Contadoria do JEF de Uberaba/MG entre os dias 18 e 31 de outubro, com o auxílio de servidores da Subseção, da Coordenadoria da Execução Judicial – Corej e da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, que, juntos, elaboraram os cálculos de 437 processos mais antigos, de um total de 2.113 que aguardam o retorno da Contadoria Judicial de Uberaba/MG.

### 2. No gabinete do JEF de Belém/PA

Entre os dias 18 e 28 de outubro, a Cojef enviou uma equipe de servidores, que, juntamente com servidores da localidade, prestaram auxílio à 8ª Vara JEF da SJ/PA para a elaboração de minutas de despacho e decisões, com o intuito de diminuir os processos que aguardam os referidos atos. Foram movimentados

1.794 processos, sendo proferidos despachos, decisões de tutela e sentenças sob a supervisão e coordenação de juízes federais da SJ/PA.

### 3. Nos serviços cartorários do JEF de Uberlândia/MG

No período de 25 de abril a 3 de maio, a Cojef enviou uma equipe composta por 5 servidores para verificar pendência e sugerir mudanças para otimização dos trabalhos cartorários do JEF de Uberlândia, ocasião em que foram movimentados e despachados 4.178 processos, incluindo os que estavam paralisados há mais de 60 dias. Os trabalhos foram supervisionados pelo juiz federal substituto Henrique Gouveia da Cunha, coordenador do JEF à época.

### 4. Para publicação de acórdãos nas Turmas Recursais de Minas Gerais

Em razão do aumento do número de julgados na Turma Recursal, em face da atuação exclusiva dos relatores e das sessões extraordinárias de julgamento, totalizando cerca de 12 mil julgados apenas no 1º semestre, houve a necessidade da realização, no período de 17 a 21 de maio, de esforço concentrado para publicação de acórdãos.

A Cojef, com o apoio dos juízes da SJ/MG, que cederam servidores de suas varas, promoveu mutirão para publicação de acórdãos de processos julgados nas sessões do primeiro trimestre do ano nas Turmas Recursais mineiras, ocasião em que foram publicados 3.408 acórdãos.

O sucesso do esforço para a publicação dos julgados se repetiu entre os dias 23 e 27 de agosto, quando foram publicados 5.218 acórdãos das sessões de maio a agosto. Os feitos foram distribuídos de forma que 1.570 processos foram publicados pela 1ª Turma Recursal, 2.754 pela 2ª Turma e 894 pela 3ª Turma.

### 5. Auxílio de servidores nas Turmas Recursais da Bahia

Em outubro, através da Portaria conjunta Presi/Coger/Cojef 406, considerando a necessidade de continuação dos trabalhos desenvolvidos por um grupo de 5 servidores das varas federais da SJ/BA na secre-

taria única das Turmas Recursais da Bahia, iniciado em novembro de 2009, o auxílio foi prorrogado, com a designação de novos servidores para auxiliarem na citada Turma Recursal. O grupo tem como objetivo permitir a regularização dos serviços na secretaria das Turmas e reduzir o acervo de processos.

## 6. Esforço concentrado no Posto Avançado do JEF de Paracatu/MG

No período de 31 de maio a 2 de junho, no PAV-Paracatu, foi realizado esforço concentrado de perícias, seguidas de audiências. Para esse evento, houve a colaboração do advogado dos autores, da coordenadora do Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade Atenas, assim como do diretor do Hospital de Ensino da Faculdade Atenas, que, juntos, forneceram as instalações e indicaram os médicos para a execução dos trabalhos.

Os médicos conseguiram efetuar todas as 46 perícias, contando com a ajuda dos estagiários da Faculdade Atenas, que emitiram os laudos. A iniciativa proporcionou a imediata efetivação das audiências pelo juiz federal substituto Gustavo Soratto Uliano, da 2ª Vara de Uberlândia.

O resultado superou as expectativas, pois, em aproximadamente 90% dos processos, houve acordos ou foi proferida sentença imediatamente. Em poucos processos observou-se a necessidade de nova perícia ou de exames complementares.

## Convênios e instalação de postos avançados

Ciente da importância das parcerias estratégicas com instituições de ensino superior, importante instrumento de ampliação do acesso aos serviços dos Juizados, a Coordenação deu continuidade às tratativas para ampliação do número de postos avançados dos JEFs (PAV-JEF) e dos núcleos de prática jurídica na 1ª Região, bem como possibilitou a ampliação da abrangência geográfica do PAV de Viçosa/MG.

### 1. Posto Avançado de Paulo Afonso/BA

Em 27 de abril, foi instalado o Posto Avançado de Atendimento Judicial – PAV nas dependências do

edifício da Universidade do Estado da Bahia – Uneb. A iniciativa decorreu da assinatura do convênio entre o Tribunal, a Seção Judiciária do Estado da Bahia e a Universidade do Estado da Bahia.

### 2. Posto avançado de Paripiranga/BA

A instalação do PAV-JEF da Seção Judiciária do Estado da Bahia na Faculdade Ages – Empreendimentos Educacionais Ltda., decorrente do Convênio 2/2010, deu-se em 27 de abril e representou importante passo no processo de consolidação dos JEFs e de interiorização da Justiça Federal.

### 3. Posto de atendimento e assistência judiciária de Belo Horizonte

Na Seção Judiciária de Belo Horizonte, foram firmados 4 convênios para instalação de postos de atendimento e assistência judiciária no prédio dos Juizados Especiais Federais da SJ/MG.

O primeiro, Convênio 3/2010, firmado com a Faculdade de Ciências Jurídicas Professor Alberto Deodato (Faculdade Kennedy); o segundo, Convênio 4/2010, com a Associação Educativa do Brasil – Soebras (Faculdade Promove); o terceiro, Convênio 5/2010, com a Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura – Asoec e, por fim, o Convênio 6/2010, firmado com a Universidade Federal do Estado de Minas Gerais – UFMG, todos visando assistência jurídica que abranja orientações e postulações de ações perante os JEFs, para defesa da população menos favorecidas, por meio de acompanhamento e peticionamentos, sem excluir a participação da Defensoria Pública da União.

### 4. Posto avançado de Cuiabá/MT

Foi celebrado convênio entre o Tribunal e a União Educacional do Pantanal Mato-Grossense – Unipan, para instalação de núcleo de prática jurídica no Juizado Especial Federal de Mato Grosso, em Cuiabá. De acordo com a parceria, a instituição de ensino superior dará o suporte necessário às atividades no Posto, que prestará assistência jurídica gratuita para ajuizamento de ações com valor de até 60 salários-mínimos.

## 5. Posto avançado de atendimento do JEF em Ceilândia/DF

Através do Convênio 9/2010, assinado pelo Tribunal e a Fundação Universidade de Brasília – FUB, foi implantado o Posto Avançado de Atendimento do Juizado Especial Federal na cidade de Ceilândia, que objetiva diminuir as dificuldades de acesso dos jurisdicionados aos serviços da Justiça Federal localizada na Asa Norte.

### JEF virtual

#### Sistemas de peticionamento eletrônico e de citação e intimação eletrônica

O sistema de transmissão eletrônica de atos processuais da Justiça Federal da 1ª Região – e-Proc é um sistema de peticionamento eletrônico que tem o objetivo de permitir aos advogados e seus credenciados o encaminhamento de petições à Justiça Federal da 1ª Região via internet. O sistema de citação e intimação eletrônica – e-Cint destina-se exclusivamente aos processos do JEF virtual e tem por objetivo citar e intimar, por meio da *web*, as partes, os advogados e os procuradores que aderirem a esse canal de comunicação, em substituição às demais formas de citação e intimação. É um sistema facultativo, cabendo ao interessado cadastrar-se previamente.

Cadastraram-se no e-Cint 5.819 advogados particulares e 71 entidades públicas. Atualmente, utilizam o sistema de citação e intimação eletrônica dos JEFs da 1ª Região 53.506 advogados particulares e 278 entidades públicas.

Foram desenvolvidas as seguintes funcionalidades nos sistemas virtuais do JEF:

- desenvolvimento de alteração na contagem dos prazos do sistema e-Cint.
- peticionamento sem manifestação: permite que o procurador peticione sem ter de anexar petição;
- peticionamento por equívoco de remessa: permite que o procurador peticione quando é encaminhada erroneamente petição à entidade;
- desenvolvimento da rotina *batch* para a inclusão de certidão e movimentação processual quando findo o prazo da citação/intimação. Quando se perde o prazo de manifestação, é acionada a rotina *batch*, que insere no processo certidão informando a perda do prazo;

### Comissão permanente dos JEFs

A comissão permanente dos Juizados Especiais Federais é formada pelo corregedor regional da Justiça Federal, pelos coordenadores regionais dos JEFs das cinco regiões e pelo presidente da Associação dos Juizes Federais –Ajufe. Compete à comissão permanente dos JEFs a discussão de temas e apresentação de propostas que visem à padronização de procedimentos dos Juizados Especiais Federais.

A Comissão reuniu-se dia 9 de abril na sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. A Comissão, instituída por meio da Resolução 315 do Conselho da Justiça Federal – CJF, estuda e elabora planos de aperfeiçoamento para os Juizados Especiais Federais – JEFs nas cinco regiões da Justiça Federal, além de organizar e manter centralizados os dados com informações sobre o andamento dos processos e arquivo de jurisprudência, formado com julgamentos proferidos no âmbito dos Juizados Especiais Federais.

### Turmas Recursais

A 1ª Região conta com 16 Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais, sendo 2 na Bahia, 3 em Minas Gerais, 1 conjunta — Pará e Amapá — e as demais em cada um dos estados que integram a 1ª Região.

Foi iniciado estudo (PA 2.222/2010) para a implantação de uma Turma Recursal no Triângulo Mineiro, com jurisdição em Patos de Minas, Uberaba, Uberlândia, Passos e São Sebastião do Paraíso, o qual se encontra aguardando a destinação de cargos às Turmas Recursais pelo Conselho da Justiça Federal.

Em agosto, foi editado o Ato Presi/Asmag 976, que ajusta a composição das Turmas Recursais da 1ª Região até 31/05/2012 para o exercício de mandatos dos membros relatores e suplentes pelo período de 2 anos, observados como critérios de seleção dos novos integrantes o rodízio entre os magistrados e a antiguidade na carreira. O ato também versou sobre a atuação dos magistrados sem prejuízo de jurisdição na origem.

**Quadro 65**  
**Julgamento nas Turmas Recursais da 1ª Região**

Seção judiciária	Turma Recursal	Tipos de sessão	Quantidade de sessões
Acre	TR/AC	Ordinária	13
		Extraordinária	–
Amazonas	TR/AM	Ordinária	20
		Extraordinária	4
Bahia	1ª TR/BA	Ordinária	22
		Extraordinária	13
	2ª TR/BA	Ordinária	24
		Extraordinária	11
Distrito Federal	TR/DF	Ordinária	19
		Extraordinária	9
Goiás	TR/GO	Ordinária	22
		Extraordinária	4
Maranhão	TR/MA	Ordinária	15
		Extraordinária	1
Mato Grosso	TR/MT	Ordinária	12
		Extraordinária	1
Minas Gerais	1ª TR/MG	Ordinária	20
		Extraordinária	10
	2ª TR/MG	Ordinária	20
		Extraordinária	14
	3ª TR/MG	Ordinária	21
		Extraordinária	7
Pará/Amapá	TR/PA	Ordinária	31
		Extraordinária	–
Piauí	TR/PI	Ordinária	8
		Extraordinária	1
Rondônia	TR/RO	Ordinária	9
		Extraordinária	–
Roraima	TR/RR	Ordinária	1
		Extraordinária	1
Tocantins	TR/TO	Ordinária	9
		Extraordinária	–
<b>Total</b>			<b>342</b>
<b>Total de sessões ordinárias: 266</b>			
<b>Total de sessões extraordinárias: 76</b>			



**Quadro 66**  
**Estatísticas das Turmas Recursais da 1ª Região**

Seção judiciária	Distribuídos			Julgados			Em tramitação		
	Físico	Virtual	% Virtual	Físico	Virtual	% Virtual	Físico	Virtual	% Virtual
AC	28	1.493	98,16	129	2.327	94,75	46	5.107	99,11%
AM	698	1.494	68,16	2.188	1.534	41,21	1.758	1.990	53,09%
BA	6.950	6.661	48,94	9.557	1.724	15,28	16.449	13.625	45,30%
DF	253	11.702	97,88	1.038	8.142	88,69	904	16.632	94,84%
GO	1.899	8.244	81,28	1.685	5.161	75,39	2.561	9.738	79,18%
MA	1.197	1.856	60,79	1.019	1.309	56,23	5.365	5.101	48,74%
MG	21.513	8.166	27,51	18.948	2.079	9,89	50.169	10.840	17,77%
MT	1.331	2.668	66,72	1.234	1.755	58,72	1.309	3.784	74,30%
PA/AP	1.869	4.988	72,74	2.151	7.209	77,02	5.077	14.194	73,65%
PI	861	466	35,12	2.309	4.971	68,28	5.719	11.579	66,94%
RO	1.707	3.193	65,16	1.915	4.512	70,20	1.396	5.127	78,60%
RR	141	1.476	91,28	25	2.746	99,10	75	2.526	97,12%
TO	26	2.615	99,02	4	1.839	99,78	19	3.087	99,39%
<b>Subtotal</b>	<b>38.473</b>	<b>55.022</b>	<b>58,85</b>	<b>42.202</b>	<b>45.308</b>	<b>51,77</b>	<b>90.847</b>	<b>103.330</b>	<b>53,21%</b>
<b>Total</b>	<b>93.495</b>			<b>87.510</b>			<b>194.177</b>		

### Criação de cargos e funções para as Turmas Recursais

No dia 28 de outubro, o Conselho de Justiça Federal aprovou a Resolução 123, que destina 73 cargos de analista judiciário, 73 cargos de técnico judiciário e 73 funções comissionadas às Turmas Recursais da 1ª Região. Os novos postos e funções serão providos ao longo de cinco anos. As vagas foram distribuídas pelo CJF de acordo com a tramitação

processual e a necessidade de serviço, levando-se em conta a média de distribuição dos processos entre 2005 e 2009. A Cojef indicou o juiz federal Rui Costa Gonçalves para acompanhar as tratativas de distribuição de cargos com o Conselho de Justiça Federal entre as cinco regiões.

### Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência

A TRU/JEF é composta pelos 16 juízes presidentes das Turmas Recursais e presidida pelo coordenador dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região. Compete à Turma Regional julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal, quando houver divergência entre decisões das Turmas Recursais na 1ª Região sobre questões de direito material.

Foram realizadas 3 sessões de julgamento da TRU dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região, sendo a primeira na Seção Judiciária do Estado de Roraima, no dia 11 de fevereiro, quando foram jul-

gados 126 processos; a segunda, na Seção Judiciária do Estado de Rondônia, no dia 27 de agosto, onde 93 processos foram apreciados. A última sessão de julgamento ocorreu no dia 10 de dezembro, na Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, quando foram julgados 131 processos, totalizando 347 recursos julgados nas sessões da Turma Regional.

Ressalte-se que, dos 13 recursos extraordinários encaminhados à Turma Regional de Uniformização, somente um foi admitido, e que, dos 31 incidentes de uniformização de interpretação de lei federal in-

terpostos para a Turma Nacional, apenas 4 foram admitidos. Houve 89 pedidos de submissão (art. 53 da Resolução/Presi/Cojef 16 de 10/06/2010), dos quais 21 foram admitidos.

### Publicação de acórdãos

De janeiro a novembro, 361 acórdãos foram publicados e dois republicados.

## Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência

A Justiça Federal da Bahia, com apoio desta Coordenação, sediou a sessão de julgamento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais – TNU, realizada entre os dias 13 e 14 de setembro. A TNU é presidida pelo corregedor-geral da Justiça Federal e tem competência para julgar incidentes de uniformização de interpretação de lei federal em questões de direito

### Repercussão geral

Na Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos JEFs da 1ª Região, houve 7 processos sobrestados em razão do instituto da repercussão geral, segundo o qual os recursos com fundamento em idêntica controvérsia àquela submetida à análise pelo STF, acerca da repercussão geral, ficarão sobrestados até o pronunciamento definitivo do Supremo.

material, quando houver divergências entre as Turmas Recursais de diferentes regiões, ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, uniformizando, assim, a jurisprudência no âmbito dos JEFs.

A 1ª Região integra a TNU com dois juízes federais como membros efetivos e outros dois como membros suplentes, com mandatos de dois anos, vedada a recondução.

## Encontros

### Fonajef

Nos dias 13 e 14 de dezembro, em Brasília, o coordenador dos JEFs e juízes federais dos JEFs da 1ª Região se juntaram aos demais magistrados que atuam nos Juizados Especiais Federais de todo o país no VII Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais – Fonajef, para debater temas, sistemáticas e soluções para aprimoramento dos trabalhos dos JEFs.

No Encontro, foram formados vários grupos de trabalho, que travaram discussões e apresentaram soluções posteriormente submetidas a uma plenária. Os enunciados daí resultantes são encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho da Justiça Federal e aos tribunais regionais federais. Até o presente momento, já foram aprovados 110 enunciados.

O Fonajef aprova também recomendações administrativas.

### II Jornada de Integração dos JEFs da 1ª Região

A Cojef promoveu, entre os dias 16 e 17 de dezembro, encontro entre diretores de secretarias e núcleos de apoio às Cojefs/Seccionais e servidores que atuam nos Juizados. O evento aconteceu na sede da

Escola da Magistratura Federal – Esmaf, em Brasília, e foi transmitido por videoconferência a toda a 1ª Região.

O tema central foi a busca de práticas efetivas de otimização dos trabalhos desenvolvidos nos JEFs, através de um intercâmbio de boas práticas entre os diretores de secretaria e de núcleo de apoio aos Juizados. Ao final do evento, com o apoio do Cenag, foram propostas rotinas de melhoria dos processos críticos das varas de JEFs.



O coordenador dos Juizados Especiais Federais, Tourinho Neto, dando palestra na II Jornada de Integração dos JEFs.

Foto: Luiz Xavier

## Normas publicadas relativas aos JEFs

Entre as principais normas relativas aos Juizados Especiais Federais da 1ª Região, foram aprovadas as que se seguem.

### Nota Técnica 11/CNJ

O anteprojeto de emenda constitucional propõe a alteração do inciso I e do § 3º, ambos do art. 109 da Constituição Federal, para incluir na competência da Justiça Comum Federal as causas decorrentes de acidentes de trabalho, nas quais o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS figure como parte, e para atribuir à lei a regulamentação das hipóteses de delegação da competência da Justiça Federal para a Estadual.

### Resolução/CJF 102, de 14/04/2010

Dispõe sobre a localização das varas federais criadas pela Lei 12.011, de 4 de agosto de 2009, e dá outras providências.

### Resolução/Presi/Cojef 16, de 10/06/2010

Torna público o Regimento Interno das Turmas Recursais e dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região.

### Resolução/CJF 113, de 26/08/2010

Revoga o art. 3º da Resolução 102, de 14/04/2010, que dispõe sobre a localização das varas federais criadas pela Lei 12.011, de 04/2009.

### Resolução/CJF 123, de 28/10/2010

Dispõe sobre o remanejamento e a distribuição dos cargos e funções criados pela Lei 12.011, de 04/08/2009.

### Portaria/Cojef/Presi 295 de 29/07/2010

Regulamenta o funcionamento do Posto Avançado do Juizado Especial Federal no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, em Brasília/DF.

### Portaria/Cojef 11 de 10/02/2010

Autoriza juiz federal convocado a servir no Tribunal como auxiliar do desembargador federal José Amilcar Machado, a participar da sessão do dia 26/02/2010 na 3ª Turma Recursal de Minas Gerais e convalida a participação do referido magistrado na sessão realizada no dia 29/01/2010 da mencionada 3ª Turma.

### Portaria/Cojef 12 de 19/02/2010

Autoriza juíza federal a participar de sessão, em razão de impedimento de juiz.

### Portaria/Cojef 13 de 01/03/2010

Designa juiz federal para prestar auxílio à Relatoria da Turma Recursal do Acre e participar das sessões do julgamento nas ausências e impedimentos.

### Portaria/Cojef 14 de 04/03/2010

Designa servidores para acompanharem os preparativos do mutirão de audiências no JEF da Subseção Judiciária de Anápolis/GO, no período de 8 a 12 de março.

### Portaria/Cojef 15 de 04/03/2010

Designa servidores para acompanharem os trabalhos do mutirão de audiências no JEF da Seção Judiciária do Maranhão, no período de 8 a 13 de março.

### Portaria/Cojef 16 de 04/03/2010.

Designa servidor para integrar o grupo de trabalho, com o fim de coordenar e desenvolver o projeto de processo digital na 1ª Região.

**Portaria/Cojef 17 de 04/03/2010**

Designa o juiz federal substituto José Airton de Aguiar Portela, da Vara Única da Subseção Judiciária de Santarém/PA, para participar das sessões de julgamento nos dias 11 e 12 de março nos processos da 3ª Relatoria da Turma Recursal do Pará/AP.

**Portaria/Cojef 18 de 04/03/2010**

Designa o juiz federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, da 4ª Vara SJ/PI, para participar da sessão de julgamento da Turma Recursal do Piauí no dia 17 de março.

**Portaria/Cojef 19 de 16/03/2010**

Designa a juíza federal substituta Vanessa Curti Perenha Gasques, da 3ª Vara SJ/MT, para participar das sessões de julgamento da Turma Recursal de Mato Grosso, designadas para o mês de março, atuando nos processos da 3ª Relatoria.

**Portaria/Cojef 20 de 17/03/2010**

Determina aos juízes relatores das Turmas Recursais de Minas Gerais que anexem as decisões proferidas nos processos virtuais na formatação de documento do *Word*, de forma a facilitar sua publicação pela secretaria das Turmas.

**Portaria/Cojef 21 de 19/03/2010**

Dispõe sobre a distribuição dos processos de competência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região em caso de impedimento ou suspeição do juiz relator, bem como nas ausências ou impossibilidades.

**Portaria/Cojef 23 de 26/03/2010**

Elogia a equipe de trabalho do mutirão de audiências do Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Anápolis/GO.

**Portaria/Cojef 25 de 30/03/2010**

Designa o juiz federal Waldemar Cláudio de Carvalho como coordenador dos JEFs da SJ/AC.

**Portaria/Cojef 26 de 06/04/2010**

Autoriza a participação da juíza federal substituta Natália Floripes Diniz na 38ª Sessão da 3ª Turma Recursal de Minas Gerais.

**Portaria/Cojef 28 de 22/04/2010**

Designa servidores para auxiliar nos serviços cartorários afetos ao JEF de Uberlândia/MG no período de 26 a 30 de abril.

**Portaria/Cojef 29 de 14/05/2010**

Dispõe sobre a Comissão de reestruturação e aprimoramento dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região e designa seus membros.

**Portaria Conjunta Presi/Coger/Cojef 30 de 17/05/2010**

Determina a utilização do recurso da videoconferência aos juízes relatores ou suplentes das Turmas Recursais, bem como aos presidentes de Turmas, quando da realização de sessão de julgamento das Turmas Recursais e da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência.

**Portaria/Cojef 31 de 10/06/2010**

Elogia a equipe de trabalho do mutirão de audiências do Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG.

**Portaria/Cojef 32 de 10/06/2010**

Confere nova redação ao § 1º do art. 3º da Portaria/Cojef 01, de 19/10/2009.

**Portaria/Cojef 33 de 27/08/2010**

Designa o juiz federal Renato Martins Prates para presidir a sessão de julgamento da Turma Regional de Uniformização.

**Portaria/Cojef 34 de 22/07/2010**

Estabelece critérios para a realização de mutirões nos JEFs da 1ª Região, entre outras medidas.

**Portaria/Cojef 35 de 27/07/2010**

Informa sobre o funcionamento do Posto Avançado do Juizado Especial Federal no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, em Brasília/DF.

**Portaria/Cojef 36 de 13/09/2010**

Dispõe sobre a indicação do juiz federal substituto Alexandre Ferreira Infante Vieira do 2º JEF Cível/MG para integrar a Comissão de reestruturação dos Juizados Especiais Federais em substituição à MM. Juíza Luciana Pinheiro Costa Mayer, que solicitou dispensa.

**Portaria/Cojef 37 de 20/09/2010**

Dá nova redação aos arts. 3º e 4º, parágrafos 1º e 2º, da Portaria/Cojef 1, de 19/11/2009.

**Portaria/Cojef 38 de 20/09/2010**

Dispõe sobre a obrigatoriedade da digitalização das petições no JEF virtual e dá outras providências.

**Portaria/Cojef 39 de 25/10/2010**

Elogia a equipe de trabalho do mutirão de audiências do Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Paulo Afonso.

**Portaria/Cojef 40 de 17/11/2010**

Altera a redação das alíneas “e” e “f” do art. 1º da Portaria/Cojef 6/2009.

---

# ESMAF

Escola de Magistratura Federal da 1ª Região

---

A Escola de Magistratura Federal da 1ª Região – Esmaf, conduzida pelo desembargador federal Hilton Queiroz até o mês de setembro, e pelo desembargador federal Carlos Eduardo Maul Moreira Alves a partir de então, para o biênio 2010-2012, manteve, durante o ano, cursos de português literário jurídico e literatura latina, que foram abertos à participação de magistrados e servidores do Tribunal.

Além da organização de cursos, conferências e seminários, a Esmaf promoveu diversas atividades e encontros voltados ao aprimoramento institucional e à definição de políticas e metodologias para a seleção, formação, aperfeiçoamento e especialização dos juízes federais.

### Curso de formação de multiplicadores em mediação e técnicas autocompositivas

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam, em parceria com a Esmaf, realizou o Curso de formação de multiplicadores em mediação e técnicas autocompositivas no período de 22 a 24 de fevereiro, em Belo Horizonte/MG. O evento foi destinado aos magistrados da 1ª Região.

### Palestra do desembargador federal Alberto José Tavares Vieira da Silva

O primeiro presidente do TRF 1ª Região, desembargador federal Alberto José Tavares Vieira da Silva, proferiu, no dia 9 de março, no auditório da Seção Judiciária do Maranhão, conferência sobre o tema “Administração da Justiça: prestação devida”.

Na ocasião, o diretor da Esmaf homenageou o palestrante concedendo-lhe o diploma de Professor Emérito da Escola, juntamente com placa comemorativa alusiva à palestra.

### Palestra do ministro Ilmar Nascimento Galvão

O ministro Ilmar Nascimento Galvão proferiu palestra sobre “Segurança jurídica” em mais uma conferência promovida pela Esmaf. O evento aconteceu no Salão Nobre do TRF, no dia 9 de abril, e contou com a participação de diversas autoridades.

Antes de iniciar a palestra, o ministro foi homenageado com o diploma de Professor Emérito da Escola e recebeu placa comemorativa alusiva à palestra.



Ministro Ilmar Galvão com placa comemorativa; desembargador federal Olindo Menezes, então corregedor regional da 1ª Região; desembargador federal Hilton Queiroz, então diretor da Esmaf.

### II Jornada de Direito Processual Penal

A II Jornada de Direito Processual Penal realizou-se de 14 a 16 de abril, na sede da Esmaf, em Brasília/DF, oportunidade em que foram estudados assuntos relativos à reforma do Código de Processo Penal brasileiro.

O evento contou com a participação de cerca de 60 magistrados, entre desembargadores e juízes federais de todas as seccionais da 1ª Região.

Na ocasião, foram homenageados com diploma de Professor Emérito da Escola, tendo recebido placa comemorativa, os professores Guilherme de Souza Nucci e Fernando da Costa Tourinho Filho.

### Palestra do professor Pedro Augusto de Freitas Gordilho

O professor Pedro Augusto de Freitas Gordilho proferiu, no dia 30 de abril, no Salão Nobre do TRF, conferência sobre o tema “O exercício da advocacia na era dos direitos”. Na oportunidade, o diretor da Esmaf homenageou o palestrante ao conceder-lhe o diploma de Professor Emérito da Escola e entregar-lhe placa comemorativa alusiva à palestra.



Foto: Saulo Cruz

O palestrante, professor Pedro Augusto de Freitas Gordilho, fala sobre o exercício da advocacia na era dos direitos.

### II Encontro de Juízes Federais da Bahia

A direção do Foro da Seção Judiciária da Bahia, em parceria com a Escola de Magistratura Federal da 1ª Região – Esmaf e com o apoio da Associação dos Juízes Federais da 1ª Região – Ajufer, realizou, no período de 12 a 16 de maio, o II Encontro de Juízes Federais da Bahia, na Subseção Judiciária de Paulo Afonso, quando foram debatidas as novas questões sobre Direito Processual Civil.

O evento contou com a participação do ministro João Otávio de Noronha, do STJ, de juízes federais de Salvador e das subseções da Bahia, além de desembargadores do TRF 1ª Região e de advogados.

### I Jornada de Direito Eleitoral

No período 7 a 9 de junho, na sede da Esmaf, em Brasília, foi realizada a I Jornada de Direito Eleitoral. Durante a jornada, os magistrados puderam esclarecer dúvidas a respeito da atuação como juiz eleitoral.

O evento contou com a participação de cerca de 40 magistrados, entre desembargadores e juízes federais da 1ª Região.

Na ocasião, o professor David Fleischer foi homenageado com o diploma de Professor Emérito da Escola e com placa comemorativa.



## II Jornada de Direito Processual Civil

A II Jornada de Direito Processual Civil realizou-se de 18 a 20 de agosto, na sede da Esmaf, em Brasília, oportunidade em que foram estudados assuntos relativos às transformações propostas pelo projeto do novo Código de Processo Civil brasileiro.

O evento contou com a participação de cerca de 100 magistrados, entre desembargadores e juízes federais de todas as seccionais da 1ª Região.

Na ocasião, o professor Kazuo Watanabe foi homenageado com o diploma de Professor Emérito da Escola e com placa comemorativa.



Foto: Saulo Cruz

Presidente Olindo Menezes fala durante a abertura do evento promovido pela Esmaf.

## Palestra do professor Ives Gandra



Foto: Jorge Campos

Professor Ives Gandra recebe diploma de Professor Emérito das mãos do desembargador federal Hilton Queiroz.

O professor Ives Gandra ministrou, no dia 27 de agosto, a conferência “O projeto de lei complementar acerca do imposto sobre grandes fortunas”, no Salão Nobre do Tribunal.

Durante o evento, o jurista foi homenageado com o diploma de Professor Emérito da Escola e com placa comemorativa alusiva à palestra.

## Outras atividades

- Elaboração de pareceres em processos de afastamento de magistrados para realização de cursos.
- Acompanhamento e encaminhamento à Corregedoria dos relatórios de atividades dos juízes federais afastados para fins de estudo, conforme quadro a seguir.
- Adoção de medidas visando ao cumprimento da Meta 8, estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça para 2010.

### Quadro 67 Magistrados afastados para capacitação

Juíz	Período	Curso
Arthur Pinheiro Chaves	01/11/2010 a 31/10/2011	Doutorado
Camile Lima Santos	11/10/2010 a 09/10/2011	Doutorado
Carlos Alberto Simões de Tomaz	13/10/2010 a 30/06/2011	Pós-doutorado
Carlos Geraldo Teixeira	30/07/2009 a 31/03/2011	Mestrado
Charles Renaud Frazão de Moraes	06/03/2009 a 05/03/2011	Mestrado
Fausto Mendanha Gonzaga	05/01/2009 a 05/01/2011	Doutorado
Paulo Roberto Lyrio Pimenta	01/10/2010 a 04/03/2011	Pós-Doutorado
Vânilla Cardoso André de Moraes	10/04/2010 a 31/12/2010	Mestrado

### Coleção Jornada de Estudos da Esmaf

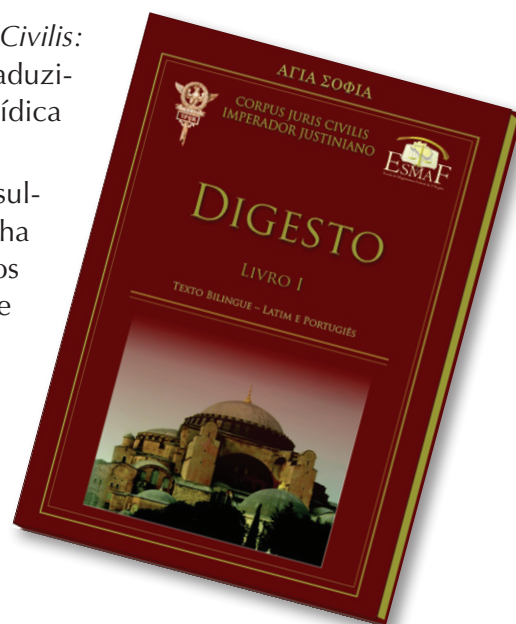
Foram publicados os volumes 2, 3 e 4 da Coleção Jornada de Estudos da Esmaf nos meses de abril, junho e julho de 2010, respectivamente. As revistas são resultado dos estudos realizados durante as jornadas jurídicas da Escola e compõem-se de artigos produzidos por magistrados e especialistas sobre os temas abordados durante os encontros.

### Lançamento do Livro I do *Corpus Iuris Civilis: Digesto*

Em 24 de setembro, foi lançado o Livro I do *Corpus Iuris Civilis: Digesto*, que compreende a reformulação literária dos textos traduzidos, adequação de seus termos à terminologia e à ciência jurídica contemporânea, notas e comentários.

A publicação, com texto bilíngue (latim/português), foi resultado do incansável trabalho do professor Edílson Alkmim Cunha na coordenação e tradução, que contou com a participação dos desembargadores federais Catão Alves, Daniel Paes Ribeiro e Leomar Amorim e dos servidores Carmen Lúcia Prata da Costa e Gustavus Adrianus de Faria von Söhsten, alunos do curso de literatura latina, e teve a primorosa produção editorial do Cenag/Diedi.

A obra foi prefaciada pelo ministro José Carlos Moreira Alves.



## APRESENTAÇÃO

O *Corpus Iuris Civilis*, no seu conjunto *Institutas, Digesto* ou *Pandectas, Código* e *Novelas*, é o legado maior que o imperador JUSTINIANO deixou à posteridade, do qual sobressai o *Digesto*, em que se compilou e sistematizou a produção de eminentes juristas romanos, durante mais de mil anos de elaboração do Direito, a contar da fundação de Roma. O *Digesto* representa, ainda em nossos dias, um triunfo da civilização ocidental, que, sem a força das armas, mas com o poder da razão, ganhou o mundo, como fonte perene de inspiração para a disciplina das relações jurídicas entre os homens. O *Digesto* é expressão refinada de sabedoria, como o próprio JUSTINIANO exortara, na Constituição *Deo Auctore* com que ordenou sua elaboração:

*Haec igitur omnia Deo placido facere tua prudentia una cum aliis fa-  
cundissimis viris studeat, et tam subtili quam celerrimo fini tradere, ut  
codex consummatus et in quinquaginta libros digestus nobis offeratur in  
maximam et aeternam rei memoriam, Deique omnipotentis prudentiae  
argumentum, nostrique imperii vestrique ministerii gloriam.*

Reproduzo a tradução portuguesa, adiante contida em página deste trabalho:

Cuide tua sabedoria, com o benelácito de Deus, de fazer tudo isso, jun-  
tamente com os demais eminentes juristas e levá-lo a cabo com precisão  
e rapidez, de modo que este código, concluído e compreendido em 50  
livros, seja por nós oferecido às futuras gerações como testemunho da  
sabedoria de Deus onipotente, glória de nossa soberania e glória de to-  
dos vós.

Como detalhe de capa, vê-se a reprodução fotográfica de outra obra  
de JUSTINIANO, a Igreja de Santa Sofia — em grego, ΑΓΙΑ ΣΟΦΙΑ —  
também significando Santa Sabedoria, que, embora também contribua  
para lembrar o grande imperador, perdeu, contudo, o sentido de templo  
cristão, transformada que foi em mesquita, após a conquista otomana do  
Império Bizantino.

7

## DIGESTO

## APRESENTAÇÃO

A Esmaf, que apoiou decididamente a preparação e o lançamento, em texto bilingue (latim/português) do Livro I do *Digesto*, alimenta a esperança de que esse trabalho prossiga, com relação aos 49 livros restantes, como contribuição inestimável à formação e aperfeiçoamento dos magistrados federais da Primeira Região, à ilustração dos juízes brasileiros e ao engrandecimento das letras jurídicas pátrias.

Na condição de diretor da Escola da Magistratura Federal da Primeira Região, ao tempo em que apresento este livro ao universo de seus leitores, solenizo o evento com o dístico em latim, que compus com o intuito de registrá-lo:

*Accipe nunc, quae, primum librum Pandectum.  
Attente lege mirandum thesaurum!*

Traduzo:

Recebe agora, peço-te, o primeiro livro das Pandectas.  
Lê atentamente o admirável tesouro!

HILTON JOSÉ GOMES DE QUEIROZ  
Desembargador federal  
Diretor da Esmaf

8

## Posse do novo diretor da Esmaf

Após o lançamento do livro, no mesmo evento, houve a cerimônia de transmissão do cargo de diretor da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região – Esmaf ao desembargador federal Carlos Eduardo Maul Moreira Alves, que ficará à frente da instituição durante o biênio 2010-2012.



Foto: Saulo Cruz

Posse do novo diretor da Esmaf.

**Quadro 68**  
Eventos realizados pela Esmaf

Evento	Período	Carga horária	Participantes
Curso de português literário jurídico	Março a dezembro	71 h-a	18
Curso de literatura latina	Março a dezembro	71 h-a	5
Curso de formação de multiplicadores em mediação e técnicas autocompositivas	22 a 24/02	24 h-a	35
Ciclo de conferências da Esmaf – palestra do desembargador federal Alberto José Tavares Vieira	09/03	2 h-a	–
I Jornada de Direito Administrativo	10 a 12/03	20 h-a	50
Ciclo de conferências da Esmaf – palestra do ministro Roberto Ferreira Rosas	26/03	2 h-a	–
Ciclo de conferências da Esmaf – palestra do ministro Ilmar Nascimento Galvão	09/04	2 h-a	–
II Jornada de Direito Processual Penal	14 a 16/04	22 h-a	60
Ciclo de conferências da Esmaf – palestra do professor Pedro Augusto de Freitas Gordilho	30/04	2 h-a	–
II Encontro de Juízes Federais da Bahia	12 a 16/05	18 h-a	20
Ciclo de conferências da Esmaf – palestra do desembargador federal Osmar Tognolo	14/05	2 h-a	–
Ciclo de conferências da Esmaf – palestra da psicóloga Sandra Baccara	28/05	2 h-a	–
I Jornada de Direito Eleitoral	07 a 09/06	23 h-a	40
Ciclo de conferências da Esmaf – palestra do desembargador federal Plauto Ribeiro	18/06	2 h-a	–
Homenagem ao ministro Jarbas Passarinho	16/07	2 h-a	–
Homenagem ao ministro José Cândido de Carvalho Filho	19/07	2 h-a	–
Ciclo de conferências da Esmaf – palestra do jornalista Carlos Chagas	06/08	2 h-a	–
Ciclo de conferências da Esmaf – palestra do professor Ronaldo Rebello de Brito Poletti	13/08	2 h-a	–
II Jornada de Direito Processual Civil	18 a 20/08	22 h-a	100
Ciclo de conferências da Esmaf – palestra do professor Ives Gandra	27/08	2 h-a	–
I Jornada de Direito Ambiental	14 a 17/09	21 h-a	51
Lançamento do Livro I do <i>Corpus Iuris Civilis: Digesto</i>	24/09	2 h-a	–
I Jornada de Direito Constitucional	1º a 3/12	20 h-a	60

---

# DIGES

Diretoria-Geral da Secretaria

---

A Secretaria do Tribunal, dirigida pelo diretor-geral, incumbe a execução dos serviços administrativos do Tribunal.

Dispõe o art. 104 do Regimento Interno do Tribunal que ao diretor-geral compete supervisionar, coordenar e dirigir todas as atividades administrativas da Secretaria, de acordo com a orientação estabelecida pelo presidente e pelas deliberações do Tribunal.

A Diretoria-Geral da Secretaria – Diges tem sob sua coordenação, além do gabinete que lhe presta apoio direto, duas assessorias, duas coordenadorias e oito unidades em nível de secretaria, desenvolvendo atividades, como: estudos, projetos organizacionais e de gestão, divulgação da jurisprudência do Tribunal, gestão documental, apoio judiciário, cadastro e assentamento de magistrados e servidores, bem-estar social, gestão orçamentária e financeira, administração de recursos materiais e patrimoniais, obras e serviços de engenharia, manutenção geral e tecnologia da informação.

As unidades que compõem a Secretaria do Tribunal têm buscado a modernização e o aperfeiçoamento dos serviços prestados ao público interno e externo, visando alcançar maior produtividade e qualidade. O compartilhamento de informações e ideias entre essas unidades foi imprescindível à superação das dificuldades e obstáculos vivenciados no desempenho de suas atividades.

O foco foi atingir metas e resultados valorizando a pessoa humana e aprimorando os produtos e serviços, assim como oferecer novas soluções que facilitassem não apenas o acesso do público externo à jurisdição mas também a criação de um ambiente corporativo melhor para o público interno no desempenho de suas atribuições.

Várias atividades primordiais, como segurança institucional, comunicações administrativas, compras e licitações foram coordenadas pelo diretor-geral da Secretaria para garantir o adequado funcionamento do Tribunal. O empenho e dedicação na condução dessas atividades-meio foram es-

senciais para que o TRF seguisse avançando em seu papel de pacificador social.

## Nova direção da Secretaria do Tribunal

No dia 23 de abril, tomou posse como diretor-geral da Secretaria do Tribunal Felipe dos Santos Jacinto, com o compromisso de auxiliar o presidente e demais membros da Administração na gestão administrativa e na coordenação e orientação dos dirigentes das secretarias, coordenadorias, assessorias e divisões do Tribunal e buscar o comprometimento de todos na persecução de resultados para o biênio 2010-2012.



Foto: Saulo Cruz

O diretor-geral, Felipe dos Santos Jacinto, assinando termo de posse.

## Planejamento estratégico

Dando continuidade às ações necessárias ao planejamento e à gestão estratégica da Justiça Federal, buscou-se o alinhamento da 1ª Região às diretrizes traçadas pelo Conselho da Justiça Federal e o cumprimento das metas de resultados estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça

O diretor-geral participou de reunião com a secretária-geral do Conselho da Justiça Federal, Eva Maria Ferreira Barros, e com os diretores-gerais dos outros quatro tribunais regionais federais, ocasião em que verificaram o andamento das ações e projetos das instituições. Entre os temas discutidos no encontro,

estavam o plano de distribuição de recursos orçamentários para a instalação de 46 varas federais em 2010, a proposta orçamentária para 2011, o planejamento estratégico e a gestão de processos da Justiça Federal.

## Orientações a trabalhos técnicos

Vários estudos importantes foram objeto de orientação da Diges em 2010: especializações de varas, aprimoramento de fluxos de trabalho de unidades do Tribunal e elaboração de regulamentos, normas e pareceres.

Entre esses estudos, destacaram-se os seguintes:

- instalação de varas federais criadas pela Lei 12.011/2009. A distribuição dos cargos e funções destinados às novas varas, de modo a garantir o quantitativo mínimo de servidores por vara e a execução dos trabalhos administrativos de cada subseção criada, demandou estudo para que continue adequada a prestação jurisdicional na Justiça Federal;
- estruturação das Turmas Recursais. Conquanto a Lei 12.011/2009 tenha determinado a destinação de 10% dos cargos criados para a estruturação das Turmas Recursais, que demandou estudos para a distribuição desses cargos, tal quantitativo mostrou-se nitidamente insuficiente às necessidades da Justiça Federal. Assim, o CJF solicitou que fossem providenciados estudos para a elaboração de anteprojeto de lei, objetivando solucionar o déficit de juízes federais. A Diges orientou a elaboração da proposta e da contraproposta encaminhadas àquele Conselho;
- ampliação da composição do Tribunal para 57 membros. Diante da dificuldade decorrente do quantitativo de processos que têm chegado ao TRF 1ª Região, que torna impossível vencer a demanda apenas com os membros atuais, e da tendência de aumento desse número em face da instalação de 94 novas varas até 2014, foram elaborados estudos para ampliar a composição

do Tribunal, os quais foram encaminhados, em novembro, ao CJF.

- ampliação do quadro de pessoal do Tribunal e das seccionais. Em 2009, o Tribunal elaborou estudos para a ampliação do seu quadro de pessoal. Em 2010, foi necessário demonstrar, com dados ainda mais contundentes, a necessidade por que passa a 1ª Região, assim como sua baixa interiorização, quando comparada à das demais regiões. Para isso, foi realizado estudo demonstrando a realidade regional;
- atualização do *Regimento Interno*. A Diges orientou parte dos estudos de atualização do *Regimento Interno*, que precisava ser revisto, em razão das mudanças ocorridas no Código de Processo Civil, no Código de Processo Penal, assim como nas normas editadas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho da Justiça Federal.

## Gestão orçamentária e financeira

A Diges constatou a necessidade da apuração de custos das ações desenvolvidas pelo Tribunal, uma vez que essas informações apoiam o planejamento e auxiliam nas decisões administrativas, além de melhorarem a eficiência do controle de gastos.

Diante disso, por intermédio da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro – Secor, estão em desenvolvimento estudos para a implantação do Sistema de Informações Gerenciais de Custos. Atualmente o projeto está na fase de conhecimento da experiência de órgãos que já possuem sistema de custos. Finalizada essa etapa, será escolhida a metodologia de apuração de gastos que melhor atenda às necessidades da 1ª Região e serão firmadas parcerias com organizações para o desenvolvimento do sistema.

Entre os benefícios da gestão de custos estão a melhoria de procedimentos e verificação das situações que podem aprimorar a economicidade, eficácia, eficiência e efetividade da gestão.

A Diges autorizou o aprimoramento do Sistema de Controle da Execução Orçamentária – CEO, com vistas ao gerenciamento das informações de forma mais célere e abrangendo os dados relativos às seccionais. Busca-se, assim, aperfeiçoar a gestão dos recursos orçamentários de toda a 1ª Região.

Além dessas medidas que possibilitarão amplas melhorias na gestão orçamentária e financeira, o diretor-geral coordenou a administração coerente dos recursos orçamentários destinados à 1ª Região, cuja provisão concedida, excluídos os valores relativos à execução de sentenças transitadas em julgado (precatórios e requisições de pequeno valor), atingiu o total de R\$ 1.897.370.052,67, dos quais R\$ 1.461.370.237,95 foram descentralizados para as seccionais. Nesse sentido, orientou a alocação de recursos para projetos importantes para o Tribunal, alcançando a execução de 99,71% do orçamento, sendo exemplos disso:

- a construção de sedes e modernização de instalações de seccionais de vários estados, cujos recursos totalizaram R\$ 146.433.529,00;
- a construção do edifício sede do TRF 1ª Região, ao qual foram alocados R\$ 129.970.005,27 para continuidade da obra;
- a instalação de 19 varas relativas ao ano de 2010, conforme cronograma do Conselho da Justiça Federal – CJF, com dotação total de R\$ 11.219.519,00;
- o processo digital da 1ª Região, cujos recursos calculados para o projeto são de R\$ 154 milhões.

## Medidas para garantir a prestação jurisdicional mais célere

### Esforço concentrado para distribuição, digitalização e análise de processos

Com o objetivo de acelerar a prestação jurisdicional no que tange às atividades de apoio judicial, a Diges determinou que as unidades da Secre-

taria do Tribunal cedessem servidores, pelo período de 60 dias, para auxiliar no esforço concentrado de distribuição e digitalização de processos. Tal esforço, somado às atividades normais da área responsável, possibilitou a distribuição de cerca de 110 mil processos e a digitalização de 35 mil, o que permitiu dar vazão aos feitos que aguardavam, há algum tempo, esse tipo de providência.

No tocante aos processos inseridos no sistema de repercussão geral e recursos representativos de controvérsias, cerca de 7.500 foram analisados, registrados e devidamente acondicionados para aguardar decisões das cortes superiores.

### Serviços taquigráficos mais eficientes

O CNJ estabeleceu, para o ano de 2010, a Meta 4, que determina a publicação de todos os acórdãos no prazo máximo de 10 dias após a sessão de julgamento. Para isso, é fundamental que as notas taquigráficas sejam disponibilizadas no menor período possível aos julgadores.

A equipe de taquigrafia, a partir de 2010, passou a disponibilizar os trabalhos taquigráficos no mesmo dia da sessão de julgamento. Isso ocorreu em decorrência da conscientização da equipe da necessidade de aperfeiçoamento e da prioridade conferida pela Diges à atividade, que solicitou à Secin atender às necessidades tecnológicas da área. A modernização dos equipamentos permitirá também a melhoria na qualidade de transmissão dos julgamentos pela internet e o apanhamento taquigráfico ainda mais ágil.

### Mutirão “Judiciário em dia”

A Diretoria-Geral empenhou esforços na coordenação das unidades da Secretaria do Tribunal quanto às providências para a instalação das Turmas Suplementares, criadas para dar cumprimento integral à Meta 2, de 2010 (CNJ), a partir de convênio firmado com a Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ e com a Corregedoria-Geral da Justiça Federal



do CJF, para implantação do projeto mutirão “Judiciário em dia”.

A Diges orientou toda a logística para o desenvolvimento dos trabalhos das Turmas Suplementares, prestando atendimento às necessidades de alocação de parte dos recursos humanos, dos recursos tecnológicos e materiais, assim como de elaboração de normas, cronogramas, entre outros.

## Gestão de pessoas e bem-estar social

### Desenvolvimento de pessoal da 1ª Região

Seguindo orientação da Presidência desta Corte relativa à gestão de pessoas, a Diges solicitou empenho da área de recursos humanos para a implantação de gestão participativa de pessoas, preparando lideranças e desenvolvendo competências estratégicas.

Em outubro, houve o I Encontro das Áreas de Desenvolvimento de Pessoal da 1ª Região. Buscou-se, no evento, a troca de informações e delineamento de novos rumos para o desenvolvimento das habilidades do corpo funcional. Temas relativos à valorização de servidores ocuparam a pauta de discussão do encontro, sendo exemplos disso o incentivo à carreira, a concessão de bolsas de estudo e de estágio e as atividades da Universidade Corporativa – Unicorp.

Foi destinada especial atenção à capacitação de servidores e ao desenvolvimento da Unicorp, para que promova todas as ações de capacitação e realize parcerias com importantes instituições de ensino presencial e a distância. Tal determinação resultou em efetivação de parcerias, já em 2010, além de outras que estão em andamento. Foram autorizados cursos específicos para a área de segurança, desenvolvimento organizacional, gerencial, *design* gráfico, entre tantos outros, que capacitaram servidores para melhor desempenhar suas atividades.

Além disso, foram alocados recursos para a concessão de bolsas de estudos para cursos de pós-

graduação, que continuou, em 2010, como uma das formas de propiciar a educação continuada e o aprimoramento dos servidores, de forma que a *expertise* advinda desses estudos seja aplicada às atividades cotidianas, haja vista um dos critérios necessários à concessão de bolsa ser a correlação do curso com a área de atuação do servidor.

### Remoção de servidores e estudos para novo concurso público

Em decorrência da instalação de 19 varas na 1ª Região, no ano de 2010, a Diges coordenou as ações para a realização, em prazo hábil, da remoção de servidores para atender às necessidades dessas varas e a nomeação de servidores oriundos do IV Concurso Público, que está em vias de ter sua validade expirada.

Determinou também o início de estudos para a realização do V Concurso Público destinado ao provimento de cargos do quadro de pessoal do TRF 1ª Região e seccionais vinculadas, considerando que novas varas serão instaladas na 1ª Região nos próximos três anos, o que torna necessária a habilitação de candidatos para ser empossados tão logo surjam vagas nas novas localidades contempladas com a instalação. O novo concurso deve ocorrer no início de 2011.

### Cuidando do capital humano

A Diges incentivou, apoiou e orientou as diversas atividades de promoção e acompanhamento à saúde de magistrados e servidores, que foram desempenhadas no ano de 2010 e que possuem impacto sobre o bem-estar do capital humano, tais como: acompanhamento hospitalar, incentivo à doação de sangue, ações antitabagismo, prevenção e controle de riscos cardiovasculares, segurança e saúde ocupacional.

Visando à valorização humana, determinou estudos para a realização dos exames periódicos e preventivos de saúde em magistrados e servidores; implementação do auxílio-medicamento; cria-

ção de comitê técnico multiprofissional de saúde ocupacional; tratamento fora do domicílio, entre outros, alguns dos quais já foram convertidos em normas. Orientou ainda, com vistas a melhorar o atendimento aos beneficiários, a atualização do Regulamento Geral do Pro-Social, que deverá ser submetida à deliberação da Corte Especial Administrativa no início de 2011.

## Assuntos da Magistratura

A Assessoria de Assuntos da Magistratura empenhou-se para atender a antiga demanda dos desembargadores federais e magistrados de 1ª Instância, de virtualização de grande parte de suas atividades, para que tivessem acesso às informações em tempo real e eletronicamente, diminuindo a quantidade de telefonemas para solucionar questões rotineiras, afetas às necessidades dos magistrados.

A parceria da Assessoria com a área de tecnologia da informação foi primordial, tornando possível várias funcionalidades: eleição eletrônica de magistrados; disponibilização da lista de antiguidade; relatório de lotação atual *online*; afastamentos; sistema automático de promoção e remoção; marcação e alteração de férias eletronicamente, entre outras providências que foram adotadas para melhorar os serviços da área.

## Tecnologia para melhorar a informação

O aprimoramento dos sistemas informatizados para registro, tratamento e armazenamento de dados da 1ª Região, com vistas à automação das novas atividades que passaram a integrar as responsabilidades das unidades administrativas do Tribunal e das seccionais, foi uma das prioridades do ano de 2010.

Com esse objetivo, a melhoria de vários sistemas administrativos e judiciais foi completamente implementada ou está em adiantada fase de implantação. Destacam-se alguns dos sistemas em que se realizaram melhorias:

- Sistema GPD – gerencia os processos digitais de 1º e 2º graus. Foram desenvolvidas rotinas para possibilitar os serviços de triagem automática de petições incidentais, assinatura por *login* e senha, assinatura de vários processos com uma única chamada etc.;
- Sistema GPDoc – responsável pelo gerenciamento de documentos do processo digital. Permite a implantação de funcionalidades corretivas de inconsistência na consulta de minutas e alterações no tratamento de erros, além de solucionar o problema do estouro das conexões no banco de dados;
- Sistema de Peticionamento Eletrônico – e-Proc – permite ao jurisdicionado o encaminhamento de petições à Justiça Federal da 1ª Região via internet. O sistema foi totalmente reformulado para atender à estrutura do processo digital;
- Repositório Eletrônico de Documentos – RED – permite retirar documentos dos bancos de dados e transferi-los para o sistema de arquivo. Foram realizadas melhorias, como pesquisa múltipla, recuperação de assinaturas e inclusão de documentos em lote;
- e-Digitalizador – Sistema de Digitalização de Documentos da 1ª Região. Completamente implantado, possibilita a triagem de documentos digitalizados antes de serem anexados, assim como a consulta ao histórico do processo, entre outras funcionalidades;
- eleição eletrônica – Sistema de Eleições de Magistrados efetuadas pelo Plenário. Totalmente implantado em 2010;
- reestruturação da página eletrônica da Secbe, do catálogo telefônico e da página de legislação de varas.

Projeto de grande importância para o Tribunal é o Processo Digital da 1ª Região – e-Jur, que demanda grande dedicação dos servidores para estabilizá-lo, de modo que funcione adequadamente não apenas no Tribunal mas também nas seccionais.

Várias funcionalidades que apresentavam dificuldade de integração com os demais sistemas puderam ser corrigidas e testadas no Tribunal e nas seções judiciárias que receberam o projeto como piloto.

A atualização tecnológica passa ainda pela modernização do parque de equipamentos e, nesse sentido, foram celebrados contratos para aquisição de servidores, microcomputadores, impressoras, *notebooks*, *storages*, etc., com o fim de dotar o Tribunal e as novas subseções de equipamentos de qualidade para seu adequado funcionamento.

## Sedes da Justiça Federal da 1ª Região

### Construção da nova sede do TRF 1ª Região

A Diretoria-Geral envidou esforços para dar continuidade à construção da nova sede do Tribunal, que ficou paralisada em decorrência do cancelamento do contrato com a empresa que substituiu o consórcio anterior, devido a vários atrasos no cronograma de execução.

A colaboração do Ministério do Exército tem sido essencial à fiscalização da empresa contratada e à adequação do projeto às exigências do TCU e do CNJ.

Nova licitação foi ultimada para que as obras sejam reiniciadas, com força total, já no início de 2011 pela Engefort Construtora Ltda., nova empresa contratada para execução da terceira fase da obra.

### Investimentos na construção de sedes para seções e subseções judiciárias

Vários investimentos foram feitos para que seções e subseções judiciárias possam ter suas próprias sedes, pois isso facilita o acesso do jurisdicionado aos serviços prestados. A seguir, alguns dos investimentos realizados:

- construção do edifício sede da Seção Judiciária do Estado do Amapá — dotação total da ordem de R\$ 15.964.253,60;

- construção do edifício anexo da Justiça Federal de Palmas/TO — entre valores provenientes de alocação inicial, emendas e restos a pagar, o montante disponível para a obra foi de R\$ 6.460.300,00, dos quais foram executados R\$ 2.395.304,00 de restos a pagar e liquidados R\$ 4.046.004,86 da dotação do exercício;
- construção do edifício anexo da Justiça Federal em Manaus/AM — do total de R\$ 43.293,22 inscritos em restos a pagar, foram executados R\$ 41.930,82 e cancelados R\$ 1.362,40 no ano de 2010, em decorrência da conclusão da obra;
- construção do edifício sede da Justiça Federal em Imperatriz/MA — dos R\$ 76.684,22 inscritos em restos a pagar, foram executados R\$ 73.803,40 e cancelados R\$ 2.880,82. Obra concluída;
- construção do edifício sede da Justiça Federal em Cáceres/MT — foram alocados R\$ 1.230.058,00 na Lei Orçamentária e mais R\$ 185.251,18 inscritos em restos a pagar, perfazendo o montante de R\$ 1.415.309,18 disponíveis para a continuidade da obra. Desse total, R\$ 636.370,90 foram inscritos em restos a pagar, com previsão de execução em 2011 para a conclusão da obra.

Outras construções estão em andamento e providências foram tomadas para dotar as seções e subseções de instalações adequadas, como é o caso de São Sebastião do Paraíso/MG; Passos/MG; Juiz de Fora/MG; Paulo Afonso/BA; Guanambi/BA; Barreiras/BA; Feira de Santana/BA; Vitória da Conquista/BA; Campo Formoso/BA; Marabá/PA; São Luís/MA; Rondonópolis/MT e Boa Vista/RR, buscando-se sempre possibilitar o melhor atendimento ao jurisdicionado, com instalações condignas de recebê-lo, inclusive, quando se tratar de pessoas com necessidades especiais.

### Reformas, adaptação de instalações e pagamentos de sentenças judiciais

Para atender às diversas necessidades de obras e reformas estabelecidas pelo Tribunal, segundo o planejamento estratégico, foram aplicados

recursos na ordem de R\$ 5.474.715,40 do Projeto de Modernização das Instalações da Justiça Federal e Atividade de Julgamento de Causas. Tais obras e reformas estão detalhadas no relatório da Secretaria de Planejamento e Administração Orçamentária – Secor.

No tocante ao pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor, a execução foi da ordem de R\$ 3.625.927.648,57, conforme detalhado no relatório da Coordenadoria de Execução Judicial – Corej.

### Tratativas para a ocupação do atual edifício sede do TSE

Atento às necessidades do TRF 1ª Região e ao acordo firmado com o Tribunal Superior Eleitoral – TSE, o diretor-geral reafirmou a intenção do Tribunal em ocupar o atual edifício sede do TSE, quando da mudança desse órgão para sua nova sede, em 2011.

A ocupação do referido prédio decorre de permuta com o TSE de terreno destinado inicialmente à construção de edifício para abrigar a Justiça Federal do DF, localizado no Setor de Administração Federal Sul. Acertou-se, na ocasião, que, tão logo o TSE desocupasse o edifício, o TRF o ocuparia, juntando suas unidades dispersas em 9 edifícios, e, quando da construção de sua nova sede e conseqüente migração, a Seção Judiciária do DF ocuparia os prédios do Tribunal, formando-se, assim, o corredor da Justiça Federal.

### Produção de informações institucionais

A *Revista do Tribunal*, que divulga a jurisprudência da Corte, das Turmas Recursais e da Turma Nacional de Uniformização, além de outras matérias de interesse geral, passou a ser veiculada também em formato eletrônico na internet, o que permitiu a redução da tiragem de exemplares impressos. Houve ainda outras modificações, inclusive de leiaute, com vistas a propiciar leveza e leitura mais agradável.

A publicação da jurisprudência passou por alterações em sua padronização e periodicidade, que permitiram melhoria visual no *Boletim de Jurisprudência* e no *Ementário de Jurisprudência*.

O sistema *Pergamum* de bibliotecas foi integrado ao sistema de patrimônio, novos títulos bibliográficos foram adquiridos e organizados e transmitidas orientações para o funcionamento das bibliotecas das seccionais, principalmente por videoconferência, entre outros trabalhos desenvolvidos pela Biblioteca.

Cerca de 69 mil processos e documentos foram arquivados para guarda temporária ou permanente e os que atingiram o prazo de guarda obrigatória foram descartados no descarte anual realizado pelo TRF 1ª Região, o que permite a guarda de outros autos findos.

Trabalhos importantes para a divulgação da produção editorial foram desenvolvidos. A editoração, programação visual, diagramação e revisão de textos formam alguns dos trabalhos que não puderam faltar na realização de publicações institucionais importantes.

- *Regimento Interno das Turmas Recursais e Juizados Especiais Federais*;
- *Regimento Interno do Tribunal*;
- *Corpus Iuris Civilis: Digesto*, Livro I;
- várias outras publicações, que estão detalhadas nas páginas do relatório do Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional – Cenag.

Toda a produção institucional também foi objeto de trabalho da área gráfica do Tribunal, com impressão e acabamento.

### Avaliação da gestão administrativa

O diretor-geral convocou todos os dirigentes das unidades da Secretaria do Tribunal a prestar contas à Presidência das atividades desenvolvidas nos primeiros seis meses de trabalho da nova gestão. Assim, nos meses de outubro e novembro, re-

alizou-se, em duas etapas, a primeira avaliação da gestão administrativa do biênio 2010-2012.

Cada unidade pôde demonstrar os projetos realizados no período, os desafios enfrentados, as metas a serem perseguidas durante o período restante, bem como as dificuldades vivenciadas em cada área.

Foto: Jorge Campos



Diretor-geral, Felipe dos Santos Jacinto, discursando na abertura da 1ª Reunião Avaliativa de Gestão. À sua direita, os diretores de Secretaria.

Em 2011, estão previstas novas avaliações do mesmo gênero, para que a Alta Administração possa acompanhar e avaliar o desempenho de cada área.

## Outras atividades

### Responsabilidade socioambiental

A Diges, preocupada em fazer com que o Tribunal continue seu histórico de contribuição à preservação do meio ambiente, para que as futuras gerações possam dele desfrutar, coordenou ações para que fosse firmado convênio (Convênio 15/2010) com o Pátio Brasil Shopping, objetivando a destinação de lâmpadas fluorescentes, pilhas e baterias utilizadas pelo Tribunal.

Orientou também a elaboração de portaria tornando definitiva a Comissão TRF Socioambiental, bem como o procedimento licitatório para contratação de cooperativa para coleta seletiva dos resíduos produzidos por esta Corte.

### Integração com o Poder Judiciário nacional

O Tribunal finalizou, em novembro, o cadastramento de usuários no sistema Hermes – Malote Digital, de modo que, a partir de 2011, o Tribunal estará totalmente integrado ao sistema para comunicações com o Poder Judiciário nacional. Em face das inconsistências do próprio sistema, alguns ajustes estão sendo providenciados para que, em 2011, o funcionamento esteja completo.

---

# ASJUR

Assessoria Jurídica

---

As atividades desempenhadas pela Assessoria Jurídica – Asjur, vinculada à Diretoria-Geral, pela sua natureza consultiva, são desprovidas de poder decisório ou diretivo, mas influenciam esse poder. É grande o esforço empreendido para que as finalidades administrativas sejam alcançadas com eficiência e sempre com rigorosa observação às normas legais, aos regulamentos e aos atos normativos.

A Asjur auxiliou a Administração no enfrentamento de questões em curso ou suscitadas no âmbito do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, do Conselho da Justiça Federal – CJF, das seções judiciárias, do Tribunal de Contas da União – TCU e da Advocacia-Geral da União – AGU, mediante elaboração de pareceres, relatórios, informações ou ofícios,

Destinados ao CNJ, em face dos desdobramentos da anulação da Concorrência 2/2007 e do Contrato 58/2007, referentes à construção da nova sede do Tribunal, relatórios, informações, requerimentos e ofícios foram produzidos para esclarecimentos, defesa de pontos de vista e respostas a demandas do Ministério Público Federal. Em defesa de específicas regras do edital do IV Concurso Público para Provimento de Cargos Efetivos e de ato normativo que regulamenta remoção na 1ª Região, foi elaborado documento com razões de fato e de direito, para que o CNJ revissasse decisão contrária a essas regras.

Em cumprimento a determinações do CJF, esclarecimentos foram elaborados relativamente à obra da nova sede e a questões atinentes a benefícios concedidos administrativa ou judicialmente a magistrados, com destaque para ações judiciais de incorporação de quintos/décimos.

Foram emitidos pareceres concernentes a várias questões decididas em processos administrativos no âmbito das seções judiciárias da 1ª Região, para fins de julgamento de recurso ou simples orientação.

Perante o TCU, em decorrência da mencionada invalidação do contrato da obra e de supostas irregularidades na contratação que a sucedeu, foram elaborados ou consolidados documentos de natureza técnica e jurídica, para esclarecimentos e respostas a determinações daquela instituição.

À AGU foram destinadas várias informações para auxiliá-la na defesa da União, nos casos de ações propostas por licitantes, contratados e beneficiários do Pro-Social, em que a Administração do Tribunal ficou vinculada à relação jurídica ou ao ato impugnado.

Atuou a Asjur em muitos processos administrativos que trataram de matéria relativa a pessoal, magistratura, terceiros que se relacionam com a Administração, pessoas físicas ou jurídicas.

Por força do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/1993, examinou a Asjur todas as minutas de edital, contratos, convênios, termos de cooperação, atas de registro de preços, termos aditivos, termos de rescisão. Opinou em incidentes diversos e em todos os processos de penalidade, notadamente em caso de recurso, para julgamento pela autoridade superior, em processos de adesão a atas de registro de preços, homologação, revogação e anulação de atos e procedimentos licitatórios.

No aperfeiçoamento dos instrumentos convocatórios e aplicação de normas afetas à sua atuação, mantém a Asjur, como regra, frequente consulta a sistemas de legislação. Nesse sentido, as áreas de licitação/compras e de contrato receberam orientação para ajuste às regras estabelecidas pela Lei 12.349/2010 e pelo Decreto 7.174/2010, que se enlaçam na concepção de que as contratações públicas devem promover o desenvolvimento nacional sustentável, permitindo-se exceções ou preferências para tornar efetivo tal desiderato, mormente nas contratações de bens e serviços de informática. É o caso de certos privilégios conferidos a empresas que investem em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país, que produzem bens e serviços de acordo com o chamado Processo Produtivo

Básico (Lei 8.248/1991), assim como os conferidos a microempresas e empresas de pequeno porte (LC 123/2007).

Ainda nesse sentido, foram propostas adequações para atendimento dos ditames das Resoluções 114/2010 e 98/2009, do CNJ, e das Instruções Normativas 2/2008 e 4/2008 (revogada pela IN 4/2010-SLTI) da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MPOG, em consonância com recomendações do TCU.

A Asjur, na esfera de sua competência, também auxiliou gestores por meio de participação em reuniões administrativas em que se debatia a adoção de atos necessários à segurança jurídica, ações proativas, pedagógicas ou que evitassem abuso de poder.

Passaram pela Asjur, de acordo com relatório extraído do Sispra, 1.290 processos administrativos.

O ano de 2010 foi marcado por diversificados ajustes e padronização de procedimentos, com vistas a assegurar eficiência e harmonia administrativas, desafio enfrentado com entusiasmo e firme convicção da obrigatoriedade de cumprimento dos princípios que informam a gestão administrativa e das normas deles decorrentes.



---

# ASMAG

Assessoria de Assuntos da Magistratura

---

A Assessoria de Assuntos da Magistratura – Asmag, subordinada à Diretoria-Geral da Secretaria, coordena o registro da vida funcional dos magistrados do Tribunal e das seções e subseções judiciárias da 1ª Região e instrui processos de concessão de vantagens financeiras, licenças, afastamentos, promoção, remoção e de outros direitos dos magistrados.

**Quadro 69**  
**Diretores e vice-diretores das seções judiciárias da 1ª Região**

Nome	Função	Portaria	Data da publicação	SJ
Waldemar Claudio de Carvalho	Diretor do Foro	234	21/06/10	AP
Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto	Vice-diretor	234	21/06/10	AP
Anselmo Gonçalves da Silva	Diretor do Foro	234	21/06/10	AC
João Bosco Costa Soares da Silva	Vice-diretor	234	21/06/10	AC
Jaiza Maria Pinto Fraxe	Diretora do Foro	234	21/06/10	AM
Maria Lúcia Gomes de Souza	Vice-diretora	234	21/06/10	AM
Cynthia de Araújo Lima Lopes	Diretora do Foro	234	21/06/10	BA
César Cintra Jatahy Fonseca	Vice-diretor	234	21/06/10	BA
Daniele Maranhão Costa	Diretora do Foro	234	21/06/10	DF
Ricardo Gonçalves da Rocha Castro	Vice-diretor	234	21/06/10	DF
Carlos Augusto Tôres Nobre	Diretor do Foro	234	21/06/10	GO
Mark Yshida Brandão	Vice-diretor	234	21/06/10	GO
José Carlos do Vale Madeira	Diretor do Foro	234	21/06/10	MA
Clemência Maria Almada Lima de Ângelo	Vice-diretora	234	21/06/10	MA
Itelmar Raydan Evangelista	Diretor do Foro	234	21/06/10	MG
Guilherme Mendonça Doehler – 01/07/2010 a 19/07/2010	Vice-diretor	234	21/06/10	MG
Rodrigo Navarro de Oliveira – 17/06/2010 a 20/07/2010	Diretor do Foro	234	21/06/10	MT
José Pires da Cunha – 01/07/2010 a 19/07/2010	Vice-diretor	234	21/06/10	MT
José Pires da Cunha – 20/07/2010 a 31/05/2012	Diretor do Foro	271	20/07/10	MT
Rodrigo Navarro de Oliveira – 20/07/2010 a 31/05/2012	Vice-diretor	271	20/07/10	MT
Daniel Santos Rocha Sobral	Diretor do Foro	234	21/06/10	PA
Osmane Antônio dos Santos – 01/07/2010 a 02/12/2010	Diretor do Foro	234	21/06/10	PA
Carlos Eduardo Castro Martins – 03/12/2010 a 30/05/2012	Vice-diretor	487	03/12/10	PA
Carlos Augusto Pires Brandão	Diretor do Foro	234	21/06/10	PI
Marcelo Carvalho Cavalcante De Oliveira	Vice-diretor	234	21/06/10	PI
Herculano Martins Nacif	Diretor do Foro	234	21/06/10	RO
Élcio Arruda – 01/07/2010 a 19/07/2010	Vice-diretor	234	21/06/10	RO
Francisco Martins Ferreira – 20/07/2010 a 31/05/2012	Vice-diretor	271	20/07/10	RO
Helder Girão Barreto	Diretor do Foro	234	21/06/10	RR
Atanair Nasser Ribeiro Lopes – 01/07/2010 a 04/08/2010	Vice-diretor	234	21/06/10	RR
Leandro Saon da Conceição Bianco 03/12/2001 a 31/05/2012	Vice-diretor	487	03/12/10	RR
José Godinho Filho	Diretor do Foro	234	21/06/10	TO
Marcelo Velasco Nascimento Albernaz	Vice-diretor	234	21/06/10	TO

Em 2010, a Asmag organizou e consolidou as pautas das sessões da Corte Especial Administrativa, do Conselho de Administração e do Plenário, totalizando 39 sessões, com o julgamento de 432 processos, conforme quadro abaixo.

**Quadro 70**  
**Processos julgados nos órgãos colegiados administrativos**

Sessão	Sessões realizadas	Processos julgados
Plenária	7	34
Corte Especial Administrativa	19	287
Conselho de Administração	13	111
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>432</b>

Em cumprimento a suas atribuições regulamentares, a Asmag acompanha, registra e controla convocações de magistrados para o 2º grau, composição das Turmas Recursais e coordenação dos Juizados Especiais Federais, férias regulamentares, promoções, remoções e permutas dos magistrados, mantendo acompanhamento sistemático de todas as situações, além de prestar informações ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho da Justiça Federal.

Também é competência da Asmag a instrução de processos de eleição dos dirigentes do Tribunal, membros da Corte Especial, membros do Conselho de Administração, diretor da *Revista*, diretores de Foro, dirigentes da Esmaf, membros do Conselho do Colar e da Medalha do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria, coordenador dos JEFs (Cojef), membros dos TRFs e membros da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos JEFs. Além da instrução, a Asmag inclui os processos de eleição em pauta, elabora as cédulas eletrônicas e toma providências pós-eleição.

Além dessas atribuições, a Asmag realiza o cadastramento, reativação e desbloqueio de senhas de acesso de magistrados e servidores aos sistemas Infoseg, Renajud e Bacenjud, utilizados pela Justiça Federal da 1ª Região, bem como o cadastramento no sistema e-CNJ dos desembargadores federais e juízes convocados.

Durante o ano de 2010, na busca de eficiência e eficácia nos serviços prestados, diversas medidas foram tomadas pela Asmag em parceria com a Secin. As principais encontram-se arroladas no quadro abaixo.

**Quadro 71**  
**Quantitativo de cargos de juiz federal e de juiz federal substituto**

Seção judiciária	Cargos de juiz federal			Cargos de juiz federal substituto		
	Providos	Vagos	Total	Providos	Vagos	Total
AC	4	0	4	0	4	4
AP	3	0	5	2	3	5
AM	8	0	8	3	5	8
BA	34	0	35	25	9	34
DF	27	0	27	25	2	25
GO	20	0	20	13	7	20
MA	11	1	12	8	4	12
MT	10	1	11	3	8	11
MG	58	0	58	50	8	58
PA	13	0	13	2	11	13
PI	9	0	9	6	3	9
RO	7	0	7	0	7	7
RR	2	1	3	0	3	3
TO	4	0	4	1	3	4
<b>Total</b>	<b>210</b>	<b>3</b>	<b>213</b>	<b>137</b>	<b>76</b>	<b>213</b>

## Lista de antiguidade de magistrados da 1ª Região

Na página do Tribunal, foi disponibilizada a lista de antiguidade de juízes federais e juízes federais substitutos, a fim de se dar transparência às decisões que nela se pautam.

A lista foi inserida na rotina “Juízes Federais – Lista de Antiguidade dos Juízes Federais” e informa a posse e exercício do magistrado na magistratura federal e na 1ª Região; o concurso de ingresso e sua classificação; a quantidade de dias como juiz federal substituto e juiz federal e a data da promoção.

The screenshot shows the website of the Tribunal Regional Federal da 1ª Região. The browser window title is "Tribunal Regional Federal da 1ª Região :: - Windows Internet Explorer". The address bar shows "https://intranet.trf1.jus.br/". The page features a navigation menu with items like "Institucional Judicial", "Publicações", "Formulários", "Administrativos", "Setoriais", and "Serviços". A sidebar on the left contains a search box and a "Consulta Processual" section with dropdown menus for "Órgão" and "N. do Processo". The main content area is titled "Notícias" and lists several news items with dates and times. A red arrow labeled "1" points to the "Juízes Federais" link in the sidebar. Another red arrow labeled "2" points to the "Lista de antiguidade dos Juízes Federais" link in the "Juízes Federais" section of the main content area.

**Juizes Federais**

- Magistrados Convocados
- **Lista de antiguidade dos Juizes Federais**
- Lista de antiguidade dos Juizes Federais Substitutos
- Diretorias do Foro e das Subseções Judiciárias
- Sistema de Eleição Eletrônica
- Sistema de Magistrados
- Composição das Turmas Recursais para o período de 19/7/2010 a 31/5/2012 (ATO/PRESI/ASMAG - 720 DE 29 DE JUNHO DE 2010)
- Coordenadores e Coordenadores Substitutos dos Juizados Especiais Federais para o período de 19/7/2010 a 31/5/2012 (ATO/PRESI/ASMAG - 721 DE 30 DE JUNHO DE 2010)

## Relatório de lotação atual de magistrados da 1ª Região

No mês de maio, os servidores da Asmag, em esforço concentrado, buscaram conferir e corrigir o registro de informações sobre a vida funcional dos magistrados no Sistema *Oracle*, na rede local do Tribunal, a fim de assegurar a precisão e a atualização das informações prestadas pelas seções judiciárias.

O relatório foi disponibilizado na intranet, em 16/07/2010, com informações extraídas do banco de dados da Asmag, do mesmo modo que é feita a consulta processual. O *link* de acesso encontra-se logo abaixo do mapa do Brasil, em "Ver contatos Varas". O referido relatório inclui ainda os nomes dos diretores de secretaria das varas federais.

**Regimento Interno**  
Emenda n. 7  
Aprovado pelo Tribunal Pleno em 26 de agosto de 2010

**Metas do CNJ**

**Jur** **Processo Digital da 1ª Região**

**Catálogo**  
TRF-1ª Região

**Transparência em Números**  
Sistema de Relatórios Estatísticos

**Projeto Mutirão**  
Judiciário em dia  
Turnos Suplementares

**e-DJFI**  
DIÁRIO DA JUIZARIA FEDERAL

**Problema com os Certificados do TRF1?**  
● [Clique aqui para baixá-los](#) ●

**Seccionais**



- ▶ [Ver contatos das Seccionais](#)
- ▶ [Ver contatos Varas](#)
- ▶ [Ver Legislação Varas](#)
- ▶ [Ver Manual das Varas](#)

Edifício Sede 1: SAU/SUL Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores  
CEP: 70070-900 Brasília/DF - Telefone: +55 (61) 3314-5225

https://intranet.trf1.jus.br/Setorial/Asmag/ContatosVaras/app/index.php Windows Internet Explorer

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Favoritos Sites Sugeridos Galeria de Web Slice

Localizar: Anterior Avançar Opções

I - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE  
 II - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPA  
 2.1 - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE LARANJAL DO JARI - AP  
 2.2 - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE OIAPOQUE - AP  
 III - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS  
 3.1 - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TABATINGA - AM  
 IV - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA  
 4.1 - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BARREIRAS - BA  
 4.2 - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAMPO FORMOSO - BA  
 4.3 - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE EUNAPOLIS - BA  
 4.4 - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE FEIRA DE SANTANA - BA  
 4.5 - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GUANAMBI - BA  
 4.6 - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ILHEUS - BA  
 4.7 - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE IRECÊ - BA  
 4.8 - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ITABUNA - BA  
 4.9 - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JEQUIÊ - BA  
 4.10 - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JUAZEIRO - BA  
 4.11 - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO - BA  
 4.12 - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BA  
 V - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL  
 VI - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIAS  
 6.1 - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ANAPOLIS - GO  
 6.2 - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE APARECIDA DE GOIANIA - GO  
 6.3 - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE FORMOSA - GO  
 6.4 - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE LUZIANIA - GO  
 6.5 - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE RIO VERDE - GO  
 6.6 - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE URUACU - GO  
 VII - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO  
 7.1 - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACARAI - MA  
 7.2 - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAXIAS - MA  
 7.3 - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE IMPERATRIZ - MA  
 VIII - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO

Intranet local

Iniciar

Acionar a seção desejada ou **CTRL F**  
e digitar o nome do magistrado.

https://intranet.trf1.jus.br/Setorial/Asmag/ContatosV...

III - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS  
 End.: AV. ANDRÉ ARAÚJO, 25 - BAIRRO ALEIXO  
 Cep: 69060000 MANAUS - AM 6

VARA	JUIZ FEDERAL	JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	DIRETOR DE SECRETARIA
1ª CÍVEL	<b>JAIZA MARIA PINTO FRAXE - JU155</b> - EXERCENDO FUNÇÃO - 2º RELATOR - TURMA RECURSAL DO JEF DA SJ/AM: 23/09/2010 a 31/05/2012 - Sem Prejuízo - EXERCENDO FUNÇÃO - 2º SUPLENTE - TURMA RECURSAL DO JEF DA SJ/RR: 12/08/2010 a 31/05/2012 - Sem Prejuízo - EXERCENDO FUNÇÃO - Diretor(a) do Foro - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS: 01/07/2010 a 31/05/2012 - Sem Prejuízo - EXERCENDO FUNÇÃO - MASTER - SISTEMA INFOJUD - RECEITA FEDERAL: 01/07/2010 a 31/05/2012 - Sem Prejuízo - EXERCENDO FUNÇÃO - MEMBRO TITULAR - COMITE GESTOR DAS CONTAS ESPECIAIS: 27/08/2010 a - Sem Prejuízo - Em Férias: 27/06/2011 a 26/07/2011	<b>ANA PAULA SERIZAWA SILVA PODEWORNÝ - JU402</b> - AFASTADO - REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA(S) 06/02/2011 a 13/02/2011 - DESIGNADO - MUTIRO DE AUDIÊNCIAS/PROCESSOS DO JEF ADJUNTO - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MARABA: 07/02/2011 a 12/02/2011 - Com Prejuízo - EXERCENDO FUNÇÃO - 1º RELATOR - TURMA RECURSAL DO JEF DA SJ/AM: 23/09/2010 a 31/05/2012 - Sem Prejuízo - Em Férias: 10/03/2011 a 08/04/2011	<b>ANA CLAUDIA RIBEIRO TINOCO - AM5303</b> DIRETOR DE SECRETARIA DE VARA - 20/01/2011
2ª CRIMINAL	<b>MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS - JU266</b> - EXERCENDO FUNÇÃO - 2º SUPLENTE - TURMA RECURSAL DO JEF DA SJ/AM: 01/07/2010 a 31/05/2012 - Sem Prejuízo - EXERCENDO FUNÇÃO - MEMBRO EFETIVO DO TRE - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/AM: 26/04/2010 a 25/04/2012 - Sem Prejuízo		<b>GISLAINE GUIMARÃES CEZAR CARDOSO - AM200026</b> DIRETOR DE SECRETARIA DE VARA - 25/10/2007

## Relatório de afastamentos na 1ª Região

No sistema SARH, além do relatório de lotações, foram implementados outros, sendo os mais utilizados pelos diversos setores do Tribunal os de afastamentos de desembargadores federais (por motivo de férias, licenças médicas, cursos etc.) e de magistrados convocados, com o nome do desembargador substituído e o período da convocação.

**Quadro 72**  
**Magistrados convocados para gabinete de desembargador federal**

Desembargador federal	Juiz convocado	Seção judiciária
Olindo Menezes Presidente	César Cintra Jatahy Fonseca José Alexandre Franco Saulo José Casali Bahia	Bahia Pará Bahia
José Amilcar Machado Vice-Presidente	Luciana Pinheiro Costa Mayer Soares Mark Yshida Brandão Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes	Minas Gerais Goiás Minas Gerais
Cândido Ribeiro Corregedor regional	Antônio Oswaldo Scarpa Kátia Balbino de Carvalho Ferreira Lino Oswaldo Serra Sousa Segundo	Bahia Distrito Federal Amapá
Tourinho Neto	Maria Lúcia Gomes de Souza Roberto Carvalho Veloso	Amazonas Maranhão
Catão Alves	Antonio Claudio Macedo da Silva Eduardo José Corrêa Francisco Renato Codevila Pinheiro Filho	Distrito Federal Distrito Federal Roraima
Carlos Mathias	Osmane Antônio dos Santos Rodrigo Navarro de Oliveira	Pará Mato Grosso
Assusete Magalhães	Jamil Rosa de Jesus Oliveira	Distrito Federal
Jirair Aram Megueriam	Francisco Neves da Cunha Reginaldo Márcio Pereira Ricardo Gonçalves da Rocha Castro	Distrito Federal Amazonas Distrito Federal
Mário César Ribeiro	Klaus Kuschel	Minas Gerais
Tolentino Amaral	Rafael Paulo Soares Pinto	Goiás
Hilton Queiroz	Marcus Vinícius Reis Bastos	Distrito Federal
Carlos Moreira Alves	Marcos Augusto de Sousa Rodrigo Navarro de Oliveira	Distrito Federal Mato Grosso
I'talo Mendes	Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes Rosimayre Gonçalves de Carvalho Fonseca	Minas Gerais Bahia
Carlos Olavo	Guilherme Mendonça Doehler	Minas Gerais
Daniel Paes Ribeiro	Alexandre Jorge Fontes Laranjeira Carlos Augusto Pires Brandão	Distrito Federal Piauí

Desembargador federal	Juiz convocado	Seção judiciária
João Batista Moreira	Antonio Claudio Macedo da Silva David Wilson de Abreu Pardo Evaldo de Oliveira Fernandes Filho Jamil Rosa de Jesus Oliveira Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes	Distrito Federal Distrito Federal Minas Gerais Distrito Federal Minas Gerais
Souza Prudente	Carlos Eduardo Castro Martins	Pará
Selene Almeida	Alexandre Jorge Fontes Laranjeira	Distrito Federal
Fagundes de Deus	Pedro Francisco da Silva Renato Martins Prates	Bahia Minas Gerais
Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues	Charles Renaud Frazão de Moraes Rodrigo Navarro de Oliveira	Mato Grosso Mato Grosso
Maria do Carmo Cardoso	Charles Renaud Frazão de Moraes Mark Yshida Brandão	Mato Grosso Goiás
Leomar Amorim	Cleberon José Rocha	Tocantins
Neuza Alves	Kátia Balbino de Carvalho Ferreira Rafael Paulo Soares Pinto Solange Salgado da Silva Ramos de Vasconcelos	Distrito Federal Goiás Distrito Federal
Francisco de Assis Betti	Rogéria Maria Castro Debelli	Minas Gerais
Reynaldo Fonseca	Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas	Distrito Federal
Ângela Catão	Antônio Francisco do Nascimento Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes	Minas Gerais Minas Gerais
Mônica Sifuentes	Itelmar Raydan Evangelista Renato Martins Prates	Minas Gerais Minas Gerais

## Sistema eletrônico de eleição

Em 2010, foi implantado sistema eletrônico de eleição, com a implantação de urna eletrônica, desenvolvida para tornar possível a informatização dos processos eleitorais nas sessões. A utilização da urna eletrônica trouxe praticidade ao sistema eleitoral, pois confere precisão e rapidez à divulgação de resultados.

A primeira eleição por meio eletrônico foi a que elegeu os membros do Conselho do Colar e da Medalha Ministro Nelson Hungria na Sessão da Corte Especial Administrativa de 13/05/2010.



Foto: Luiz Xavier

Desembargador federal Olindo Menezes com a tela de acesso à eleição eletrônica aberta no computador da sala de sessões plenárias.



O sistema de eleição eletrônica encontra-se na página do Tribunal em “Juizes Federais – Sistemas de Magistrados – Sistema de Eleição Eletrônica”.

1

2

No decorrer do ano, foram realizadas 21 eleições. Com exceção das duas primeiras — para composição dos dirigentes do Tribunal, ocorrida em 25 de fevereiro, e para composição do TRE do Amazonas, em 8 de abril —, todas as demais, arroladas a seguir, foram realizadas com votação eletrônica.

### Quadro 73 Eleições realizadas

Eleição	Data	Hora	Tipo de votação
Eleição para composição dos dirigentes do TRF 1ª Região	25/02/2010	–	Secreta
Eleição de desembargador federal para compor o TRE/AM	08/04/2010	–	Secreta
Eleição para o Conselho do Colar e da Medalha do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria – período: 2010/2012	13/05/2010	14:00:00	Aberta – não identificada
Eleição de desembargador federal para compor o TRE/DF – biênio 2010/2012 – membro titular	24/06/2010	14:00:00	Secreta
Eleição de desembargador federal para compor o TRE/DF – biênio 2010/2012 – membro suplente	24/06/2010	14:05:00	Secreta
Eleição de juiz federal para compor o TRE/AP – complementação do biênio 2009/2011 – membro suplente	24/06/2010	14:10:00	Secreta
Eleição de juiz federal para compor o TRE/RR – biênio 2010/2012 – membro titular	24/06/2010	14:15:00	Secreta
Eleição de juiz federal para compor o TRE/RR – biênio 2010/2012 – membro suplente	24/06/2010	14:20:00	Secreta
Eleição de juiz federal para compor o TRE/PI – membro suplente – complementação do biênio 2009/2011	26/08/2010	09:00:00	Secreta
Eleição de dirigentes da Esmaf – diretor – biênio 2010/2012	26/08/2010	14:00:00	Aberta - não identificada
Eleição de dirigentes da Esmaf – vice-diretor – biênio 2010/2012	26/08/2010	14:05:00	Aberta – não identificada
Eleição de membros do Conselho de Administração – integrantes não permanentes	23/09/2010	14:00:00	Aberta – não identificada
Convocação de juiz federal para atuar no TRF 1ª Região	23/09/2010	14:05:00	Secreta
Eleição de juiz federal para compor o TRE/AC – complementação do biênio 2009/2011 – membro suplente	28/10/2010	15:50:00	Secreta
Eleição de juiz federal para compor TRE/RR – biênio 2010/2012 – membro efetivo	28/10/2010	15:55:00	Secreta
Eleição de juiz federal para compor o TRE/RR – biênio 2010/2012 – membro suplente	28/10/2010	16:00:00	Secreta
Eleição de juiz federal para compor o TRE/MG – complementação do biênio 2009/2011 – membro suplente	28/10/2010	16:15:00	Secreta
Eleição de juiz federal para compor o TRE/PA – biênio 2010/2012 – membro efetivo	28/10/2010	16:20:00	Secreta
Eleição de juiz federal para compor o TRE/PA – biênio 2010/2012 – membro suplente	28/10/2010	16:25:00	Secreta
Convocação de juiz federal para atuar no TRF 1ª Região	28/10/2010	17:05:00	Secreta
Eleição para composição da Corte Especial	09/11/2010	–	Secreta

## Sistema de promoção e remoção

A Asmag, em parceria com a Secin, desenvolveu o sistema de promoção e remoção dos magistrados via rede mundial de computadores, com vistas a facilitar o acesso dos interessados e conferir transparência ao processo.

O sistema de promoção e remoção encontra-se na página do Tribunal, em “Juizes Federais – Sistema de Magistrados – Módulo de Movimentação de Magistrados”.



O sistema permite ao magistrado inscrever-se para várias varas, informar sua ordem de preferência, acompanhar as inscrições, alterar sua inscrição e efetuar a desistência.

A implantação de inscrições via internet trouxe agilidade para os processos de promoção e remoção, tanto no que se refere aos trabalhos da Asmag, como da Presidência e da Corregedoria Regional, principalmente por possibilitar a geração de relatório e informar a ordem de antiguidade e local de interesse, por prioridade, dos candidatos.

A seguir, quadro com quantitativo de magistrados que sofreram movimentação, remoção e promoção em 2010.

**Quadro 74**  
**Magistrados**

Ocorrência	Juiz federal	Juiz federal substituto	Total
Movimentação	16	20	36
Remoção	41	54	–
Promoção	–	22	22

**Quadro 75**  
**Movimentação de juiz federal**

<b>Juiz federal</b>	<b>Origem</b>	<b>Destino</b>
Marcelo Dolzany da Costa	1ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais	16ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais
Antonio Claudio Macedo da Silva	26ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal	8ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal
Kátia Balbino de Carvalho Ferreira	25ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal	3ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal
Ávio Mozar José Ferraz de Novaes	18ª Vara da Seção Judiciária da Bahia	12ª Vara da Seção Judiciária da Bahia
Mônica Neves Aguiar da Silva	12ª Vara da Seção Judiciária da Bahia	18ª Vara da Seção Judiciária da Bahia
Dimis da Costa Braga	6ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas	7ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas
Clodomir Sebastião Reis	7ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão	3ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão
Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves	29ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais	11ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais
Grigório Carlos dos Santos	11ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais	29ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais
Herculano Martins Nacif	4ª Vara da Seção Judiciária de Rondônia	5ª Vara da Seção Judiciária de Rondônia
Roberto Carvalho Veloso	3ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão	8ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão
Ronaldo Castro Destêro e Silva	8ª Vara da Seção Judiciária do Pará	1ª Vara da Seção Judiciária do Pará
Pedro Braga Filho	1ª Vara da Seção Judiciária da Bahia	19ª Vara da Seção Judiciária da Bahia
Arali Maciel Duarte	22ª Vara da Seção Judiciária da Bahia	1ª Vara da Seção Judiciária da Bahia
Antonio Carlos Almeida Campelo	8ª Vara da Seção Judiciária do Pará	4ª Vara da Seção Judiciária do Pará
João Carlos Costa Mayer Soares	2ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais	12ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais

**Quadro 76**  
**Movimentação de juiz federal substituto**

Juiz federal substituto	Origem	Destino
Flávio Marcelo Sérvio Borges	13ª Vara da Seção Judiciária de Goiás	3ª Vara da Seção Judiciária de Goiás
Carina Cátia Bastos de Senna	8ª Vara da Seção Judiciária do Pará	5ª Vara da Seção Judiciária do Pará
Gabriela de Alvarenga Silva Murta	13ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais	8ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais
Gabriel José Queiroz Neto	14ª Vara da Seção Judiciária de Goiás	13ª Vara da Seção Judiciária de Goiás
Fabiano Verli	27ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais	13ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais
Fabiano Verli	13ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais	10ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais
Marcio José de Aguiar Barbosa	10ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais	13ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais
Emília Maria Velano	15ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal	4ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal
Náiber Pontes de Almeida	4ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal	15ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal
Náiber Pontes de Almeida	15ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal	19ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal
Marcelo Aguiar Machado	19ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal	15ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal
Ricardo Augusto de Sales	2ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas	3ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas
Bruno Augusto Santos Oliveira	26ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais	27ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais
Maurício Rios Júnior	4ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão	5ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão
Newton Pereira Ramos Neto	5ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão	8ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão
Paulo Cesar Lopes	4ª Vara da Seção Judiciária do Mato Grosso	2ª Vara da Seção Judiciária do Mato Grosso
Márcio de França Moreira	9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal	8ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal
Tales Krauss Queiroz	8ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal	4ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal
Adelmar Aires Pimenta da Silva	1ª Vara da Seção Judiciária de Tocantins	3ª Vara da Seção Judiciária de Tocantins
Ana Paula Martini Tremarin	3ª Vara da Seção Judiciária de Tocantins	1ª Vara da Seção Judiciária de Tocantins

**Quadro 77**  
**Remoção de juiz federal**

Juiz federal	Origem	Destino
Alexandre Jorge Fontes Laranjeira	2ª Vara da Subseção Judiciária de Uberlândia	23ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal
Antonio Claudio Macedo da Silva	16ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais	26ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal
José Humberto Ferreira	Vara Única da Subseção Judiciária de Patos de Minas	2ª Vara da Subseção Judiciária de Uberlândia
Denise Dias Dutra Drumond	1ª Vara da Subseção Judiciária de Governador Valadares	1ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais
Grigório Carlos dos Santos	Vara Única da Subseção Judiciária de Sete Lagoas	11ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais
Anamaria Reys Resende	Vara Única da Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso	Vara Única da Subseção Judiciária de Sete Lagoas
Antônio Francisco do Nascimento	4ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas	1ª Vara da Subseção Judiciária de Governador Valadares
David Wilson de Abreu Pardo	1ª Vara da Seção Judiciária do Acre	26ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal
Edison Moreira Grillo Júnior	1ª Vara da Seção Judiciária do Pará	Vara Única da Subseção Judiciária de Patos de Minas
Rosimayre Gonçalves de Carvalho Fonseca	19ª Vara da Seção Judiciária da Bahia	25ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal
Carlos Eduardo Castro Martins	Vara Única da Subseção Judiciária de Jequié	9ª Vara da Seção Judiciária do Pará
Antonio Carlos Almeida Campelo	Vara Única da Subseção Judiciária de Altamira	8ª Vara da Seção Judiciária do Pará
Klaus Kuschel	1ª Vara da Subseção Judiciária de Divinópolis	33ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais
Márcio Barbosa Maia	2ª Vara da Subseção Judiciária de Uberaba	22ª Vara da Seção Judiciária da Bahia
Ricardo Felipe Rodrigues Macieira	1ª Vara da Seção Judiciária do Piauí	9ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão
Wellington Cláudio Pinho de Castro	4ª Vara da Seção Judiciária do Pará	7ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão
Edna Márcia Silva Medeiros Ramos	Vara Única da Subseção Judiciária de Rio Verde	Vara Única da Subseção Judiciária de Formosa
Eduardo Luiz Rocha Cubas	Vara Única da Subseção Judiciária de Barreiras	Vara Única da Subseção Judiciária de Uruaçu
Guilherme Jorge de Resende Brito	Vara Única da Subseção Judiciária de Campo Formoso	Vara Única da Subseção Judiciária de Unai
Lília Botelho Neiva Brito	1ª Vara da Subseção Judiciária de Feira de Santana	Vara Única da Subseção Judiciária de Paracatu

Juiz federal	Origem	Destino
Lucas Rosendo Máximo de Araújo	Vara Única da Subseção Judiciária de Imperatriz	Vara Única da Subseção Judiciária de Parnaíba
Atanair Nasser Ribeiro Lopes	2ª Vara da Seção Judiciária de Roraima	Vara Única da Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso
Elísio Nascimento Batista Júnior	Vara Única da Subseção Judiciária de Ji-Paraná	Vara Única da Subseção Judiciária de Teófilo Otoni
Agliberto Gomes Machado	Vara Única da Subseção Judiciária de Juazeiro	Vara Única da Subseção Judiciária de Caxias
Carlos Henrique Borlido Haddad	1ª Vara da Subseção Judiciária de Marabá	1ª Vara da Subseção Judiciária de Montes Claros
Cláudio José Coelho Costa	2ª Vara da Subseção Judiciária de Divinópolis	2ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais
Fábio Moreira Ramiro	Vara Única da Subseção Judiciária de Paulo Afonso	1ª Vara da Subseção Judiciária de Feira de Santana
Francisco Hélio Camelo Ferreira	Vara Única da Subseção Judiciária de Caxias	1ª Vara da Seção Judiciária do Piauí
Francisco Renato Codevila Pinheiro Filho	3ª Vara da Seção Judiciária de Roraima	Vara Única da Subseção Judiciária de Rio Verde
Jorge Gustavo Serra de Macêdo Costa	1ª Vara da Subseção Judiciária de Montes Claros	1ª Vara da Subseção Judiciária de Divinópolis
Osmane Antônio dos Santos	5ª Vara da Seção Judiciária do Pará	2ª Vara da Subseção Judiciária de Uberaba
Reginaldo Márcio Pereira	5ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas	2ª Vara da Subseção Judiciária de Divinópolis
Roberto Carvalho Veloso	8ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão	27ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal
Alexandre Buck Medrado Sampaio	Vara Única da Subseção Judiciária de Imperatriz	1ª Vara da Seção Judiciária do Pará
Geraldo Magela e Silva Meneses	Vara Única da Subseção Judiciária de Picos	7ª Vara da Seção Judiciária do Piauí
Nazareno César Moreira Rêis	Vara Única da Subseção Judiciária de Jequié	Vara Única da Subseção Judiciária de Picos
Paulo César Alves Sodré	Vara Única da Subseção Judiciária de Cáceres	7ª Vara da Seção Judiciária do Mato Grosso
Regivano Fiorindo	3ª Vara da Seção Judiciária de Roraima	5ª Vara da Seção Judiciária do Pará
Ricardo Felipe Rodrigues Macieira	9ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão	8ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão
Ronaldo Castro Destêrro e Silva	1ª Vara da Seção Judiciária do Pará	9ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão
Sandra Lopes Santos de Carvalho	5ª Vara da Seção Judiciária do Pará	Vara Única da Subseção Judiciária de Jequié

**Quadro 78**  
**Remoção de juiz federal substituto**

Juiz federal	Origem	Destino
Maurício Rios Júnior	Subseção Judiciária de Caxias	4ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão
Marcel Peres de Oliveira	1ª Vara da Seção Judiciária do Mato Grosso	1ª Vara da Subseção Judiciária de Feira de Santana
Leonardo Augusto Nunes Coutinho	Vara Única da Subseção Judiciária de Picos	5ª Vara da Seção Judiciária de Mato Grosso
Márcio de França Moreira	6ª Vara da Seção Judiciária do Mato Grosso	9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal
Alcioni Escobar da Costa Alvim	3ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas	14ª Vara da Seção Judiciária de Goiás
Alex Schramm de Rocha	Vara Única da Subseção Judiciária de Campo Formoso	Vara Única da Subseção Judiciária de Juazeiro
Igor Matos Araújo	Vara Única da Subseção Judiciária de Barreiras	Vara Única da Subseção Judiciária de Jequié
Emília Maria Velano	15ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal	33ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais
Carina Cátia Bastos de Senna	5ª Vara da Seção Judiciária do Pará	4ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão
Paulo Alkmin Costa Júnior	1ª Vara da Subseção Judiciária de Divinópolis	26ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais
Paulo Cesar Lopes	2ª Vara da Seção Judiciária do Mato Grosso	Vara Única da Subseção Judiciária de Formosa
Isabela Guedes Dantas Carneiro	1ª Vara da Seção Judiciária do Amapá	9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal
Valmir Nunes Conrado	Vara Única da Subseção Judiciária de Rio Verde	1ª Vara da Subseção Judiciária de Divinópolis
Ailton Schramm de Rocha	Vara Única da Subseção Judiciária de Eunápolis	2ª Vara da Seção Judiciária da Bahia
Alaôr Piacini	9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal	9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal
Alex Schramm de Rocha	Vara Única da Subseção Judiciária de Juazeiro	15ª Vara da Seção Judiciária da Bahia
Alexandre Ferreira Infante Vieira	Seção Judiciária de Minas Gerais	19ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais
Alexandre Henry Alves	1ª Vara da Subseção Judiciária de Uberaba	3ª Vara da Subseção Judiciária de Uberlândia
Ana Carolina Dias Lima Fernandes	Seção Judiciária da Bahia	11ª Vara da Seção Judiciária da Bahia
Ariane da Silva Oliveira	3ª Vara da Seção Judiciária de Goiás	23ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais
Bruno Souza Savino	15ª Vara da Seção Judiciária da Bahia	3ª Vara da Subseção Judiciária de Juiz de Fora
Carla Dumont Oliveira de Carvalho	1ª Vara da Subseção Judiciária de Montes Claros	2ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais
Daniel Castelo Branco Ramos	1ª Vara da Seção Judiciária da Bahia	18ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais
Dayana de Azevedo Bião de Souza	Seção Judiciária da Bahia	17ª Vara da Seção Judiciária da Bahia
Dayse Starling Lima Castro	19ª Vara da Seção Judiciária da Bahia	7ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais
Eduardo Pereira da Silva	Vara Única da Subseção Judiciária de Anápolis	1ª Vara da Seção Judiciária de Goiás
Eudóxio Cêspedes Paes	Vara Única da Subseção Judiciária de Vitória da Conquista	24ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal



Juiz federal	Origem	Destino
Flávio da Silva Andrade	2ª Vara da Seção Judiciária de Rondônia	10ª Vara da Seção Judiciária da Bahia
Gabriel Brum Teixeira	Vara Única da Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia	7ª Vara da Seção Judiciária de Goiás
Gabriel José Queiroz Neto	14ª Vara da Seção Judiciária de Goiás	1ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal
Gustavo André Oliveira dos Santos	26ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal	1ª Vara da Seção Judiciária do Piauí
Heleno Bicalho	21ª Vara da Seção Judiciária da Bahia	Vara Única da Subseção Judiciária de São João del-Rei
Henrique Gouveia da Cunha	Subseção Judiciária de Uberlândia	11ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais
Igor Matos Araújo	Vara Única da Subseção Judiciária de Jequié	Vara Única da Subseção Judiciária de Itabuna
Isabela Guedes Dantas Carneiro	9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal	27ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal
João Paulo Pirôpo de Abreu	Vara Única da Subseção Judiciária de Itabuna	5ª Vara da Seção Judiciária da Bahia
José Gutemberg de Barros Filho	11ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal	7ª Vara da Seção Judiciária do Piauí
Leonardo Augusto de Almeida Aguiar	3ª Vara da Seção Judiciária do Pará	26ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais
Lucyana Said Daibes Pereira	8ª Vara da Seção Judiciária do Pará	2ª Vara da Seção Judiciária do Pará
Mara Lina Silva do Carmo	Vara Única da Subseção Judiciária de Eunápolis	22ª Vara da Seção Judiciária da Bahia
Marcel Peres de Oliveira	1ª Vara da Seção Judiciária do Mato Grosso	9ª Vara da Seção Judiciária da Bahia
Marcelo Aguiar Machado	19ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal	1ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais
Marina de Mattos Salles	12ª Vara da Seção Judiciária de Goiás	1ª Vara da Subseção Judiciária de Juiz de Fora
Mei Lin Lopes Wu Bandeira	3ª Vara da Seção Judiciária de Roraima	16ª Vara da Seção Judiciária da Bahia
Murilo Mendes	2ª Vara da Seção Judiciária do Mato Grosso	3ª Vara da Seção Judiciária da Bahia
Natalia Floripes Diniz	26ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais	22ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais
Pablo Zuniga Dourado	Seção Judiciária do Distrito Federal	3ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão
Paulo Alkmin Costa Júnior	26ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais	28ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais
Paulo Cesar Lopes	Vara Única da Subseção Judiciária de Formosa	13ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal
Pedro Pereira Pimenta	15ª Vara da Seção Judiciária da Bahia	17ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais
Rodrigo Esperança Borba	2ª Vara da Subseção Judiciária de Divinópolis	25ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais
Rodrigo Pinheiro do Nascimento	1ª Vara da Seção Judiciária de Roraima	3ª Vara da Seção Judiciária do Piauí
Rodrigo Rigamonte Fonseca	26ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais	4ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais
Rosilene Maria Clemente de Souza Ferreira	25ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais	12ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais

**Quadro 79**  
Remoção de juiz federal substituto para outras regiões

Juiz federal substituto	Origem	Destino
Sérgio de Norões Milfont Júnior	7ª Vara da Seção Judiciária do Pará	5ª Região

**Quadro 80**  
Remoção de juiz federal substituto de outras regiões

Juiz federal substituto	Origem	Destino
João Miguel Coelho dos Anjos	3ª Região	1ª Vara da Subseção Judiciária de Montes Claros
Mara Lina Silva do Carmo	3ª Região	Vara Única da Subseção Judiciária de Eunápolis

**Quadro 81**  
Permuta de magistrados entre regiões

Juiz federal substituto	Origem	Destino
Gilton Batista Brito	18ª Vara da Seção Judiciária da Bahia	5ª Região
Andréa Márcia Vieira de Almeida	5ª Região	18ª Vara da Seção Judiciária da Bahia
Bernardo Lima Vasconcelos Carneiro	Vara Única da Subseção Judiciária de Anápolis	5ª Região
Eduardo de Melo G. Promoama	5ª Região	Vara Única da Subseção Judiciária de Anápolis
Leonardo Augusto Nunes Coutinho	5ª Vara da Seção Judiciária do Mato Grosso	5ª Região
Fábio Henrique Rodrigues de Moraes Fiorenza	5ª Região	5ª Vara da Seção Judiciária de Mato Grosso
Rodrigo Vasconcelos Coêlho de Araújo	2ª Vara da Seção Judiciária de Tocantins	5ª Região
Bruno César Bandeira Apolinário	5ª Região	2ª Vara da Seção Judiciária de Tocantins

**Quadro 82**  
**Promoção de magistrados na 1ª Região**

Magistrado	Cargo	Titularização
Mônica Sifuentes	Desembargador federal	Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Alexandre Buck Medrado Sampaio	Juiz federal	1ª Vara da Seção Judiciária do Pará
Aníbal Magalhães da Cruz Matos	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Araguaína
Cristiano Miranda de Santana	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Campo Formoso
Durval Carneiro Neto	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Juazeiro
Fábio Rogério França Souza	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Paulo Afonso
Fausto Mendanha Gonzaga	Juiz federal	5ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas
Iolete Maria Fialho de Oliveira	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Barreiras
João César Otoni de Matos	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Marabá
José Airton de Aguiar Portela	Juiz federal	4ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas
Leandro Saon da Conceição Bianco	Juiz federal	2ª Vara da Seção Judiciária de Roraima
Marcelo Rebello Pinheiro	Juiz federal	4ª Vara da Seção Judiciária de Rondônia
Mauro Rezende de Azevedo	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Diamantino
Nazareno César Moreira Rêis	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Picos
Neian Milhomem Cruz	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Bacabal
Régis de Souza Araújo	Juiz federal	1ª Vara da Seção Judiciária do Acre
Regivano Fiorindo	Juiz federal	5ª Vara da Seção Judiciária do Pará
Rodrigo de Godoy Mendes	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Guajará-Mirim
Ronaldo Santos de Oliveira	Juiz federal	8ª Vara da Seção Judiciária do Pará
Ruy Dias de Souza Filho	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Altamira
Sandra Lopes Santos de Carvalho	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Jequié
Ubirajara Teixeira	Juiz federal	6ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas
Warney Paulo Nery Araujo	Juiz federal	Vara Única da Subseção Judiciária de Ji-Paraná

## Nomeação para o Superior Tribunal de Justiça

A desembargadora federal Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues, membro do TRF 1ª Região, foi nomeada Ministra do Superior Tribunal de Justiça em julho de 2010.

## Designação especial de desembargador federal

O desembargador federal Leomar Amorim, membro do TRF 1ª Região, exerce o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça desde outubro de 2009.

## Vitalicciamento de juiz federal substituto

A Corte Especial Administrativa, na sessão de 28/10/2010, declarou apto ao vitalicciamento, a partir de 04/03/2011, o juiz federal substituto Paulo César Lopes.

## Aposentadorias

Não houve aposentadoria de magistrado no ano de 2010.

## Entrega de cópia da declaração de imposto de renda

Em 10/05/2010 iniciou-se o recebimento das declarações de imposto de renda dos magistrados pela internet como alternativa à cópia em papel. Em 2011, se concretizado o convênio entre o Tribunal de Contas da União e a Receita Federal, o recebimento se dará exclusivamente de forma eletrônica, consoante previsto na Portaria Presi/Cenag 263 de 08/07/2010.

**SARH TRF 1ª Região**

**Tela inicial dos Sistemas do TRF 1a. Região**

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária do Amapá

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª Região

DESENVOLVIMENTO

TRI65503 RAQUEL REGIS AZEVEDO DE CARVALHO 04/08/2006

Sistemas Oracle

ADMINISTRATIVO

SARH

SISTE

SISFRA

SICAM

CONSULTA FOLHA

PROCESSUAL

Sistemas Mumps

GERAL

SISTEMAS GERAIS

FOLHA

PRO SOCIAL

RH

MATERIAL

BIBLIOTECA

SECRETARIA

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**SARH TRF 1ª Região**

**Menu do SARH - Entrega de Declaração de Imposto de Renda**

SARH - SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS [SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS]

Menu de Serviços

Atas / Desembargadores/Juizes

Dados

Contas de Desembargador/Juiz

Declaração de Bens

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª Região

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS

**SARH**

MARCOS AUGUSTO DE SOUSA 12/08/2010

Sistemas Oracle

ADMINISTRATIVO

SARH

SISTE

SISFRA

SIBIC

OUTUBRERIA

SICAM

SISTE

PRO SOCIAL

CONSULTA FOLHA

PROCESSUAL

JURIS

PRECATÓRIO

Sistemas Mumps

GERAL

SISTEMAS GERAIS

Quadro de Avisos

SECRETARIA

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

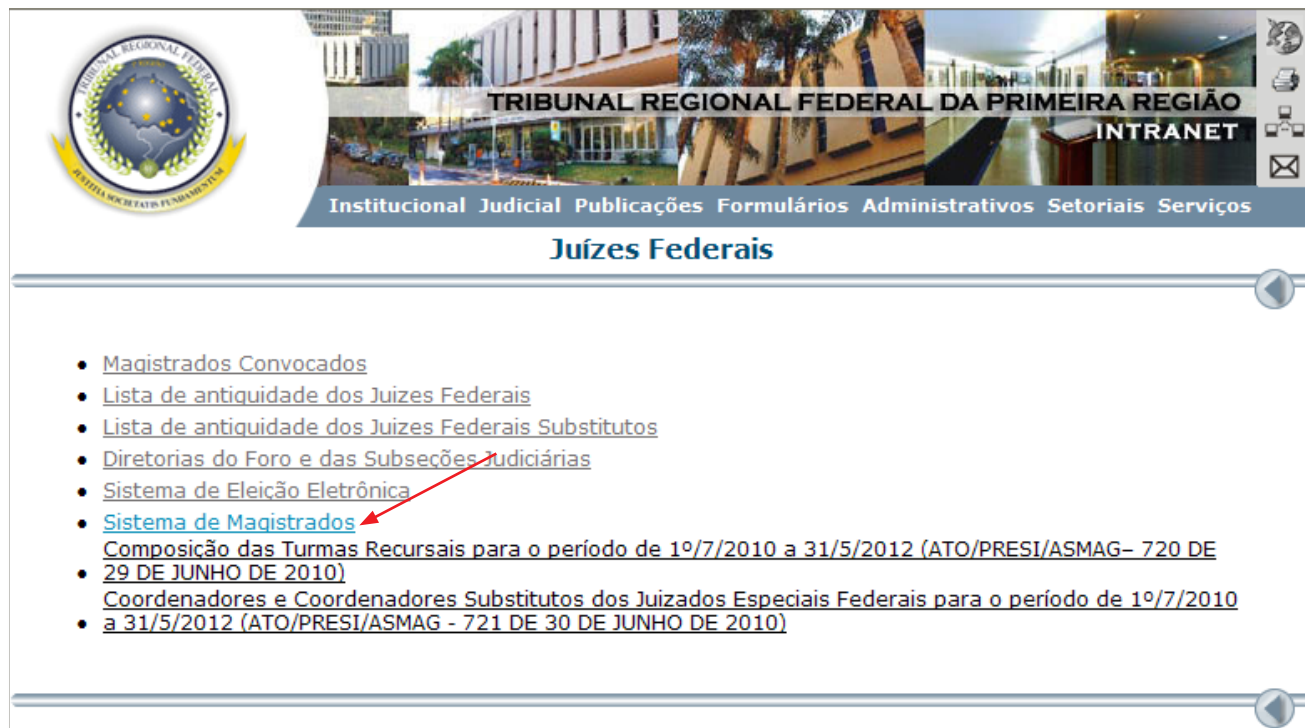
## Sistema de marcação/alteração de férias

No segundo semestre de 2010 foi implantado o sistema que permite a marcação das férias pelos próprios magistrados via internet, bem como sua aprovação pelos diretores do foro ou pelo corregedor regional, em se tratando da escala semestral, também de forma eletrônica, com o envio de e-mail automático a cada marcação/alteração/interrupção e deferimento. Até então, os magistrados encaminhavam o pedido de marcação/alteração/interrupção de férias por ofício e a Asmag fazia todos os lançamentos no sistema.

A implantação do sistema de marcação/alteração de férias dos magistrados foi motivada principalmente pela publicação da Portaria Conjunta/Presi/Coger/Cenag 278 de 19/07/2010, que delegou competência aos diretores de foro para alteração da escala de férias e concessão de pedidos de licenças e afastamentos não discricionários e inferiores a trinta dias de juízes federais titulares e substitutos da 1ª Região.

Em 2010, a periodicidade da escala de férias dos magistrados foi alterada de anual para semestral com a redação dada ao Regimento Interno do TRF 1ª Região pela Emenda Regimental 7, de 27/08/2010, ao estabelecer que, na Justiça Federal da 1ª Região, as férias dos magistrados são organizadas em escalas semestrais, que serão submetidas à aprovação do Corregedor Regional após prévia análise do diretor do Foro (*RITRF – 1ª Região*, art. 174, § 1º, c/c art. 23, XIII). Dessa forma, a primeira escala de férias do ano compreende o período de janeiro a junho, enquanto a segunda, de julho a dezembro.

A marcação e a alteração de férias encontram-se disponíveis aos magistrados na página do Tribunal na internet na rotina “Juízes Federais – Sistema de Magistrados – Módulo de Férias”. A Asmag acompanha a marcação por meio do Sistema de Recursos Humanos – SARH.



**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
**INTRANET**

Institucional Judicial Publicações Formulários Administrativos Setoriais Serviços

### Juízes Federais

- [Magistrados Convocados](#)
- [Lista de antiguidade dos Juizes Federais](#)
- [Lista de antiguidade dos Juizes Federais Substitutos](#)
- [Diretorias do Foro e das Subseções Judiciárias](#)
- [Sistema de Eleição Eletrônica](#)
- [Sistema de Magistrados](#)
- [Composição das Turmas Recursais para o período de 1º/7/2010 a 31/5/2012 \(ATO/PRESI/ASMAG- 720 DE 29 DE JUNHO DE 2010\)](#)
- [Coordenadores e Coordenadores Substitutos dos Juizados Especiais Federais para o período de 1º/7/2010 a 31/5/2012 \(ATO/PRESI/ASMAG - 721 DE 30 DE JUNHO DE 2010\)](#)

Remoção dos Magistrados

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
Usuário: 3076 - JOSUELTO DE SOUZA BRITTO

Sistema de Magistrados

Módulo de Férias de Magistrados

Selecione uma Opção no menu ao lado

- Férias - Menu
  - Marcação/Alteração
  - Sistema - Marcação/Alteração de Férias
  - Sair do Sistema

SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS - [RHFJFR0050 - Férias de Desembargadores Federais e Juizes]

Organização Menu do Servidor Desembargadores e Juizes Cadastros Básicos - Magistratura Relatórios - Magistratura Menu - Desembargadores/Juizes Apoio Administrativo Manutenção Janela

Desembargadores e Juizes

Matrícula: JU 140 Nome: MANOEL JOSÉ FERREIRA NUNES

Férias

Exercício: Abono Adiantamento Observação

Exercício	Abono	Adiantamento	Observação
	Dt. Início	Dt. Fin	
2006			Natal NÃO
2005			Natal NÃO

Períodos da Escala de Férias

Cód.	Início	Fim	No. dias	Ocorrência	Nº dias goz.	Adt. Férias	Motivo da Alteração	Per. Folha
1	04/07/2005	02/08/2005	30	ADIADA		Não		0
3	03/10/2006	01/11/2006	30	GOZADA		Não		1

Alterações

Períodos Alterados				Novos Períodos								
Cód.	Início	Fim		Cód.	Início	Fim	Nº dias	Ocorrência	Nº dias goz.	Adt. Férias	Mot. Alteração	Per. Folha
1º PERÍC	04/07/2005	02/08/2005		2	03/10/2005	01/11/2005	30	GOZADA		Não		1

SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS - [RHFJFR0050 - Férias de Desembargadores Federais e Juizes]

Organização Menu do Servidor Desembargadores e Juizes Cadastros Básicos - Magistratura Relatórios - Magistratura Menu - Desembargadores/Juizes Apoio Administrativo Manutenção Janela

Desembargadores e Juizes

Matrícula: JU 140 Nome: MANOEL JOSÉ FERREIRA NUNES

Férias

Exercício: Abono Adiantamento Observação

Exercício	Abono	Adiantamento	Observação
	Dt. Início	Dt. Fin	
2006			Natal NÃO
2005			Natal NÃO

Períodos da Escala de Férias

Cód.	Início	Fim	No. dias	Ocorrência	Nº dias goz.	Adt. Férias	Motivo da Alteração	Per. Folha
1	04/07/2005	02/08/2005	30	ADIADA		Não		0
3	03/10/2006	01/11/2006	30	GOZADA		Não		1

Alterações

Períodos Alterados				Novos Períodos								
Cód.	Início	Fim		Cód.	Início	Fim	Nº dias	Ocorrência	Nº dias goz.	Adt. Férias	Mot. Alteração	Per. Folha
1º PERÍC	04/07/2005	02/08/2005		2	03/10/2005	01/11/2005	30	GOZADA		Não		1

---

# COREJ

Coordenadoria de Execução Judicial

---

A Coordenadoria de Execução Judicial – Corej é responsável pelas atividades relativas às requisições de pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas (União, estados, municípios e respectivas autarquias e fundações públicas) decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, tanto pela via do precatório (art. 100 da Constituição Federal) como pela via da requisição de pequeno valor – RPV (Lei 10.259/2001).

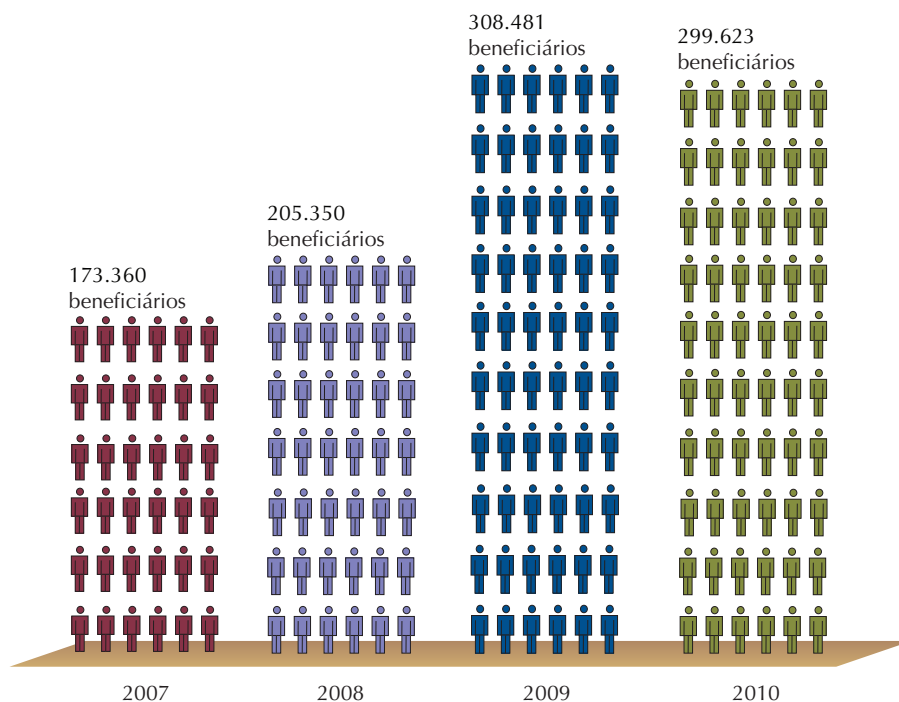
A função precípua da Corej é a conclusão da prestação jurisdicional, principalmente àqueles que buscam os Juizados Especiais Federais, cujo objetivo final é receber da Fazenda Pública o que lhes foi garantido por decisão judicial transitada em julgado. A essência de seu trabalho consiste em processar todas as requisições de pagamento, obedecendo à ordem de apresentação no Tribunal, e o seu objetivo primordial é assegurar aos beneficiários de todas as requisições que dão entrada no Tribunal o recebimento de seus créditos dentro do prazo legal.

Também é atribuição da Corej prestar informações aos desembargadores e juízes federais convocados e elaborar pareceres e planilhas de cálculos em processos judiciais de diversas modalidades e graus de dificuldade.

### Requisições de pagamento

Foram processados e pagos 24.807 precatórios e 220.767 requisições de pequeno valor – RPVs, de responsabilidade da União, estados, municípios e respectivas entidades. Esses pagamentos contemplaram 299.623 beneficiários diretos, dos quais 259.208 receberam seus créditos por meio de RPVs e 40.415, por precatórios. Todas as requisições foram processadas e pagas com a identificação nominal e com a indicação do respectivo CPF/CNPJ de cada beneficiário, em obediência aos ditames da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000 e das Resoluções 55/2009 e 122/2010 do Conselho da Justiça Federal.

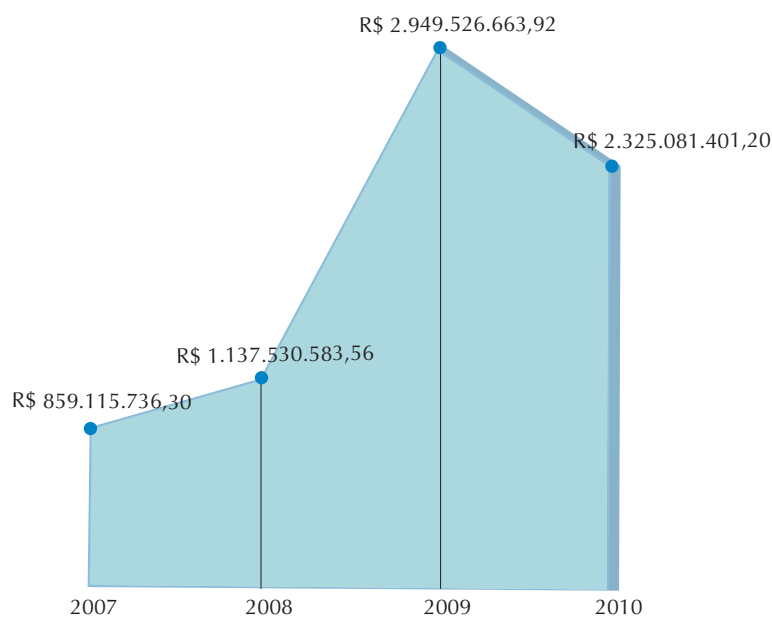
**Gráfico 16**  
Beneficiários de RPVs e precatórios



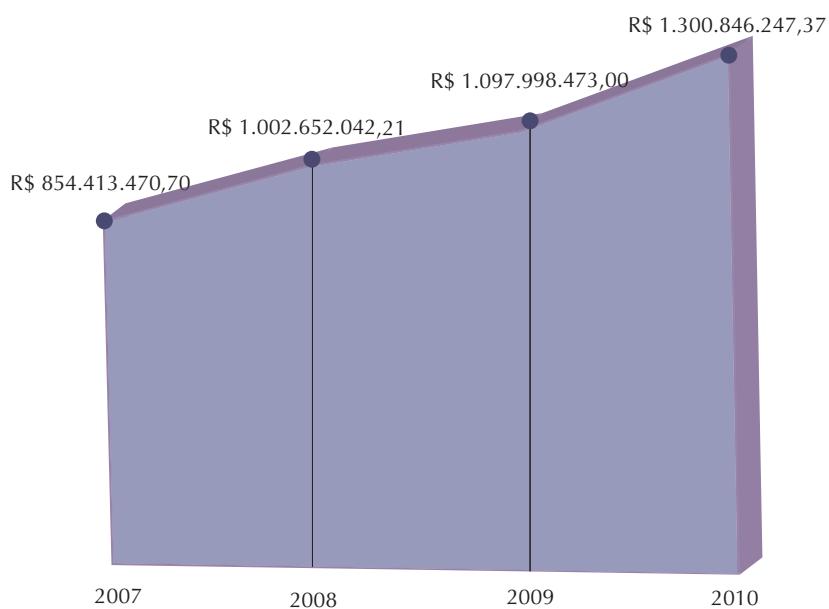


Para a realização do pagamento dessas requisições, foi executada, no período, a importância de R\$ 3.625.927.648,57. Desse total foram gastos R\$ 2.325.081.401,20 para pagamento de precatórios e R\$ 1.300.846.247,37 para requisições de pequeno valor.

**Gráfico 17**  
**Pagamento de precatórios**



**Gráfico 18**  
**Pagamento de RPVs**



**Quadro 83**  
**Processamentos e pagamentos**

<b>Precatórios e RPVs pagos</b>	<b>Processos</b>	<b>Beneficiários</b>	<b>Total depositado</b>
Precatórios não alimentares da União de 2001 – 10ª parcela	57	82	107.413.203,24
Precatórios não alimentares da União de 2002 – 9ª parcela	45	65	18.919.828,53
Precatórios não alimentares da União de 2003 – 8ª parcela	42	52	26.046.415,83
Precatórios não alimentares da União de 2004 – 7ª parcela	56	81	125.770.164,75
Precatórios não alimentares da União de 2005 – 6ª parcela	73	99	47.577.718,59
Precatórios não alimentares da União de 2006 – 5ª parcela	82	124	17.224.072,99
Precatórios não alimentares da União de 2007 – 4ª parcela	105	179	64.630.213,18
Precatórios não alimentares da União de 2008 – 3ª parcela	148	193	9.227.925,48
Precatórios não alimentares da União de 2009 – 2ª parcela	272	437	30.212.294,37
Precatórios não alimentares da União de 2010 – 1ª parcela	1.138	1470	137.573.204,59
Precatórios alimentares da União de 2010	11.513	23.085	1.135.377.977,92
Precatórios não alimentares de entidades de 2001 – 10ª parcela	14	27	7.485.324,38
Precatórios não alimentares de entidades de 2002 – 9ª parcela	17	23	14.446.507,13
Precatórios não alimentares de entidades de 2003 – 8ª parcela	12	16	3.261.465,84
Precatórios não alimentares de entidades de 2004 – 7ª parcela	43	54	3.966.254,75
Precatórios não alimentares de entidades de 2005 – 6ª parcela	43	66	5.766.094,28
Precatórios não alimentares de entidades de 2006 – 5ª parcela	69	99	9.139.757,94
Precatórios não alimentares de entidades de 2007 – 4ª parcela	73	102	6.034.283,55
Precatórios não alimentares de entidades de 2008 – 3ª parcela	89	118	55.767.753,05
Precatórios não alimentares de entidades de 2009 – 2ª parcela	118	166	5.689.928,37
Precatórios não alimentares de entidades de 2010 – 1ª parcela	486	614	23.311.642,83
Precatórios alimentares de entidades de 2010	10.307	13.249	468.686.782,56
Precatórios extraorçamentários (pagamento fora do Siafi)	5	14	1.552.587,05
RPVs (Lei 10.259/2001) atuadas em 2010	220.767	259.208	1.300.846.247,37
<b>Total</b>	<b>245.574</b>	<b>299.623</b>	<b>3.625.927.648,57</b>

**Quadro 84**  
**Precatórios/RPVs que aguardam pagamento**

<b>Precatórios aguardando pagamento em 2011</b>	<b>Processos</b>	<b>Beneficiários</b>
Precatórios não alimentares da União de 2002 – 10ª parcela	38	55
Precatórios não alimentares da União de 2003 – 9ª parcela	33	42
Precatórios não alimentares da União de 2004 – 8ª parcela	49	66
Precatórios não alimentares da União de 2005 – 7ª parcela	61	84
Precatórios não alimentares da União de 2006 – 6ª parcela	69	106
Precatórios não alimentares da União de 2007 – 5ª parcela	83	140
Precatórios não alimentares da União de 2008 – 4ª parcela	91	119
Precatórios não alimentares da União de 2009 – 3ª parcela	179	249
Precatórios não alimentares da União de 2010 – 2ª parcela	371	412
Precatórios não alimentares da União de 2011 – 1ª parcela	709	820
Precatórios alimentares da União de 2011	11.313	19.905
Precatórios não alimentares de entidades de 2002 – 10ª parcela	15	19
Precatórios não alimentares de entidades de 2003 – 9ª parcela	9	11
Precatórios não alimentares de entidades de 2004 – 8ª parcela	27	35
Precatórios não alimentares de entidades de 2005 – 7ª parcela	34	54
Precatórios não alimentares de entidades de 2006 – 6ª parcela	55	83
Precatórios não alimentares de entidades de 2007 – 5ª parcela	50	68
Precatórios não alimentares de entidades de 2008 – 4ª parcela	64	84
Precatórios não alimentares de entidades de 2009 – 3ª parcela	76	102
Precatórios não alimentares de entidades de 2010 – 2ª parcela	160	175
Precatórios não alimentares de entidades de 2011 – 1ª parcela	338	349
Precatórios alimentares de entidades de 2011	8.575	10.119
Precatórios extraorçamentários (pagamento fora do Siafi)	150	170
<b>Total</b>	<b>22.549</b>	<b>33.267</b>

**Quadro 85**  
**Outras atividades**

<b>Outras atividades desempenhadas</b>	<b>Quantidade</b>
Ofícios expedidos – Direp (2.426), Presi (91) e GAB (1.475)	3.992
Ofícios virtuais	463.075
Despachos publicados	74
Memorandos expedidos	66
Elaboração de cálculos em processos judiciais	322
Correspondências eletrônicas enviadas	2.300
<b>Total</b>	<b>469.829</b>

---

# COJUD

Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação

---

A Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação – Cojud é responsável pela publicidade da jurisprudência produzida pelo Tribunal, pela preservação documental, pela manutenção do acervo bibliotecário e pelo apoio às comissões regimentais.

## Apoio ao Gabinete da Revista

A *Revista do Tribunal*, criada inicialmente com o objetivo de divulgar a jurisprudência da Corte (art. 378, III, do Regimento Interno), publica também outras matérias de interesse de seu público (magistrados, advogados, corpo funcional e jurisdicionado), como: decisões dos diversos órgãos do Tribunal, das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais e da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, inovações legislativas de interesse geral e artigos especializados e entrevistas que refletem a produção intelectual do meio jurídico.

### Atividades desenvolvidas

- elaboração e confecção de 11 edições da *Revista*, com tiragem reduzida de 1.300 para 850 exemplares e veiculação na intranet/internet;
- modificações no leiaute da *Revista*, proporcionando visualização mais leve e agradável;
- elaboração de cartazes com o anúncio de assuntos a serem veiculados na *Revista*, afixados em locais de grande circulação, e tiragem mensal de 240 exemplares;
- elaboração do *Índice Geral da Revista*, referente às 11 edições de 2010, com tiragem de 600 exemplares e veiculação na intranet/internet;
- padronização e revisão do *Boletim Informativo de Jurisprudência* e publicação na internet/intranet, com periodicidade alterada a partir de maio, passando de decendial para semanal, em um total de 36 edições (do n. 87 ao n. 122);

- padronização e revisão do *Ementário de Jurisprudência* e publicação na intranet/internet, totalizando 38 edições (do n. 738 ao n. 775), com periodicidade mensal;
- seleção de cerca de 350 acórdãos para envio ao Repositório Oficial de Jurisprudência.

## Biblioteca e Acervo Documental

### Atividades desenvolvidas

- realização de inventário em julho, detectando o extravio de apenas 5 livros, equivalente a 0,02% do acervo;
- lançamento do livro *Resgate Histórico da Justiça Federal: 1890-1937*, apresentado ao presidente pela Comissão de Resgate da Memória da Justiça Federal na Primeira Fase em cerimônia no dia 30 de março;
- integração do sistema *Pergamum* com o Sicam (sistema de patrimônio da Dimap/Secad);
- elaboração de glossário sobre planejamento estratégico para a Comissão Regional de Planejamento Estratégico – Planej;
- comemoração dos 21 anos da Biblioteca com a recolocação da placa Min. Adhemar Maciel;
- instalação de videoconferência para maior integração com as bibliotecas das seções judiciárias;
- primeira reunião por videoconferência com as bibliotecas das seccionais, para tratar da rede *Pergamum*, no dia 23 de junho;
- participação nas videoconferências do Planej;
- participação no 1º Encontro presencial das bibliotecárias da rede de bibliotecas da Justiça Federal no dia 16 de setembro;
- organização dos livros do gabinete do desembargador federal Daniel Paes Ribeiro;

- revisão e atualização do índice remissivo do *Regimento Interno do TRF*;
- elaboração de fôlder para as bibliotecas do Tribunal e seccionais sobre a conservação e restauração de livros, em comemoração da Semana do Livro, em outubro;
- gerenciamento diário da rede de bibliotecas da Justiça Federal da 1ª Região, atendendo às solicitações das bibliotecas, para identificação de problemas e soluções relacionadas ao módulo *parâmetros do sistema e apresentação*;
- orientação às bibliotecas da Justiça Federal da 1ª Região quanto ao uso e funcionalidade do sistema;
- conclusão dos estudos para aproveitamento dos dados do *Pergamum* no Sicam (Sistema de Patrimônio da Dimap/Secad);
- orientação na coleta de dados para o inventário, alimentação do sistema com os dados coletados, depuração dos dados e emissão de relatório;
- atualização do sistema *Pergamum* para versão 7.4.5;
- abertura e acompanhamento de 68 atendimentos na rede *Pergamum*, para correção de problemas, orientação e implementação do sistema;
- inclusão de 1.065 exemplares de periódicos;
- levantamento e separação de 34 títulos de livros para encadernação;
- encaminhamento para encadernação do *Diário da Justiça*, Seção 2, para guarda pela Biblioteca;
- renovação da assinatura de 72 títulos (R\$ 58.606,40);
- aquisição de 2.941 títulos de livros nacionais para a Biblioteca (R\$ 178.122,91), 399 para os gabinetes (R\$ 44.604,05) e 136 para as unidades administrativas (R\$ 13.305,50), totalizando R\$ 236.032,46;
- aquisição de 846 livros para atender às necessidades das bibliotecas das seções judiciárias (R\$ 64.448,70);
- solicitação de ISBN para publicações do Tribunal;
- organização da Biblioteca da Esmaf;
- elaboração de orientações técnicas de catalogação da rede de bibliotecas da Justiça Federal da 1ª Região e disponibilização na intranet;
- correção e padronização da classificação das obras do acervo, visando melhor recuperação nas pesquisas. Corrigidas as seguintes áreas: pregão, direito empresarial, assédio moral no trabalho, assédio sexual, dano moral, ação afirmativa, informática jurídica, separação extrajudicial e coleção do Nelson Hungria;
- confecção de 9 fichas catalográficas para publicações do Tribunal;
- inclusão de 2.071 exemplares de livros, sendo 1.882 novos registros, 54 materiais especiais e 678 artigos de periódicos da *Revista do TRF 1ª Região*;
- revisão dos artigos publicados na *Revista do TRF*, digitalização e disponibilização do inteiro teor de 72 artigos não disponíveis na base;
- alimentação das pastas de concursos e editais;
- cadastramento de 51 artigos, monografias, teses e dissertações dos magistrados e servidores para compor a produção intelectual do TRF;
- análise diária de 767 *Diários Oficiais*, 100 *Diários da Justiça* e 233 *Diários da Justiça Federal da Primeira Região – e-DJF1*;
- análise de 200 *Boletins de Serviço*;
- elaboração e publicação de 39 *Alertas Dibib*;
- seleção e formatação de 39 matérias para o *Aler-ta em Destaque*;
- inclusão de 418 normas no sistema;

- identificação de 13 leis com alterações do Código Civil, Código de Processo Civil, Código de Processo Penal, Código Penal, Código de Trânsito e CLT para os gabinetes.

**Quadro 86**  
**Atendimento ao usuário da Biblioteca**

Serviços	Quantidade
Consultas	472
Pesquisas	476
Circulação (empréstimo/devolução) de obras internamente	6.561
Empréstimos interbibliotecários solicitados	49
Empréstimos interbibliotecários fornecidos	51
Frequência de usuários	5.500

## Arquivo e Memória Institucional

### Atividades desenvolvidas

- andamento a seis processos administrativos relacionados às aquisições dos equipamentos do Memorial;
- substituição de 1.470 caixas-arquivo defeituosas;
- análise das condições físicas dos arquivos administrativo e judicial, em que se detectou necessidade de ampliação do espaço para o adequado armazenamento de documentos e processos;
- elaboração de projetos para modernização dos arquivos e transferência da Seção de Arquivo Administrativo – SearD/Diami para o prédio da Base Operacional do Tribunal;
- participação de cinco seções judiciárias no descarte de processos judiciais (AP, MT, MG, PI e RO) e de dez no descarte de documentos e processos

administrativos (AC, AP, AM, BA, DF, MT, PA, PI, RO, TO);

- realização de estudo sobre as dificuldades existentes no sistema processual das seções judiciárias para efetivação da gestão documental judicial e abertura de processo administrativo e solicitação de permissão à Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 1ª Região – Coger para efetivação das alterações necessárias;

**Quadro 87**  
**Documentos arquivados**

Espécie/tipo/classe	Quantidade
Processos judiciais	3.329
RPVs	42.320
Precatórios	23.389
<b>Total</b>	<b>69.038</b>

- análise, no descarte judicial do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, de 725 ações rescisórias e 428 mandados de segurança, com a eliminação de 641 ações rescisórias e 255 mandados de segurança;
- desarquivamento de 656 processos judiciais e rearquivamento de 592, totalizando uma movimentação de 1.248 processos;
- solicitação de 122 processos judiciais e devolução de 112, gerando uma movimentação total de 244 autos;
- higienização de 3.401 processos, sendo 1.749 de guarda permanente e 1.652 não permanentes;
- revitalização e inauguração, em abril, do Memorial Mauro Leite Soares. O local abriga cinco expositores, quatro telas de computadores *touch screen* de 22" e duas de 52", para exposição da memória oral dos desembargadores, da linha do tempo com a história do Tribunal e julgamentos históricos. O Tribunal possui agora um centro de referência moderno, que conta a história não só

da Corte e de seus desembargadores mas também das seções judiciárias;

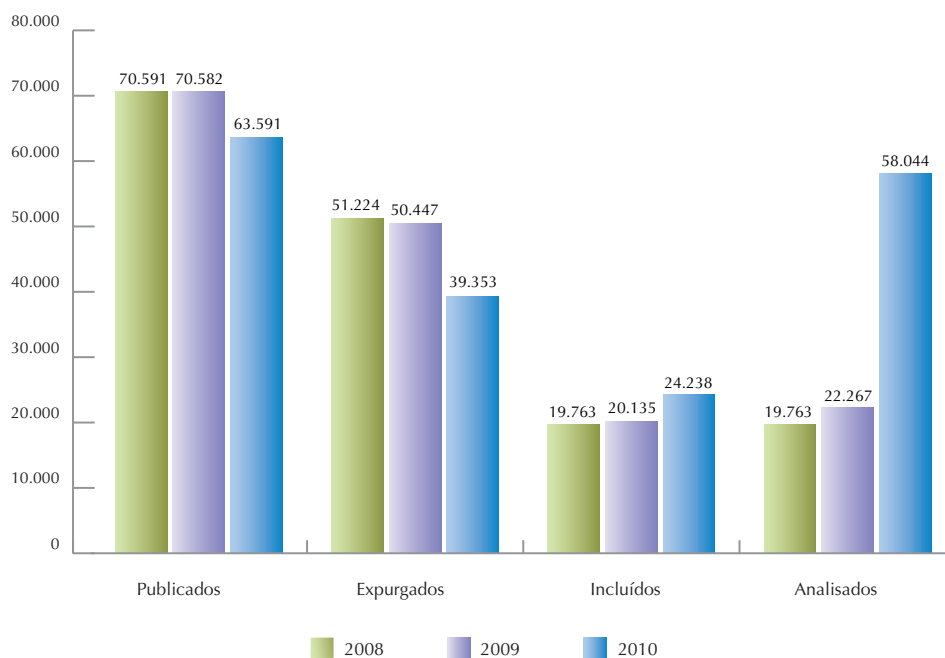
- correção de 566 arquivos solicitada pela Cojud e por usuários internos e externos;
- atendimento de 1.540 julgados, sendo 132 presenciais, 1.405 por *e-mail* e 3 por correio;
- 6.572 cópias reprográficas simples de partes de processos fornecidas ao usuário (R\$ 1.971,60);
- 33 cópias reprográficas de partes de processos autenticadas fornecidas ao usuário (R\$ 19,80);
- realização do primeiro inventário de processos, em que se detectou 383 falhas, já tendo sido sanadas 238;
- descarte de 154 processos administrativos referentes aos anos de 1991 a 1995;
- arquivamento de 4.746 processos administrativos em 584 caixas e desarquivamento de 7.405;
- arquivamento de 101 caixas-arquivo de documentos avulsos e desarquivamento de 12 caixas-arquivo.

## Jurisprudência

### Atividades desenvolvidas

- elaboração de 34 *Boletins Informativos de Jurisprudência*. A publicação deixou de ser decenal e passou a ser semanal;
- elaboração de 35 *Ementários de Jurisprudência*;
- atualização, em conjunto com a Informática, do programa Acórdãos, para consistência das informações inseridas, agilizando a inserção das ementas na base de jurisprudência;
- 87 pesquisas de solicitações internas por telefone;
- 412 pesquisas solicitadas via *e-mail*;
- atualização de 3 enunciados de súmulas vinculantes do STF;
- atualização de 55 enunciados de súmulas do STJ;
- atualização da base de dados de arguição de inconstitucionalidade, com 3 novas arguições.

**Gráfico 19**  
**Acórdãos processados**





## Apoio a Comissões Regimentais

A Seção de Apoio a Comissões Regimentais tem como principal atividade prestar suporte técnico e administrativo às Comissões Regimentais, com ênfase na Comissão de Concurso. A Seção deu continuidade à execução do XIII Concurso Público para Juiz Federal Substituto da 1ª Região, com a realização, nos dias 9 e 10 de janeiro, da segunda prova escrita, que corresponde a duas sentenças (cível e penal).

Foram realizadas as atividades para a segunda etapa do concurso: recebimento e organização das provas enviadas pelo Cespe/UnB; preparação de informações para divulgação no *site* do Tribunal; expedição de memorandos e ofícios; correção de editais e divulgação no *Diário Oficial* e participação em reuniões e elaborações de atas.

Publicado o edital com o resultado das provas escritas, os candidatos foram convocados para a realização da terceira etapa do concurso, que corresponde à inscrição definitiva; aos exames de

sanidade física e mental e psicotécnico e à sindicância da vida pregressa e investigação social.

Para realização dessa etapa, foram confeccionados e atualizados todos os formulários que constam do Sistema de Concurso para Juiz Federal Substituto – Conjufes, que tem como objetivo principal emitir relatórios, com dados inseridos periodicamente, de todas as fases e tarefas do concurso, atualizar e confeccionar novas capas de processo para realização do certame.

Foram convocados 71 candidatos, dos quais 62 efetivaram suas inscrições definitivas no período de 4 a 25 de novembro, tendo sido analisados e conferidos 13 diferentes documentos e títulos de cada candidato inscrito.

Além do trabalho realizado com a Comissão de Concurso, a Cojud secretariou reunião instituída pela Comissão de Promoção, para apreciação de processo administrativo que trata de vitaliciamento, bem como de processo administrativo que abre 22 vagas para promoção na 1ª Região.

---

# CENAG

Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional

---

O Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional – Cenag é unidade em nível de Secretaria, composto de três divisões, que, além de suas atividades executivas, tem por finalidade prestar assessoramento técnico à Administração e às unidades do Tribunal.

No ano de 2010, o Cenag prestou apoio técnico à Presidência, à Diretoria-Geral e a diversas unidades da Secretaria do Tribunal; realizou a produção editorial das publicações e os serviços gráficos em geral; acompanhou as Metas do Conselho Nacional de Justiça; geriu o sistema normativo do Tribunal e foi responsável pelo desenvolvimento de estudos e projetos voltados à qualidade dos serviços prestados pelo Tribunal.

### Apoio à instalação das varas federais criadas pela Lei 12.011/2009

- Realização de estudos e elaboração de instrumentos normativos para organização, estruturação e implantação das varas (Resoluções Presi/Cenag 14, 22 e 24 de 2010 e portarias de inauguração das varas e subseções judiciárias.
- Realização de estudos e elaboração de proposta, em conformidade com as sugestões apresentadas pelas seccionais, para redefinição das jurisdições das novas subseções judiciárias.

### Apoio à criação de Turmas Suplementares – mutirão “Judiciário em dia”

- Desenvolvimento de estudos com vistas à operacionalização e infraestrutura das Turmas Suplementares.
- Emissão e gestão de todos os documentos normativos — resoluções e portarias — do Projeto mutirão.
- Emissão de expedientes e comunicados diversos relativos ao assunto.

- Criação e alimentação de *banner* na intranet e internet, contendo as informações sobre o projeto para divulgação e para orientar os públicos interno e externo.
- Elaboração, em conjunto com as coordenadorias de turmas da 1ª, 3ª e 4ª Sessões, de cronogramas de pautas de julgamento das sessões das Turmas Suplementares.
- Participação em reuniões de avaliação e acompanhamento do projeto.

### Assessoramento técnico à Comissão de Regimento Interno

- Consolidação de propostas da Diretoria-Geral, da Presidência e da Comissão de Regimento, bem como das propostas juntadas aos autos dos Processos Administrativos 8.339/2009; 8.461/2009; 8.811/2009; 1.430/2010 e 1.455/2010.
- Encaminhamento de versões preliminares aos desembargadores federais com solicitação de propostas.
- Ajustes dos textos propostos.
- Revisão gramatical e de conteúdo.
- Elaboração de índices sistemático e alfabético-remissivo (este último com o apoio da Divisão de Biblioteca).
- Disponibilização de versão eletrônica na página do Tribunal.
- Desenvolvimento de projeto gráfico, arte da capa, editoração, impressão e distribuição dos exemplares impressos.

### Desenvolvimento de estudos técnicos para estruturação das Turmas Recursais

Em outubro de 2010, o Cenag desenvolveu estudos para auxiliar o CJF na realização de anteprojeto de lei destinado à criação de cargos de juiz federal para estruturação das Turmas Recursais dos

Juizados Especiais Federais. Na proposta, embasada no volume de feitos distribuídos e em tramitação e ainda em projeções após a conclusão da instalação das varas criadas pela Lei 12.011/2009, demonstrou-se que a 1ª Região necessitava do acréscimo de 17 Turmas Recursais, passando das atuais 16 para 33, e da criação de 99 cargos de juiz federal. Salientou-se a necessidade de criação de quadro de cargos efetivos de servidores para as secretarias únicas das Turmas Recursais, unidades que prestam assessoramento jurídico e apoio cartorário aos relatores.

A despeito dos estudos realizados, a minuta de proposta encaminhada pelo CJF destinava à 1ª Região cargos de juízes suficientes tão somente à estruturação de 20 Turmas Recursais, ou seja, um incremento de apenas 4 turmas e a criação de 60 cargos de juiz federal.

Considerando que a proposta encaminhada não atendia às necessidades da 1ª Região, mais uma vez o Cenag, sob a orientação da Diges e da Presidência, desenvolveu minucioso estudo, que resultou na apresentação de contraproposta ao anteprojeto de lei, solicitando a ampliação da quantidade de Turmas Recursais de 20 para 25, com 75 cargos de juiz federal para a 1ª Região (Ofício Presi/Cenag 2.290/2010).

O pleito foi atendido pelo colegiado do CJF, que aprovou, no dia 25 de novembro, o texto do anteprojeto de lei para encaminhamento ao STJ e posteriormente ao Congresso Nacional, para a criação de 225 cargos de juiz federal e de 75 Turmas Recursais para toda a Justiça Federal.

### **Projeto de ampliação da composição do Tribunal para 57 membros**

Decorridas mais de duas décadas de sua instalação, o TRF 1ª Região teve demanda de processos desproporcional à sua possibilidade de julgamento. A evolução dos quadros de magistrados e de servidores foi incompatível com o crescimento das necessidades, gerando acúmulo de trabalho

nos setores e comprometendo a qualidade dos serviços.

Em 1989, ano da instalação desta Corte, a composição era de 18 membros, e o Tribunal recebeu em distribuição 18.437 feitos. Em 2009, o número de feitos distribuídos alcançou o total de 127.873, que representa um aumento de demanda vertiginoso, da ordem de 593%, ao passo que a ampliação da composição deu-se uma única vez, no ano de 2000, para 27 membros.

Como a gravidade da situação exige medida concreta e duradoura, que somente poderá ser alcançada com nova ampliação da composição desta Corte, foram desenvolvidos estudos que resultaram na proposta de ampliação da composição do Tribunal para 57 membros, com os proporcionais acréscimos nos quadros de pessoal da área judiciária.

Se acatada, a proposta — encaminhada ao CJF em novembro de 2010, por meio do ofício Presi/Cenag 2.296 — permitirá a redistribuição das matérias entre os colegiados de forma mais equilibrada e possibilitará sua apreciação em prazos satisfatórios. Será, também, uma medida indispensável para fazer frente à nova demanda que surgirá com a instalação das 94 varas recém-criadas na 1ª Região pela Lei 12.011/2009.

### **Projetos de ampliação dos quadros de pessoal e de cargos em comissão do Tribunal e das seccionais**

O CJF solicitou, por meio do Ofício 2010010577/CG, de 25/02/2010, o redimensionamento da proposta de ampliação do quadro de pessoal da 1ª Região, desenvolvida pelo Cenag em 2009, para que fosse adaptada aos parâmetros adotados pela 5ª Região, conforme decisão proferida nos autos do Processo 2009.161306. Tal adaptação implicaria em drástica redução do quantitativo de pessoal previsto para a área meio do Tribunal.

Coube ao Cenag preparar estudo para justificar a proposta original, demonstrando que, de fato,

a 1ª e a 5ª Regiões possuem deficiências e necessidades semelhantes em relação à carência de varas, magistrados, servidores e instalações, bem como quanto ao baixo grau de interiorização, mas, por se tratar de regiões de dimensões distintas, não se podem comparar suas propostas em números absolutos, quando há fatores técnicos e objetivos a ser observados.

Dessa forma, o estudo apresentou argumentos, dados e informações, para que o CJF reconsiderasse a proposta encaminhada e analisasse os números apresentados pelos TRFs em termos relativos, a fim de evitar que a 1ª Região fosse penalizada por suas dimensões continentais, uma vez que, à primeira leitura, qualquer proposta apresentada, por mais criteriosa que seja, muitas vezes até aquém da situação ideal, tende a ser considerada elevada, se comparada, em termos absolutos, a propostas de outras regiões.

Acolhidos os argumentos, o CJF solicitou, no mês de maio (Ofício 2010020190/CG de 24/05/2010), a especialização dos cargos efetivos a serem criados, conforme a proposta enviada, como também a necessidade de criação de cargos em comissão para a área meio do Tribunal e das seccionais, com as devidas justificativas. A complementação do estudo, com a especialização dos cargos, foi preparada pelo Cenag e encaminhada ao CJF por meio do Ofício Presi/Cenag 215, de 08/06/2010.

## Planejamento estratégico

O planejamento estratégico da 1ª Região, iniciado em 2007 com o Programa de Metas – Biênio 2007-2008, passou a ser desenvolvido, desde 2009, em consonância com o Planejamento e a Gestão Estratégica definidos pelo CNJ (Resolução CNJ 70/2009) para todo o Poder Judiciário brasileiro, bem como de acordo com as diretrizes estabelecidas no Plano e Mapa Estratégicos definidos pelo CJF (Resolução CJF 69/2009) para a Justiça Federal.

Nessa linha de ação, o Cenag desenvolveu as seguintes atividades:

- elaboração de metodologia de priorização de projetos das seções judiciárias da 1ª Região e do portfólio desses projetos (atividade conjunta com a Secor);
- videoconferências semanais com as seccionais;
- participação no julgamento de trabalhos para a X Mostra de Trabalhos do Poder Judiciário;
- criação do Fórum de Discussão, ferramenta idealizada com o apoio da Semad/GO para troca de informações e boas práticas acerca dos projetos em execução.

Para 2011, está prevista a implantação do Escritório de Projetos Estratégicos da 1ª Região.

## Assessoria em gestão e planejamento estratégico

O Cenag tem como atribuição promover o acompanhamento de metas relativas às atividades de gestão e planejamento estratégico do Poder Judiciário internamente e junto ao CJF e CNJ.

Em 2010, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- participação no Comitê de pesquisas da Justiça Federal;
- “Justiça em números” – apoio à Divisão de Estatística no levantamento dos indicadores relacionados ao planejamento estratégico;
- participação em seminários promovidos pelo CNJ:
  - ♦ *Workshop* Meta Prioritária 5 (22 de junho);
  - ♦ II *Workshop* de Metas Prioritárias (30 de agosto);
  - ♦ *Workshop* “Justiça em números” (23 e 24 de setembro);
  - ♦ III *Workshop* Metas Prioritárias (28 de outubro);

- acompanhamento das metas de nivelamento de 2009 pendentes de cumprimento;
- acompanhamento das metas prioritárias de 2010, com vistas a alimentar a base de dados do CNJ, e também elaboração de relatórios periódicos;
- estudos para cumprimento da Meta 4/2010 — tempo médio de publicação de acórdãos, com análise de dados estatísticos dos últimos três anos; mapeamento das rotinas e sugestão de alteração do *Regimento Interno*; desenvolvimento de gráficos e encaminhamento de informação aos gabinetes para as providências necessárias;
- gestão específica da Meta 5/2010 do Poder Judiciário, “Implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º

grau”, nos termos da Portaria/Presi/Cenag 282 de 21/07/2010. Na 1ª Região, o projeto, coordenado nacionalmente pelo Conselho da Justiça Federal, para o cumprimento da referida Meta, foi integrado por 110 varas federais cíveis das 14 seções judiciárias que se reuniram em 9 oficinas, com o objetivo de modelar e padronizar as rotinas de trabalho no procedimento comum ordinário e propor melhorias da petição inicial à remessa ao Tribunal, levantando as práticas mais eficazes a serem disseminadas em toda a 1ª Região. E mais: as 33 varas JEF da 1ª Região se reuniram na II Jornada de Integração dos JEFs da 1ª Região para elaborar manual de rotinas, o que permitiu que a 1ª Região implantasse metodologia de gerenciamento de rotinas em 143 varas federais, cumprindo 146% da Meta 5.

**Quadro 88**  
**Varas cíveis envolvidas no projeto de cumprimento da Meta 5**

Cronograma – Meta 5			
Período	Seccional	Local	Varas envolvidas
13 a 15 de outubro	DF	DF	1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 20ª, 21ª e 22ª
18 a 20 de outubro	PA/AP	PA	1ª, 2ª e 5ª – PA; Castanhal – PA; 1ª e 2ª – AP
	GO	GO	1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª – GO; Anápolis; Aparecida de Goiânia; Luziânia
25 a 27 de outubro	BA	BA	1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª, 7ª, 8ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 16ª e 19ª – BA; Feira de Santana; Ilhéus; Itabuna; Jequié; Paulo Afonso
3 a 5 de novembro	MG	MG	3ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 10ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª e 22ª – MG 1ª e 2ª – Divinópolis; 1ª e 2ª – Governador Valadares; Ipatinga; 2ª e 3ª – Juiz de Fora; Lavras; Pouso Alegre; São João Del Rei; Sete Lagoas; 1ª e 2ª – Uberaba; 1ª, 2ª e 3ª – Uberlândia
8 a 10 de novembro	MT/TO	MT	1ª, 2ª, 3ª e 5ª – MT; Cáceres; Rondonópolis; 1ª e 2ª – TO
	PI/MA	MA	3ª, 5ª e 6ª – MA 1ª, 2ª, 3ª e 5ª – PI
	RR/AM	AM	1ª e 2ª – RR 1ª e 3ª – AM
17 a 19 de novembro	RO/AC	AC	1ª, 2ª, 3ª e 4ª – AC 1ª e 2ª – RO

## Registro de algumas oficinas – Meta 5

## Apoio na busca de novos espaços físicos para o Tribunal

Foto: Danielle Furtado



Abertura das oficinas na Seção Judiciária do Distrito Federal contou com a presença da Desembargadora Federal Mônica Sifuentes e da Juíza Federal Kátia Balbino.

Foto: Secos SJ/BA



Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Foto: Secos SJ/AM



Seção Judiciária do Estado do Amazonas.

O Cenag auxiliou a Administração na elaboração de demonstrativos históricos e estatísticos dos transtornos administrativos e dificuldades de acesso do jurisdicionado ao Tribunal, decorrentes das condições de suas instalações, dispersas em nove prédios diferentes, distantes em até nove quilômetros de sua sede.

Com o objetivo de se efetivar uma resolução paliativa, enquanto a sede definitiva do Tribunal não fica pronta, foram emitidos ofícios ao Tribunal Superior Eleitoral, em que se reafirmou o propósito do Tribunal de ocupar os prédios que serão brevemente liberados por aquela Corte, consoante Termo de Acordo celebrado em 23 de agosto de 2005. Tal instrumento, formalmente celebrado e devidamente registrado nos órgãos competentes, teve por objeto a mútua cessão de imóveis. De um lado, o TRF cedeu o terreno localizado no SAF/Sul, quadra 7, lote 2, com 33.196 m<sup>2</sup> ao TSE e, de outro, o TSE obrigou-se a efetivar a transferência de posse dos seus prédios localizados no SAS, Praça dos Tribunais Superiores, bloco C, ao TRF 1<sup>a</sup> Região, no prazo de 90 dias, a contar da data da emissão do *habite-se* da edificação que será construída no terreno cedido pelo TRF.

Outra iniciativa em busca de solução do problema de instalações físicas foi a tentativa de ocupar o prédio liberado pela Procuradoria Regional da União, localizado nas cercanias do Tribunal, no SAS, quadra 2, bloco E, ed. PGU. Foram emitidos ofícios do presidente do Tribunal à Secretaria do Patrimônio da União, à Advocacia-Geral da União, à Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal, à Procuradoria Regional da União – 1<sup>a</sup> Região, à Procuradoria-Geral da União e à Procuradoria Regional Federal da 1<sup>a</sup> Região.

## Gestão do sistema normativo

O sistema normativo do TRF 1ª Região permite a divulgação e a operacionalização de atos resolutivos proferidos pelos órgãos colegiados, a fixação das competências administrativas das unidades, a uniformização de procedimentos e métodos de trabalho, a transferência de conhecimentos e a racionalização de recursos. Cabe ao Cenag mantê-lo atualizado e em aprimoramento, para assegurar o conhecimento das políticas e normas estabelecidas.

### Regulamentação das decisões dos colegiados

- Resolução 2 de 08/02/2010: altera a Resolução 600-17 de 28/06/2005, que define municípios jurisdicionados às subseções judiciárias da 1ª Região.
- Resolução 3 de 08/02/2010: altera a Resolução/Presi 600-10 de 23/03/2009 e divulga o quadro de Professores Eméritos da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região – Esmaf.
- Resolução 4 de 22/02/2010: atribui denominação à Gráfica do TRF 1ª Região.
- Resolução 5 de 25/02/2010: dispõe sobre o retorno às varas de origem de juízes federais que atuam no TRF 1ª Região.
- Resolução 6 de 06/03/2010: altera o Anexo I da Resolução/Presi 600-25 de 07/12/2009, que dispõe sobre o cronograma de implantação do Processo Digital da 1ª Região – e-Jur.
- Resolução 7 de 03/03/2010: convalida os atos praticados pelos juízes federais convocados em auxílio aos gabinetes dos desembargadores federais, no período de 1º a 5 de março de 2010.
- Resolução 9 de 25/03/2010: estabelece novas diretrizes para a utilização do Sistema de Transmissão de Atos Processuais da Justiça Federal da 1ª Região – e-Proc e para o Processo Digital da 1ª Região – e-Jur.
- Resolução 10 de 06/04/2010: revoga a Resolução 17 de 11/10/2001, que dispõe sobre a aquisição e a classificação patrimonial de obras bibliográficas no âmbito do Tribunal e das seções judiciárias da 1ª Região.
- Resolução 11 de 13/04/2010: dispõe sobre a especialização das 2ª e 4ª Varas Federais da Seção Judiciária do Estado do Amazonas em matéria criminal.
- Resolução 12 de 13/04/2010: dispõe sobre a especialização da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Rondônia em matéria criminal.
- Resolução 13 de 10/05/2010: suspende o cronograma de implantação do Processo Digital da 1ª Região – e-Jur.
- Resolução 14 de 13/05/2010: autoriza a instalação na 1ª Região, no ano de 2010, das 19 varas federais criadas pela Lei 12.011/2009.
- Resolução 15 de 17/05/2010: altera o art. 17, II, *d*, da Resolução/Presi 600-009 de 21 de agosto de 2007, que regulamenta a concessão de bolsas de estudos para cursos de pós-graduação *lato sensu* para os servidores da Justiça Federal da 1ª Região.
- Resolução 17 de 17/06/2010: institui a Turma Suplementar de Apoio à 1ª Seção para atuar, em esforço concentrado, no TRF 1ª Região.
- Resolução 18 de 26/07/2010: referenda a Resolução Presi/Cenag 17 de 17 de junho de 2010 e promove alteração em seus artigos 1º e 8º;
- Resolução 19 de 13/08/2010: atribui denominação ao edifício sede da Subseção Judiciária de Parnaíba, da Seção Judiciária do Estado do Piauí.
- Resolução 20 de 13/08/2010: prorroga o prazo de suspensão do cronograma de implantação do Processo Digital da 1ª Região – e-Jur, definido na Resolução Presi/Cenag 13 de 10 de maio de 2010.
- Resolução 21 de 09/09/2010: revoga o art. 5º e o Anexo I da Resolução Presi/Cenag 600-23/2009.



- Resolução 22 de 03/11/2010: altera a Resolução Presi/Cenag 14/2010 para autorizar a instalação de varas federais criadas pela Lei 12.011/2009 em Teresina/PI, Brasília/DF e Cuiabá/MT.
- Resolução 23 de 04/11/2010: dispõe sobre a especialização da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso em matéria criminal e dá outras providências.
- Resolução 24 de 18/11/2010: autoriza a instalação, na 1ª Região, em 2011, das 19 varas federais criadas pela Lei 12.011/2009.
- Resolução 25 de 18/11/2010: disciplina a realização e o funcionamento de mutirão na 1ª, 3ª e 4ª Seções especializadas do Tribunal, conforme convênio celebrado com a Corregedoria Nacional de Justiça e a Corregedoria Regional da Justiça Federal, respectivamente, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho de Justiça Federal.
- Resolução 27 de 21/12/2010: cria o serviço de central de mandados nas subseções judiciárias da 1ª Região.
- Resolução 28 de 21/12/2010: destina funções comissionadas para os JEFs adjuntos das varas das subseções judiciárias da 1ª Região e dispõe sobre a organização dos JEFs autônomos.

Quanto às resoluções elaboradas em outras unidades do Tribunal, coube ao Cenag a padronização e o envio para publicação no *Boletim de Serviço* e/ou no *e-DJF1*. Entre elas, destacam-se: Resolução 1 de 28/01/2010 – cronograma de implantação do e-Jur; Resolução 8 de 11/03/2010 – mandato dos juízes diretores e vice-diretores de foro e de subseções judiciárias; Resolução 16 de 10/06/2010 – *Regimento Interno das Turmas Recursais e dos Juizados Especiais Federais* e Resolução 26 de 25/11/2010 – *Regimento Interno do Conselho Deliberativo do Pro-Social*.

## Regulamentação das decisões da Presidência do Tribunal

O Cenag pesquisou, analisou e redigiu várias minutas de portarias regulamentando normas e procedimentos aprovados pela Presidência do Tribunal, conforme relação exemplificativa a seguir:

- Portaria 179 de 27/04/2010: designou comissão para identificar as necessidades e adotar as providências preliminares para a instalação das varas federais criadas pela Lei 12.011/2009 na 1ª Região;
- Portarias 190 de 10/05/2010, 259 de 02/07/2010 e 374 de 20/09/2010: trataram do desenvolvimento do e-Jur, além de instituir grupo de trabalho para acompanhar e orientar o projeto, bem como para propor soluções e evoluções;
- Portaria 259 de 02/07/2010: instituiu grupo de trabalho para acompanhar e orientar o processo digital da 1ª Região, e-Jur, no âmbito do 2º grau, e propor soluções;
- Portaria 262 de 08/07/2010: regulamentou a concessão e a requisição de servidores da Justiça Federal da 1ª Região;
- Portaria 263 de 19/07/2010: implantou o sistema de entrega de cópias da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física por meio eletrônico para magistrados;
- Portaria 277 de 19/07/2010: regulamentou a concessão e o pagamento de diárias a grupos de trabalho da Justiça Federal da 1ª Região;
- Portaria 278 de 19/07/2010: delegou competência aos diretores de Foro e regulamentou procedimentos relativos à alteração na escala de férias e concessão de pedidos de licença e afastamento não discricionários e inferiores a trinta dias de juízes federais titulares e substitutos da 1ª Região.

- Portarias 279 de 20/07/2010, 383 de 28/09/2010 e 461 de 18/11/2010: trataram do grupo de trabalho instituído para atuar, em esforço concentrado, em auxílio à Coordenadoria de Registros e Informações Processuais – Corip, na atualização de atividades inerentes a cadastramento inicial, classificação e autuação de processos originários e em grau de recurso;
- Portarias 367 de 16/09/2010; 398 de 15/10/2010 e 475 de 25/11/2010: trataram, respectivamente, do Comitê Técnico Multiprofissional de Saúde Ocupacional; regulamentação do Exame Periódico de Saúde e do tratamento fora do domicílio;
- Portaria 368 de 16/09/2010: estruturou e regulamentou o funcionamento da Comissão TRF Socioambiental;
- Portaria 372 de 20/09/2010: instituiu turnos de revezamento nas áreas de segurança e transporte;
- Portaria 377 de 22/09/2010: transferiu para a Seção Judiciária do Distrito Federal a administração e a conservação do edifício Cidade de Cabo Frio, localizado no SEPN, quadra 510;
- Portaria 397 de 06/10/2010: padronizou as abreviaturas para indicar cargos de magistrados e grafia de nomes nos relatórios emitidos pelos sistemas informatizados;
- Portaria 420 de 04/11/2010: instituiu Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade do Tribunal Regional Federal da 1ª Região;
- Portaria 421 de 04/11/2010: regulamentou o peticionamento por meio de fac-símile na 1ª Região;
- Portaria 499 de 09/12/2010: destinou às Turmas Recursais da Justiça Federal da 1ª Região cargos efetivos e funções comissionadas criados pela Lei 12.011/2009 e distribuídos pela Resolução/CJF 123, de 28/10/2010;
- Portaria 515 de 16/12/2010: disciplinou o funcionamento das Turmas Suplementares instituídas para as 1ª, 3ª e 4ª Seções especializadas do Tribunal, em conformidade com o projeto mutirão “Judiciário em dia”, nos termos da Resolução Presi/Cenag 25 de 18 de novembro de 2010;
- portarias relativas à inauguração de varas federais criadas pela Lei 12.011/2009.

**Quadro 89**  
**Portarias de inauguração de varas federais**

Portaria	Data	Publicação	Localização/especialização
200	18/05	21/05	Vara Ambiental e Agrária na Seção Judiciária do Estado do Pará
201	18/05	21/05	Vara Ambiental e Agrária na Seção Judiciária do Estado do Amazonas
230	11/06	16/06	Vara de JEF na Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais
248	24/06	29/06	8ª Vara Ambiental e Agrária da Seção Judiciária do Estado do Maranhão
249	24/06	29/06	9ª Vara de JEF na Seção Judiciária do Estado do Maranhão
250	24/06	29/06	5ª Vara Ambiental e Agrária da Seção Judiciária do Estado de Rondônia
321	17/08	19/08	Subseção Judiciária de Parnaíba/PI – Vara Única
431	10/11	16/11	Subseção Judiciária de Araguaína/TO – Vara Única
432	10/11	16/11	Subseção Judiciária de Paracatu/MG – Vara Única
433	10/11	16/11	Subseção Judiciária de Diamantino/MT – Vara Única
434	10/11	16/11	Subseção Judiciária de Unaí/MG – Vara Única
435	10/11	16/11	Subseção Judiciária de Guajará-Mirim /RO – Vara Única
436	10/11	16/11	Subseção Judiciária de Teófilo Otoni/MG – Vara Única
437	10/11	16/11	Subseção Judiciária de Formosa/GO – Vara Única
438	10/11	16/11	Subseção Judiciária de Uruaçu/GO – Vara Única
439	10/11	16/11	Subseção Judiciária de Bacabal/MA – Vara Única
442	10/11	16/11	7ª Vara de Juizado Especial Federal na Seção Judiciária do Estado do Piauí
443	10/11	16/11	7ª Vara de Juizado Especial Federal na Seção Judiciária do Distrito Federal
445	10/11	19/11	7ª Vara Federal Criminal na Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso

O Cenag também elabora as portarias de designação de membros de comissões, delegação de atribuições a juízes convocados para auxílio e de suspensão de expedientes e prazos processuais em unidades da 1ª Região, além de outras portarias.

Padroniza ainda as portarias elaboradas por outras unidades e as envia para publicação. Entre

elas, citam-se: Portaria 295 de 29/07/2010 (Posto Avançado de JEF no Aeroporto de Brasília); Portaria 357 de 08/09/2010 (baixa de autos digitais de agravo de instrumento das decisões interlocutórias ao juízo que preside o feito principal); Portaria 395 de 15/10/2010 (cadastro de representantes de advogados e procuradores).

## Revisão evolutiva de instruções normativas

Foi finalizada a atualização da Instrução Normativa 14-13, que disciplina métodos e procedimentos para o funcionamento das bibliotecas da Justiça Federal da 1ª Região, por meio da Portaria Presi/Cenag 415 de 27 de outubro de 2010.

Estão em processo de revisão no Cenag, dependendo de diligências das unidades responsáveis pela execução das atividades para publicação das respectivas portarias de atualização, a Instrução Normativa 14-08, que disciplina as atividades relacionadas à área de transporte, aquisição e utilização dos veículos oficiais; a 14-11, que disciplina os procedimentos relativos à indenização de despesas de viagens a serviço, ao adiantamento e à prestação de contas e a 14-10, que disciplina os serviços de portaria.

## Atualização do Regulamento de Serviço

O Regulamento de Serviço é o documento que tem por objetivo estabelecer e demonstrar a estrutura organizacional do Tribunal e das seções judiciárias, normalizando os objetivos e as competências dos órgãos e atribuições de seus titulares. Em 2010, foi iniciada sua atualização, centralizada no Cenag, mas que contou com a participação das diversas áreas do Tribunal e das seccionais.

## Atualização do organograma do Tribunal

O organograma do TRF 1ª Região é uma ferramenta fundamental, que, além de representar sua estrutura hierárquica, possibilita a todos conhecer a distribuição das diversas unidades funcionais e a comunicação entre elas, bem como identificar problemas e/ou oportunidades de melhoria.

Uma vez que o organograma é uma representação da organização em determinado momento e, portanto, pode sofrer alteração, deve ser flexível e de fácil interpretação. Sendo assim, o organograma do Tribunal foi atualizado, conforme a estrutura organizacional redefinida pela Resolução Presi/

Cenag 600-7 de 13/03/2009, com as alterações da Resolução Presi/Cenag 600-21 de 04/11/2009.

## Gerenciamento de formulários, impressos e etiquetas

O Cenag é responsável pela criação, padronização, alteração e cancelamento de formulários, impressos e etiquetas, modelos padronizados que veiculam a comunicação formal escrita no âmbito do Tribunal e das seções e subseções judiciárias da 1ª Região.

O Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Formulários e Impressos – Gefi, disponível a todos os magistrados e servidores na intranet, permite reduzir os custos operacionais, bem como reduz a possibilidade de erros no registro e na obtenção de dados, além de personalizar a documentação do Tribunal e de suas seccionais com instrumentos que projetam sua imagem.

## Gestão do conteúdo Web

O controle e as atualizações das páginas eletrônicas (internet/intranet) do Tribunal são de responsabilidade compartilhada de várias unidades administrativas, conforme o conteúdo da informação. Cabe ao Cenag a gestão dessas páginas, autorizando novas inserções, alterações e exclusões de menus, submenus e de conteúdo, com o suporte tecnológico da Secin, tendo em vista a necessária padronização e uniformização das informações disponíveis na rede mundial de computadores.

Em 2010, o Cenag esteve à disposição das unidades que solicitaram tais inclusões, alterações ou exclusões, bem como publicou diariamente o e-DJF1. Além disso, agindo proativamente, de forma a melhorar a utilização dos recursos de internet e intranet e dar maior publicidade aos atos do Tribunal, desenvolveu o mapeamento do *site* atual e as propostas de estrutura e *layout* para o novo Portal do TRF 1ª Região, a ser desenvolvido e disponibilizado em 2011.

## Parceria com a Cojef

Em dezembro de 2010, o Cenag iniciou, por solicitação da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região – Cojef, o desenvolvimento de estudo para propiciar mais celeridade e eficiência na prestação jurisdicional dos JEFs. O primeiro resultado já foi apresentado aos juízes que participaram da II Jornada de Integração dos Juizados Especiais Federais, na forma de fluxograma, que mostra o modelo de rotina de trabalho proveniente de *workshop* feito na Seção Judiciária do Distrito Federal.

Os estudos terão continuidade em 2011, com o levantamento de dados e informações oriundos de varas federais da 1ª Região que adotaram procedimentos inovadores, conhecidos como “boas práticas”, que tenham alcançado resultados positivos na redução do tempo de tramitação e conclusão dos processos julgados.

## Outros estudos e atividades desenvolvidos pelo Cenag

- Coordenação do Projeto Sigjus – Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal, no Tribunal e nas seções judiciárias.
- Assessoramento à Asrep para alteração da regulamentação do cerimonial.
- Estudos para criação de Turma Recursal no Triângulo Mineiro (PA 2.222/2010).
- Aprimoramento dos fluxos de trabalho da Corec, por meio do mapeamento dos processos para otimização do trabalho.
- Colaboração à Esmaf na tradução da publicação do Livro I do *Corpus Iuris civilis – Digesto*, com a participação dos servidores Carmen Lúcia Prata da Costa e Gustavus Adrianus de Faria Von Sohsten.
- Consulta ao CNJ para adesão ao acordo de cooperação técnica com a Esaf para capacitação dos servidores (PA 5.392/2010).

- Formatação e padronização do Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas para a capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (PA 6.073/2010).
- Estudos para a especialização de varas em Brasília/DF (PA 3.570/2010), Itabuna/BA, Juiz de Fora/MG e Imperatriz/MA (PA 3.368/2010), Cuiabá/MT (PA 7.314/2007), Uberlândia/MG (PA 3.646/2010) e Governador Valadares/MG (PA 3.227/2010).
- Apoio à realização da Primeira Reunião de Avaliação de Gestão, 1ª e 2ª etapas, com o objetivo de avaliar os seis primeiros meses de administração da atual gestão do TRF 1ª Região e propiciar aos dirigentes o intercâmbio de informações sobre as principais ações desenvolvidas pelas unidades participantes, com a finalidade de atingir os resultados estratégicos desejados.
- Apoio técnico e assessoramento na instituição de grupo de trabalho para atuar em esforço concentrado (mutirão) em auxílio à Coordenação de Registros e Informações Processuais – Corip, na atualização de atividades inerentes a cadastramento inicial, classificação e autuação de processos originários e em grau de recurso.

## Produção editorial

A produção editorial é um procedimento complexo, que engloba as fases de editoração, programação visual, diagramação, editoração eletrônica e revisão, que, resumidamente, podem ser assim definidas:

- programação visual: procedimento de aplicação dos elementos gráfico-visuais em produtos editoriais em mídia impressa e/ou eletrônica;
- diagramação: também denominada paginação ou *design* gráfico, é a fase do processo em que se faz a elaboração do leiaute ou esquema, de acordo com as dimensões e o formato de cada publicação, uma vez que devem ser devidamen-

- te calculados e representados todos os elementos (textos, fotos, legendas, ilustrações etc.) que compõem o material a ser impresso. Nessa fase, define-se a uniformidade da publicação;
- editoração: gerenciamento da produção de todas as publicações, em que se estabelecerá a organização do trabalho a ser desenvolvido. Nessa fase, uma vez que os originais geralmente não chegam prontos para a publicação, também é feita a preparação dos originais por editor de texto e/ou revisor;
  - editoração eletrônica: fase que compreende a execução das atividades de digitação, preparação dos originais e acabamento para confecção de fotolitos e futura impressão;
  - revisão: é o tratamento do texto propriamente dito, de acordo com o original encaminhado ao serviço de editoração. Há necessidade de, no mínimo, três revisões, e o trabalho é finalizado com o exame das provas para impressão, a fim de serem ratificadas as alterações e o controle do texto.

Destacam-se os seguintes trabalhos de produção editorial.

- *Relatório de Atividades do ano de 2009.*



- *Regimento Interno das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região*: atualizado de acordo com a Resolução Presi/Cojef 16 de 10/06/2010.

- *Regimento Interno do TRF 1ª Região*: atualizado de acordo com a redação da Emenda Regimental 7, aprovada pelo Tribunal Pleno em 26/08/2010.



- *Guia de boas-vindas da Primeira Região*, da Secretaria de Recursos Humanos: cartilha destinada aos servidores recém-empossados e requisitados, que ingressam no quadro de pessoal do TRF 1ª Região ou de uma de suas 14 seções judiciárias, a fim de lhes possibilitar acesso a informações e integração ao seu novo ambiente de trabalho.

- *Indicador de autoridades*: catálogo com dados de autoridades e dirigentes do Tribunal e das seções judiciárias da 1ª Região e de órgãos do Poder Judiciário.
- *Corpus Iuris Civilis: Digesto*: tradução da língua latina para a língua portuguesa do Livro I, edição bilíngue – Latim e Português, com glossário, notas e índice remissivo.

- Coleção Jornada de Estudos Esmaf de 1 a 6 – publicação de artigos jurídicos dos participantes:



- ◆ I Jornada de Direito Previdenciário;
- ◆ I Jornada de Direito Processual Penal;
- ◆ I Jornada de Direito Administrativo;
- ◆ I Jornada de Planejamento e Gestão;
- ◆ I Jornada de Direito Civil e Processual Civil;
- ◆ II Jornada de Direito Processual Penal.



- Calendário do Tribunal e da 1ª Região 2011: publicação de mesa com imagens das seccionais e respectivos endereços e telefones, contendo as datas das sessões administrativas e judiciais do Tribunal. Com o fim de ser um instrumento de divulgação institucional, o Calendário 2011 apresenta imagens das sedes das seções judiciárias dos 14 estados da 1ª Região e a relação das subseções judiciárias que serão instaladas de 2011 a 2014.

- *Boletim de serviço*: publicação eletrônica diária, excetuando-se os sábados, domingos e feriados nacionais e regimentais, para divulgação de atos administrativos do Tribunal. Foram publicadas 230 edições, com cerca de 1.692 páginas.



**Quadro 90**  
**Trabalhos diversos**

Descrição	Quantidade
Adesivo – criação de arte	10
Agenda (somente as páginas institucionais do TRF)	1
<i>Banner</i>	1
Bloco de papel	4
Capa para CDs e DVDs	4
Capa para pastas – criação	4
Cartão de visita	44
Cartaz – confecção e impressão	36
Carteirinha de magistrado – impressão	38
Cartões de assento	3
Cartão de cumprimentos	6
Certificado – criação de arte/impressão	44
Convite eletrônico	56
Convite impresso	52
Convite para exposição	15
Crachá	3
Credencial	2
Fôlder	7
Folheto	2
Identidade visual – criação	3
Logomarca – criação	11
Marcador de livros	5
Organograma – impressão	4

## Serviços gráficos

Sempre foram importantes para o TRF 1ª Região a divulgação de sua jurisprudência e o compartilhamento da experiência e do conhecimento adquiridos no cumprimento de sua missão. No quadro a seguir estão relacionadas as principais reproduções gráficas realizadas em 2010.

**Quadro 91**  
**Reprodução gráfica**

Demonstrativo de serviços		Quantidade	Demonstrativo de serviços		Quantidade
Periódicos	<i>Primeira Região em Revista</i>	7.000	Outras publicações	Etiquetas diversas	218.000
	<i>Revista do TRF</i>	6.800		Cartazes diversos	2.200
	Cartaz da <i>Revista do TRF</i>	1.920		Certificado	1.000
	<i>Revista do CNJ</i>	500		Diploma – confecção	100
	<i>Revista Esmaf – I Jornada de Planejamento e Gestão</i>	1.000		Receituário médico – Dimap	400
	<i>Revista Esmaf – I Jornada de Direito Previdenciário</i>	1.000		Cartão de marcação de assento	850
	<i>Revista Esmaf – I Jornada de Direito Administrativo</i>	1.000		Diário da criança – formulário	1000
Etiqueta	Etiqueta Meta 2	30.000		Jogo infantil de dados – Prodentinho	500
Outras publicações	Capa para processo	26.000		Capa plástica	700
	<i>Regimento Interno do TRF 1ª Região</i>	2.000		Fôlder	2.000
	<i>Regimento Interno do TRF 1ª Região – exemplar de apresentação para o Cenag</i>	120		Pasta	3.000
	<i>Livro da Esmaf – Corpus juris civilis – Digesto – Livro I</i>	3.000		Termo de recebimento, autuação e distribuição	60.000
	<i>Regimento Interno das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais</i>	1.000		Carteira de suspensão processual	300
	Cartaz de divulgação dos JEFs	3.500		Encadernação	800
	Convite	2.000	Marcador de processo	5.200	
				Refilamento de cartões de visita e dobra de convites	6.400



---

# SECJU

Secretaria Judiciária

---

A Secretaria Judiciária – Secju, exercendo a coordenação das atividades cartorárias do Tribunal, buscou, ao longo do ano judiciário, aperfeiçoar a gestão de suas doze coordenadorias, cujo conjunto constitui a maior unidade administrativa do Tribunal.

Entre os desafios da Administração, houve projetos de grande impacto nos serviços prestados, tais como a implantação da central de digitalização, as melhorias no sistema processual digital e o início das atividades do mutirão *Judiciário em dia*.

### Processo digital da 1ª Região

Instituído pela Portaria Presi/Cenag 259 de 2 de julho de 2010, coube ao grupo de trabalho coordenado pela Secju acompanhar, orientar e propor soluções e evoluções no processo digital da 1ª Região. Entre suas contribuições, produzidas em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação, destacam-se a identificação e eliminação de erros em rotinas; o levantamento das necessidades de gabinetes e coordenadorias processantes; o aperfeiçoamento das rotinas de digitalização e distribuição; o desenvolvimento das rotinas de baixa de autos digitais e a divulgação de melhores práticas relativas ao sistema informatizado.

### Parceria Secju/Secin

Para melhor conhecer a realidade e as necessidades de cada unidade e para melhor alocação dos recursos disponíveis, a Secju e a Secin mantiveram um grupo de servidores das áreas de projeto, desenvolvimento de sistemas e atendimento aos usuários visitando regularmente as coordenadorias processantes.

Foram, então, levantadas as dificuldades e identificadas as questões de maior relevância, as quais orientaram a maior parte das manutenções e o aperfeiçoamento e desenvolvimento das rotinas

de TI realizados no sistema processual, entre as quais a padronização nos procedimentos de junta de petições e de vista nos autos digitais e a revisão das ferramentas de edição de textos e de envio eletrônico de documentos.

### Mutirões, esforços concentrados e horas extraordinárias

Buscando eliminar gargalos e atualizar serviços em suas unidades, a Secretaria Judiciária realizou os mutirões de distribuição na Corip e de processamento na Corec e coordenou o início da triagem processual do mutirão *Judiciário em dia*, fruto da parceria do TRF com o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho da Justiça Federal.

Com o apoio de 20 servidores por cerca de 60 dias em regime de mutirão, a Corip realizou esforço concentrado, que, aliado à requisição de servidores com percepção de horas extraordinárias, foi responsável por metade da distribuição e da digitalização de processos no ano, no qual foram distribuídos 109.447 e digitalizados 35.000.

Por sua vez, a Corec, em parceria com a Secin e com os gabinetes da Presidência e da Vice-Presidência, promoveu esforço concentrado para atualizar os registros de temas de suspensão de feitos em virtude do instituto da repercussão geral. Tal esforço resultou no aprimoramento da rotina utilizada para controle de feitos vinculados à repercussão geral e na análise, no registro e no arquivamento provisório de cerca de 7.500 processos, para que fossem rapidamente identificados quando do recebimento das respectivas decisões do STJ ou do STF.

No período, também houve grande investimento na qualidade das informações lançadas na autuação processual, considerando-se que erros nesse procedimento foram motivo de alerta no I Encontro de Gabinetes, realizado em 19/05/2010.

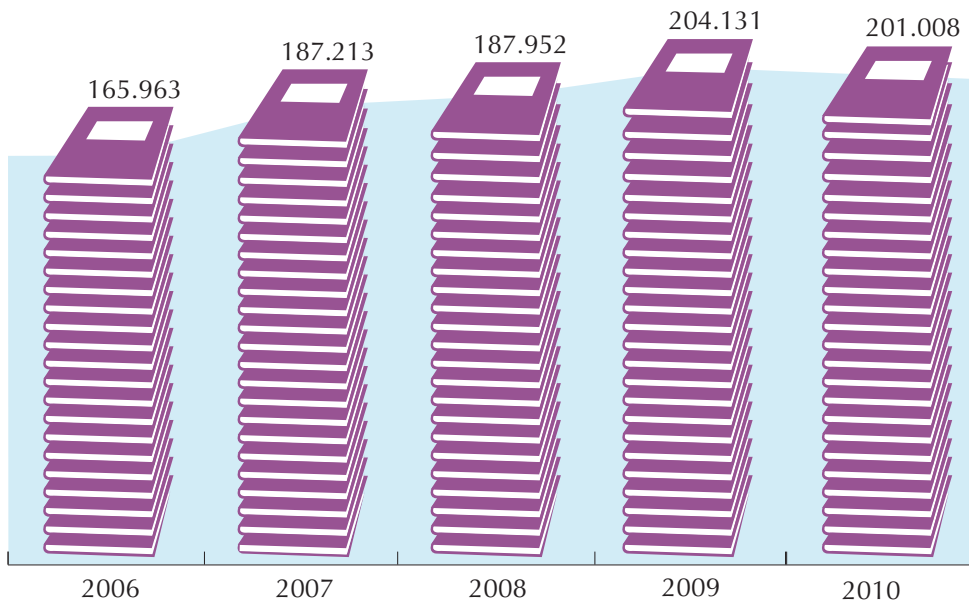
## Mutirão Judiciário em dia

Em dezembro, deu-se início ao recebimento dos mais de 55.000 processos destinados a julgamento pelo mutirão *Judiciário em dia*.

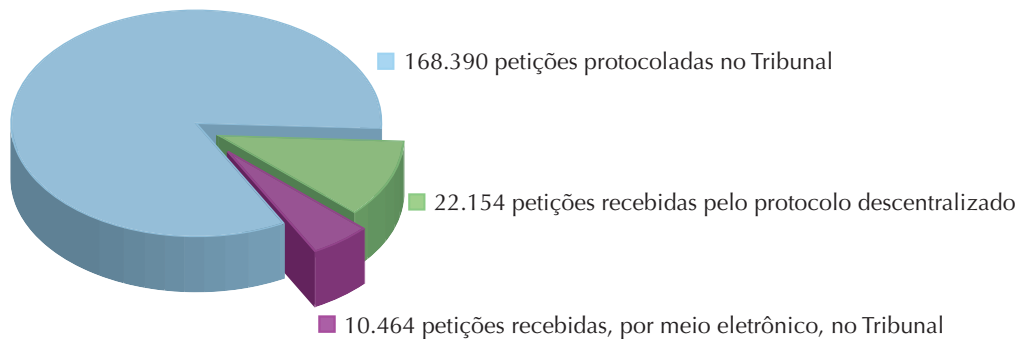
Com reduzido grupo de prestadores de serviço e contando com o trabalho voluntário de servidores da Corec e Cocse, efetuou, até o final do ano, a separação, o agrupamento em lotes e a movimentação no sistema processual de cerca de 10% do acervo processual do mutirão *Judiciário em dia*, para a atribuição e remessa ao magistrado competente.

## Estatística processual

**Gráfico 20**  
Petições apresentadas no Tribunal



**Gráfico 21**  
**Petições protocoladas**



Total: 201.008

**Quadro 92**  
**Protocolo descentralizado de petições iniciais**

Seção judiciária	Total
Acre	221
Amapá	131
Amazonas	1.122
Bahia	3.986
Goiás	2.040
Maranhão	756
Mato grosso	1.214
Minas gerais	7.898
Pará	1.324
Piauí	718
Rondônia	530
Roraima	185
Tocantins	416
<b>Total</b>	<b>20.541</b>

**Quadro 93**  
**Central de digitalização**

Processos		
Digitalizados	Validados	Indexados
35.356	35.503	20.245

**Quadro 94**  
**Digitalização para o STJ – AIREsp**

Situação	Quantitativo
Processos digitalizados	3.094
Processos enviados	2.291
Processos pendentes	4.000

**Quadro 95**  
**Distribuição de feitos (por magistrado)**

<b>Desembargador(a) federal</b>	<b>Distribuídos</b>	<b>Redistribuídos</b>	<b>Registrados</b>
Presidente	0		6.976
Tourinho Neto	903	59	0
Catão Alves	4.232	103	0
Assusete Magalhães	910	58	0
Jirair Aram Meguerian	4.336	27.804	0
Olindo Menezes	4	0	0
Mário César Ribeiro	910	41	0
Luciano Tolentino Amaral	4.285	84	0
Cândido Ribeiro	363	11	0
Hilton Queiroz	936	34	0
Carlos Moreira Alves	3.767	508	0
Ítalo Fioravanti Sabo Mendes	988	59	0
Carlos Olavo	2.434	1.128	0
José Amilcar Machado	1.811	20	0
Daniel Paes Ribeiro	3.374	494	0
João Batista Moreira	3.388	518	0
Souza Prudente	4.872	13.974	0
Selene Maria de Almeida	3.331	554	0
Fagundes de Deus	3.347	516	0
Maria Isabel Gallotti Rodrigues	1.529	161	0
Maria do Carmo Cardoso	4.499	102	0
Leomar Barros Amorim de Sousa	4.063	76	0
Neuza Maria Alves da Silva	8.376	41	0
Francisco de Assis Betti	8.319	53	0
Reynaldo Fonseca	5.302	97	0
Ângela Catão	8.021	454	0
Mônica Sifuentes	7.043	24.663	0
Juiz federal Charles Renaud Frazão de Moraes (conv.)	3.624	14	0
Juiz federal Osmane Antonio dos Santos (conv.)	252	14	0
Juiz federal Rodrigo Navarro de Oliveira	585	2	0
Juiz federal Marcos Augusto de Sousa (conv.)	5.657	26	0
Juíza federal Mônica Sifuentes (conv.)	1.008		0
<b>Total</b>	<b>102.469</b>	<b>71.668</b>	<b>6.976</b>

**Quadro 96**  
Sessões de julgamento realizadas

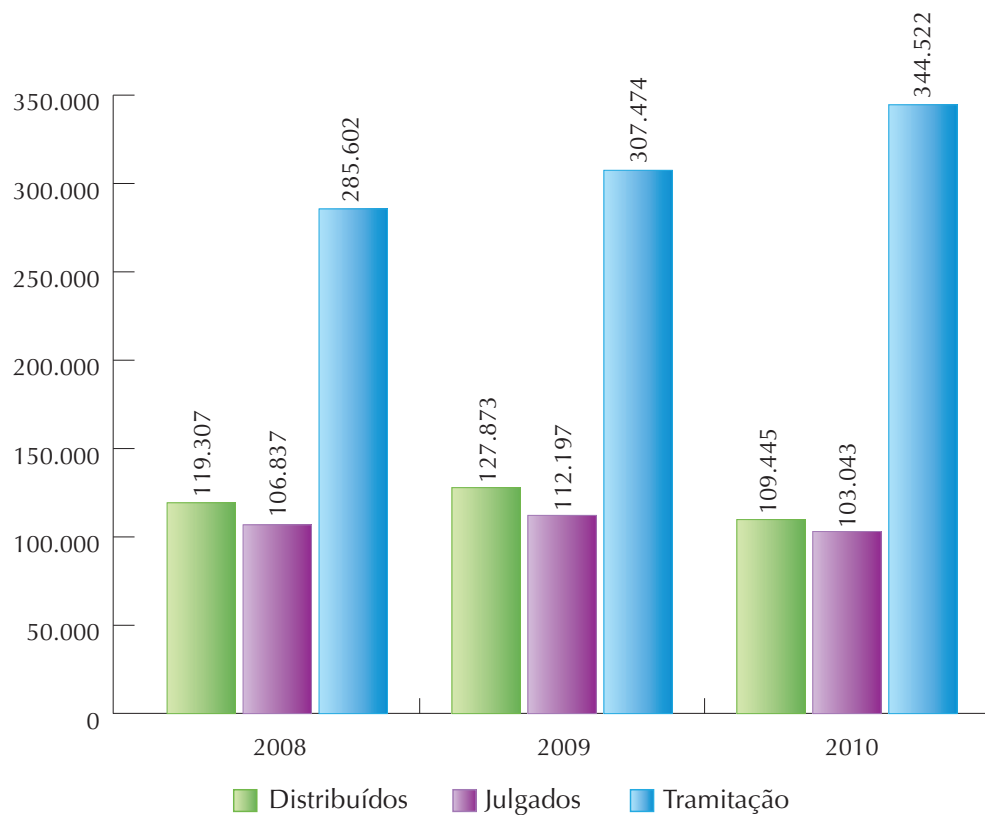
Órgão julgador	Sessões		
	Ordinárias	Extraordinárias	Totais
Corte Especial	18	2	20
1ª Seção	20	0	20
2ª Seção	22	0	22
3ª Seção	20	0	20
4ª Seção	21	0	21
1ª Turma	66	0	66
2ª Turma	65	1	66
3ª Turma	68	5	73
4ª Turma	68	2	70
5ª Turma	65	0	65
6ª Turma	64	0	64
7ª Turma	50	0	50
8ª Turma	51	1	52
<b>Total</b>	<b>598</b>	<b>11</b>	<b>609</b>

Fonte: Secju

**Quadro 97**  
Desempenho dos órgãos julgadores

Órgão julgador	Voto relator	Decisões terminativas
Corte Especial	271	327
1ª Seção	398	159
1ª Turma	12.644	3.897
2ª Turma	14.753	3.344
2ª Seção	287	211
3ª Turma	2.297	254
4ª Turma	2.371	189
3ª Seção	392	175
5ª Turma	3.837	5.159
6ª Turma	4.728	4.379
4ª Seção	349	304
7ª Turma	10.847	7.578
8ª Turma	10.691	13.202
<b>Total</b>	<b>63.865</b>	<b>39.178</b>

**Gráfico 22**  
**Desempenho do Tribunal**



Obs.: A partir deste Relatório de Atividades, estão sendo contabilizados os processos julgados em sessão de julgamento mais as decisões terminativas.

**Quadro 98**  
Outras estatísticas

Órgão julgador	Pautas publicadas	Atas publicadas	Remetidos à Corec	Baixados à origem
Corte Especial	21	21	50	85
1ª Seção	22	20	90	115
2ª Seção	28	21	55	70
3ª Seção	22	20	98	125
4ª Seção	24	20	102	105
1ª Turma	67	72	3.083	9.594
2ª Turma	67	52	3.961	9.825
3ª Turma	68	66	564	1.379
4ª Turma	75	49	396	1.065
5ª Turma	65	62	1.060	6.316
6ª Turma	64	64	986	7.914
7ª Turma	49	48	2.999	11.707
8ª Turma	58	43	4.108	8.440
<b>Total</b>	<b>630</b>	<b>558</b>	<b>17.552</b>	<b>5.6740</b>

Fonte: Secju

**Quadro 99**  
Acórdãos e decisões publicados

Órgão julgador	Acórdãos publicados	Decisões terminativas publicadas	Total
Corte Especial	1.060	328	1.388
1ª Seção	232	159	391
2ª Seção	179	211	390
3ª Seção	93	175	268
4ª Seção	122	304	426
1ª Turma	12.201	3.897	16.098
2ª Turma	15.340	3.345	18.685
3ª Turma	2.269	254	2.523
4ª Turma	2.160	189	2.349
5ª Turma	4.319	5.161	9.480
6ª Turma	5.182	4.379	9.561
7ª Turma	11.492	7.578	19.070
8ª Turma	11.621	6.623	18.244
<b>Total</b>	<b>66.270</b>	<b>32.603</b>	<b>98.873</b>



**Quadro 100**  
**Movimentação de recursos**

Movimentação		Total
Remetidos	ao STJ	1.851
	ao STF	1.884
	ao STF – e-RE	473
Recebidos	do STJ	1.850
	do STF	2.654
	do STF – e-RE	189
Agravos processados		1.605
Processos sobrestados		12.488
Baixa definitiva à origem		13.719

**Quadro 101**  
**Decisões da Presidência e da Vice-Presidência**

	Presidência	Vice-Presidência	Total
Admitidos	1.584	798	2.382
Inadmitidos	4.284	4.068	8.352
Sobrestados	3.775	4.107	7.882
Despachos diversos	2.030	1.935	3.965
<b>Total</b>	<b>11.673</b>	<b>10.908</b>	<b>22.581</b>

## Serviços taquigráficos

A Coordenadoria da Taquigrafia – Cotaq participou de todas as sessões de julgamento judiciais e administrativas realizadas no Tribunal, para as quais foram realizados os serviços de confecção e revisão das notas taquigráficas. Prestou ainda idênticos serviços às Turmas Recursais em sessões realizadas por videoconferência. A Cotaq também atendeu a todos os pedidos de degravação, sonorização, instalação e operação de equipamentos de som demandados pelo Tribunal.

A meta, há muito tempo perseguida, de se entregarem os trabalhos taquigráficos no mesmo dia da sessão de julgamento foi atingida graças à conscientização da necessidade de aperfeiçoamen-

to dos trabalhos em equipe e ao atendimento pela Secin da solicitação da Cotaq de melhoria no sistema informatizado.

Tendo em vista a completa digitalização dos trabalhos da Cotaq, foi realizado o primeiro descarte de cópias de documentos produzidos e/ou arquivados pela unidade nos últimos sete anos. Após extenso trabalho de digitalização e arquivamento eletrônico desses documentos, foram descartadas 610 mil folhas, equivalentes a 61 metros lineares de papel em tamanho A4 ou 1.220 resmas. Como a Cotaq não mais produz documentos em papel, a unidade passou, após o descarte, a trabalhar exclusivamente com documentos em meio eletrônico.

Em continuidade à modernização de suas atividades, foram adquiridos novos equipamentos de áudio e um programa de captação de imagens em formato digital. Essa tecnologia agregará maior qualidade à transmissão, pela intranet, das imagens de sessões e permitirá um apanhamento taquigráfico mais ágil e menos oneroso. Além disso, está

em andamento projeto para eliminação de cerca de 3.750 fitas VHS, que serão convertidas ao formato digital. Assim feito, as sessões gravadas desde a instalação do Tribunal estarão mais bem preservadas. Uma vez instalada a nova tecnologia, todas as gravações de áudio e vídeo serão arquivadas nesse formato.

**Quadro 102**  
**Folhas ou notas taquigráficas por sessão e outros eventos**

Órgãos julgadores ou descrição do evento	Quantidade de folhas ou notas taquigráficas elaboradas	Quantidade de sessões ou eventos
1ª Turma	1.300	66
2ª Turma	1.216	66
3ª Turma	2.889	76
4ª Turma	2.946	70
5ª Turma	1.021	46
6ª Turma	1.652	64
7ª Turma	2.637	51
8ª Turma	3.217	53
1ª Seção	454	21
2ª Seção	598	22
3ª Seção	531	21
4ª Seção	574	21
Corte Especial Judicial	868	22
Corte Especial Administrativa	734	20
Plenário	346	8
Conselho de Administração	242	13
Conselho Deliberativo do Pro-Social	215	8
Turma Regional de Uniformização / Turma Nacional de Uniformização	619	3
Comissão de Promoção de Juízes Federais Substitutos	91	4
Sessões solenes	43	2
Entrevistas e palestras (degravações, em número de folhas)	83	–
Depoimentos (degravação, em número de folhas)	171	–
<b>Total</b>	<b>22.447</b>	<b>657</b>

---

# SECOR

Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro

---

A Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro – Secor, que tem a função de coordenar as atividades de planejamento e de administração orçamentária e financeira no Tribunal e unidades administrativas da 1ª Região, utilizou os créditos orçamentários disponibilizados para o exercício de 2010, conforme as Ações de Governo, procedendo ao gerenciamento, acompanhamento e execução dos recursos recebidos, de acordo com as determinações contidas na Lei Orçamentária 12.214, de 26/01/2010, com as diretrizes e prioridades estabelecidas na Lei 12.017, de 12/08/2009, e com os parâmetros fixados na Lei Complementar 101, de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Coube à Secor administrar o orçamento para que fossem assegurados créditos às seguintes atividades:

- pagamento de despesas com pessoal, incluindo as de exercícios anteriores e sentenças judiciais;
- pagamento de benefícios;
- pagamento de ajuda de custo para magistrados e servidores removidos;
- manutenção das varas federais;
- funcionamento dos Juizados Especiais Federais e realização dos Juizados itinerantes e mutirões;
- manutenção da estrutura física com obras e reformas nas edificações existentes;
- aquisição de materiais e equipamentos para as diversas áreas, visando à renovação, modernização e expansão;
- andamento das obras e reformas com ações específicas;
- instalação e manutenção de 19 varas federais criadas pela Lei 12.011/2009.

Além das atividades rotineiras, a Secor está envolvida com quatro projetos estratégicos, que têm como objetivo dotar a Secretaria com instru-

mentos balizadores na tomada de decisões gerenciais, de modo a otimizar o orçamento disponível, evitar desperdícios e visar a uma distribuição de créditos e recursos que possibilite às seções e subseções judiciárias ter sua estrutura física e seus serviços atendidos uniformemente.

## Sistema de Controle da Execução Orçamentária – CEO

O sistema CEO foi desenvolvido em linguagem VBA (*Visual Basic for Applications*), porém, em razão do crescimento de suas funcionalidades e do volume das informações orçamentárias da Justiça Federal, houve necessidade de melhoria sistêmica da infraestrutura, quando se deu início ao projeto de migração para a plataforma *Web*. Nessa nova fase, encontra-se em desenvolvimento uma versão do sistema que aperfeiçoará o gerenciamento das informações controladas, com o intuito de reduzir o tempo de resposta, ampliar a abrangência e interligar os dados entre o Tribunal e as seccionais, buscando otimizar a gestão dos créditos orçamentários de toda a 1ª Região. Há a previsão de se iniciar a fase de testes pela Secor ainda em 2011.

## Sistemas de custos

O Tribunal, por iniciativa da Secor, iniciou estudos para a implantação do Sistema de Informações Gerenciais de Custos, que tem por finalidade determinar os custos de todas as ações desenvolvidas, decorrentes da execução orçamentária, e gerar informações gerenciais, com vistas a apoiar o planejamento e a tomada de decisões, além de contribuir para a eficiência, controle e qualidade dos gastos públicos. Para dar visibilidade à iniciativa, foi editada a Portaria/Presi/Secor 440 de 10/11/2010, que determina a realização de estudos para elaboração de Sistema de Informações Gerenciais de Custos da 1ª Região.

O projeto está na fase de *benchmarking* — troca de experiências — com organizações que tenham tido casos de sucesso na implantação do

sistema de custos. Até o momento, foram visitados o Banco Central do Brasil (Bacen); a Secretaria do Tesouro Nacional (STN); a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul (Sefaz/RS), a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz/BA), a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig), o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ/RJ), o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJ/SE) e o Instituto de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro). Após esse processo, será feita a escolha da metodologia de

apuração de gastos que melhor atenda às necessidades da 1ª Região e firmadas parcerias com organizações para o desenvolvimento do sistema.

Os principais benefícios da implantação do sistema de custos dizem respeito à qualidade e ao aprimoramento dos gastos públicos; à eficácia, eficiência e efetividade da gestão; à análise de custos e à melhoria dos procedimentos a partir da apuração dos custos; à aplicabilidade do sistema no processo decisório, bem como à economicidade e à avaliação dos resultados.

## Projeto de levantamento de dados técnicos e fotográficos das unidades administrativas da 1ª Região

Este projeto é corolário dos inúmeros pleitos recebidos pela Secor referentes à deficiência de pessoal — o que requer novas contratações de terceirizados e estagiários —, além de outras solicitações de reformas, obras, investimentos e demais contratações. Em face dessas demandas, tornou-se necessário conhecer *in loco* as necessidades, com o fim de cotejar as diversas realidades, para priorizar o atendimento.

O projeto consiste na coleta e tratamento de dados técnicos e fotográficos das seções e subseções judiciárias, visando obter um raio x das condições de funcionamento daquelas unidades. O material subsidiará a preparação de um relatório de gestão

para a tomada de decisões quanto à definição das prioridades em face das dotações consignadas nos orçamentos vigente e futuro.

Em 2010, foram coletados os dados preliminares sobre estagiários e terceirizados e os custos de manutenção dessa mão de obra, bem como a estatística processual e o número de servidores ativos. Os dados estão sendo tratados pela Secor, para que sua análise sirva de referencial no momento das visitas.

Foram concluídos, ainda nessa fase, os formulários para a coleta dos dados, a previsão de despesas para a realização do projeto e o cronograma de viagens para 2011.

## Demandas estratégicas

O Plano Estratégico do TRF 1ª Região está sendo executado sob a metodologia de gestão por projetos, com a formação de um portfólio estratégico, viável em termos de orçamento, que caracterize as diretrizes da nova Administração.

Em 27 de abril de 2010, foi enviada a Circular Presi/Secor 129 às seções judiciárias, solicitando o encaminhamento das demandas julgadas estratégicas, consoante modelo preestabelecido.

Para formar a classificação de prioridade das demandas recebidas, tornou-se necessária a deter-

minação de valores e de pesos para os critérios definidos pela Secor e pelo Cenag e o estabelecimento de alguns parâmetros.

As demandas foram classificadas em operacionais e estratégicas e o orçamento disponível em 2010 foi alocado seguindo a classificação de prioridade.

A metodologia de funcionamento do escritório de projetos está sendo aprovada e a Secor deverá aplicá-la nos projetos operacionais.

## Orçamento 2010

Considerando-se os créditos inicialmente consignados por meio do orçamento de 2010 e dos créditos adicionais, excluídos os valores relativos a sentenças transitadas em julgado (precatórios e requisições de pequeno valor), a 1ª Região foi contemplada com créditos orçamentários, conforme discriminação abaixo.

### Quadro 103 1ª Região – orçamento

Dotação inicial	1.777.012.815,00
(+) Alterações orçamentárias (suplementações menos cancelamentos)	129.451.476,70
= Dotação autorizada	1.906.464.291,70
(+) Destaque recebido	350,00
(-) Contingenciamento	8.153.470,00
(=) Dotação final	1.898.311.171,70
(-) Destaque concedido	941.119,03
(=) Dotação disponível	1.897.370.052,67

As alterações na Lei Orçamentária foram efetuadas por meio de créditos adicionais suplementares, com oferecimento de créditos compensatórios, obedecidos os limites previstos na lei orçamentária, destinados ao atendimento das despesas com custeios, projetos, pessoal e encargos sociais, conforme Portaria SOF 4 de 17/02/2010, Portaria SOF 5 de 17/02/2010 e Portaria CJF 017 de 09/03/2010.

1. Créditos autorizados na lei orçamentária para o Poder Judiciário por Resolução do CJF – Resoluções CJF 100, de 16/04/2010; 101, de 14/04/2010; 117, 118 e 119, de 30/09/2010; 127, 128 e 129, de 03/12/2010; 131, 132 e 133, de 13/12/2010 e 135, de 23/12/10.
2. Créditos autorizados na lei orçamentária por Decreto do Poder Executivo – Decretos/PR de 28/10/2010, de 06/07/2010; de 06/07/2010, de 18/05/2010; de 26/11/2010 e de 13/12/2010.

3. Créditos dependentes de autorização legislativa por lei específica – Lei 12.355, de 29/12/2010, e 12.370, de 29/12/2010.
4. Outras alterações previstas na LDO – Portaria SOF 22, de 15/04/2010.

Por força do disposto no artigo 167, § 2º, da Constituição Federal, foi editada a Resolução CJF 97, de 15/01/2010, que reabriu o saldo orçamentário remanescente do exercício de 2009, proveniente do crédito especial aprovado nos últimos quatro meses do exercício, no montante de R\$ 17.000,00 para o projeto de construção do edifício sede de Rondonópolis/MT.

O quadro a seguir demonstra as alterações resultantes da distribuição dos valores constantes da reserva do CJF, dos créditos adicionais e dos valores contingenciados.

**Quadro 104**  
**Demonstrativo das alterações na Lei Orçamentária de 2010**

<b>Pessoal</b>	<b>LOA 2010</b>	<b>Contingenciado</b>	<b>Alterações</b>	<b>Dotação final</b>
Julgamento de causas	1.019.011.041		50.856.775	
Pagamento de aposentadorias e pensões	179.833.424		25.116.259	
Custeio do regime de previdência dos servidores	188.377.308		9.086.696	
<b>Total – pessoal</b>	<b>1.387.221.773</b>	<b>–</b>	<b>85.059.730</b>	<b>1.472.281.503</b>

<b>Benefícios</b>	<b>LOA 2010</b>	<b>Contingenciado</b>	<b>Alterações</b>	<b>Dotação final</b>
Auxílio-alimentação	47.900.160		1.646.229	49.546.389
Auxílio-transporte	201.244		–	201.244
Assistência pré-escolar	7.425.600		203.360	7.628.960
Assistência médica e odontológica a servidores	25.114.320		1.812.520	26.926.840
<b>Total – benefícios</b>	<b>80.641.324</b>	<b>–</b>	<b>3.662.109</b>	<b>84.303.433</b>

<b>Atividades</b>	<b>LOA 2010</b>	<b>Contingenciado</b>	<b>Alterações</b>	<b>Dotação final</b>
Julgamento de causas (3 e 4)	171.390.700	733.780	13.226.827	183.883.747
Assistência jurídica a pessoas carentes	9.721.959		6.351.889	16.073.848
Capacitação de recursos humanos	3.190.231		298.000	3.488.231
<b>Total – manutenção</b>	<b>184.302.890</b>	<b>733.780</b>	<b>19.876.716</b>	<b>203.445.826</b>

Projetos	LOA 2010	Contingenciado	Alterações	Dotação final
Construção do edifício sede em Macapá/AP	11.935.939		–	11.935.939
Construção do edifício anexo em Palmas/TO	4.050.000		400.000	4.450.000
Construção do edifício sede da Justiça Federal em Cáceres/MT	1.230.058		210.000	1.440.058
Construção do edifício sede da Justiça Federal em Rondonópolis/MT	117.000		–	117.000
Construção do edifício sede da Justiça Federal em Vitória da Conquista/BA	1.237.000		–	1.237.000
Construção do edifício sede em Jequié/BA	700.000		–	700.000
Construção do edifício sede em Feira de Santana/BA	100.000	100.000	100.000	100.000
Construção do edifício anexo da Justiça Federal em Boa Vista/RR	1.346.831			–
Reforma e ampliação do edifício sede da Justiça Federal em Boa Vista/RR	–			1.496.831
Construção do edifício sede da Justiça Federal em Guanambi/BA	100.000	87.330		100.000
Construção do edifício sede da Justiça Federal em São Sebastião do Paraíso/MG	50.000			50.000
Construção do edifício sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região	99.880.000	4.547.000	4.547.000	99.880.000
Modernização de Instalações da Justiça Federal – TRF	1.280.000	602.681	602.681	1.280.000
Modernização de instalações da Justiça Federal	2.320.000	811.834	1.154.668	2.662.834
Modernização de instalações da Justiça Federal do Estado de Roraima	500.000		(150.000)	350.000
Implantação dos Sistemas Integrados de Gestão de Informação	–	981.226	10.395.584	9.414.358
Implantação de varas federais – nacional	–	289.619	11.509.128	11.219.509
<b>Total – projetos</b>	<b>124.846.828</b>	<b>7.419.690</b>	<b>29.006.391</b>	<b>146.433.529</b>
<b>Total geral</b>	<b>1.777.012.815</b>	<b>8.153.470</b>	<b>137.604.947</b>	<b>1.906.464.292</b>



## Distribuição do orçamento – 2010

Foram descentralizadas as dotações orçamentárias para atender às despesas relativas à 1ª Região da forma que se segue.

**Quadro 105**  
Dotação por tipo de ação

SECOR – 090032	Pessoal	Benefícios	Atividades	Projetos	Total
Dotação final	1.472.281.503,49	84.303.433,00	203.445.826,21	146.433.529,00	1.906.464.291,70
Destaque recebido (+)			350,00		350,00
Contingenciamento (-)			733.780,00	7.419.690,00	8.153.470,00
Dotação disponível (=)	1.472.281.503,49	84.303.433,00	202.712.396,21	139.013.839,00	1.898.311.171,70
Provisão concedida	1.471.522.982,54	83.975.436,86	202.137.498,84	132.610.226,88	1.890.246.145,12
Destaque concedido				941.119,03	941.119,03
Disponível	758.520,95	327.996,14	574.547,37	5.462.493,09	7.123.557,55

Padrão	Seções judiciárias	Pessoal	Benefícios	Atividades	Projetos	Total
P1	Amapá	19.556.011,78	1.163.195,48	2.000.463,30	11.935.939,00	34.655.609,56
	Roraima	16.943.208,46	1.069.233,77	2.385.515,95	350.000,00	20.747.958,18
	Tocantins	22.076.696,71	1.235.962,35	3.454.349,43	4.835.544,94	31.602.553,43
P2	Acre	26.148.353,75	1.571.991,63	3.172.688,69	0,00	30.893.034,07
	Rondônia	30.467.836,76	2.025.095,34	4.957.977,56	412.512,15	37.863.421,81
P3	Amazonas	43.697.546,47	2.408.113,67	6.901.753,20	125.481,80	53.132.895,14
	Mato Grosso	51.791.975,32	3.282.351,54	7.460.955,05	1.830.669,05	64.365.950,96
	Piauí	50.560.351,69	2.832.303,97	5.449.048,14	62.930,00	58.904.633,80
P4	Maranhão	64.018.713,04	3.991.254,42	7.489.646,24	814.303,54	76.313.917,24
	Pará	77.707.643,53	3.924.904,10	9.461.508,74	462.991,23	91.557.047,60
P5	Goiás	116.979.315,34	6.610.990,47	10.170.116,68	1.173.466,32	134.933.888,81
P6	Bahia	188.488.331,31	11.867.328,94	22.915.733,48	2.774.189,99	226.045.583,72
	Distrito Federal	187.842.937,62	9.633.371,02	15.577.397,64	196.614,14	213.250.320,42
	Minas Gerais	333.035.566,76	18.568.767,42	34.001.482,92	1.497.606,11	387.103.423,21
<b>Subtotal</b>		<b>1.229.314.488,54</b>	<b>70.184.864,12</b>	<b>135.398.637,02</b>	<b>26.472.248,27</b>	<b>1.461.370.237,95</b>
TRF		242.208.494,00	13.790.572,74	66.738.861,82	106.137.978,61	428.875.907,17
<b>Total geral</b>		<b>1.471.522.982,54</b>	<b>83.975.436,86</b>	<b>202.137.498,84</b>	<b>132.610.226,88</b>	<b>1.890.246.145,12</b>

O destaque concedido de R\$ 941.119,03 destinou-se ao Comando do Exército, a fim de atender aos termos de cooperação de execução de serviços técnicos em arquitetura e engenharia e assessoramento técnico na elaboração do projeto básico da 3ª etapa da obra de construção do edifício sede do Tribunal.

## Recebimento e distribuição dos limites financeiros

No decorrer de 2010, os limites financeiros recebidos do Conselho da Justiça Federal foram repassados às unidades gestoras da 1ª Região, conforme discriminado abaixo, para pagamento de todas as despesas, inclusive, precatórios e requisições de pequeno valor.

**Quadro 106**  
Limites financeiros concedidos, darfs/GPS/GRU e receitas arrecadadas

Padrão	Seção	Categoria "A" Pessoal	Categoria "C" Custeio	Categoria "D" Investimento	Categoria "E" Inversão	Restos a pagar	DARFs/GPS/ DAR/GRU	Receitas arrecadadas	Total
P1	Amapá	12.551.142,80	3.083.388,78	12.016.209,00	0,00	3.919.676,97	8.290.256,54	0,00	39.860.674,09
	Roraima	11.211.850,40	3.064.804,61	422.053,00	0,00	0,00	5.746.618,56	0,00	20.445.326,57
	Tocantins	13.869.810,19	4.544.985,06	4.952.355,38	0,00	2.882.733,58	8.379.434,05	0,00	34.629.318,26
P2	Acre	16.936.360,73	4.673.607,56	60.996,76	0,00	116.250,21	9.095.599,25	0,00	30.882.814,51
	Rondônia	19.523.983,37	7.020.514,57	312.853,39	0,00	54.688,75	10.813.411,28	0,00	37.725.451,36
P3	Amazonas	23.741.544,65	8.220.690,23	0,00	0,00	91.310,79	15.252.156,82	0,00	47.305.702,49
	Mato Grosso	33.006.461,75	9.981.671,86	2.053.914,20	0,00	0,00	18.419.710,95	16.000,00	63.477.758,76
	Piauí	32.077.693,81	7.756.279,77	77.355,00	0,00	65.536,13	18.107.219,54	0,00	58.084.084,25
P4	Maranhão	40.996.037,63	5.241.885,23	548.579,23	0,00	0,00	22.522.851,57	0,00	69.309.353,66
	Pará	49.335.519,45	12.752.397,06	602.991,23	0,00	3.707.868,35	28.285.031,17	0,00	94.683.807,26
P5	Goiás	73.477.654,82	16.517.188,45	1.434.994,25	0,00	1.096.249,04	42.271.137,60	0,00	134.797.224,16
P6	Bahia	119.325.035,26	33.192.973,32	3.771.072,66	0,00	14.817,65	67.761.801,57	0,00	224.065.700,46
	Distrito Federal	121.003.962,81	24.770.979,18	296.614,14	0,00	410.608,14	63.881.098,93	0,00	210.363.263,20
	Minas Gerais	210.024.600,52	51.378.179,41	1.957.918,32	0,00	592.287,42	118.744.254,61	0,00	382.697.240,28
<b>Subtotal</b>		<b>777.081.658,19</b>	<b>192.199.545,09</b>	<b>28.507.906,56</b>	<b>0,00</b>	<b>12.952.027,03</b>	<b>437.570.582,44</b>	<b>16.000,00</b>	<b>1.448.327.719,31</b>
TRF		157.908.538,71	424.869.162,72	2.167.169,79	24.497.531,54	22.074.095,71	86.174.258,03	0,00	717.690.756,50
<b>Total geral</b>		<b>934.990.196,90</b>	<b>617.068.707,81</b>	<b>30.675.076,35</b>	<b>24.497.531,54</b>	<b>35.026.122,74</b>	<b>523.744.840,47</b>	<b>16.000,00</b>	<b>2.166.018.475,81</b>

## Dotações e limites financeiros provenientes de convênios

Foi incluído no orçamento de 2010, na fonte 181 (recursos de convênio), o total de R\$ 15.151.938,00, decorrente dos convênios firmados entre:

- a Prefeitura de Cáceres/MT e a Subseção Judiciária de Cáceres, no valor de R\$ 14.000,00, para cobrir despesas com a locação do imóvel que abriga aquela Subseção;
- o Banco do Brasil e o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no valor inicial de R\$ 14.500.000,00.

Foi solicitado crédito adicional, por excesso de arrecadação, no valor de R\$ 3.137.938,00, proveniente da dotação não utilizada em 2009, todavia, só foi aprovado o valor de R\$ 637.938,00, perfazendo dotação disponível de R\$ 15.137.938,00, destinada à aquisição de material permanente, modernização das instalações, mão de obra de informática e de apoio administrativo, construção do edifício sede do TRF e construção do galpão da Seção Judiciária do

Distrito Federal. Daquele total, foram recebidos R\$ 10.387.938,00 de recursos financeiros.

Da dotação disponível deste convênio, foi liquidada a despesa de R\$ 10.099.429,61 e o valor de R\$ 5.038.508,39, que não foi utilizado, somado ao

valor do crédito não aprovado de R\$ 2.500.000,00, perfazendo o total de R\$ 7.538.508,39. Desse montante, só poderá ser aberto crédito, em 2011, no valor de R\$ 7.250.000,00, referente ao financeiro que não foi recebido, condicionado às alterações no plano de aplicação do convênio.

### Acompanhamento da execução orçamentária e financeira

A execução do orçamento foi acompanhada e controlada pela emissão de relatórios periódicos, que demonstram a evolução da execução orçamentária e financeira do Tribunal e de cada seção judiciária, conforme o que foi planejado.

Foram emitidas 13.620 notas de movimentação de créditos, 1.641 de programação financeira, 1.820 de sistema, além de inúmeros documentos expedidos, como ofícios, memorandos, informações em processos administrativos e despachos via mensagens eletrônicas.

A seguir, demonstra-se a execução orçamentária da 1ª Região, de forma consolidada e por grupo de despesas.

**Quadro 107**  
**Execução orçamentária da 1ª Região – consolidada**

Padrão	Seção	Dotação disponível	Execução	Crédito não utilizado	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	34.655.609,56	34.576.767,55	78.842,01	7.433.368,18	99,77%
	Roraima	20.747.958,18	20.596.225,22	151.732,96	866.845,24	99,27%
	Tocantins	31.602.553,43	31.551.532,12	51.021,31	1.116.952,77	99,84%
P2	Acre	30.893.034,07	30.889.472,97	3.561,10	502.357,96	99,99%
	Rondônia	37.863.421,81	37.850.399,66	13.022,15	639.905,30	99,97%
P3	Amazonas	53.132.895,14	52.982.001,49	150.893,65	1.265.723,50	99,72%
	Mato Grosso	64.365.950,96	64.364.662,26	1.288,70	2.801.865,25	100,00%
	Piauí	58.904.633,80	58.595.240,56	309.393,24	1.394.353,34	99,47%
P4	Maranhão	76.313.917,24	76.290.929,58	22.987,66	2.403.919,33	99,97%
	Pará	91.557.047,60	91.351.380,89	205.666,71	2.635.216,08	99,78%
P5	Goiás	134.933.888,81	134.595.540,04	338.348,77	3.815.001,90	99,75%
P6	Bahia	226.045.583,72	225.876.420,16	169.163,56	7.398.569,08	99,93%
	Distrito Federal	213.250.320,42	213.231.306,88	19.013,54	4.939.644,63	99,99%
	Minas Gerais	387.103.423,21	387.092.498,94	10.924,27	7.960.419,37	100,00%
<b>Subtotal seções</b>		<b>1.461.370.237,95</b>	<b>1.459.844.378,32</b>	<b>1.525.859,63</b>	<b>45.174.141,93</b>	<b>99,90%</b>
TRF		428.875.907,17	427.645.072,31	1.230.834,86	118.355.030,44	99,71%
Secor – 090032		7.123.557,55	0,00	7.123.557,55	0,00	0,00%
<b>Total geral</b>		<b>1.897.369.702,67</b>	<b>1.887.489.450,63</b>	<b>9.880.252,04</b>	<b>163.529.172,37</b>	<b>99,48%</b>

## 1. Pessoal

**Quadro 108**  
Execução orçamentária da 1ª Região – pessoal

Padrão	Seção	Dotação final	Execução	Crédito não utilizado	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	19.556.011,78	19.555.420,23	591,55	110.328,92	100,00%
	Roraima	16.943.208,46	16.943.201,41	7,05	77.385,74	100,00%
	Tocantins	22.076.696,71	22.064.086,69	12.610,02	54.221,82	99,94%
P2	Acre	26.148.353,75	26.148.353,75	0,00	89.544,04	100,00%
	Rondônia	30.467.836,76	30.466.209,43	1.627,33	66.867,82	99,99%
P3	Amazonas	43.697.546,47	43.683.338,48	14.207,99	462.842,38	99,97%
	Mato Grosso	51.791.975,32	51.791.975,32	0,00	497.147,01	100,00%
	Piauí	50.560.351,69	50.540.913,95	19.437,74	470.430,97	99,96%
P4	Maranhão	64.018.713,04	64.018.706,47	6,57	635.013,35	100,00%
	Pará	77.707.643,53	77.706.520,38	1.123,15	492.357,08	100,00%
P5	Goiás	116.979.315,34	116.907.471,67	71.843,67	1.396.420,34	99,94%
P6	Bahia	188.488.331,31	188.488.331,31	0,00	2.366.037,77	100,00%
	Distrito Federal	187.842.937,62	187.825.118,75	17.818,87	3.084.560,75	99,99%
	Minas Gerais	333.035.566,76	333.032.561,44	3.005,32	3.994.878,63	100,00%
<b>Subtotal seções</b>		<b>1.229.314.488,54</b>	<b>1.229.172.209,28</b>	<b>142.279,26</b>	<b>13.798.036,62</b>	<b>99,99%</b>
TRF		242.208.494,00	242.208.493,88	0,12	1.048.753,20	100,00%
Secor – 090032		758.520,95		758.520,95		0,00%
<b>Total geral</b>		<b>1.472.281.503,49</b>	<b>1.471.380.703,16</b>	<b>900.800,33</b>	<b>14.846.789,82</b>	<b>99,94%</b>

Dos R\$ 900.800,33 constantes do crédito não utilizado, R\$ 792.569,79 referem-se à dotação do Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – CUPS, que, de acordo com a legislação vigente, não podem ser remanejados para atender a outras despesas de pessoal, R\$ 62.091,64 da dotação de ativos e R\$ 46.138,90 da dotação de inativos, que também não pode ser utilizada devido a problemas de inversão de fonte.

Com a dotação orçamentária de pessoal aprovada, acrescida de suplementações orçamentárias obtidas no decorrer do exercício, foi possível pagar

todas as folhas ordinárias e as sentenças judiciais transitadas em julgado.

Teve início, no começo de 2010, o pagamento de alguns valores relativos às despesas de exercícios anteriores diversos, como adicional de tempo de serviço, substituição, serviços extraordinários e progressões funcionais. Os pagamentos, todavia, foram suspensos e estão condicionados ao cumprimento do *caput* do art. 1º, incisos I, III, V, VI, VII, X, XI e XII, da Resolução CJF 106 de 26/05/2010, que definiu novos critérios para o reconhecimento administrativo, apuração de valores e pagamento de dívidas de exercícios anteriores — passivos — a

magistrados e servidores do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus. A dotação descentralizada em dezembro ficou inscrita em restos a pagar para pagamento em 2011, quando forem atendidas as exigências da Resolução.

Dos passivos existentes, foram pagos o Adicional de Tempo de Serviço dos magistrados, juros dos 11,98% e parte da Parcela Autônoma de Equivalência dos magistrados.

As seções judiciárias e o Tribunal encaminharam, mensalmente, as informações referentes às despesas com pessoal ativo e inativo (quantitativo físico e valores pagos em regime de competência), as quais foram analisadas e consolidadas pela Secor, que, em seguida, as encaminhou ao Conselho da Justiça Federal. Esses dados servem de base para a liberação dos repasses financeiros, para elaboração dos créditos adicionais de pessoal e definição dos limites orçamentários para o próximo exercício.

## 2. Benefícios

**Quadro 109**  
Execução orçamentária da 1ª Região – benefícios

Padrão	Seção	Dotação final	Execução	Crédito não utilizado	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	1.163.195,48	1.160.383,22	2.812,26	0,00	99,76%
	Roraima	1.069.233,77	1.062.518,86	6.714,91	6.814,53	99,37%
	Tocantins	1.235.962,35	1.231.910,47	4.051,88	0,00	99,67%
P2	Acre	1.571.991,63	1.571.991,63	0,00	334,40	100,00%
	Rondônia	2.025.095,34	2.025.095,34	0,00	0,00	100,00%
P3	Amazonas	2.408.113,67	2.401.329,18	6.784,49	5.560,49	100,00%
	Mato Grosso	3.282.351,54	3.282.351,54	0,00	0,00	100,00%
	Piauí	2.832.303,97	2.786.519,91	45.784,06	280,00	98,38%
P4	Maranhão	3.991.254,42	3.991.254,42	0,00	2.901,72	100,00%
	Pará	3.924.904,10	3.923.410,58	1.493,52	43.891,83	99,96%
P5	Goiás	6.610.990,47	6.608.751,77	2.238,70	310.999,10	99,97%
P6	Bahia	11.867.328,94	11.867.328,94	0,00	80.422,90	100,00%
	Distrito Federal	9.633.371,02	9.633.371,02	0,00	300,00	100,00%
	Minas Gerais	18.568.767,42	18.568.497,50	269,92	182.630,49	100,00%
<b>Subtotal seções</b>		<b>70.184.864,12</b>	<b>70.114.714,38</b>	<b>70.149,74</b>	<b>634.135,46</b>	<b>99,90%</b>
TRF		13.790.572,74	13.735.316,91	55.255,83	86.474,34	99,60%
Secor – 090032		327.996,14		327.996,14		0,00%
<b>Total geral</b>		<b>84.303.433,00</b>	<b>83.850.031,29</b>	<b>453.401,71</b>	<b>720.609,80</b>	<b>99,46%</b>

Dos R\$ 453.401,71, constantes do crédito não utilizado para benefícios, R\$ 43.631,33 são relativos à assistência médica e odontológica a servidores; R\$ 274.313,63 à assistência pré-escolar; R\$ 17.452,09 ao auxílio-transporte e R\$ 118.004,66 ao auxílio-alimentação. Como a dotação destinada a benefícios diz respeito a despesas obrigatórias, não há possibilidade de serem utilizadas sobras para atender às demais necessidades.

## 3. Atividades

**Quadro 110**  
Execução orçamentária da 1ª Região – atividades

Padrão	Seção	Dotação final	Execução	Crédito não utilizado	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	2.000.463,30	1.925.025,10	75.438,20	341.094,10	96,23%
	Roraima	2.385.515,95	2.240.958,79	144.557,16	433.098,81	93,94%
	Tocantins	3.454.349,43	3.425.338,38	29.011,05	476.963,46	99,16%
P2	Acre	3.172.688,69	3.169.127,59	3.561,10	412.479,52	99,89%
	Rondônia	4.957.977,56	4.948.082,74	9.894,82	452.835,50	99,80%
P3	Amazonas	6.901.753,20	6.771.852,03	129.901,17	671.838,83	98,12%
	Mato Grosso	7.460.955,05	7.459.666,35	1.288,70	1.306.215,01	99,98%
	Piauí	5.449.048,14	5.214.348,30	234.699,84	888.843,97	95,69%
P4	Maranhão	7.489.646,24	7.468.273,40	21.372,84	1.393.875,53	99,71%
	Pará	9.461.508,74	9.258.458,70	203.050,04	1.635.975,94	97,85%
P5	Goiás	10.170.116,68	9.947.071,66	223.045,02	1.361.810,69	97,81%
P6	Bahia	22.915.733,48	22.915.702,18	31,30	3.919.754,48	100,00%
	Distrito Federal	15.577.397,64	15.576.202,97	1.194,67	1.661.358,38	99,99%
	Minas Gerais	34.001.482,92	33.993.833,89	7.649,03	3.259.049,25	99,98%
<b>Subtotal</b>		<b>135.398.637,02</b>	<b>134.313.942,08</b>	<b>1.084.694,94</b>	<b>18.215.193,47</b>	<b>99,20%</b>
TRF		66.738.861,82	66.375.479,25	363.382,57	14.376.776,52	99,46%
Secor – 090032		574.547,37		574.547,37		0,00%
<b>Total geral</b>		<b>202.712.046,21</b>	<b>200.689.421,33</b>	<b>2.022.624,88</b>	<b>32.591.969,99</b>	<b>99,00%</b>

Na parte concernente a “Atividades” estão incluídas as ações “Julgamento de causas”, “Capacitação de Recursos Humanos” e “Assistência jurídica a pessoas carentes”.

Do total de R\$ 2.022.624,88 não utilizados, o valor de R\$ 489.659,76 refere-se ao convênio com o Banco Brasil e poderá ser utilizado em 2011 mediante alteração do plano de aplicação do convênio. O valor de R\$ 1.532.965,12 refere-se a licitações frustradas no final de dezembro, sem tempo hábil para utilização da dotação, representando perda orçamentária de 0,76%.

A seguir, serão detalhados alguns itens de relevância nesse grupo de despesas.

## Bolsas de estágio

A Portaria/Secor 491 de 03/12/2010 reajustou o auxílio financeiro da bolsa estágio de nível superior para R\$ 600,00 e o de nível médio para R\$ 400,00.

## Despesas com ajuda de custo

Foi pago o valor total de R\$ 4.809.298,00, dos quais R\$ 3.663.608,00 para a remoção de 87 magistrados e R\$ 1.145.690,00 para a remoção de 48 servidores, visando ao pleno funcionamento das varas federais.

## Juizado Especial Federal itinerante e mutirão

Em continuidade à estratégia adotada pela Cojef para o biênio 2009-2010 para diminuir o acervo processual nos Juizados Especiais Federais, parte da dotação destinada aos Juizados itinerantes foi remanejada para efetuar mutirão.

A programação itinerante efetivada demandou R\$ 447.558,19 e abrangeu os municípios de Augustinópolis e Araguatins/TO; Baixo Madeira/RO; Mocajuba/PA; Iporá/GO; Uauá e Curaçá/BA; e Rio Negro/AM.

Para atender aos mutirões nos juizados de Uberaba/MG, Passos/MG, Juiz de Fora/MG, Montes Claros/MG, Uberlândia/MG, Aparecida de Goiânia/GO, Anápolis/GO, Imperatriz/MA, Parnaíba/PI, Paulo Afonso/BA, Rio Branco/AC, Belém/PA, Castanhal/PA, Marabá/PA e Distrito Federal, foi descentralizado o valor de R\$ 806.265,09.

## Veículos

A relação de veículos existentes — Anexo III da Resolução 72 de 20 de agosto de 2009 — foi recebida mensalmente das seções judiciárias, analisada, consolidada e remetida ao CJF.

Conforme determina o art. 5º da Resolução/CNJ 83, foi divulgada, no Diário da Justiça e também no portal desta Corte, em janeiro de 2010, a lista de veículos oficiais utilizados, com a indicação da quantidade em cada uma das categorias definidas no art. 2º da mesma Resolução.

Para o exercício de 2010, a dotação de veículo ficou retida no CJF até que fosse feita a análise nas frotas existentes e aprovado o plano anual de aquisição de veículos 2010.

O quadro que se segue demonstra as compras realizadas.

**Quadro 111**  
**Aquisição de veículos**

Padrão	TRF/Seção judiciária	Plano de aquisição do CJF		Executado	
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
P1	Amapá				
	Roraima				
	Tocantins				
P2	Acre				
	Rondônia				
P3	Amazonas				
	Mato Grosso				
	Piauí	1	72.000,00	1	60.000,00
P4	Maranhão				
	Pará				
P5	Goiás	2	84.000,00	2	80.898,00
P6	Bahia				
	Distrito Federal				
	Minas Gerais	3	210.000,00	1	47.950,00
<b>Subtotal</b>		<b>6</b>	<b>366.000,00</b>	<b>4</b>	<b>188.848,00</b>
TRF		1	212.000,00	1	199.500,00
<b>Total geral</b>		<b>7</b>	<b>578.000,00</b>	<b>5</b>	<b>388.348,00</b>

### Assistência jurídica a pessoas carentes – AJPC

Nesse exercício, a estratégia adotada pelo CJF para descentralização da dotação da ação AJPC foi de distribuir o montante executado até maio de 2009 e reter o restante da dotação para prover as unidades da Justiça de acordo com as necessidades apresentadas. Todavia, em outubro, a dotação para tal finalidade se esgotou, enquanto multiplicavam-se os pleitos das seções judiciárias. A pendência de pagamento existente é de R\$ R\$ 7.761.742,23.

Da dotação disponível em 2010, no valor de R\$15.983.848,00, foram utilizados R\$ 8.322.792,98 para pagamento de despesas de exercícios anteriores, tendo em vista que o orçamento de 2009 foi insuficiente para supri-las.



#### 4. Projetos

**Quadro 112**  
Execução orçamentária da 1ª Região – projetos

Padrão	Seção	Dotação final	Execução	Crédito não utilizado	Inscrição em restos a pagar	% de execução
P1	Amapá	11.935.939,00	11.935.939,00	0,00	6.981.945,16	100,00%
	Roraima	350.000,00	349.546,16	453,84	349.546,16	99,87%
	Tocantins	4.835.544,94	4.830.196,58	5.348,36	585.767,49	99,89%
P2	Acre	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Rondônia	412.512,15	411.012,15	1.500,00	120.201,98	99,64%
P3	Amazonas	125.481,80	125.481,80	0,00	125.481,80	100,00%
	Mato Grosso	1.830.669,05	1.830.669,05	0,00	998.503,23	100,00%
	Piauí	62.930,00	53.458,40	9.471,60	34.798,40	84,95%
P4	Maranhão	814.303,54	812.695,29	1.608,25	372.128,73	99,80%
	Pará	462.991,23	462.991,23	0,00	462.991,23	100,00%
P5	Goiás	1.173.466,32	1.132.244,94	41.221,38	745.771,77	96,49%
P6	Bahia	2.774.189,99	2.605.057,73	169.132,26	1.032.353,93	93,90%
	Distrito Federal	196.614,14	196.614,14	0,00	193.425,50	100,00%
	Minas Gerais	1.497.606,11	1.497.606,11	0,00	523.861,00	100,00%
<b>Subtotal seções</b>		<b>26.472.248,27</b>	<b>26.243.512,58</b>	<b>228.735,69</b>	<b>12.526.776,38</b>	<b>99,14%</b>
TRF		106.137.978,61	105.325.782,27	812.196,34	102.843.026,38	99,23%
Secor – 090032		5.462.493,09		5.462.493,09		0,00%
<b>Total geral</b>		<b>138.072.719,97</b>	<b>131.569.294,85</b>	<b>6.503.425,12</b>	<b>115.369.802,76</b>	<b>95,29%</b>

A seguir, demonstram-se os R\$ 6.503.425,12 constantes do crédito não utilizado.

- R\$ 453,84 – projeto de modernização das instalações do edifício sede de Boa Vista/RR.
- R\$ 1.496.831,00 – projeto de reforma e ampliação do edifício sede de Boa Vista – RR. Esse crédito será reaberto para utilização em 2011.
- R\$ 66.682,40 – projeto de implantação de varas federais.
- R\$ 11.341,28 – projeto de construção do edifício sede de Rondonópolis/MT.
- R\$ 169.132,37 – projeto de construção do edifício sede de Jequié/BA.
- R\$ 0,35 – projeto de construção do edifício sede de Guanambi/BA.
- R\$ 50.000,00 – projeto de construção do edifício sede de São Sebastião do Paraíso/MG.
- R\$ 138.486,05 – projeto de modernização das instalações da Justiça Federal.
- R\$ 27.768,00 – projeto de implantação dos sistemas integrados de gestão de informação jurisdicional – e-Jus.
- R\$ 4.542.729,83 – projeto de construção do edifício sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região/DF.

O acompanhamento da execução dos projetos da 1ª Região possibilitou evitar a execução de projetos em descompasso com o PPA e a LOA, verificar a impossibilidade de executar todos os projetos consignados na LOA de 2010 e elaborar as solicitações de créditos adicionais suplementares e especiais.

A seguir, menciona-se a situação dos projetos de construção, reformas e desapropriações que tiveram execução em 2010.

### **Construção do edifício sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

Dentro dos limites definidos ao TRF da 1ª Região, foi alocado inicialmente o montante de R\$ 99.880.000,00. Considerado o valor de R\$ 30.170.005,27, inscrito em restos a pagar, a execução estimada obtida foi de R\$ 129.970.005,27 para continuidade da obra.

No decorrer de 2010, o Tribunal executou R\$ 15.287.616,21 de restos a pagar de 2009. Da dotação do exercício ficou contingenciado o valor de R\$ 4.547.000,00; foi descentralizado para o Ministério do Exército o valor de R\$ 941.119,03 para atender aos termos de cooperação de execução de serviços técnicos em arquitetura e engenharia e de assessoramento técnico na elaboração do projeto básico da 3ª etapa da obra — estruturas — e ficaram R\$ 4.542.729,83 no disponível, sendo que, desse valor, R\$ 4.534.848,63 são da fonte 181, a serem utilizados em 2011 para suprir déficit da 1ª Região, mediante abertura de crédito adicional por excesso de arrecadação.

Foi assinado o Contrato 98/2010, no valor de R\$ 89.849.151,14, com a empresa Engefort Construtora Ltda. para a construção da terceira etapa da obra. Esse valor foi empenhado e inscrito em restos a pagar.

Para 2011, a dotação aprovada é de R\$ 47.500.000,00 para prosseguimento da obra.

### **Construção do edifício sede da Seção Judiciária do Estado do Amapá/AP**

Dentro dos limites definidos para a 1ª Região, foi alocado inicialmente o valor de R\$ 2.000.000,00, que foi suplementado em R\$ 9.935.939,00, por meio de emendas parlamentares, totalizando R\$ 11.935.939,00 aprovados na Lei Orçamentária. Somado ao valor de R\$ 4.028.314,60 inscrito em restos a pagar, resulta o montante de R\$ 15.964.253,60 disponíveis para a continuidade da obra.

No decorrer de 2010, foi executado em restos a pagar o valor de R\$ 3.928.522,60. Da dotação do exercício, R\$ 11.935.939,00, foi liquidado o valor de R\$ 4.953.993,84 e inscritos em restos a pagar R\$ 6.981.945,16.

Para 2011, a dotação aprovada é de R\$ 21.613.904,00. Desse valor, R\$ 11.375.000,00 foram provenientes de emendas parlamentares.

### **Construção do edifício anexo da Justiça Federal em Boa Vista/RR**

Dentro dos limites definidos para a 1ª Região, foi alocado inicialmente o valor de R\$ 1.146.831,00, que foi suplementado em R\$ 200.000,00 por meio de emendas parlamentares, totalizando em R\$ 1.346.000,00 o valor aprovado na Lei Orçamentária.

Em função de inconsistências nos projetos, não foi possível licitar a construção e a diretoria do Foro abriu mão dessa edificação para reformar o edifício sede. Foi, então, cancelada toda a dotação desse projeto e aberto crédito especial na ação da reforma e ampliação do edifício sede da Justiça Federal de Roraima, em Boa Vista.

Para 2011, consta o valor de R\$ 1.000.000,00 para esse projeto, incluído por emenda parlamentar, o qual deverá ser cancelado, tendo em vista que não há mais interesse na construção do anexo.

### **Reforma e ampliação do edifício sede da Justiça Federal em Boa Vista/RR**

Esse projeto foi incluído na proposta de 2010 por meio de crédito adicional especial no valor de R\$ 1.496.831,00. Como o crédito só foi aprovado em dezembro, não houve tempo hábil para licitar a reforma, e a dotação ficou sem ser utilizada. Por se tratar de crédito especial aberto no último quadrimestre, poderá ser reaberto em 2011.

Para 2011, consta o valor de R\$ 1.500.000,00, incluído por emenda parlamentar para esse projeto.

### **Construção do edifício anexo da Justiça Federal em Palmas/TO**

Dentro dos limites definidos para a 1ª Região, foi alocado inicialmente o valor de R\$ 2.000.000,00, que foi suplementado em R\$ 2.050.000,00, por meio de emendas parlamentares, totalizando em R\$ 4.050.000,00 o valor aprovado na Lei Orçamentária. Somado ao valor de R\$ 2.410.300,00 inscrito em restos a pagar, resulta o montante de R\$ 6.460.300,00, disponível para a continuidade da obra.

No decorrer de 2010, foi executado em restos a pagar o valor de R\$ 2.395.304,00. Da dotação do exercício, foi liquidado o valor de R\$ 4.046.004,86 e inscritos em restos a pagar o valor de R\$ 403.995,14.

Para 2011, a dotação aprovada é de R\$ 6.650.000,00. Desse valor, R\$ 2.600.000,00 foram provenientes de emendas parlamentares.

### **Construção do edifício anexo da Justiça Federal em Manaus/AM**

No exercício de 2010, do valor de R\$ 43.293,22 inscrito em restos a pagar, foram executados R\$ 41.930,82 e cancelado o valor de R\$ 1.362,40. Obra concluída.

### **Construção do edifício sede da Justiça Federal em Cáceres/MT**

Dentro dos limites definidos para a 1ª Região, foi alocado o valor de R\$ 1.230.058,00 na Lei Orçamentária e inscritos em restos a pagar R\$ 185.251,18, perfazendo o montante de R\$ 1.415.309,18, disponível para a continuidade da obra.

No decorrer de 2010, foi necessário suplementar, por crédito adicional, a dotação do exercício, no valor de R\$ 210.000,00. Foi executado em restos a pagar o valor de R\$ 185.251,17. Da dotação do exercício, R\$ 1.440.058,00, foi liquidado o valor de R\$ 803.687,10 e inscritos em restos a pagar R\$ 636.370,90.

A obra tem previsão de conclusão para 2011 com a execução dos restos a pagar.

### **Construção do edifício sede da Justiça Federal em Rondonópolis/MT**

Foi alocado, por meio de emenda parlamentar, o valor de R\$ 100.000,00, que, somado ao crédito reaberto no valor de R\$ 17.000,00 e ao valor de R\$ R\$ 291.260,12, inscrito em restos a pagar, perfazem o montante de R\$ 408.260,12, necessários para possibilitar a conclusão da obra.

Em 2010, foram executados R\$ 164.961,44 de restos a pagar. Da dotação do exercício foi liquidado o valor de R\$ 28.478,72, inscritos em restos a pagar R\$ 77.180,00, tendo ficado como crédito disponível o valor de R\$ R\$ 11.341,28.

Para 2011, foi incluído na Lei Orçamentária o valor de R\$ 1.201.970,00 para o acabamento do 2º piso.

### **Construção do edifício sede da Justiça Federal em Imperatriz/MA**

Do valor de R\$ 76.684,22 inscritos em restos a pagar, foram executados R\$ 73.803,40 e cancelados R\$ 2.880,82. Obra concluída.

### **Reforma do edifício anexo da Seção Judiciária em São Luís/MA**

No exercício de 2010, estava disponível para a execução da reforma, inscrito em restos a pagar, o valor de R\$ 910.000,00. Desse valor, foram pagos R\$ 71.042,70.

Como o valor empenhado não foi suficiente para atender à totalidade da reforma, foi autorizado como despesas não orçamentárias o pagamento de R\$ 1.400.000,00, oriundo do contrato com a Caixa Econômica Federal. A reforma encontra-se atrasada.

### **Construção do edifício sede da Subseção Judiciária de Marabá/PA**

No exercício de 2010, estava disponível para esse projeto, em restos a pagar, o valor de R\$ 3.478.345,65. Desse valor, foram pagos R\$ 3.290.564,75.

A obra apresenta pequeno atraso, com previsão de inauguração para março de 2011.

### **Construção do edifício sede da Justiça Federal em Vitória da Conquista/BA**

Dentro dos limites definidos para a 1ª Região, foi alocado o valor de R\$ 1.237.000,00, que, somado ao valor inscrito em restos a pagar, de R\$ 45.439,12, perfaz o montante de R\$ 1.282.439,12, disponível para a continuidade da obra.

Em 2010, foi executado, em restos a pagar, o valor de R\$ 39.989,17. Da dotação do exercício, foi liquidado o valor R\$ 1.237.000,00.

A partir do mês de junho de 2010, foram pagos ainda, como despesas não orçamentárias, o montante de R\$ 1.382.884,16, oriundo do contrato com a Caixa Econômica Federal. Para 2011, a dotação aprovada é R\$ 2.065.169,00.

### **Construção do edifício sede da Subseção Judiciária em Feira de Santana/BA**

No exercício de 2010, estava disponível para esse projeto o valor de R\$ 100.000,00, aprovado na Lei Orçamentária por meio de emendas parlamentares, e, em restos a pagar, o valor de R\$ 137.700,00.

Durante o exercício de 2010, foi executado, em restos a pagar, o valor de R\$ 15.309,00, tendo a dotação de 2010 ficado contingenciada.

O projeto executivo está sendo concluído pela empresa contratada e será entregue à Seccional para análise.

Para 2011, consta na Lei Orçamentária o valor de R\$ 10.000.000,00, incluído por meio de emenda parlamentar.

### **Construção do edifício sede da Subseção Judiciária em Campo Formoso/BA**

No exercício de 2010, estava disponível para a execução do projeto, em restos a pagar, o valor de R\$ 83.353,00. Desse valor, foram pagos R\$ 9.307,00.

O projeto executivo foi recebido e está sob a análise da Seccional.

Para 2011, não consta dotação para esse projeto.

### **Construção do edifício sede da Subseção Judiciária em Jequié/BA**

No exercício de 2010, estava disponível para esse projeto o valor de R\$ 700.000,00, aprovado na Lei Orçamentária, proveniente de emenda parlamentar, e, em restos a pagar, o valor de R\$ 83.353,00.

Durante o exercício de 2010, foi executado, em restos a pagar, o valor de R\$ 80.852,41. Da dotação do exercício, R\$ 700.000,00, foi executado o valor de R\$ 11.885,30, inscrito em restos a pagar

o valor de R\$ 518.982,33 e ficaram sem utilização R\$169.132,37. Foi contratada a primeira etapa da construção.

Para 2011, constam R\$ 1.650.000,00 para esse projeto, provenientes de emenda parlamentar.

### **Construção do edifício sede da Subseção Judiciária em Barreiras/BA**

No exercício de 2010, estava disponível para a execução do projeto, em restos a pagar, o valor de R\$ 83.353,00. Desse valor, foram pagos R\$ 80.852,41. O projeto executivo foi recebido e está sob análise da Seccional.

Para 2011, não consta dotação para esse projeto.

### **Construção do edifício sede da Subseção Judiciária em Guanambi/BA**

No exercício de 2010, estava disponível para esse projeto o valor de R\$ 100.000,00, aprovado na Lei Orçamentária, proveniente de emenda parlamentar, e, em restos a pagar, o valor de R\$ 83.353,00.

Durante o exercício de 2010, foi executado, em restos a pagar, o valor de R\$ 80.852,41. Da dotação do exercício, foi inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 12.669,65, ficaram contingenciados R\$ 87.330,00 e sem utilização R\$ 0,35. O projeto executivo foi recebido e está sob análise da Seccional.

Para 2011, não consta dotação para esse projeto.

### **Reforma do edifício sede da Justiça Federal em Paulo Afonso/BA**

No exercício de 2010, estava disponível para a execução do projeto, em restos a pagar, o valor de R\$ 7.717,67. Desse valor, foram pagos R\$ 6.412,49. Reforma concluída.

### **Construção do edifício sede da Justiça Federal em Juiz de Fora/MG**

Do valor inscrito em restos a pagar, R\$ 22.441,58, foram cancelados R\$ 6.709,78.

### **Construção do edifício sede da Justiça Federal em Passos/MG**

No exercício de 2010, estava disponível para a execução do projeto, em restos a pagar, o valor de R\$ 108.000,00. Desse valor, foram pagos R\$ 54.000,00.

A empresa contratada já entregou a Fase III – projeto executivo e foram solicitadas pela Seccional retificações e correções na arquitetura e nas instalações prediais.

Para 2011, não consta dotação para esse projeto.

### **Construção do edifício sede da Justiça Federal em São Sebastião do Paraíso/MG**

No exercício de 2010, estava disponível para esse projeto o valor de R\$ 50.000,00, aprovado na Lei Orçamentária, proveniente de emenda parlamentar, e, em restos a pagar, o valor de R\$ 108.000,00.

Durante o ano de 2010, foi pago, em restos a pagar, o valor de R\$ 54.000,00, e a dotação do exercício ficou sem utilização.

A empresa contratada já entregou a Fase III – projeto executivo e foram solicitadas pela Seccional retificações e correções tanto na arquitetura quanto nas instalações prediais.

Para 2011, não consta dotação para esse projeto.

### **Ampliação do edifício sede da Justiça Federal em Uberlândia/MG**

No exercício de 2010, estava disponível para a execução do projeto, em restos a pagar, o valor de R\$ 229.632,32. Desse valor, foram pagos R\$ 114.816,16.

A empresa contratada já entregou a Fase III – projeto executivo, com previsão de conclusão para 17/12/2010, faltando ainda a Fase IV – Aprovação dos projetos.

Para 2011, não consta dotação para esse projeto.

## Reformas e adaptações

As diversas necessidades da 1ª Região, presentes na proposta orçamentária para 2010, foram priorizadas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo planejamento estratégico para obras e reformas. Foram aplicados recursos, na ordem de R\$ 5.474.715,40, do projeto de modernização das instalações da Justiça Federal e Atividade Julgamento de Causas, conforme quadro a seguir.

**Quadro 113**  
**Controle da execução do projeto de modernização das instalações da Justiça Federal**

Seção judiciária	Meta	Unidade	NE	Descrição do serviço	Total
SJ/RR	1	Edifício sede Boa Vista	RP 2010NE000344	Contratação de empresa para elaboração de projeto – MIJF	137.998,00
			RP 2010NE000344	Aquisição de mobiliário – MIJF	430,00
			RP 2010NE000464	Aquisição de material permanente – MIJF	211.118,16
<b>Total RR</b>	<b>1</b>				<b>349.546,16</b>
SJ/RO	1	Edifício sede Rondônia	RP 2010NE000694	Serviços técnicos no sistema de distribuição de energia elétrica – MIJF	49.068,03
			RP 2010NE000777	Elaboração de projeto para readequação do sistema elétrico – MIJF	7.500,00
			RP 2010NE000779	Fiscalização de serviços – MIJF	8.000,00
			RP 2010NE000780	Contribuição patronal ao INSS – MIJF	1.600,00
<b>Total RO</b>	<b>1</b>				<b>66.168,03</b>
SJ/AM	1	Edifício sede Manaus	RP 2010NE000751	Obra de interligação do prédio sede e do edifício Rio Negro – MIJF	100.281,80
				Serviços de substituição de tubulação de água. JC-FTE 100	4.300,00
	1	Edifício Rio Negro Anexo II	RP 2010NE000769	Elaboração de projeto de combate a incêndio – Anexo II – MIJF	5.800,00
				Construção de cobertura na entrada do edifício Rio Negro. JC Fonte 100	26.028,35
	1	Tabatinga	RP 2010NE000770	Aquisição de câmeras para o CFTV – MIJF	19.400,00
		Prédio dos JEFs	2010NE000697	Serviços de reforma do Juizado Especial Federal. JC Fonte 181	38.000,00
		Prédio Tocaia	2010NE000697	Reforma do imóvel denominado "Tocaia". JC Fonte 181	77.500,00
	Serviços de pintura de muro e limpeza do terreno Tocaia. JC Fonte 100		6.772,00		
			Serviços de assentamento de piso emborrachado e de pastilhas cerâmicas. JC Fonte 100	10.589,97	
<b>Total AM</b>	<b>3</b>				<b>288.672,12</b>

Seção judiciária	Meta	Unidade	NE	Descrição do serviço	Total
SJ/MT	1	Edifício sede Mato Grosso	RP 2010NE001276	Aquisição de material permanente – JEF – MIJF	67.059,50
		Edifício sede Mato Grosso/ Rondonópolis/Cáceres		Fornecimento e instalação de divisórias removíveis especiais. JC Fonte – 181	80.277,50
		Edifício sede Mato Grosso		Realização de serviços de instalação de equipamentos adquiridos para melhoria no atendimento do JEF. JC Fonte 181	147.125,00
				Confecção e instalação de placas de identificação e orientação personalizadas. JC-Fonte 100	11.571,36
		Rondonópolis		Reparos e adaptações na sede nova com remanejamento e instalação de toldos, vedação de vão de parede e remanejamento de mastro. JC Fonte 100	4.299,74
				Confecção e colocação de placas de identificação na sede nova. JC Fonte 100	5.171,00
<b>Total MT</b>	<b>1</b>				<b>315.504,10</b>
SJ/PI	1	Edifício sede Piauí	RP-2010NE000742	Reboco e pintura do auditório – MIJF	29.400,00
				Contratação dos serviços de adequação da acessibilidade do edifício sede da Seção Judiciária do Piauí. JC Fonte 181	192.900,00
<b>Total PI</b>	<b>0</b>				<b>222.300,00</b>
SJ/MA	1	Edifício sede São Luís	RP 2010NE001032	Elaboração de projeto para o estacionamento – MIJF	13.800,00
			RP 2010NE001590	Reforma do protocolo judicial desta seccional – MIJF	6.500,00
	1	Edifício sede de Imperatriz	RP 2010NE001498	Obra de construção de muro limítrofe – MIJF	72.130,22
<b>Total MA</b>	<b>2</b>				<b>92.430,22</b>
SJ/PA	1	Edifício sede Belém	RP 2010NE001080	Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de instalação do sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), com fornecimento de material – MIJF	23.877,83
				Contratação de serviços especializados para elaboração de projetos executivos para reforma e ampliação das instalações elétricas e SPDA. JC Fonte 100	90.500,00
		Edifício sede Marabá		Serviço de engenharia para substituição da subestação transformadora de 45 KVA por 75 KVA – 13,8, na SSJ de Marabá. JC Fonte 181	13.972,03
		Edifício sede Altamira		Serviços de reforma no edifício sede da Subseção Judiciária de Altamira. JC Fonte 100	8.207,41
		Edifício sede Castanhal		Serviços técnicos especializados de engenharia para elaboração de projetos executivos para reforma e ampliação das instalações elétricas e SPDA. JC Fonte 100	18.960,00
		Edifício sede e anexo Santarém		Contratação de empresa de engenharia para realização da reforma. JC Fonte 100	700.864,63
<b>Total PA</b>	<b>1</b>				<b>856.381,90</b>

Seção judiciária	Meta	Unidade	NE	Descrição do serviço	Total
SJ/GO	1	Almoxarifado e arquivo Judicial	RP-2010NE001802	Contratação de empresa para reforma do piso do galpão da rua 804, Jardim Moema – MIJF	35.321,07
	1	Aparecida de Goiânia	RP-2010NE001826	Execução do projeto de acessibilidade do prédio MIJF	89.649,73
		Anápolis		Prestação de serviço de manutenção e revitalização do estacionamento. JC-Fonte 100	1.280,00
		Edifício sede de Goiânia		Reparo do forro do 9º andar e sala de manutenção. JC Fonte 100	45.761,49
<b>Total GO</b>	<b>2</b>				<b>172.012,29</b>
SJ/BA	1	Itabuna	2010NE001396	Adaptação e reforma das instalações físicas – MIJF	245.931,88
	1	Edifício sede Salvador	2010NE002080 2010NE002081	Contratação de engenheiro civil para fiscalização da obra de contenção em solo grampeado do talude desestabilizado dessa Seccional e confecção do As-Built da referida obra na área externa do Fórum Teixeira de Freitas. MIJF	15.912,00
			2010NE001675	Contratação de empresa para realização do serviço de estabilização do talude – MIJF	137.649,37
			RP 2010NE900312	Aquisição de estantes deslizantes – MIJF	259.840,00
				Contratação de empresa para execução do serviço de reforma da Seção de Informática. JC fonte 100	62.464,68
				Contratação de serviços de pintura. JC Fonte 100	15.082,02
				Serviço de impermeabilização no reservatório elevado. JC Fonte 100	57.585,58
	1	Prédio dos JEFs	RP 2010NE900295	Serviços de correção de infiltrações nos prédios dos JEFs – MIJF	95.728,00
				Serviço de climatização e fechamento em divisória de gesso em sala do prédio do JEF. JC Fonte 100	23.296,16
				Contratação de empresa para execução dos serviços de adaptação, reforma e modernização. JC Fonte 100	763.135,00
<b>Total BA</b>	<b>3</b>				<b>1.676.624,69</b>
SJ/DF	1	Edifício Cidade de Cabo Frio	RP 2010NE000910	Aquisição de grupo gerador para o edifício Cidade de Cabo Frio – MIJF	162.200,00
<b>Total DF</b>	<b>1</b>				<b>162.200,00</b>



Seção judiciária	Meta	Unidade	NE	Descrição do serviço	Total
SJ/MG	1	Edifício Antônio Fernando Pinheiro – Belo Horizonte	2010NE000943	Fornecimento de duas unidades resfriadoras de líquidos com condensação a água (Chiller) MIJF	285.400,00
			2010NE001333	Substituição de duas unidades resfriadoras de líquido e reforma de seis bombas de água na central de água gelada – MIJF	70.000,00
			Valor destinado aos serviços previstos no quarto termo aditivo ao Contrato 109/2009, referente ao cabeamento estruturado do edifício Antônio Fernando Pinheiro da Seccional. JC Fonte 181	101.419,17	
		Edifícios da Justiça Federal em Belo Horizonte		Contratação de empresa para serviços de manutenção preventiva em instalações elétricas, com emissão de laudos, nos edifícios da Justiça Federal em Belo Horizonte, nos termos do Edital do pregão eletrônico 73/10 e anexos. JC Fonte 100	22.799,00
	1	Varginha	2010NE001211 2010NE001779	Contratação de serviços de reforma dos sanitários – MIJF	41.957,20
SJ/MG		Governador Valadares		Elaboração de projeto executivo e fornecimento/construção de cabeamento estruturado em sala anexa ao edifício sede da Justiça Federal em Governador Valadares para acomodar a secretaria do Juizado Especial Federal. JC Fonte 181	14.767,56
		Lavras		Contratação de serviços de obras civis para adequação de espaço destinado à instalação de elevador tipo plataforma elevatória. JC Fonte 100	11.594,58
		Uberlândia		Fornecimento e instalação de cercamento por alambrado, com um portão na área contígua ao prédio. JC Fonte 100	6.778,00
				Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia. JC Fonte 100	13.479,00
		Ipatinga		Contratação de serviços de engenharia para execução de reforma. JC Fonte 100	158.855,06
<b>Total MG</b>	<b>2</b>				<b>727.049,57</b>
<b>Total seções</b>	<b>17</b>				<b>4.928.889,08</b>
TRF	1	Depósito da Diami (prédio do CJF)	2010NE900315	Fornecimento e instalação de exaustor do tipo eólico de uso industrial – MIJF	2.468,40
	1	Edifício Sede II	2010NE900569	Fornecimento e instalação de motobombas – MIJF	21.000,00
			RP 2010NE000274	RDO-00360 – Contrato 97/2009 – construção da subestação de energia – MIJF	130.655,63
	1	Base Operacional	2010NE000449	Contratação de empresa para elaboração de laudo e projeto de reforço da estrutura do telhado – MIJF	6.750,00
	1	Edifício Cidade de Cabo Frio	2010NE000609	Aquisição de <i>no break</i> – MIJF	57.943,96
	1	Centrejufe	RP 2010NE901089	Contratação de serviços de engenharia para impermeabilização em áreas dos blocos I e II – MIJF	327.008,33
		Prédio da Gráfica		Contratação emergencial de escoramento da estrutura metálica da cobertura da Base Operacional. JC Fonte 100	73.000,00
<b>Total TRF</b>	<b>5</b>				<b>545.826,32</b>
<b>Total geral</b>	<b>22</b>				<b>5.474.715,40</b>

Cabe ressaltar que muitas seccionais tiveram autorizadas obras e reformas para serem efetuadas e, por motivos diversos, não utilizaram os créditos autorizados para a realização dos serviços.

### Projeto de implantação de varas federais

A Lei 12.011, de 04/08/2009, criou 230 varas federais. Para a 1ª Região foram destinadas 94 varas, das quais 19 foram instaladas em 2010, 19 estão previstas para 2011, 19 para 2012, 19 para 2013 e 18 para 2014.

As Resoluções/Presi/Cenag 14 de 13/05/2010 e 22 de 03/11/2010 autorizaram a instalação das 19 varas previstas para 2010.

A dotação recebida para instalação das varas foi de R\$ 11.219.509,00. Desse total, foi contingenciado o valor de R\$ 289.619,00; liquidados R\$ 3.741.528,20; inscritos em restos a pagar R\$ 7.121.679,40, e o valor de R\$ 66.682,40 ficou sem utilização. A Secor fez um controle rigoroso desses créditos, o que possibilitou atender a todas as demandas.

O quadro a seguir demonstra a execução por unidade.

**Quadro 114**  
**Implantação de varas federais**

Seção	Descrição do serviço	Total
Araguaína/TO	Serviços técnicos profissionais	8.910,00
	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	48.554,81
	Coleções e materiais bibliográficos	5.142,78
	Máquinas e equipamentos energéticos	19.947,00
	Mobiliário em geral	71.300,00
	Peças não incorporáveis a imóveis	4.490,00
	Aparelhos e utensílios domésticos	15.778,23
	Máquinas, instalações e utensílios de escritório	6.408,55
	Material de expediente	20.739,07
	Material de condicionamento e embalagem	1.689,50
	Material elétrico e eletrônico	710,27
	Material para áudio, vídeo e foto	233,00
	Material para comunicações	349,90
	Material de processamento de dados	2.586,47
	Material de limpeza e produtos de higienização	877,17
	Bandeiras, flâmulas e insígnias	726,00
	Material de copa e cozinha	3.241,31
	Material para manutenção de bens imóveis/instalações	5.317,37
	Instalações	107.628,39
	Material para festividades e homenagens	495,00
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	4.200,40	
Material de proteção e segurança	1.989,00	

Seção	Descrição do serviço	Total
Araguaína/TO	Equipamento de proteção, segurança e socorro	11.932,36
	Aparelhos e equipamentos de comunicação	36.950,00
<b>Total TO</b>		<b>380.196,58</b>
Porto Velho e Guajará-Mirim/RO	Aparelhos e equipamentos de comunicação	2.390,00
	Máquinas, instalações e utensílios de escritório	4.900,00
	Mobiliário em geral	119.779,44
	Manutenção e conservação de bens imóveis	149.999,73
	Material de processamento de dados	2.480,00
	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	48.500,83
	Aparelhos e utensílios domésticos	4.985,00
	Material de expediente	5.881,00
	Material de copa e cozinha	1.354,00
	Gêneros de alimentação	285,00
	Material de sinalização visual e outros	3.830,00
	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	459,12
<b>Total RO</b>		<b>344.844,12</b>
Cuiabá e Diamantino/MT	Manutenção e conservação de bens imóveis	142.246,83
	Serviços técnicos profissionais	11.650,00
	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	63.996,00
<b>Total MT</b>		<b>217.892,83</b>
Teresina e Parnaíba/PI	Equipamento de proteção, segurança e socorro	425,00
	Máquinas e equipamentos energéticos	1.980,00
	Máquinas, instalações e utensílios de escritório	2.200,00
	Fretes e transporte de encomendas	2.500,00
	Aparelhos e equipamentos de comunicação	4.875,00
	Manutenção e conservação de bens imóveis	780,00
	Material de sinalização visual e outros	5.900,00
	Aparelhos e utensílios domésticos	5.398,40
<b>Total PI</b>		<b>24.058,40</b>
São Luís (2) e Bacabal/MA	Mobiliário em geral	409.029,80
	Aparelhos e equipamentos de comunicação	12.109,63
	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	41.101,66
	Máquinas, instalações e utensílios de escritório	4.554,00
	Aparelhos e utensílios domésticos	17.064,65
	Instalações	82.520,30
	Estudos e projetos	7.250,00
	Benfeitorias em propriedades de terceiros	128.880,13
	Aparelhos de medição e orientação	720,30

Seção	Descrição do serviço	Total
São Luís (2) e Bacabal/MA	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	9.382,16
	Aparelhos, equipamentos, utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	3.677,44
	Equipamentos de processamento de dados	2.547,00
	Peças não incorporáveis a imóveis	1.428,00
<b>Total MA</b>		<b>720.265,07</b>
Belém/PA	Mobiliário em geral	272.513,40
	Obras em andamento	166.600,00
<b>Total MA</b>		<b>439.113,40</b>
Formosa e Uruaçu/GO	Estudos e projetos	30.143,25
	Aparelhos, equipamentos, utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	560,00
	Máquinas, instalações e utensílios de escritório	6.300,94
	Mobiliário em geral	206.086,93
	Aparelhos e equipamentos de comunicação	5.699,00
	Coleções e materiais bibliográficos	1.968,60
	Equipamentos de processamento de dados	233.770,00
	Benfeitorias em propriedades de terceiros	511.749,10
	Aparelhos e utensílios domésticos	8.856,32
	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	2.140,00
<b>Total GO</b>		<b>1.007.274,14</b>
Irecê/BA – adiada para 2011	Mobiliário em geral	56.979,20
	Máquinas, instalações e utensílios de escritório	12.480,00
<b>Total BA</b>		<b>69.459,20</b>
Brasília/DF	Mobiliário em geral	28.750,14
	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	5.664,00
<b>Total DF</b>		<b>34.414,14</b>
Belo Horizonte, Paracatu, Unai e Teófilo Otoni/MG	Serviços técnicos profissionais	14.500,00
	Material de limpeza e produtos de higienização	3.024,00
	Aparelhos e utensílios domésticos	112.581,74
	Mobiliário em geral	433.858,06
	Material de sinalização visual e outros	16.839,98
	Benfeitorias em propriedades de terceiros	421.640,06
	Máquinas e equipamentos energéticos	37.125,04
	Equipamentos de processamento de dados	2.282,23
	Material para manutenção de bens imóveis/instalações	6.800,00

Seção	Descrição do serviço	Total
Belo Horizonte, Paracatu, Unaí e Teófilo Otoni/MG	Material de copa e cozinha	7.322,00
	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	9.000,00
	Aparelhos e equipamentos de comunicação	23.515,80
	Máquinas, instalações e utensílios de escritório	11.760,00
<b>Total MG</b>		<b>1.100.248,91</b>
<b>Total seções</b>		<b>4.337.766,79</b>
TRF – Material de informática para todas as varas	Equipamentos de processamento de dados	4.940.306,68
	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	292.169,93
	Máquinas e equipamentos energéticos	245.464,20
	Serviços técnicos profissionais de T.I.	781.500,00
	Aquisição de <i>softwares</i> sob encomenda	266.000,00
<b>Total TRF</b>		<b>6.525.440,81</b>
<b>Total geral</b>		<b>10.863.207,60</b>

### Projeto de implantação de sistemas de informação – ISIGI –e-JUS

Da dotação disponível para este projeto, de R\$ 9.414.358,00, foi contingenciado o valor de R\$ 981.226,00, executados R\$ 8.405.364,00 e o valor de R\$ 27.768,00 ficou como crédito disponível. Os recursos foram aplicados de acordo com o quadro abaixo.

**Quadro 115**  
**Demonstrativo de realizações na ação de implantação do sistema integrado de gestão de informação jurisdicional na Justiça Federal**

	GND	Serviço	Descrição	Total
TRF	4	Contratação de empresa para aquisição de <i>storages</i> e ativos de rede	Modernização física e tecnológica do CPD	2.254.660,00
	4	Implantação do processo digital e-jur	Justiça Federal virtual	2.163.056,00
	3	Aquisição de subscrição do <i>Jboss Enterprise</i> e <i>Red Hat Enterprise Linux</i>	Justiça Federal virtual	807.032,00
	3	Aquisição de portal e busca textual	Justiça Federal virtual	139.000,00
	3	Digitalização de todos os documentos da Corec	Justiça Federal virtual	1.948.000,00
	3	Contratação de serviços de comunicação de dados <i>Wan</i> – seções	Ampliação e modernização dos <i>links</i> de comunicação	952.000,00
	4	Aquisição de impressoras	Modernização e atualização da plataforma dos sistemas administrativos	141.616,00
<b>Total geral</b>				<b>8.405.364,00</b>

## Execução dos restos a pagar inscritos para pagamento em 2010

Visando à total execução da despesa e melhor aproveitamento dos créditos orçamentários, foi autuado o Processo Administrativo 1037/2010, em que se monitorou e se solicitou, durante todo o ano, de cada seccional e do Tribunal, a liquidação dos empenhos inscritos em "Restos a pagar" em 2009 e os reinscritos de anos anteriores. Por meio do Decreto Presidencial 7.418, de 31/12/2010, foi autorizada a prorrogação, até 30/04/2011, dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009.

Em 2010, foram cancelados R\$ 2.775.772, sendo R\$ 99.416,00 de pessoal e R\$ 2.676.143,00 de outras despesas.

O quadro a seguir detalha a execução, por unidade gestora, contemplando, além dos restos a pagar inscritos em 2009, os reinscritos de exercícios anteriores, bem como sua execução.

**Quadro 116**  
**Execução de restos a pagar em 2010**

Padrão	Seção	Inscritos		Pagos		Liquidados		A Liquidar		Cancelados	
		Pessoal	Outros	Pessoal	Outros	Pessoal	Outros	Pessoal	Outros	Pessoal	Outros
P1	Amapá	29.900	4.588.196	20.905	4.455.550				117.931	8.994	14.715
	Roraima	60.351	819.494	50.530	689.288			840	32.714	8.982	97.492
	Tocantins	14.258	3.429.013	14.258	3.336.293			0	21.682		71.038
P2	Acre	18.926	494.254	9.102	447.498			9.811		13	46.756
	Rondônia	122.264	846.514	105.959	603.160		15.209	16.306	210.349		17.796
P3	Amazonas	148.059	1.042.700	148.008	971.963		8.155	51	43.213		16.719
	Mato Grosso	117.918	1.962.998	116.045	1.740.856				132.284	1.873	89.426
	Piauí	965.250	1.463.670	931.174	1.202.576				51.369	34.076	195.467
P4	Maranhão	161.488	3.161.859	161.435	1.861.752		34.772		1.176.263	52	59.741
	Pará	386.256	5.539.419	378.368	5.184.499		20.073		187.781	7.888	147.065
P5	Goiás	469.522	2.436.727	469.522	2.277.424				134.734		24.570
P6	Bahia	321.720	6.269.166	321.480	5.020.655		7.308		641.016	240	600.187
	Distrito Federal	590.549	3.275.881	520.028	2.985.140	21.005	6.293	15.535	2.367	33.980	282.080
	Minas Gerais	1.053.427	8.781.624	1.050.108	8.222.527		305.537			3.319	253.560
<b>Subtotal</b>		<b>4.459.889</b>	<b>44.111.515</b>	<b>4.296.924</b>	<b>38.999.181</b>	<b>21.005</b>	<b>397.348</b>	<b>42.543</b>	<b>2.751.702</b>	<b>99.416</b>	<b>1.916.612</b>
<b>TRF</b>		<b>2.464.713</b>	<b>50.795.945</b>	<b>162.858</b>	<b>31.633.164</b>			<b>2.301.643</b>	<b>18.403.250</b>	<b>213</b>	<b>759.531</b>
<b>Total geral</b>		<b>6.924.602</b>	<b>94.907.459</b>	<b>4.459.782</b>	<b>70.632.345</b>	<b>21.005</b>	<b>397.348</b>	<b>2.344.185</b>	<b>21.154.952</b>	<b>99.629</b>	<b>2.676.143</b>

## Contratos de ações não orçamentárias

### Projeto processo digital

O Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou, durante o mês de novembro, os planos de ação dos tribunais regionais federais destinados à virtualização dos processos judiciais.

Os recursos estimados para o projeto, da ordem de R\$ 154 milhões, são oriundos de contratos celebrados entre o CJF e os TRFs (contratante) com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil (contratados).

Tendo em vista que os recursos previstos não estão contemplados no orçamento anual, o pagamento da despesa será realizado diretamente pela instituição financeira aos fornecedores, nos termos da legislação vigente, após medidos e atestados os quantitativos pelo órgão da Justiça Federal receptor de bens, serviços ou obras.

O valor aprovado para a 1ª Região é de R\$ 31.493.489,00. Em 2009, foi realizado o valor de R\$ 6.332.356,36 e, em 2010, R\$ 7.268.901,12,

perfazendo o total de R\$ 13.601.257,48 com as aquisições de ativos de rede, solução de gravação de audiências em vídeo, solução de conversão e ocerização de *scanners*, microcomputadores, *notebooks*, monitores de vídeo adicionais *storage* categoria III e servidores tipo *blade*, licenciamento e treinamento *oracle*.

### Contrato entre o TRF e a CEF

O contrato firmado entre o Tribunal e a CEF, com vigência para mais de um exercício financeiro, destinou valores financeiros extraorçamentários para atender a interesse do Tribunal no valor de R\$ 7.363.678,40.

Em 2009, foram pagos R\$ 915.942,76 para quitar faturas pendentes de serviços prestados em obra do edifício sede da Subseção de Vitória da Conquista/BA. Em 2010, foi executado o valor de R\$ 761.839,20, correspondente a 12 meses de locação do edifício Dona Marta, R\$ 1.382.884,16 para a continuidade da obra do edifício sede da Subseção de Vitória da Conquista/BA e R\$ 205.600,00 para a implantação de ponto eletrônico.

## Contingenciamento e descontingenciamento

O art. 9º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal —, estabelece que, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal fixadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, os Poderes e o Ministério Público da União promoverão, por ato próprio, limitação de empenho e movimentação financeira.

Por outro lado, o art. 70 da Lei 12.017, de 12 de agosto de 2009, da LDO, determina ao Poder Executivo que, ocorrendo a hipótese antes referida, comunique aos demais Poderes e ao Ministério

Público da União o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e movimentação financeira.

No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados se dará de forma proporcional às reduções efetivadas por empenho no conjunto das dotações classificadas como primárias, fixadas na Lei Orçamentária 2010.

Em 18 de março de 2010, o Ofício Interministerial 127/SE/MP/MF comunica a necessidade de limitação de empenho e de movimentação finance-

ra na Justiça Federal, no valor de R\$ 89.884.577,00. Foram contingenciados os valores da reserva técnica do Conselho da Justiça Federal.

Transcorrido o segundo bimestre, o Ofício Interministerial 277 SE/MP/MF, de 20 de maio de 2010, informou que caberia à Justiça Federal contingenciar mais R\$ 31.969.095,00. Esse novo contingenciamento recaiu no projeto de construção do edifício sede do TRF 1ª Região.

Por meio do Ofício Interministerial 406/SE/MP/MF, de 20 de julho de 2010, foi informado que, encerrado o terceiro bimestre, constatou-se a possibilidade de ampliar o limite de empenho e de movimentação financeira da Justiça Federal no valor de R\$ 10.636.892,00. Foram descontingenciados os valores da reserva do CJF.

Encerrado o quarto bimestre, o Ofício Interministerial 544/SE/MP/MF, datado de 17 de setembro, informa a possibilidade de ampliação do limite de empenho e movimentação financeira da Justiça Federal em R\$ 7.189.139,00. Foram descontingen-

ciados R\$ 5.380.622,00 da reserva do CJF e R\$ 1.808.517,00 da obra do TRF 1ª Região.

Em outubro, houve a distribuição dos valores contingenciados existentes na reserva do CJF, cabendo à 1ª Região, após o 4º bimestre, saldo contingenciado de R\$ 43.040.485,00.

Em 20 de novembro de 2010, o Ofício Interministerial 638/SE/MP/MF informa que caberia à Justiça Federal descontingenciar o valor de R\$ 76.268.657,00. Coube à 1ª Região descontingenciar R\$ 31.555.460,00.

Por fim, ficou contingenciado o valor de R\$ 27.758.985,00 para a Justiça Federal. Desse montante, coube à 1ª Região o valor de R\$ 8.153.470.

Apesar do cerceamento de crédito que o contingenciamento causa, com o controle e análise do orçamento, a Secor trabalhou com a troca de ações contingenciadas, o que possibilitou a extensão da execução orçamentária.

## Sentenças judiciais transitadas em julgado – precatórios e requisições de pequeno valor (RPV)

Para o exercício de 2010 foram criados o Programa de Trabalho Resumido – PTRES 030696 (precatórios) e PTRES 030697 (RPVs) – Encargos Financeiros da União – EFU, os quais abrigam as sentenças judiciais da União, mas sem alocá-las no orçamento do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

O pagamento dos processos de precatório, de natureza alimentícia ou de outra natureza, foi efetivado no mês de fevereiro de 2010, relativo aos precatórios de natureza alimentícia, e, nos meses de março e abril de 2010, relativos aos precatórios

de outras naturezas, conforme cronograma de pagamento acertado entre a SOF/MPOG e o Conselho de Justiça Federal.

Os recursos foram disponibilizados e pagos os precatórios e requisições de pequeno valor por meio das Unidades Gestoras – UG 090049, criada especificamente para efetuar esse tipo de despesa, deixando transparentes as liquidações e o acompanhamento, e, na UG 090027, foram mantidos somente os pagamentos dos parcelados cujas parcelas anteriores já vinham sendo pagas.



Em relação aos recursos financeiros, sobras do exercício e exercícios anteriores, foram devolvidos no mês de dezembro ao Conselho da Justiça Federal, objetivando o encerramento do exercício.

No decorrer do exercício, foram oferecidos valores das dotações orçamentárias, as quais apresentaram saldo após o pagamento devido, relativas a precatórios para suplementar dotações de RPV, objetivando a concessão de crédito adicional suplementar para complementação da dotação orçamentária relativa às RPVs em todos os grupos de natureza da despesa.

No decorrer do exercício, as dotações orçamentárias para pagamento das RPVs em todos os grupos de natureza da despesa, União e entidades diversas, incluindo aqueles de responsabilidade do Fundo do Regime Geral da Previdência – FRGPS e do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, apresentaram déficit, sendo necessária suplementação.

O quadro abaixo demonstra o comportamento do número de processos e beneficiários da ação CSJ, comparando os exercícios de 2009 e 2010.

**Quadro 117**  
**Precatórios e requisições de pequeno valor**

Ano	2009	2010	Incremento
N. de processos (PRC + RPV)	240.538	252.532	4,99%
N. de beneficiários (PRC + RPV)	320.132	317.997	-0,67%
Valor R\$ (PRC + RPV)	4.125.496.037,90	3.663.120.133,42	-11,21%

### Grupo de trabalho de precatórios

No exercício de 2010, o grupo de trabalho para uniformização de procedimentos relativos a precatórios e requisições de pequeno valor, instituído pelo Conselho da Justiça Federal, reuniu-se sete vezes, objetivando o estudo, debate e apresentação de soluções na área orçamentária, pareceres jurídicos, minutas de documentos, adequação de procedimentos que visem dar celeridade, entre outros, destacando-se a Resolução do Conselho Nacional de Justiça sobre o tema.

As dotações consignadas no exercício de 2010 para precatório e RPV do Tribunal Regional Federal da 1ª Região foram executadas conforme quadro a seguir.

**Quadro 118**  
**Execução de precatórios e RPVs**

União	Dotação	Dotação 2010	Execução	Crédito disponível	Inscrição em restos a pagar	% de execução
Precatórios	Alimentício	1.134.236.208	1.134.163.251	72.957		99,99%
	Outros	584.595.042	584.550.309	44.733		99,99%
	CUPS	197.687.336	13.642.287	184.045.049		6,90%
	Total	1.916.518.586	1.732.355.847	184.162.739	0	90,39%
RPVs	Alimentício	301.551.057	300.345.674	1.204.358	1.025	99,60%
	Outros	53.998.256	18.710.834	35.287.422		34,65%
	Total	355.549.313	319.056.508	36.491.780	1.025	89,74%
<b>Total</b>		<b>2.272.067.899</b>	<b>2.051.412.355</b>	<b>220.654.519</b>	<b>1.025</b>	<b>90,29%</b>

Entidades	Dotação	Dotação 2010	Execução	Crédito disponível	Inscrição em restos a pagar	% de execução
Precatórios	Alimentício	183.723.340	183.095.163	628.177		99,66%
	Outros	419.576.355	419.535.966	40.389		99,99%
	CUPS	38.596.149	42.173	38.553.977		0,11%
	Total	641.895.844	602.673.302	39.222.542	0	93,89%
RPVs	Alimentício	1.077.983.071	997.870.875	80.108.828	3.368	92,57%
	Outros	-	-	-	-	-
	Total	1.077.983.071	997.870.875	80.108.828	3.368	92,57%
<b>Total</b>		<b>1.719.878.915</b>	<b>1.600.544.177</b>	<b>119.331.370</b>	<b>3.368</b>	<b>93,06%</b>

União e entidades	Dotação	Dotação 2010	Execução	Crédito disponível	Inscrição em restos a pagar	% de execução
Precatórios	Alimentício	1.317.959.548	1.317.258.414	701.134	0	99,95%
	Outros	1.004.171.397	1.004.086.274	85.123	0	99,99%
	CUPS	236.283.485	13.684.459	222.599.026	0	5,79%
	Total	2.558.414.430	2.335.029.148	223.385.282	0	91,27%
RPVs	Alimentício	1.379.534.128	1.298.216.549	81.313.186	4.393	94,11%
	Outros	53.998.256	18.710.834	35.287.422	0	34,65%
	Total	1.433.532.384	1.316.927.383	116.600.608	4.393	91,87%
<b>Total União e entidades</b>		<b>3.991.946.814</b>	<b>3.651.956.531</b>	<b>339.985.890</b>	<b>4.393</b>	<b>91,48%</b>

Os restos a pagar de precatórios e RPVs inscritos em 2009, pagos em 2010, foram executados em conformidade com os demonstrativos a seguir.

**Quadro 119**  
**Execução de restos a pagar de precatórios e RPVs**

União	Dotação	Inscrição de restos a pagar	Restos a pagar pagos	Restos a pagar a liquidar	Restos a pagar cancelados	% de execução
Precatórios	Alimentício	–	–	–	–	–
	Outros	–	–	–	–	–
	Total	–	–	–	–	–
RPVs	Alimentício	13.978.162,27	13.978.162,27	–	–	100,00%
	Outros	5.956.457,88	2.135.846,04	3.820.611,84	–	35,86%
	Total	19.934.620,15	16.114.008,31	3.820.611,84	–	80,83%
<b>Total União</b>		<b>19.934.620,15</b>	<b>16.114.008,31</b>	<b>3.820.611,84</b>	<b>–</b>	<b>80,83%</b>

Entidades		Inscrição de restos a pagar	Restos a pagar pagos	Restos a pagar a liquidar	Restos a pagar cancelados	% de execução
Precatórios	Alimentício	–	–	–	–	–
	Outros	25.483,16	–	–	25.483,16	–
	Total	25.483,16	–	–	25.483,16	–
RPVs	Alimentício	6.039.940,97	5.196.968,77	842.972,20	–	86,04%
	Outros	–	–	–	–	–
	Total	6.039.940,97	5.196.968,77	–	0,00	86,04%
<b>Total Entidades</b>		<b>6.065.424,13</b>	<b>5.196.968,77</b>	<b>–</b>	<b>25.483,16</b>	<b>85,68%</b>

União e entidades		Inscrição de restos a pagar	Restos a pagar pagos	Restos a pagar a liquidar	Restos a pagar cancelados	% de execução
Precatórios	Alimentício	0,00	–	–	–	–
	Outros	25.483,16	–	–	25.483,16	–
	Total	25.483,16	–	–	25.483,16	–
RPVs	Alimentício	20.018.103,24	19.175.131,04	842.972,20	–	95,79%
	Outros	5.956.457,88	2.135.846,04	3.820.611,84	–	35,86%
	Total	25.974.561,12	21.310.977,08	3.820.611,84	–	82,05%
<b>Total União e entidades</b>		<b>26.000.044,28</b>	<b>21.310.977,08</b>	<b>3.820.611,84</b>	<b>25.483,16</b>	<b>81,97%</b>

## Lei Orçamentária 2011

A proposta orçamentária para 2011 foi elaborada nos termos da Lei 12.309, de 09/08/2010 — Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) —, com a participação efetiva das unidades administrativas do Tribunal e das seções e subseções judiciárias vinculadas à 1ª Região.

A Secor procedeu à análise e consolidação dos dados e encaminhou a proposta orçamentária preliminar, no valor de R\$ 2.572.487.756,00, ao Conselho da Justiça Federal.

Em decorrência do limite orçamentário definido para a Justiça Federal da 1ª Região, no mês de julho de 2010, a Secor procedeu à revisão da proposta, ajustando-a ao novo valor de R\$ 1.759.876.050,00, que, somado à dotação de R\$ 12.540.000,00 para manutenção das varas instaladas em 2010, que se encontrava na reserva do CJF, perfaz o total de R\$ 1.772.416.049,00. No decorrer de 2011, essa dotação será majorada com a distribuição dos valores constantes na reserva do CJF para instalação e manutenção das varas que serão instaladas em 2011, nomeações de cargos vagos e ISIGI-e-JUS.

Com a finalidade de reforçar as dotações orçamentárias da 1ª Região, as seccionais foram orientadas a trabalhar com suas bancadas parlamentares nos respectivos estados e foram preparadas as emendas passíveis de apresentação, as quais foram enviadas aos diretores de Foro das seções judiciárias, informando a importância da apresentação de emendas parlamentares ao Projeto de Lei do Orçamento 2010 (PL 59/2010-CN). Em consequência, foram aprovadas emendas individuais e de bancada de interesse direto da 1ª Região no valor de R\$ 25.925.000,00, passando o orçamento da 1ª Região para R\$ 1.798.341.049,00. Foram aprovadas também emendas nacionais no valor de R\$ 30.116.122,00 para o projeto de implantação de varas federais, que ficarão na reserva do CJF e serão descentralizadas, conforme acordo em futuras reuniões dos diretores gerais e de orçamento.

Os quadros a seguir demonstram os projetos priorizados no PL 59/2010 e as emendas apresentadas na Lei Orçamentária de 2011 de interesse da 1ª Região.

**Quadro 120**  
**Projetos priorizados**

Seção judiciária/TRF	Projetos priorizados no PL 59/2010	Valor
Amapá	Construção do edifício sede da Seção Judiciária em Macapá/AP	10.238.904
Tocantins	Construção do edifício anexo da Justiça Federal em Palmas/TO	4.050.000
Mato Grosso	Construção do edifício sede da Justiça Federal em Cáceres/MT	1.201s.970
Bahia	Construção de edifício sede da Justiça Federal em Vitória da Conquista/BA	2.065.169
TRF 1ª Região	Construção do edifício sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília/DF	50.000.000
Pará	Aquisição de terrenos para a Justiça Federal em Belém/PA – desapropriação	550.000
<b>Total</b>		<b>68.106.043</b>

**Quadro 121**  
**Orçamento 2011 – emendas aprovadas – PL 59/2010 – Relatoria geral**

Seção judiciária/ TRF	Projetos	Valor
Roraima	Construção do edifício anexo da Justiça Federal em Boa Vista/RR	1.000.000,00
	Reforma e ampliação do edifício sede da Justiça Federal em Boa Vista/RR	1.500.000,00
Tocantins	Construção do edifício anexo da Justiça Federal em Palmas/TO	2.600.000,00
Bahia	Construção do edifício sede da Justiça Federal em Feira de Santana/BA	10.000.000,00
	Construção do edifício sede da Subseção de Jequié/BA	1.650.000,00
Pará	Construção do edifício sede da Justiça Federal em Santarém/PA	300.000,00
Amapá	Construção do edifício sede da Seção Judiciária em Macapá/AP	11.375.000,00
Tribunal	Construção do edifício sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região/DF	-2.500.000,00
<b>Total – emendas da 1ª Região</b>		<b>25.925.000,00</b>
<b>Nacional – CJF</b>	<b>Implantação de vara federal</b>	<b>30.116.122,00</b>

O quadro a seguir demonstra o orçamento de 2010 com contingenciamento (R\$ 8.153.470,00) e sem o valor do projeto ISIGI (R\$ 9.414.358,00) e do IVF (R\$ 11.219.509,00), pois para o orçamento de 2011 os valores desses projetos ainda estão na reserva do CJF para ser distribuídos.

**Quadro 122**  
**Comparativo dos orçamentos de 2010 e 2011 (por unidade orçamentária)**

Orçamento 2010	Pessoal	Benefícios	AJPC	Atividades	Projetos	Total
TRF	242.208.494	13.882.292	90.000	50.198.233	101.160.000	407.539.019
Seções	1.230.073.009	70.421.141	15.983.848	137.173.745	24.639.662	1.478.291.406
<b>Total</b>	<b>1.472.281.503</b>	<b>84.303.433</b>	<b>16.073.848</b>	<b>187.371.978</b>	<b>125.799.662</b>	<b>1.885.830.425</b>

Orçamento 2011	Pessoal	Benefícios	AJPC	Atividades	Projetos	Total
TRF	233.876.238	14.004.240	10.000	46.755.013	48.780.000	343.425.491
Seções	1.180.509.226	68.838.120	13.981.233	142.735.937	48.851.043	1.454.915.559
<b>Total</b>	<b>1.414.385.464</b>	<b>82.842.360</b>	<b>13.991.233</b>	<b>189.490.950</b>	<b>97.631.043</b>	<b>1.798.341.050</b>

% acréscimo						
TRF	-3,44%	0,88%	-88,89%	-6,86%	-51,78%	-15,73%
Seções	-4,03%	-2,25%	-12,53%	4,05%	98,26%	-1,58%
<b>Total</b>	<b>-3,93%</b>	<b>-1,73%</b>	<b>-12,96%</b>	<b>1,13%</b>	<b>-22,39%</b>	<b>-4,64%</b>

Verifica-se que houve decréscimo global, na ordem de 4,64%, no orçamento proposto para 2011 em relação ao de 2010. Tal percentual poderá ser diminuído pelo recebimento de crédito contido na reserva do CJF.

A análise por categoria de programação permite as seguintes observações:

- pessoal – decréscimo de 3,93%, em função de constar para 2011 somente a folha normal (base março de 2010), sem as nomeações ocorridas de maio a dezembro de 2010 e sem despesas de exercícios anteriores que foram pagas em 2010;
- benefícios – decréscimo de 1,73% em função de não terem sido distribuídos os benefícios relativos às nomeações ocorridas de março a dezembro de 2010;
- assistência jurídica a pessoas carentes – decréscimo de 12,96%;
- atividades – acréscimo de 1,13%, em função da dotação de manutenção das varas instaladas em 2010;
- projetos – decréscimo de 22,39%, principalmente em função da dotação alocada ao projeto de construção do edifício sede do TRF.

As dotações aprovadas para 2011 anunciam dificuldades em manter a máquina administrativa, principalmente no tocante às despesas com contratação de mão de obra de informática, que se encontra deficitária em R\$ 9.498.911,00, proveniente da nova contratação da área, pois a Secin previu despesa anual de R\$ 22.693.519,00 e só está alocado o valor de R\$ 13.194.608,00 e R\$ 2.000.000,00 do contrato dos *links*.

## Plano Plurianual – PPA

Em 2010, não houve a revisão do PPA 2008-2011, todavia, os estudos iniciais para a inclusão de projetos no novo PPA já foram iniciados.

## Sistema de informações gerenciais e de planejamento do Plano Plurianual – Sigplan

Procedeu-se ao encaminhamento mensal ao CJF do desempenho físico e financeiro das ações orçamentárias pertencentes à 1ª Região, para consolidação e registro no Sigplan, consoante prevê a Lei 11.653, de 07/04/2008, e o Decreto 6.601, de 10/10/2008.

---

# SECRE

Secretaria de Recursos Humanos

---

A Secretaria de Recursos Humanos – Secre, responsável pela construção de uma política de gestão de pessoas participativa, empreendedora e direcionada às necessidades dos servidores da 1ª Região, pauta suas ações pelo bom atendimento às pessoas, buscando conciliar seus interesses, experiências e expectativas com os objetivos estratégicos do Tribunal.

Para assegurar o desenvolvimento e a valorização do servidor e sua qualidade de vida, a atuação da Secre apoiou-se em três pilares:

- educação e desenvolvimento de competências estratégicas;
- preparo de lideranças;
- aprimoramento dos sistemas de gestão nas áreas de cadastro, pagamento e legislação de pessoal.

## Melhoria do clima organizacional da Secretaria

A Secre iniciou o exercício de 2010 com déficit de pessoal, em virtude da saída de 15 servidores no ano anterior.

Com o objetivo de mudar esse quadro e atingir melhores resultados, buscou-se a criação de um clima organizacional saudável e harmonioso, que gerou oportunidade de maior integração e comprometimento entre as divisões de Cadastro de Pessoal (Dicap), Legislação de Pessoal (Dilep), Pagamento de Pessoal (Dipag) e Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos (Direh).

Durante todo o ano, foram realizadas reuniões — no mínimo uma por mês, com os diretores e seus substitutos — que possibilitaram reflexão sobre os objetivos estratégicos do Tribunal, a otimização dos processos e rotinas de trabalho e as relações interpessoais.

A fim de conhecer melhor os servidores que integram a equipe da Secretaria, foram realizados encontros com cada uma das divisões e áreas correlatas das seções judiciárias, quando foram coletados dados que possibilitaram a identificação das dificuldades, dos pontos fortes e de estímulo ao comprometimento de todos para atingir os resultados esperados.

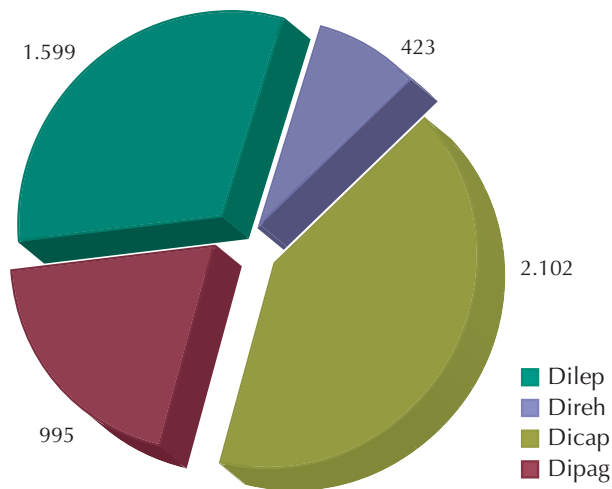


Foto: Jorge Campos

Encontro de dirigentes da área de recursos humanos do Tribunal e das seccionais.



**Gráfico 23**  
**Demonstrativo de tramitação processual**



Além do atendimento por meio de processo administrativo, grande número de servidores se dirige diretamente às divisões ou solicita informações por telefone, *e-mail* ou documento.

Alguns procedimentos também foram adotados para atender às recomendações de notas técnicas, de relatórios de auditoria operacional da Secoi e a outras normas e regulamentações internas e externas.

### Organização de documentos – PCTT

Atendendo às normas do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade (PCTT), foram organizados todos os documentos existentes de 1998 a 2003 e reclassificados os de 2004, 2005, 2006 e 2010. Os documentos relativos ao período de 2007 a 2009 estão em andamento.

### Imposto de Renda

Em atendimento à obrigatoriedade de entrega de cópia da declaração do Imposto de Renda pelos servidores que exercem funções e cargos comissionados, foram notificados 834 servidores, ativos e inativos. O resultado dessa ação foi, até o mês de

novembro, o recebimento de 99% dos formulários de servidores ativos e 95% dos de servidores aposentados.

### Recuperação de crédito

Foi recuperado o montante de R\$ 100.429,52, relativo a:

- dispensa/exoneração – R\$ 51.142,65 e
- adiantamento de gratificação natalina – R\$ 49.286,87.

### Exercícios anteriores

Foram pagos 44 processos relativos a exercícios anteriores.

### Contas atrasadas

Foram despachados 37 processos relativos à prestação de contas em atraso.

### Programa de estágio

A partir de maio, foi atualizado o pagamento aos estagiários. A data-base para pagamento passou a ser o 1º ou o 2º dia útil do mês.

### Movimentação na carreira

Foram analisados todos os processos relativos a movimentação, o que resultou em 75 movimentações: 61 progressões na carreira funcional e 14 promoções.

### Sigjus

Até o mês de setembro, os diretores de divisão haviam participado de vinte e uma videoconferências. Com a mudança da presidência do CJF, houve interrupção de reuniões, que foram retomadas em novembro, em três videoconferências e um encontro presencial, com a participação da direção da Secre e da Dicap.

## Pagamento de Pessoal

### Quadro 123 Atividades desenvolvidas

Atividade	Síntese quantitativa
Processamento de folhas de pagamento (ordinárias e suplementares)	41
Emissão de contracheques	18 mil
Emissão de comprovantes de rendimentos para o Imposto de Renda	cerca de 1.700
Pagamento de aposentadorias e pensões	Processamento de folhas e alteração de pagamento para 88 inativos (incluindo-se 12 magistrados) e 27 pensionistas, entre servidores e magistrados
Empréstimo consignado	16.158 registros e atendimento de 725 servidores com empréstimos consignados
Concessão de auxílios	Pagamento de 12.197 auxílios-alimentação, 398 auxílios-transporte e 2.269 auxílios-pré-escolar.

## Cadastro de Pessoal

### Implementação de novas rotinas

- Portaria/600-273, de 09/10/2008, que regula os procedimentos relativos ao desligamento, temporário ou definitivo, de servidores no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região, delegando à Secretaria o controle do recebimento de declaração de “Nada Consta”, emitida por parte das áreas de Biblioteca, Recursos Humanos (Cadastro, Treinamento e Pagamento de Pessoal), Material e Patrimônio, Pro-Social, Segurança, área financeira do Pro-Social e área financeira do Tribunal ou seccional, aos servidores que, a pedido ou não, estejam se desligando da Justiça Federal da 1ª Região, em decorrência de licença, afastamento, cessão e requisição, com ou sem vínculo, aposentadoria, dispensa ou exoneração, inclusive no caso de permanência no quadro de pessoal;
- Resolução 88/2010, do CNJ, que disponibiliza àquele órgão informações sobre jornada de trabalho no âmbito do TRF, preenchimento de cargos em comissão e limite de servidores

requisitados, além da prestação de dados em conformidade com a Resolução 102/2009, que dispõe sobre a regulamentação da publicação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira, aos quadros de pessoal e respectivas estruturas remuneratórias do Tribunal.

### Quadro 124 Atividades do cadastro de pessoal

Procedimentos concluídos	Quantitativo
Publicação de atos de nomeação	271
Publicação de atos de exoneração/vacância	53
Publicação de atos de remoção	144
Solicitação de prorrogação de cessão	224
Designação de função comissionada	374
Dispensa de função comissionada	374
Substituição de função comissionada	410
Interrupção de férias	76

**Quadro 125**  
**Força de trabalho na 1ª Região**

Local	Efetivos	Requisitados	Sem vínculo	Cedidos/removidos
TRF	890	228	36	22
Seccionais	5.251	387	9	80
<b>Total</b>	<b>6.141</b>	<b>615</b>	<b>45</b>	<b>102</b>

**Quadro 126**  
**Aposentados e pensionistas da 1ª Região**

Local	Aposentados	Pensionistas
TRF	76	22
Seccionais	660	313
<b>Total geral</b>	<b>736</b>	<b>335</b>

**Quadro 127**  
**Movimentação de pessoal**

Tipo	Forma	TRF	Seccionais
Provimento	Nomeação	8	437
	Redistribuição	4	–
	Requisição/exercício provisório	44	153
	Remoção	1	83
<b>Total</b>		<b>57</b>	<b>673</b>
Vacância	Aposentadoria	5	23
	Exoneração	3	11
	Redistribuição	7	–
	Falecimento	–	4
	Posse com cargo inacumulável	3	41
	Cessão/exercício provisório	21	101
	Remoção	1	6
<b>Total</b>		<b>40</b>	<b>186</b>

## Legislação de Pessoal

Em virtude do significativo aumento do número de pedidos de contagem de tempo de serviço, foi desenvolvido, em parceria com a Secin, projeto de estruturação do sistema de contagem de tempo para aposentadoria, que está em fase final de testes.

**Quadro 128**  
Processos analisados

Processos	Quantitativo
Ajuda de custo para mudança de domicílio	21
Aposentadoria	299
Averbação	17
Informações para instrução de processo judicial	80
Licença para acompanhar cônjuge ou companheiro	37
Licença para capacitação	100
Licença para tratar de interesses particulares	50
Adicional de insalubridade ou periculosidade	45
Remoção	129
Pensão estatutária	100
Redistribuição	62

**Quadro 129**  
Atividades desenvolvidas pela Dilep

Atividade	Quantitativo
Despacho de concessão ou indeferimento de abono de permanência	12
Ato de concessão ou retificação de aposentadoria	33
Apostila de revisão de aposentadoria	14
Despacho de indeferimento (aposentadoria, revisão ou reversão)	5
Ato de concessão, cancelamento ou retificação de pensão	12
Despacho de indeferimento de pensão	2
Apostila de revisão de pensão	8
Formulário de concessão de aposentadorias e pensões (fichas para o TCU)	82
Diligências do TCU (esclarecimento e retificações sobre formulários, atos e apostilas de aposentadorias e pensões)	37
Recadastramento de aposentados e pensionistas	90
Despacho de deferimento de isenção de imposto de renda	5
Cálculo de tempo de serviço	34
Parecer/despachos diversos	413
Informação em ações judiciais	78
Resposta a consultas referentes à legislação de pessoal	400

## Desenvolvimento e avaliação de Recursos Humanos

### Lotação e acompanhamento funcional

**Quadro 130**  
Lotação de servidores em funções comissionadas

Cargo	Unidade	Quantitativo
Técnico judiciário (área administrativa)	Gabin	2
	Secor	1
	Secre	1
Técnico judiciário – área apoio especializado – especialidade: enfermagem	Secbe	1
<b>Total</b>		<b>5</b>

**Quadro 131**  
Processo seletivo para lotação de servidores em funções comissionadas

Recrutamento e seleção	Vagas	Participantes
Processos seletivos solicitados	67	515

**Quadro 132**  
Atividades de acompanhamento e controle do Sistema de Avaliação de Desempenho – Siades

Controle das etapas de avaliação de desempenho referente a 181 servidores
Controle de 32 avaliações de servidores requisitados
Fornecimento de informações sobre o Siades a dois servidores recém-empossados
Emissão de 87 cadernos do Siades
Envio, para arquivamento na Dicap, de 54 cadernos do Siades e 203 cadernos remanescentes do Processo de Avaliação de Desempenho – Proged
Análise e conferência de 74 cadernos de servidores submetidos ao Siades
Emissão de 27 relatórios de conferência de fichas que compõem o Siades
Emissão de quatro portarias do Proged divulgando a lista de servidores aptos à promoção e à progressão funcional
Acompanhamento da tramitação de 34 processos administrativos referentes à promoção e à progressão funcional

## Capacitação de servidores da 1ª Região

A Secre, inserida no moderno cenário da era do conhecimento, preocupou-se em estimular o corpo funcional do TRF a se manter qualificado e atualizado. Para tanto, canalizou esforços para oferecer oportunidades de capacitação, estimulando a inscrição dos servidores em eventos internos e externos.

### Educador judiciário

Consolidar a instrutoria interna e valorizar a atuação dos talentos da Casa foi também uma das metas deste exercício, pois essa atividade alia qualidade à otimização de recursos. Para tanto, realizou-se o cadastramento de educadores judiciários: 22 servidores do TRF e 62 das seções judiciárias. Foi ofertado o curso Teoria e Prática da Docência *on-line* para capacitação de parte da clientela.

### Universidade Corporativa – UniCorp

A Universidade Corporativa da Justiça Federal da 1ª Região – UniCorp englobou todas as ações de capacitação, desenvolvimento e educação promovidas pela Secre/Direh, ofertadas nas modalidades presencial, a distância ou mista.

Os objetivos dos cursos de capacitação oferecidos internamente intentaram essencialmente atender às metas organizacionais alinhadas às necessidades e interesses dos servidores.

Merece ser destacada a metodologia empregada pela Direh para conseguir esse alinhamento estratégico.

Em maio, realizou-se o I Encontro de Gabinetes do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, destinado à discussão de temas voltados à implementação de ações de educação continuada, otimização de rotinas e troca de experiências relacionadas principalmente ao processo digital e a atingir as metas do Conselho Nacional de Justiça.

No segundo semestre, foram realizadas sete visitas aos locais de trabalho, quando foram ouvidas as diversas equipes da área administrativa, a fim de se verificar se as demandas de capacitação foram atendidas e se surgiram novas necessidades para 2011.

### Concessão de bolsas de estudos

A concessão de bolsas de estudos foi uma das formas utilizadas para propiciar a educação continuada aos servidores e assegurar maior produtividade, tendo em vista a exigência de correlação dos cursos com a área de atuação dos inscritos nos processos seletivos realizados.

**Quadro 133**  
Concessão de bolsas de estudo

Período	Número de bolsas	Valor unitário
Maio/2010	27	R\$ 4.097,00
Dezembro/2010	23	R\$ 4.075,00



O presidente do TRF, desembargador federal Olindo Menezes, faz a abertura do I Encontro de Gabinetes.

Foto: Luiz Xavier

Na oportunidade, foi distribuído um instrumento para subsidiar o planejamento das ações de ensino e aprendizagem que serão oferecidas no próximo ano pela unidade central (TRF), pelas unidades setoriais (polos de educação) ou pelas unidades locais (seções judiciárias).

A capacitação a distância representou excelente alternativa, tendo em vista a relação custo-benefício e a oportunidade de acesso a todos os servidores lotados nas seções e subseções da 1ª Região. Para sua realização, estão em andamento diversas parcerias com o CJF, CNJ, TCU, STM, PF, ILB, Enap, Esaf e TRE (MG).

**Quadro 134**  
**Eventos internos – modalidade presencial**

Quant. de cursos	Especificação	Participantes	Custos (R\$)	Tipo de instrutoria
6	Curso de capacitação de agentes de segurança realizado em módulos	112	24.389,00	Interna
2	Cursos de capacitação para a área de desenvolvimento organizacional	18	Sem ônus	Interna
2	Cursos para a área gerencial	61	102.373,00	Externa – pessoa jurídica
2	Cursos de capacitação para a área judiciária	80	9.061,20	Servidor judiciário
1	Cursos de capacitação sobre gestão de pagamento no serviço público para a Secre, Secor, Secad e Secoi	11	10.000,00	Externa – pessoa física
1	Cursos de capacitação sobre <i>design</i> gráfico para a área de editoração	16	6.151,00	Externa – pessoa jurídica
1	Oficina de produção de textos para a Divisão de Cadastro de Pessoal	7	2.448,96	Interna
1	Curso de capacitação para a Secbe e Secre sobre gerenciamento de estresse	14	7.630,00	Externa – pessoa jurídica
1	Curso de capacitação em desenvolvimento de equipes para a Direh	12	6.000,00	Externa – pessoa física

**Quadro 135**  
**Eventos externos com ônus**

Especificação	Quantidade	N. de participantes	Custos
Cursos diversificados para atendimento a todas as unidades das áreas administrativa e judiciária	61	156	R\$160.329,80

**Quadro 136**  
Eventos externos – sem ônus

Especificação	Quantidade	N. de participantes	Custos
Cursos para atendimento às áreas de saúde, qualidade de vida, recursos humanos e desenvolvimento organizacional	5	6	Custeio de deslocamento para 3 servidores

A participação de servidores em eventos externos, como congressos, fóruns e encontros regionais, propiciou o compartilhamento de experiências, atualização de conhecimento em saberes especializados e ampliação da rede de relacionamentos, sendo que 162 servidores do TRF tiveram oportunidade de participar de 66 eventos educativos.

### Adicional de qualificação – AQ

O quantitativo de adicionais de qualificação retrata o número significativo de servidores que, a cada ano, está recebendo novas informações e aprofundamento de saberes específicos por meio da participação em ações de treinamento e cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Em 2010, 55 servidores receberam AQs de especialização e 143 AQs foram concedidos em virtude de ações de treinamento.

## Programa de estágio

**Quadro 137**  
Estagiários do TRF 1ª Região

Programa de estágio	Quantidade		Valor da bolsa (R\$)	Valor do auxílio-transporte (R\$)
	Permitida	Atual		
Nível superior	275	246	520,00	4,00
Nível médio	140	122	390,00	4,00
<b>Total</b>	<b>415</b>	<b>368</b>		

## Melhoria da comunicação interna

Representantes da Secre realizaram reuniões com a Ascom, Diedi, Asrep, Secbe e Secin para elaboração de projeto de comunicação interna, que objetivou divulgar, com maior amplitude, as ações e eventos promovidos pela Secretaria. O apoio dessas unidades foi fundamental para o sucesso das ações educativas e de qualidade de vida realizadas.



## Programa de Qualidade de Vida – Vida Legal

O Programa de Qualidade de Vida, com a denominação Programa Vida Legal, desenvolveu as seguintes atividades:

- vinculação do Programa à Secre/Direh;
- mudança de nome com a participação dos servidores;
- elaboração de normas regulamentadoras;
- mapeamento da situação do Programa nas seccionais;
- encontros periódicos com o grupo de aposentados (quatro reuniões);
- eventos realizados em parceria: Dia dos Pais, encerramento da Semana do Coração, Aniversário do Coral Habeas Cantus, Dia do Servidor;
- planejamento e contatos com especialistas para a implantação dos projetos: PPA – gerenciamento do estresse e voluntariado.

---

# SECAD

Secretaria de Administração

---

A Secretaria de Administração – Secad é responsável pela coordenação das atividades de comunicação administrativa, engenharia e manutenção, segurança, contratos, compras, material e patrimônio, serviços gerais, gestão financeira, bem como pela Comissão Permanente de Licitação – CPL.

Entre as ações sob a supervisão da Secad no exercício de 2010, merecem destaque:

- as obras de construção da nova sede do TRF 1ª Região;
- a construção de nova subestação de energia;
- a contratação de serviços de reforma das unidades do Tribunal;
- a modernização de instalações;
- as licitações de obras, bens e serviços;
- a aquisição de equipamentos e de mobiliário, entre outros;
- a adoção de medidas visando ao cumprimento da Meta 6, estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça para 2010.

### Construção da nova sede do Tribunal

Estão sendo ultimadas as providências para o recebimento provisório e definitivo da obra executada pela Tecon, concernente à 2ª etapa — que envolveu a supressão de serviços do contrato original e o levantamento das parcelas não executadas pela contratada — e à adequação da avença aos serviços efetivamente medidos.

Esse trabalho vem sendo efetuado pela CRO/11, do Ministério do Exército, e pela Comissão de Fiscalização. Ao término dos trabalhos, o valor remanescente da obra será aditado ao contrato firmado com a Engefort, empresa vencedora da Concorrência 1/2010 para execução da 3ª etapa das obras de construção da nova sede do Tribunal relativa à complementação das fundações e dos elementos estruturais.

O contrato com a Engefort inclui despesas com fornecimento de material, fretes, mão de obra, equipamentos, assistência técnica, administração, cessão técnica, licenças inerentes às especialidades, inclusive encargos sociais, tributos e seguros, necessários à execução dos serviços.

A previsão é que essa etapa seja concluída em 20 meses, a contar do início das obras, previsto para 10 de janeiro de 2011.

#### Quadro 138

##### Valores pagos pela execução da 2ª etapa da obra

Valor empenhado	Valor pago	Saldo de restos a pagar
24.852.877,00	15.287.616,21	9.565.260,79

Obs.: Serão pagas, em 2011, as duas últimas medições do contrato (17ª e 18ª).

### Medidas para cumprimento da Meta 6 do Poder Judiciário

Com o objetivo de dar cumprimento à Meta 6 — aumentar a eficiência na utilização dos recursos de infraestrutura —, estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça, foram adotadas medidas visando à redução do consumo de água, energia, telefonia e papel, tais como:

- vistorias diárias nas edificações, para verificar a existência de torneiras abertas e vazamentos, bem como verificação e desligamento de luzes deixadas acesas desnecessariamente;
- suspensão/redução de irrigação dos jardins durante o período chuvoso;
- orientação dos prestadores de serviço responsáveis pela limpeza quanto à utilização de água, de modo a evitar o desperdício, sem que haja comprometimento na prestação dos serviços;
- implementação de sistema de lavagem de veículo utilizando método sustentável, a exemplo do utilizado em outros órgãos;

- desligamento do ar-condicionado após o término das sessões de julgamento;
- orientação dos servidores e prestadores de serviço para evitarem a utilização da telefonia institucional para ligações particulares;
- orientação dos servidores quanto à utilização consciente de papel, bem como impressão frente e verso dos documentos e reutilização de papéis já impressos para impressão no verso, quando possível;
- opção pela utilização de combustível mais econômico nos veículos flex;
- estudo de viabilidade de substituição de lâmpadas fluorescentes por led;
- elaboração de projeto básico para contratação de serviços de telecomunicação (fornecimento de *upgrade* tecnológico e ampliação do sistema atual Alcatel OmniPCX 4400 para a versão atual do OmniPCX Enterprise), com a finalidade de implantação do sistema de telefonia VoIP (Voz sobre IP).

## Compras e contratações

Nos processos de aquisição de materiais e na contratação de serviços solicitados pelas unidades do Tribunal, a área de compras e contratações realizou a análise dos processos; pesquisa de preços com fornecedores e prestadores de serviços; verificação da codificação dos materiais, bem como registro da codificação dos serviços; análise de propostas; realização de cotação eletrônica e lançamento das dispensas e inexistência de licitação no Sistema Eletrônico de Compras – Sidec.

Quanto aos registro de preços, coube à área de compras o gerenciamento das atas que compreendem as seguintes rotinas: elaboração, acompanhamento e providências quanto à assinatura das atas; publicação no *DOU* e *e-DJ*; controle dos pe-

didados de aquisição e dos respectivos saldos; controle de adesões solicitadas pelo Tribunal e por outros órgãos; pesquisa de preços para comprovação da vantajosidade nos processos de adesão, bem como a atualização trimestral da pesquisa de preços no caso das atas gerenciadas pelo Tribunal.

Além disso, procedeu ao gerenciamento do cadastro de fornecedores (Sicaf), que envolve as atividades de organização e manutenção do registro cadastral; emissão de atestados de capacidade técnica; registro no sistema Sicaf/Sicam de penalidades aplicadas a fornecedores e o envio de notas de empenho.

**Quadro 139**  
**Atividades desenvolvidas pela área de compras**

Atividades	Quantidade
Dispensa de licitação	261
Inexistência de licitação	20
Cotação eletrônica	10
Inclusão de empresas cadastradas no Sicaf	38
Atualização de documentos de empresas no Sicaf	610
Renovação de cadastramento no Sicaf	112
Notas de empenho encaminhadas	620
Cartas de capacidade técnica emitidas	35
Lançamento de penalidades no Sicaf/Sicam	44
Carimbos confeccionados	686
Atas gerenciadas pelo TRF	111
Atas canceladas	06
Adesão às atas de registro de preços	28
Atendimento às solicitações dos órgãos interessados nas atas gerenciadas pelo TRF	188
Aquisição por ata de registro de preços	34

## Licitações

A Comissão Permanente de Licitação é responsável pelo processamento das contratações licitáveis por meio das modalidades de concorrência, tomada de preços, convite e pregão, regidas pelas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002. Foram realizados 129 pregões eletrônicos, 19 foram cancelados e os demais homologados.

**Quadro 140**  
Licitações realizadas (valores em R\$)

Modalidade de licitação	Quantidade	Valores estimados	Valores adjudicados	Valores economizados	Percentual economizado
Pregão presencial/ eletrônico	62	17.037.864,26	13.639.485,55	3.398.378,71	20%
Sistema de Registro de Preços – SRP	48	320.627.656,70	199.592.692,94	121.034.963,76	38%
<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>337.665.520,96</b>	<b>213.232.178,49</b>	<b>124.433.342,47</b>	<b>37%</b>

Para a execução dos serviços da 3ª etapa da obra da nova sede do Tribunal, a licitação foi processada pela Comissão Especial de Licitação, designada pela Portaria Presi/Diges 375, de 21 de setembro de 2010, tendo sido contratada a empresa Engefort Construtora Ltda. pelo valor global de R\$ 89.849.246,00.

## Elaboração e acompanhamento de contratos

**Quadro 141**  
Gestão de contratos

Atividades desempenhadas	Quantidade
Minutas	247
Contratos e aditivos	246
Repactuações/reajustes	17
Ofícios	1.313
Memorandos	225
Despachos	1.065
Ordens de serviço/execução	226
Notas fiscais/faturas analisadas	2.236

## Execução financeira

Quadro 142  
Execução do orçamento

Descrição da despesa	Grupo de despesas	Destaques recebidos	Provisões recebidas	Despesas empenhadas	Valores pagos	% exec orç.	% exec fin.
Outras despesas (exceto prec./RPV)	Pessoal e encargos sociais	0,00	242.208.494,00	242.208.493,88	240.457.371,32	100,00%	99,28%
	Outras despesas correntes	350,00	80.177.267,07	79.759.942,69	64.570.969,82	99,48%	80,54%
	Investimentos	0,00	106.490.146,10	105.676.985,74	3.074.825,23	99,24%	2,89%
<b>Subtotal</b>		<b>350,00</b>	<b>428.875.907,17</b>	<b>427.645.422,31</b>	<b>308.103.166,37</b>	<b>99,71%</b>	<b>71,84%</b>
Precatório/RPV	Pessoal e encargos sociais	0,00	1.631.289.572,88	1.631.289.572,88	1.631.288.547,65	100,00%	100,00%
	Outras despesas correntes	0,00	1.916.072.236,33	1.916.072.236,33	1.916.068.868,36	100,00%	100,00%
	Inversões financeiras	0,00	104.599.115,24	104.599.115,24	104.599.115,24	100,00%	100,00%
<b>Subtotal</b>		<b>0,00</b>	<b>3.651.960.924,45</b>	<b>3.651.960.924,45</b>	<b>3.651.956.531,25</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total</b>		<b>350,00</b>	<b>4.080.836.831,62</b>	<b>4.079.606.346,76</b>	<b>3.960.059.697,62</b>	<b>99,97%</b>	<b>97,04%</b>

Quadro 143  
Execução do orçamento por categoria de gasto

Projeto/atividade	Grupo de despesas	Provisões recebidas	Despesas empenhadas	Valores pagos	Insc. em RP não proc.
Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado (precatórios)	Pessoal e encargos sociais	1.317.258.414,35	1.317.258.414,35	1.317.258.414,35	
	Outras despesas correntes	900.054.347,37	900.054.347,37	900.054.347,37	
	Inversões financeiras	104.031.927,12	104.031.927,12	104.031.927,12	
<b>Subtotal</b>		<b>2.321.344.688,84</b>	<b>2.321.344.688,84</b>	<b>2.321.344.688,84</b>	<b>0,00</b>
Contrib. da União, de suas autarquias e fundações. Custeio do reg. de prev. decorrente do pagamento de precatórios e RPs	Pessoal e encargos sociais	13.684.459,24	13.684.459,24	13.684.459,24	0,00
<b>Subtotal</b>		<b>13.684.459,24</b>	<b>13.684.459,24</b>	<b>13.684.459,24</b>	<b>0,00</b>
Cumprimento de sentença judicial de pequeno valor transitada em julgado	Pessoal e encargos sociais	300.346.699,29	300.346.699,29	300.345.674,06	1.025,23
	Outras despesas correntes	1.016.017.888,96	1.016.017.888,96	1.016.014.520,99	3.367,97
	Inversões financeiras	567.188,12	567.188,12	567.188,12	
<b>Subtotal</b>		<b>1.316.931.776,37</b>	<b>1.316.931.776,37</b>	<b>1.316.927.383,17</b>	<b>4.393,20</b>
<b>Total</b>		<b>3.651.960.924,45</b>	<b>3.651.960.924,45</b>	<b>3.651.956.531,25</b>	<b>4.393,20</b>

### Quadro 144

#### Execução do orçamento por natureza da despesa

Natureza da despesa		Destaques recebidos	Provisões recebidas	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Valores pagos	Insc. em RP não proc.	% Exec orç.	% Exec fin.
319001	Aposentadorias, reserva remunerada e reformas		17.551.407,30	17.551.407,18	17.551.407,18	17.551.407,18	0,00	100,00%	100,00%
319003	Pensões		2.739.711,12	2.739.711,12	2.739.711,12	2.739.711,12	0,00	100,00%	100,00%
319008	Outros benefícios assistenciais		7.758,76	7.758,76	7.758,76	7.194,87	0,00	100,00%	92,73%
319011	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil		178.908.162,78	178.908.162,78	178.908.162,78	178.831.020,38	0,00	100,00%	99,96%
319013	Obrigações patronais		48.661,95	48.661,95	48.661,95	48.661,95	0,00	100,00%	100,00%
319016	Outras despesas variáveis – pessoal civil		1.781.920,69	1.781.920,69	1.781.920,69	1.712.146,83	0,00	100,00%	96,08%
319091	Sentenças judiciais		1.617.693.409,02	1.617.693.409,02	1.617.692.383,79	1.617.692.383,79	1.025,23	100,00%	100,00%
319092	Despesas de exercícios anteriores		8.595.396,62	8.595.396,62	7.848.321,12	7.310.950,74	747.075,50	100,00%	85,06%
319094	Indenizações e restituições trabalhistas		344.452,91	344.452,91	344.452,91	329.045,44	0,00	100,00%	95,53%
319096	Ressarcimento de desp. de pessoal requisitado		825.590,87	825.590,87	594.650,28	594.650,28	230.940,59	100,00%	72,03%
319113	Obrigações patronais – op. intraorçamentárias		31.153.882,13	31.153.882,13	31.153.882,13	31.151.770,77	0,00	100,00%	99,99%
319191	Sentenças judiciais		13.684.459,24	13.684.459,24	13.684.459,24	13.684.459,24	0,00	100,00%	100,00%
319192	Despesas de exercícios anteriores		163.253,49	163.253,49	92.516,38	92.516,38	70.737,11	100,00%	56,67%
339008	Outros benefícios assistenciais		867.655,00	867.092,00	867.092,00	866.754,50	0,00	99,94%	99,90%
339014	Diárias – pessoal civil		1.526.751,28	1.475.813,98	1.475.813,98	1.475.813,98	0,00	96,66%	96,66%
339030	Material de consumo		3.342.301,01	3.276.358,70	1.632.298,88	1.615.112,27	1.644.059,82	98,03%	48,32%
339031	Premiações cult., art., cient., desp. e outros		4.197,00	4.197,00	4.197,00	4.197,00	0,00	100,00%	100,00%
339033	Passagens e despesas com locomoção		800.919,78	793.653,60	692.759,71	692.759,71	100.893,89	99,09%	86,50%
339035	Serviços de consultoria		548.600,00	548.600,00	5.700,00	5.700,00	542.900,00	100,00%	1,04%
339036	Outros serviços de terceiros – pessoa física		463.666,48	453.904,80	294.412,29	269.621,13	159.492,51	97,89%	58,15%
339037	Locação de mão de obra		36.427.115,61	36.427.094,17	32.811.645,26	32.452.166,73	3.615.448,91	100,00%	89,09%
339039	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	350,00	26.372.588,54	26.152.474,14	17.799.732,44	17.796.094,17	8.352.741,70	99,17%	67,48%
339046	Auxílio-alimentação		8.428.947,17	8.404.467,85	8.404.467,85	8.398.482,85	0,00	99,71%	99,64%
339047	Obrigações tributárias e contributivas		49.254,69	49.254,69	46.077,98	46.077,98	3.176,71	100,00%	93,55%
339049	Auxílio-transporte		27.621,77	21.880,20	21.880,20	21.605,13	0,00	79,21%	78,22%
339091	Sentenças judiciais		1.916.072.236,33	1.916.072.236,33	1.916.068.868,36	1.916.068.868,36	3.367,97	100,00%	100,00%
339092	Despesas de exercícios anteriores		379.915,35	374.445,08	341.415,00	341.415,00	33.030,08	98,56%	89,87%
339093	Indenizações e restituições		533.628,69	522.081,79	315.349,56	311.494,56	206.732,23	97,84%	58,37%
339139	Outros serv. terceiros – pes. jurid. – op. intraorç.		84.014,30	84.014,30	43.885,08	43.885,08	40.129,22	100,00%	52,24%
339147	Obrig. tribut. e contrib. – op. intraorçamentárias		63.766,73	48.286,73	19.066,94	19.066,94	29.219,79	75,72%	29,90%
339192	Despesas de exercícios anteriores		901,67	901,66	901,66	901,66	0,00	100,00%	100,00%
339193	Indenizações e restituições		255.422,00	255.422,00	209.821,13	209.821,13	45.600,87	100,00%	82,15%
449039	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica		536.390,00	536.390,00	0,00	0,00	536.390,00	100,00%	0,00%
449051	Obras e instalações		91.148.373,84	90.337.033,50	30.218,40	30.218,40	90.306.815,10	99,11%	0,03%
449052	Equipamentos e material permanente		14.805.382,26	14.803.562,24	3.113.565,83	3.044.606,83	11.689.996,41	99,99%	20,56%
459091	Sentenças judiciais		104.599.115,24	104.599.115,24	104.599.115,24	104.599.115,24	0,00	100,00%	100,00%
<b>Totais</b>		<b>350,00</b>	<b>4.080.836.831,62</b>	<b>4.079.606.346,76</b>	<b>3.961.246.573,12</b>	<b>3.960.059.697,62</b>	<b>118.359.773,64</b>	<b>99,97%</b>	<b>97,04%</b>

**Quadro 145**  
**Despesa de pessoal**

Natureza da despesa		Provisões recebidas	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Valores pagos	Insc. em RP não proc.
319001	Aposentadorias, reserva remunerada e reformas	17.551.407,30	17.551.407,18	17.551.407,18	17.551.407,18	
319003	Pensões	2.739.711,12	2.739.711,12	2.739.711,12	2.739.711,12	
319008	Outros benefícios assistenciais	7.758,76	7.758,76	7.758,76	7.194,87	
319011	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	178.908.162,78	178.908.162,78	178.908.162,78	178.831.020,38	
319013	Obrigações patronais	48.661,95	48.661,95	48.661,95	48.661,95	
319016	Outras despesas variáveis – pessoal civil	1.781.920,69	1.781.920,69	1.781.920,69	1.712.146,83	
319091	Sentenças judiciais	88.295,38	88.295,38	88.295,38	88.295,38	
319092	Despesas de exercícios anteriores	8.595.396,62	8.595.396,62	7.848.321,12	7.310.950,74	747.075,50
319094	Indenizações e restituições trabalhistas	344.452,91	344.452,91	344.452,91	329.045,44	
319096	Ressarcimento de desp. de pessoal requisitado	825.590,87	825.590,87	594.650,28	594.650,28	230.940,59
319113	Obrigações patronais – op. intraorçamentárias	31.153.882,13	31.153.882,13	31.153.882,13	31.151.770,77	
319192	Despesas de exercícios anteriores	163.253,49	163.253,49	92.516,38	92.516,38	70.737,11
<b>Total</b>		<b>242.208.494,00</b>	<b>242.208.493,88</b>	<b>241.159.740,68</b>	<b>240.457.371,32</b>	<b>1.048.753,20</b>

**Quadro 146**  
**Execução do orçamento por grupo de despesas**

Grupo de despesas	Destques recebidos	Provisões recebidas	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Valores pagos	Insc. em RP não proc.
Pessoal e encargos sociais	0,00	242.208.494,00	242.208.493,88	241.159.740,68	240.457.371,32	1.048.753,20
Outras despesas correntes	350,00	80.177.267,07	79.759.942,69	64.986.516,96	64.570.969,82	14.773.425,73
Investimentos	0,00	106.490.146,10	105.676.985,74	3.143.784,23	3.074.825,23	102.533.201,51
<b>Total</b>	<b>350,00</b>	<b>428.875.907,17</b>	<b>427.645.422,31</b>	<b>309.290.041,87</b>	<b>308.103.166,37</b>	<b>118.355.380,44</b>



## Material e patrimônio

As principais atividades desenvolvidas são: cadeia de suprimentos, em especial, recebimento, armazenagem e distribuição de materiais, com planejamento para a reposição dos itens de estoque; gestão patrimonial, mediante registro das informações de movimentação de bens e carga patrimonial e atividade de controle mensal referente aos inventários de bens em almoxarifado e depósito e informações sobre irregularidades de guarda e uso de bens patrimoniais.

Apesar das dificuldades encontradas — inconsistências física e contábil nos itens em estoque no almoxarifado; reduzida equipe de pessoal; insuficiência de espaço físico para a guarda de materiais; sistemas obsoletos e rotinas inadequadas de gestão —, foram desenvolvidas ações para minimizar os problemas e o aprimoramento das rotinas, entre as quais se destacam:

- eliminação das requisições manuais de material e implantação das requisições exclusivamente pelo Sistema de Controle de Material – Sicam, de forma a evitar inconsistências no estoque;
- desativação do depósito de material do edifício Sede I, unificando-o com o depósito central, localizado no edifício Adriana, para se aperfeiçoar o controle dos materiais;
- implementação de novas rotinas relativas à elaboração dos pedidos de material: sistematização da descrição, necessária para a revisão do catálogo de materiais e eliminação de códigos repetidos; projeção das necessidades de compras com revisão do tempo de reposição e entrada em estoque;
- otimização dos estoques de suprimento de informática, de forma a evitar desperdício e má gestão do orçamento;
- implementação e padronização de rotinas de informação, visando à maior objetividade e celeridade nas providências adotadas, com a de-

tecção de situações anômalas e ações recorrentes relativas à gestão patrimonial, devolução de relação de bens e termos de responsabilidade pelos agentes consignatários;

- redistribuição e redefinição das atribuições dos servidores e prestadores de serviço das seções da Dimap;
- início da implementação da rotina de depreciação, conforme determinação da Secretaria do Tesouro Nacional.

### Quadro 147

#### Atividades da área de material e patrimônio

Atividades desenvolvidas	Quantidade
Requisições atendidas	4.727
Termos de cessão	52
Termos de doação	8
Termos de baixa	8
Termos de responsabilidade	3.249
Livros tombados	3.499
Outros tombos	3.712
Pam grupo 30	233
Pam grupo 52	77
Notas fiscais	612

## Engenharia e manutenção

Responsável pela manutenção preventiva e corretiva das instalações do Tribunal, a Dieng atendeu a 4.147 requisições de serviço efetuadas pelo Sistema de Atendimento, Acompanhamento e Controle de Serviços – Siate, quantitativo 38% superior ao do ano de 2009, cuja demanda foi de 3.007 requisições.

Os quadros a seguir mostram os contratos acompanhados pela área de engenharia e manutenção, bem como os projetos desenvolvidos ou em fase de desenvolvimento.

**Quadro 148**  
**Contratos contínuos acompanhados pela área de engenharia**

Descrição dos contratos	Local de aplicação	Valor anual (R\$)
Manutenção preventiva e corretiva em <i>no breaks</i> e estabilizadores	Sede I, II, Adriana, D. Marta e Cabo Frio	28.527,00
Manutenção preventiva e corretiva em <i>no breaks</i> e estabilizadores	Centrejufe	16.500,00
Fornecimento de energia elétrica	Sede I, II, Adriana e Centrejufe	1.607.282,00
Fornecimento de energia elétrica	Base Operacional	50.665,00
Fornecimento de energia elétrica	D. Marta e SAAN	96.196,00
Locação de mão de obra especializada para prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva	Edifícios do TRF	1.393.655,80
Fornecimento de água e esgoto	Edifícios do TRF	660.732,22
Locação de contêineres	Edifícios do TRF	2.325,00
Manutenção preventiva e corretiva de elevadores	Ed. Sede I	2.400,00
Manutenção preventiva e corretiva de elevador de carga	Ed. Sede I	1.568,88
Manutenção preventiva e corretiva de elevador	Ed. Adriana	4.800,00
Manutenção preventiva e corretiva de elevador	D. Marta	2.399,88
Manutenção preventiva e corretiva em sistemas de detecção e combate a incêndio	Sede I, II e anexos do TRF	64.352,28
Manutenção preventiva e corretiva em sistemas de ar-condicionado	Ed. Sede I e anexos	452.553,45
Manutenção preventiva e corretiva de elevador	Ed. Sede I	21.120,00
Manutenção preventiva e corretiva de elevador	Centrejufe	741,78
Fornecimento de entroncamento óptico-digital (feixe E1) de entrada e saída para as centrais PABX dos edifícios Sede, Cabo Frio, Adriana e Centrejufe, de linhas diretas e prestação de serviços de telefonia fixa comutada (STFC) local e conurbana, de longa distância	TRF	909.543,95
Serviço dedicado de voz SLDD-2M para interligação da central PABX marca Alcatel, modelo 4300/4400, instalado no edifício Sede I e o bastidor remoto do ed. Adriana	TRF	33.108,00
Serviços de longa distância intrarregional para atender ao tráfego das 160 linhas diretas, dos enlaces ópticos-digitais E1 e de aparelhos celulares funcionais	TRF	40.410,07
Manutenção preventiva e corretiva nas centrais telefônicas tipo PANX, marca Alcatel	TRF	34.200,00
Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças em centrais telefônicas, marca Alcatel, modelo OMNPCX Enterprise, instalada no Centrejufe	Centrejufe	13.641,00
Manutenção corretiva, com fornecimento de peças, em aparelhos de fac-símile	TRF	8.760,00
Serviços de telefonia móvel celular/serviços móvel pessoal (SMP), com tecnologia GSM	TRF	40.031,14
Ressarcimento de celulares de magistrados (7 usuários)	TRF	12.433,86
DDD sem contrato: com ressarcimento de acordo com a Portaria 600/060	TRF	1.016,83
<b>Total anual em contratos contínuos</b>		<b>5.498.964,14</b>

**Quadro 149**  
**Serviços e obras executados**

Descrição dos contratos	Local de aplicação	Valor anual (R\$)
Aquisição de materiais	Edifícios do TRF	1.463,00
Fornecimento e instalação de persianas	Edifícios do TRF	457,80
Fabricação e instalação de cobertura	Edifícios do TRF	29.450,00
Contratação de empresa para lavagem de tapete	Edifícios do TRF	1.260,00
Fornecimento e instalação de filme de controle solar	Edifícios do TRF	300,32
Fornecimento e instalação de carpete	Edifícios do TRF	2.160,00
Fornecimento e instalação de persianas	Edifícios do TRF	2.090,00
Fornecimento e instalação de persianas	Edifícios do TRF	522,50
Fornecimento e instalação de filme de controle solar	Edifícios do TRF	13,62
Fornecimento e instalação de vidro incolor de 8mm	Edifícios do TRF	905,00
Serviço de execução de escoramento da estrutura da cobertura da Base Operacional	Edifícios do TRF	11.500,00
Execução de serviço de substituição de elementos filtrantes	Edifícios do TRF	310,00
Fornecimento e instalação de persianas horizontais	Edifícios do TRF	4.252,00
Serviço de raspagem e aplicação de sinteco	SQN 313	1.210,00
Serviço de fornecimento e instalação de chaveiro	Centrejufe	442,00
Fornecimento de material de serralheria, vidraçaria, pintura, hidráulica e marcenaria para uso nas unidades do Tribunal	Edifícios do TRF	39.045,18
Instalação de exaustores eólicos na Diami	Gráfica antiga	2.468,40
Modernização das bombas de água potável	Ed. Sede II	21.000,00
Instalação de aparelho de ar-condicionado	Central de digitalização	8.970,00
Instalação de aparelho de ar-condicionado	Gabinete Jirair Aram Meguerian	2.990,00
Aquisição de <i>no breaks</i> para novas varas federais	Seccionais	245.464,20
Aquisição de <i>no break</i> para Central PABX – Base Operacional	Base Operacional	5.454,76
Aquisição de <i>no break</i> para o edifício Cabo Frio	Ed. Cabo Frio	57.943,96
Construção de subestação abaixadora de tensão (em execução)	Ed. Sede I	1.132.125,06
Análise de qualidade do ar	Edifícios Sede I, II e anexos	5.700,00
Aquisição de mobiliário – Presidência – projeto de padronização	Presi	31.125,00
Espaço VIP	Sede I	13.100,00
Aquisição de divisórias especiais tipo <i>Spazio</i>	Edifícios do TRF	317.500,00
Fornecimento de materiais de vidraçaria, pintura, hidráulica e marcenaria, que serão usados no Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Edifícios do TRF	4.671,76
Contratação de serviço de sinalização visual (retirada, pintura, aplicação de vinil e instalação)	Edifícios do TRF	1.430,00
Contratação emergencial de escoramento da estrutura metálica da cobertura da Base Operacional	Edifícios do TRF	73.000,00
Fornecimento e instalação de carpete para o gabinete da Presidência, gabinete do desembargador federal Olindo Menezes e Plenário	Presidência	35.220,00
Revitalização de jardins	Presi/Esmaf	16.993,00
Obra da nova sede – 2ª etapa (subsolos)	Obra da nova sede	35.651.841,46
Sala de reunião dos desembargadores	Presi	65.350,00
<b>Total anual em serviços contratados (não contínuos)</b>		<b>37.787.729,02</b>

**Quadro 150**  
**Especificações e projetos desenvolvidos (em fase de contratação)**

Descrição dos contratos	Local de aplicação	Valor anual (R\$)
Projeto básico para a aquisição de <i>no breaks</i> para as novas varas e seções e subseções já existentes	Seccionais	2.400.000,00
Projeto básico para ampliação da capacidade dos <i>no breaks</i> do CPD	TRF	160.052,96
Projeto básico para aquisição de <i>no breaks</i> para ponto eletrônico	TRF	2.790,00
Atualização tecnológica de telefonia VoIP	TRF	415.090,00
Aquisição de 30 fac-símiles	TRF	21.060,00
Impermeabilização de calhas e sacadas do Centrejufe	Centrejufe	384.137,16
Proteção das armaduras remanescentes do consórcio Nova Sede	Obra Nova Sede	30.486,05
Contratação de empresa especializada para reforma de móveis da Presidência no ed. Sede I	Presidência	14.840,00
Aquisição de tinta para demarcação viária	Edifícios do TRF	1.840,00
Divisórias acústicas para a sala de reuniões da Presidência	Presidência	13.198,10
Aquisição de material para a reforma do gabinete da Presidência	Presidência	410,00
<b>Total em fase de contratação</b>		<b>3.443.904,27</b>

**Quadro 151**  
**Especificações e projetos em fase de desenvolvimento**

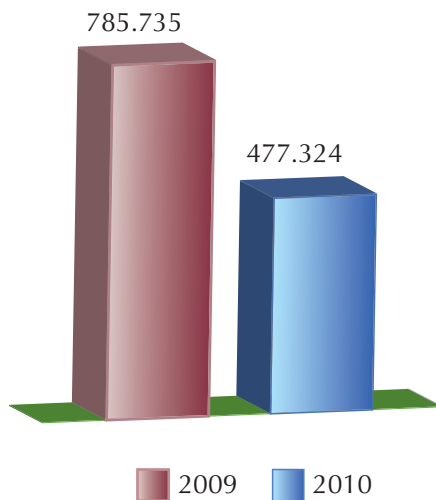
Descrição dos contratos	Local de aplicação
Reforma dos sanitários	Ed. Sede I e II
Ampliação do ed. Sede I	Sede I
Acessibilidade nos edifícios do TRF	TRF
Reforma dos sanitários coletivos	Sede I e II
Reforma com modernização da recepção	Sede I e II
Construção de copa	Garagem
Leiaute para ocupação dos edifícios do TSE	TSE
Mapeamento dos depósitos processuais	TRF
Novo leiaute com modernização de mobiliário	Presi
Modernização de mobiliário do Plenário	Sede I
Criação de painel de bandeiras	Plenário

**Quadro 152**  
**Apoio às seções e subseções judiciárias e às novas varas**

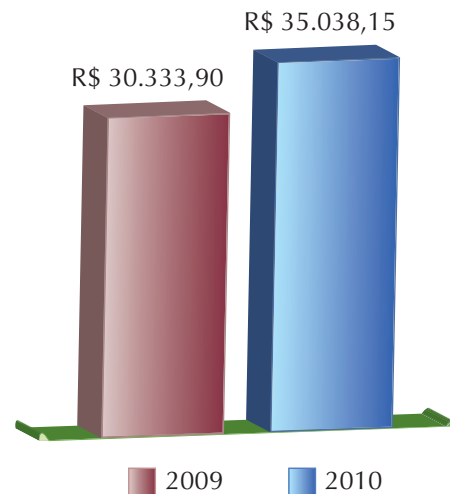
Estado	Local	Descrição
Bahia	Juazeiro	Instalação de Central VoIP Asterisk
Amapá	Macapá	Auxílio técnico na análise de propostas de instalação de equipamentos de ar-condicionado e elevadores na obra da nova sede da Seção Judiciária do Estado do Amapá
Pará	Redenção	Elaboração de leiaute da Subseção para apoio à Dipla

## Comunicação e expedição administrativa

**Gráfico 24**  
**Tiragem de cópias reprográficas**



**Gráfico 25**  
**Recolhimento de custas reprográficas**



## Malote digital

Com o objetivo de dar cumprimento à Resolução CNJ 100/2009, que dispõe sobre a comunicação oficial por meio eletrônico, no âmbito do Poder Judiciário, bem como à Meta 10, “realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre os órgãos do Poder Judiciário”, foram envidados todos os esforços para a implantação do Sistema Hermes – malote digital em toda a 1ª Região.

Imediatamente após a videoconferência promovida em 26/05/2010 pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com o Conselho da Justiça Federal, iniciaram-se os trabalhos de cadastramento das unidades organizacionais responsáveis pela comunicação eletrônica na 1ª Região.

Todavia, por problemas técnicos do próprio sistema, o Tribunal somente conseguiu finalizar o cadastramento de seus usuários em novembro de 2010, quando foram cadastrados também os cogestores de cada seção judiciária, aos quais caberia o papel de efetivar o cadastramento de seus respectivos usuários.

As intercorrências de natureza técnico-operacional havidas no processo de inserção do Sistema Hermes nas rotinas de comunicação oficial da 1ª Região, apesar de todos os esforços empreendidos, comprometeram a observância dos prazos fixados no art. 5º da Resolução CNJ 100/2009, bem como o cumprimento da Meta 10, cuja efetividade subordinava-se diretamente à completa implantação do Malote Digital.

## Ações socioambientais

### Formalização de convênio para destinação de lâmpadas fluorescentes, pilhas e baterias

Entre as ações sustentáveis implementadas, destaca-se a iniciativa da coleta de lâmpadas fluorescentes e eletrônicas, cujo processo de descontaminação pela extração do mercúrio presente em sua composição possibilita o reaproveitamento de grande parte da matéria-prima utilizada em sua manufatura (notadamente cobre, vidro e alumínio).

Em 10/08/2010, foi firmado convênio entre o TRF 1ª Região e o condomínio Pátio Brasil Shopping, com o objetivo de dar destinação correta às lâmpadas, pilhas e baterias usadas pelo Tribunal (Convênio 15/2010).

Por intermédio desse convênio, cabe ao Tribunal o correto acondicionamento do material e o posterior transporte ao local previamente estabelecido por aquela instituição, que, por sua vez, é responsável pelo repasse à empresa especializada no

processo de descontaminação e reciclagem apropriado.

### Abertura de procedimento de habilitação de cooperativa para coleta seletiva

Atendendo aos ditames do Decreto 5.940/2006, da Lei 8.666/1993, em seu art. 24, inciso XXVII, bem como da recém-aprovada política nacional dos resíduos sólidos, Lei 12.305/2010, foi deflagrado, em 26/08/2010, novo processo de habilitação de cooperativas/associações formadas por catadores de materiais recicláveis para realizar a coleta seletiva dos resíduos gerados pelas atividades rotineiras desta Corte, que resultou na assinatura do Termo de Compromisso 01/2010, firmado com a Associação Pré-cooperativista dos Catadores e Recicladores de Resíduos Sólidos de Brasília – Apcorb.

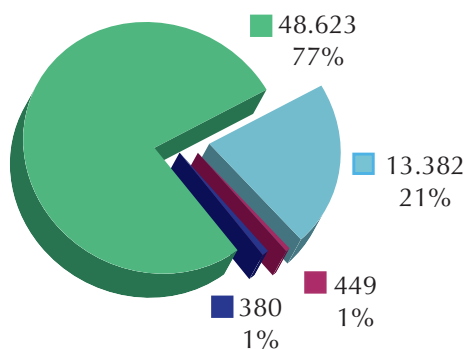
**Quadro 153**  
Atividades de comunicação e expedição

Atividades desenvolvidas	Quantidade/ valor
Processos administrativos autuados	7.905
Matérias encaminhadas para publicação nos diários oficiais	391
Matérias encaminhadas para publicação no <i>Jornal de Brasília</i>	55
Telegramas transmitidos	1.528
Faxes transmitidos	284
Petições recebidas via fax	4.255
Cópias reprográficas	477.324
Faturas/notas fiscais distribuídas	1.861
Faturas/notas fiscais analisadas e atestadas	106
Custas reprográficas recolhidas (R\$)	35.038,15

**Quadro 154**  
Remessa de documentos

Documentos enviados/postados		Quantidade
Enviados à Seção Judiciária do DF		8.661
Enviados ao CJF/STJ/STF e outros		2.962
Postados na ECT	Registrados	7.273
	Registrados com AR	16.551
	Simplex e impresso	12.260
	Mão própria	1.316
	Sedex	5.695
	PAC	4.645
Enviados, via malote, às seccionais	Correspondências	59.852
	Malotes	11.502

**Gráfico 26**  
Remessa de processos judiciais

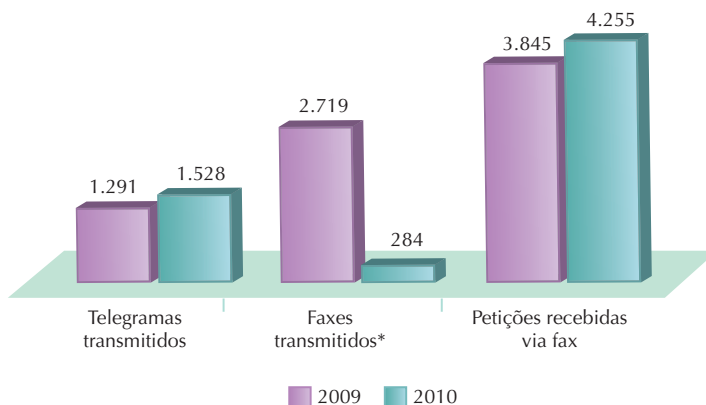


- Processos enviados às Seccionais da 1ª Região
- Processos enviados às Comarcas
- Processos enviados aos JEFs (recursais)
- Processos enviados aos demais Tribunais

**Quadro 155**  
Recebimento de documentos

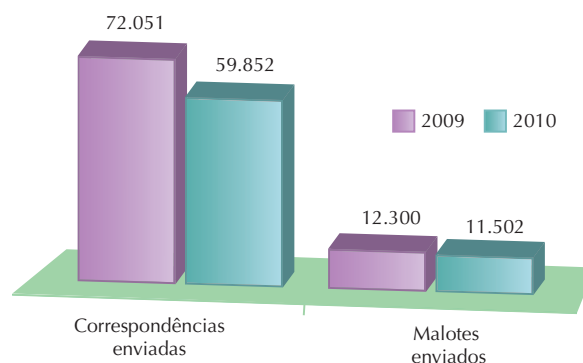
Documentos recebidos/distribuídos	Quantidade
Documentos recebidos das seccionais via malote	52.778
Documentos recebidos via ECT e outros órgãos	86.020
Diários distribuídos no TRF	3.652
Jornais distribuídos no TRF	5.164
Revistas distribuídas no TRF	12.870

**Gráfico 27**  
Telecomunicações



\* A expressiva diminuição do quantitativo de faxes transmitidos no ano de 2010 deveu-se à adoção mais sistematizada das comunicações eletrônicas no âmbito do TRF 1ª Região.

**Gráfico 28**  
Comparativo de documentos enviados por malote



## Segurança e serviços gerais

A área de segurança e serviços gerais administra um efetivo com cerca de 600 pessoas, entre servidores e prestadores de serviço, distribuídas nas unidades do Tribunal. Supervisiona e administra oito instalações, que abrigam as unidades do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Tem sob sua responsabilidade, em média, 25 contratos relacionados com o apoio aos gabinetes e à Administração da Corte e gerencia uma frota com 70 veículos, oficiais e de serviço. Em 2010, foram atendidas 6.650 requisições para transporte e condução de autoridades e servidores pelo Sistema de Transportes – Sistra.

Os servidores da área de segurança realizaram duas atividades de capacitação:

- curso para agentes de segurança, ministrado por agentes de segurança da Justiça Federal;
- curso de segurança institucional/CIS-2010 destinado aos servidores que percebem a GAS (gratificação de atividade de segurança), com conteúdo programático adequado às atividades, contendo diversas disciplinas: segurança de dignitários, direção defensiva, segurança patrimonial, defesa pessoal, algemamento/condução, técnicas de abordagem e atendimento ao público, técnicas de investigação e entrevista e armamento e tiro, atendendo a dispositivo de lei que regulamentou a GAS. O curso foi ministrado nas instalações do Tribunal, com aulas práticas em locais apropriados e indicados pelo instrutor credenciado pela Administração.

Foto: Jorge Campos



Agentes de segurança em curso: módulo segurança de dignitários.



Foto: Jorge Campos

Agentes de segurança em curso: módulo direção defensiva.



Merecem destaque as seguintes atividades:

- implantação definitiva do Sistema de Transporte – Sistra;
- doação de seis veículos realizada por meio dos Processos Administrativos 6.147/2009 (Funai), 6.678/2009 (DPF), 7.663/2009 (CNJ) e 7.601/2009 (Polícia Civil), em razão da aquisição de seis veículos Volkswagen Voyage 1.6 flex para renovação da frota;
- reposição do veículo oficial, marca Toyota Hilux SW4, placa JGL 0571, sinistrado em 28/11/2009, pelo Hillux SW4, ano 2010, placa JJU 1401;
- aquisição e instalação de Sistema de CFTV para os edifícios Adriana, Base Operacional/Gráfica e Esmaf/Centrejufe;
- regulamentação dos turnos de revezamento nas áreas de segurança e transporte por meio da Portaria Presi/Secad 359 de 13 de setembro de 2010;
- realização do 1º Encontro dos Agentes de Segurança do TRF 1ª Região, com apoio da Direh/Unicorp;
- informatização do controle de acesso de servidores nos finais de semana, feriados e fora do horário de expediente;
- apoio direto de traslado e segurança da comitiva presidencial na inauguração das varas federais instaladas nas cidades de Paracatu/MG e Unaí/MG;
- aquisição de coletes operacionais para uso exclusivo dos agentes de segurança lotados na Diseg;
- iniciado o desenvolvimento, em parceria com a Secin, dos sistemas de controle de combustível e de controle de garagens internas.

**Quadro 156**  
**Atividades desenvolvidas pela área de segurança e transporte**

Gestão de contratos	25
Gestão de contratos de terceirizados/pessoal	4
Terceirizados vinculados à Diseg	545
Atendimentos/Sistra	6.650
Atendimentos/Secol	1.680
Atendimentos/Sesvi	231
Atendimentos/Seseg	73

---

# SECIN

Secretaria de Tecnologia da Informação

---

A Secretaria de Tecnologia da Informação – Secin tem por competências planejar e propor estratégias que maximizem o valor da informática como incremento tecnológico das atividades desenvolvidas no Tribunal; coordenar a aquisição de recursos tecnológicos, de forma a garantir que os investimentos atendam aos legítimos objetivos do TRF, seções e subseções judiciárias; coordenar a descentralização dos recursos tecnológicos e a capacitação para que sejam operados, a fim de permitir a disseminação do conhecimento aos usuários e participar na formulação e avaliação de diretrizes, estruturas e níveis de segurança da informação aplicados à arquitetura de sistemas corporativos.

Tendo por base essas diretrizes, a Secin iniciou o ano de 2010 com a implantação do Processo Digital da 1ª Região – e-Jur, de modo que todos os novos processos que deram entrada na Primeira Região tramitaram eletronicamente, exceto os criminais e aqueles com publicidade restrita.



Foto: Saulo Cruz

Apresentação do e-Jur aos magistrados da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Cabe destacar o compromisso de todo o corpo funcional da Secin, que se empenhou no sucesso do projeto, inclusive, nos ajustes necessários à estabilização do e-Jur, aperfeiçoando-o para sua utilização no TRF, nas Seções Judiciárias do Distrito Federal e do Estado de Goiás e na Subseção Judiciária de Uberlândia, o que permitirá sua implantação nas demais seccionais a partir de janeiro de 2011.

Concomitantemente à implantação do e-Jur, foi estabelecida a numeração única de processos, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça, o que demandou alteração em todos os sistemas processuais em uso na 1ª Região.

A implantação das novas varas federais, prevista na Lei 12.011/2009, repercutiu diretamente no trabalho dos setores da Secin, em razão das diversas ações necessárias à implantação dos sistemas nessas unidades, como: instalação e configuração dos equipamentos que compõem a rede de dados; preparação dos programas para redistribuição dos processos segundo os critérios estabelecidos pela Corregedoria Regional; criação das estruturas das novas varas (lotações, cargos em comissão e funções comissionadas), com o objetivo de disponibilizar as vagas dos cargos de juízes e servidores para os processos de remoção, e aquisição de equipamentos de informática.

## Elaboração de projeto básico, aquisições e contratações em 2010

Para a modernização e melhoria do parque tecnológico da 1ª Região, foram priorizadas as seguintes ações:

- contratação de circuito adicional para acesso à internet, possibilitando redundância na prestação do serviço, ainda que, em um primeiro momento, de forma manual;
- tratativas com o Supremo Tribunal Federal visando celebrar acordo de cooperação para utilização de parte do AS (Sistema Autônomo), concedido pela RNP, entidade reguladora do acesso à internet, ao STF. Dessa forma, o endereçamento IP utilizado pela 1ª Região passará a ser próprio, e não mais concedido pelas operadoras;
- celebração de contrato para aumento da velocidade do circuito principal da internet de 30 Mbps para 100 Mbps. O circuito encontra-se em fase de instalação;

- celebração de contrato para ampliação dos circuitos de comunicação de dados que interligam as localidades da 1ª Região. A ampliação garantirá um acréscimo de, pelo menos, 200% para os atuais circuitos que atendem às seções judiciárias e de, pelo menos, 300% para os atuais circuitos que atendem às subseções judiciárias. O contrato permitirá ainda a instalação dos circuitos que atenderão às novas subseções judiciárias que serão implantadas em 2010 e 2011. O contrato foi assinado em 07/10/2010, com prazo de 45 dias para a ampliação dos circuitos das capitais e 60 dias para os circuitos do interior. Foram priorizadas as instalações nas localidades que estão utilizando o Processo Digital, como Uberlândia e Goiânia;
- aquisição de seis servidores com maior capacidade de processamento, sendo dois para Proxy, responsáveis pela disponibilização dos acessos à *web*, dois para servidores de aplicação – *Jboss*, responsáveis pela disponibilização das aplicações do processo digital, e dois para banco de dados, responsáveis pelo armazenamento e disponibilização dos dados do processo digital;
- aquisição de oito microcomputadores e oito monitores para cada vara federal cível que utilizará o processo digital, totalizando 794 equipamentos para as seções judiciárias. Os equipamentos serão disponibilizados com dois monitores, sendo um já existente e outro adquirido juntamente com o novo equipamento. Para a área administrativa das seccionais que trabalham com o e-Jur serão adquiridos 20% dos equipamentos destinados às varas federais cíveis, no total de 198 micros. O total de aquisições para as seções que trabalharão com o e-Jur será de 992 microcomputadores;
- aquisição de 432 microcomputadores com monitores para as unidades do TRF que utilizam o processo digital, tendo sido cada gabinete de desembargador contemplado com oito equipamentos;
- aquisição de ferramenta para monitoramento de aplicações Java (linguagem de programação do sistema e-Jur), que garante análise mais detalhada do funcionamento do processo digital;
- contratação de consultoria especializada para a implementação de ambiente computacional das ferramentas que compõem o processo digital. O ambiente operacional do e-Jur será o mesmo previsto para o PJE, o processo digital do CNJ;
- realização de reuniões entre as áreas administrativas do TRF e com o TCU, para fechamento do modelo de contratação para TI a ser adotado na 1ª Região. Os serviços de TI foram instruídos em cinco processos administrativos, podendo resultar em até 19 contratos distintos para o fornecimento dos serviços especializados: 1 contrato para serviços técnicos de TI para atendimento de primeiro, segundo e terceiro níveis para o TRF; 14 contratos para atendimento de segundo e terceiro níveis para as seções e subseções judiciárias do TRF, sendo 1 contrato para cada seccional; 1 contrato para sustentação de infraestrutura do Tribunal; 1 contrato para gestão e monitoria de TI do TRF; 1 contrato para manutenção, migração, integração e documentação de sistemas de informação para o TRF e 1 contrato para o desenvolvimento de novos sistemas para a 1ª Região. Os processos estão em fase de elaboração de minuta de edital;
- aquisição de equipamentos de informática para as varas federais que foram instaladas em 2010, assim distribuídos:
  - ◆ 8 impressoras para cada vara;
  - ◆ 16 microcomputadores para cada nova vara JEF, 18 para cada nova vara ambiental e 22 para cada nova subseção;
  - ◆ 2 impressoras de código de barras para cada nova vara;
  - ◆ 10 leitores de código de barras;
  - ◆ 2 *notebooks* para cada nova vara, sendo um para o juiz titular e um para o juiz substituto;

- ◆ 4 equipamentos servidores para cada nova subseção;
- ◆ 1 *racks* com *switch* KVM e *switch* KVT para cada nova subseção;
- ◆ 1 *storages* para cada nova subseção;
- ◆ 2 equipamentos tipo *Core* e 3 tipo *Borda* para cada nova subseção;
- elaboração de projeto básico para aquisição de equipamentos para acesso à internet banda larga 3G;
- elaboração de projeto básico para registro de preços de:
  - ◆ microcomputadores e monitores de vídeo;
  - ◆ leitores de código de barras;
  - ◆ servidores de rede;
  - ◆ solução de *storage* para o TRF e JF/MG;
  - ◆ solução para *backup*;
  - ◆ *racks* com *switches* KVM e KVT;
  - ◆ solução para gravação de áudio e vídeo de audiências;
  - ◆ impressoras laser, de código de barras e equipamentos multifuncionais;
  - ◆ subscrição de *Jboss* e *Red Hat*;
  - ◆ *notebooks* e
  - ◆ ferramenta de portal corporativo e ferramenta para pesquisa textual e indexação de documentos.

## PETI e PDTI

As atividades referentes ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI contaram com a coordenação do Conselho da Justiça Federal, que, em conjunto com os Tribunais Federais, elaboraram o planejamento para o período de 2010 a 2014. A Resolução 103 de 23 de abril, aprovou o PETI, cuja missão consiste em garantir soluções tecnológicas efetivas para o cumprimento da função institucional da Justiça Federal. Essa mesma resolução orientou a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, que foi cons-

truído observando-se o alinhamento estratégico estabelecido no PETI.

Por iniciativa do CJF, foram realizados *workshops* com o TRF 1ª Região e as demais regiões, para orientação na construção do PDTI para 2011-2012.

## Central de atendimento e manutenção

No tocante ao atendimento ao usuário, a Secin prestou suporte técnico referente aos sistemas informatizados e aos equipamentos de informática. As atividades de suporte objetivam solucionar problemas de serviços relacionadas *e-mail*, banco de dados, *terminal server*, *back-up*, cadastramento, permissionamento e orientação quanto à utilização dos sistemas do TRF e seccionais, como:

- instalação, gerenciamento e manutenção dos equipamentos servidores de aplicação Java para atender à demanda do e-Jur;
- migração dos equipamentos de armazenamento das seções e subseções, a fim de permitir maior espaço para os documentos;
- implementação do projeto de ampliação das unidades de armazenamento (*storages*) nas seções e subseções judiciais;
- instalação e configuração dos equipamentos *storages* nas novas subseções;
- configuração e manutenção dos servidores de *backup* na 1ª Região;
- gerenciamento do servidor de transmissão de áudio e vídeo (videoconferência);
- criação dos ambientes de produção e desenvolvimento para *data warehouse* (projeto e-Siest);
- instalação, configuração, manutenção, monitoramento e gerenciamento do *backup* dos bancos de dados *Oracle* instalados no TRF e seções/subseções;
- capacitação dos clientes dos gabinetes e coordenadorias que utilizam o sistema e-Jur;

- absorção dos treinamentos a serem ministrados a novos clientes de TI dos Sistemas Sistra, Sirec, e-Siam, e-Assinador e Certificação Digital;
- configuração e encaminhamento de 130 *notebooks* para os juízes federais da 1ª Instância, obedecendo à hierarquia;
- configuração de 38 *notebooks* para entrega aos juízes federais das varas federais instaladas na 1ª Região no decorrer de 2010;
- acompanhamento da entrega dos 1.804 micro-computadores, 502 impressoras, 390 leitores de código de barras e 50 impressoras de código de barras;
- implementação da tecnologia de Voz sobre IP (VoIP) na Central de Atendimento da Diatu/Secin, o que permitiu o atendimento de maior número de clientes simultâneos;
- realização de 36.573 atendimentos, dos quais 20.131 pela Divisão de Apoio aos Usuários – Diatu.

## Atualização de dados e melhoria dos sistemas e relatórios

### Sistemas/programas implantados e em fase de implantação

#### Sistema GPD – Gerência de Processos Digitais

- Descrição: sistema único para gerência de processos digitais de 1º e 2º graus.
- Objetivo: gerenciar os processos digitais.
- Destinatários: sociedade em geral.
- Situação: implantado.
- Melhorias: configuração da área de trabalho; permissão para que o usuário configure a forma de exibição das colunas no GPD; agrupamento de funcionalidades no envio para outra localização e na atribuição de tarefas; triagem de petições incidentais; permissão para reali-

zação de assinatura em vários processos com uma única chamada ao assinador; substituição automática de peça excluída por certidão de exclusão; melhoria nos *logs* do sistema; assinatura por *login* e senha; retirada da chamada ao carimbador de tempo no STF; criação do Diagnóstico, aplicativo que verifica a máquina do cliente e gera relatório dos erros encontrados; alteração dos atributos “Prioridade de tramitação” e “Última movimentação” para processos em 2º grau; identificação de problemas de integração com Processual e Juris, visando facilitar a correção.

#### Sistema GPDoc – Gerência de Produção de Documentos

- Descrição: sistema para gerência da produção de documentos nas varas onde está instalado o GPD.
- Objetivo: gerenciar documentos do processo digital.
- Destinatários: sociedade em geral.
- Situação: implantado.
- Melhorias: criação de ponto de salvamento da minuta; implantação da funcionalidade Contador de minutas; remoção do *link* voltar na tela de incluir/alterar documento; retirada do carimbo de tempo das assinaturas de minutas; solução do problema do estouro das conexões no banco de dados causado pelo Gpdoc; opção “salvar e sair” no menu para eliminar problemas de perda de palavras na conversão; correção do erro que causava o sumiço de palavras em um documento assinado; correção de erro no sistema ao editar um segundo documento; correção de inconsistência na consulta de minutas a partir do RED; alterações no tratamento de erros vindos do conversor de arquivos ou do envio ao RED.

## e-Cint – Sistema de Citação e Intimação Eletrônicas

- Descrição: Sistema de Citação e Intimação Eletrônica.
- Objetivo: permitir o envio de citações e intimações pela internet às entidades e advogados.
- Destinatários: entidades e advogados.
- Situação: implantação.
- Melhorias: alteração do endereço do e-Proc de “.gov” para “.jus”; correção na forma de peticionamento, que gerava equívoco de remessa; tratamento da mensagem recebida pela rotina do JEF virtual.

## e-Proc – Sistema de Peticionamento Eletrônico

- Descrição: Sistema para peticionamento via *web*.
- Objetivo: permitir ao jurisdicionado encaminhar à Justiça Federal da 1ª Região petições via internet.
- Destinatários: a sociedade em geral.
- Situação: implantado.
- Melhorias: bloqueio do e-Proc para peticionamento por usuários não validados; bloqueio do e-Proc para documentos de formato diferente de PDF; alteração na rotina de exclusão de usuários, que passou a ser apenas lógica; atualização das tabelas para que façam referência ao Id do processo, exigência decorrente das atualizações sofridas pelos sistemas processuais; alteração do sistema para comportar a nova numeração de processos, de 20 dígitos; alteração do sistema para utilização da Tabela Única de Petições; criação da opção de inserir códigos OAB mediante a apresentação de certidão da Ordem para os casos em que o código não consta no sistema CNA – Cadastro Nacional de Advogados; inclusão de código dos arquivos enviados para futura conferência de autenticidade; alte-

ração do recibo incluindo outras informações sobre a petição.

## RED – Repositório Eletrônico de Documentos

- Descrição: repositório dos documentos institucionais e minutas. Segue os requisitos do MoreqJus, norma que determina como os documentos eletrônicos gerados na Justiça Federal devem ser armazenados para garantir sua integridade e preservação.
- Objetivo: retirar documentos armazenados nos bancos de dados e transferi-los para o sistema de arquivo, que passará a ser o único repositório. Isso possibilitará o uso dos recursos de armazenamento, reduzirá os custos de manutenção dos bancos de dados e otimizará o uso da rede de comunicação do Tribunal.
- Destinatários: outros sistemas do TRF 1ª Região, entre eles: e-AVS, g-DOC, e-SIAM, PJD-EF, e-DOC, e-Digitalizador, Gpdoc, Siouv (2010).
- Situação: em evolução.
- Melhorias: inclusão em lote; inclusão de minutas; recuperação de assinaturas; controle transacional; pesquisa múltipla; alterações para atender às demandas do processo digital.

## e-Digitalizador

- Descrição: sistema para digitalização de documentos em todos os órgãos da Justiça Federal da 1ª Região. Corresponde a um projeto do Programa de Trabalho e-Justiça.
- Objetivo: digitalizar documentos.
- Destinatários: unidades da 1ª Região
- Situação: implantado.
- Melhorias: permitir a triagem dos documentos digitalizados antes de serem anexados ao processo (petições incidentais); separação do servidor de conversão de PDF do TRF 1ª Região e da SJ/DF; consulta e apresentação de datas conforme o filtro; ajuste no número de documentos

informados no momento de envio ao RED; alteração no padrão de finalização do documento para aumentar a segurança do procedimento; geração de estatísticas operacionais e gerenciais para os gestores do sistema; geração e inclusão automatizada de certidões no processo digital, informando a respeito de páginas ilegíveis, em branco ou original danificado; criação da nova funcionalidade Consultar Histórico do Processo.

### **e-Siam – Sistema de Controle de afastamento de magistrados**

- Descrição: controla os afastamentos de todos os juízes da 1ª Região.
- Objetivo: permitir a autorização e controle dos afastamentos de magistrados.
- Destinatários: magistrados da 1ª Região.
- Situação: implantado.
- Melhorias: implementação da justificativa da avaliação do cancelamento e obrigatoriedade do preenchimento ao selecionar a opção “não”.

### **PJD-EF – Processo Judicial Digital – Execução Fiscal**

- Descrição: Processo Judicial Digital – Execução Fiscal.
- Objetivo: permitir o controle virtual total das varas de execução. Conhecido como Execução Fiscal Virtual.
- Destinatários: varas de execução fiscal.
- Situação: implantado.
- Melhorias: abertura em lote de processos; integração com e-Proc na fase de triagem de documentos; recuperação de documentos do e-Proc e carga no PJD.

### **Sicam – Sistema de Controle e Aquisição de Bens e Serviços**

- Descrição: controla o fluxo da execução durante o processo de aquisição de bens e serviços, atendendo à gestão de processos de compras e licitações.
- Objetivo: proporcionar o controle da manutenção e o gerenciamento de bens permanentes e de consumo, gerando dados estatísticos, consultas e relatórios que subsidiam a tomada de decisões.
- Destinatários: todas as unidades.
- Situação: implantado.
- Melhorias: desenvolvimento dos módulos de Depreciação de Bens e Controle de Bens de Consumo Imediato.

### **Sispra – Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos Administrativos**

- Descrição: permite o cadastro de processos administrativos e o acompanhamento de sua movimentação física.
- Objetivo: permitir o registro dos dados de movimentação dos processos administrativos, possibilitando acesso a consultas e relatórios.
- Destinatários: todas as unidades.
- Situação: implantado.
- Melhorias: iniciado o projeto de levantamento de dados e criação do modelo de dados para a elaboração do sistema de processo administrativo digital.

### **Siate – Sistema de Atendimento, Acompanhamento e Controle de Serviços**

- Descrição: sistema que permite o cadastramento de solicitações de serviço às diversas unidades.
- Objetivo: documentar os atendimentos prestados pelas unidades executantes, proporcionan-



do maior controle e acompanhamento das atividades realizadas.

- Destinatários: todas as unidades.
- Situação: implantado.
- Melhorias: iniciado o projeto de levantamento de dados e criação do modelo de dados para a elaboração do sistema Sosti em plataforma *web*, que substituirá o sistema Siate existente.

### **Sirec – Sistema de Recebimento e Envio de Correspondências**

- Descrição: sistema que permite registrar a tramitação de documentos.
- Objetivo: registrar a tramitação de documentos para facilitar a consulta.
- Destinatários: todas as unidades.
- Situação: implantado.
- Melhorias: iniciado o projeto de levantamento de dados e criação do modelo de dados para a elaboração do controle de documentos administrativos digitais, que será desenvolvido em conjunto com o módulo de processo administrativo digital.

### **Sistra – Sistema de Transportes**

- Descrição: permite o controle das solicitações de viatura e/ou motorista, dos veículos e seu histórico e dos serviços de manutenção.
- Objetivo: permitir o cadastro de requisição de veículos pelas unidades e o gerenciamento de veículos, motoristas e abastecimentos.
- Destinatários: todas as unidades.
- Situação: implantado.
- Melhorias: iniciado o projeto de levantamento de dados e criação do modelo de dados para a elaboração do sistema Sistra em plataforma *web*.

### **Portaria – Sistema de Controle de Entrada e Saída de Pessoas e Bens**

- Descrição: registra a entrada e saída de bens e pessoas no TRF 1ª Região.
- Objetivo: controlar a entrada e saída de pessoas sem crachá, advogados e visitantes, e cadastrar a entrada e saída de materiais e bens tombados.
- Destinatários: setores de segurança – portarias dos edifícios.
- Situação: implantado.
- Melhorias: implantado o módulo de Autorização de Entrada e Saída de Pessoas Fora do Expediente.

### **Siouv – Sistema de Ouvidoria (administrativa e judicial)**

- Descrição: permite a informatização do recebimento de manifestações dos usuários da Justiça Federal, com o registro das ocorrências via *site* do Tribunal ou no próprio sistema.
- Objetivo: documentar as reclamações/sugestões dos usuários e as respostas das Secretarias do Tribunal para os manifestantes.
- Destinatários: unidades do Tribunal e o público.
- Situação: implantado.
- Melhorias: elaborado novo sistema em plataforma *web*, centralizado no TRF 1ª Região, que executa o controle das manifestações e permite a manifestação dos magistrados e o arquivamento de documentos digitais.

### **Eleição Eletrônica – Sistema de Eleição Eletrônica**

- Descrição: permite o cadastramento e a votação de magistrados para a ocupação de cargos na Justiça.
- Objetivo: agilizar e documentar as eleições de magistrados efetuadas pelo Plenário.

- Destinatários: Plenário do Tribunal.
- Situação: implantado.

### Aplicações Web

- Descrição: permite o acesso aos serviços *web* do Tribunal disponíveis à comunidade.
- Objetivo: dar transparência ao cidadão dos serviços executados no Tribunal.
- Destinatários: servidores do Tribunal e público externo.
- Situação: implantado.
- Melhorias: *Revista Eletrônica do TRF*; reestruturação da página da Secbe; migração das aplicações para o novo servidor *web*; otimização do processo de busca no *Catálogo telefônico* e visualização de foto dos servidores; criação de módulo gráfico para a página da Biblioteca (Legislação Varas).

### SFP – Sistema de Folha de Pagamento

- Descrição: cálculo da folha de pagamento para servidores e magistrados ativos, inativos e pensionistas.
- Objetivo: permitir o processamento da folha de pagamento e a disponibilização dos relatórios gerenciais financeiros. Viabilizar a manutenção e controle das informações. Permitir a exportação de informações para sistemas externos (Dirf – Rais – GFIP).
- Destinatários: Divisão de Pagamento do TRF e seções de pagamento das seccionais e servidores da 1ª Região.
- Situação: implantado.
- Melhorias: automação no cálculo de horas extraordinárias; automação no cálculo de adicional noturno; migração do módulo de Auxílios, do Sarh, para o Sistema de Folha de Pagamento; rotina para disponibilização de dados financeiros para o portal da transparência;

- Disponibilização da ficha financeira, para que o próprio servidor possa consultá-la e imprimi-la pelo sistema.

### Sarh

- Descrição: Sistema de Administração de Recursos Humanos.
- Objetivo: permite o gerenciamento dos dados funcionais de magistrados, servidores, estagiários, além de manter o cadastro dos prestadores de serviço.
- Destinatários: Secre e Asmag.
- Situação: implantado no Tribunal e nas seções judiciárias.
- Melhorias: desenvolvimento de rotinas para a entrega de declaração de bens pelos magistrados no sistema Sarh *Oracle*; adaptação/correção das rotinas do AQ para atender à finalização dos primeiros AQS gerados e geração de novos AQS; alteração de todas as rotinas do Sarh que enviam *e-mail* para adaptá-las ao novo formato de *e-mail* (trf1.jus.br); adaptação das rotinas de integração do sistema do Pro-Social com o Sarh e rotinas de afastamentos, para suspender, automaticamente, as férias dos servidores nos casos de licença-paternidade, licença à adotante e concessão de licença por motivo de falecimento em pessoa da família; desenvolvimento de rotinas para a geração de folha de ponto pelo próprio servidor ou pelo seu chefe já trazendo informações constantes de seus assentamentos: férias, licenças etc.; desenvolvimento de uma rotina que permita a criação de um usuário e suas permissões em todas as seções judiciárias com base em modelo existente; adaptações no módulo “Estagiários”, rotinas de cadastro/folha de pagamento, para atender a solicitações das seções judiciárias; desenvolvimento de relatórios para trazer todas as informações de funções, designações, férias, afastamentos e outras informações sobre os juízes federais e federais substitutos, separados por varas e seções/subseções

judiciárias. Foi feito um relatório para consulta pela Asmag no sistema Sarh e outro para consulta pela *web* (internet) (*link* Ver Contatos Varas na tela principal da página do Tribunal); criação das novas varas com seus cargos e funções nas bases de dados do Sarh; adaptação do módulo de férias dos magistrados (*Oracle*) para enviar *e-mails* aos magistrados, quando há alterações em suas férias; desenvolvimento de um relatório para ser apresentado na *web* para mostrar os juízes que estão convocados para o Tribunal no momento (*link* magistrados convocados para o TRF na página da Asmag); desenvolvimento em *Web/Oracle* de um Sistema de Movimentação de Magistrados (remoção, promoção e movimentação); desenvolvimento de um relatório *Oracle*, que traz a vida funcional do magistrado constante na base de dados para auxiliar as decisões no processo de promoção por merecimento; desenvolvimento de rotinas que auxiliam o cadastro de antiguidade dos magistrados por categoria; desenvolvimento em *Web/Oracle* de um módulo que permite aos magistrados (juízes federais e federais substitutos) solicitarem suas férias (referentes à escala e alterações), os diretores de Foro analisarem/autorizarem e o Corregedor Regional autorizar os períodos de escala.

### **e-Pro-social – Programa de Assistência aos Magistrados e Servidores do TRF 1ª Região**

- Descrição: sistema informatizado gerencial para as atividades do Programa de Saúde de Servidores da 1ª Região, seções e subseções Judiciárias, composto por módulos de gerenciamento das atividades relativas à administração, cadastro, credenciamento, gestão financeira e contábil dos recursos.
- Objetivo: automatizar as atividades vinculadas às necessidades funcionais e gerenciais da Secbe.
- Destinatários: todos os beneficiários do Plano de Saúde Pro-social e toda a rede credenciada ao Tribunal.

- Situação: em evolução.
- Melhorias: treinamento e implantação do sistema nas seccionais da 1ª Região.

### **Prontuário Eletrônico**

- Descrição: módulo do Sistema de Gestão do Plano de Saúde voltado para o serviço médico do Tribunal.
- Objetivo: permitir a qualquer profissional de saúde do Serviço Médico da 1ª Região com perfil específico inserir informações no atendimento de pacientes, como dados de evolução clínica.
- Destinatários: todos os pacientes atendidos pelo Serviço Médico e Odontológico do Tribunal e seções judiciárias.
- Situação: em evolução.
- Melhorias: treinamento e implantação do sistema nas seccionais da 1ª Região.

### **Juris**

- Descrição: sistema de acompanhamento de processos judiciais do TRF 1ª Região.
- Objetivo: permitir o gerenciamento e o controle da tramitação dos processos judiciais de 2º grau.
- Destinatários: usuários do sistema de 2º grau.
- Situação: implantado.
- Melhorias: módulo integrado de recebimento/juntada de petições digitais (e-Proc/e-Digitalizador); adequação de rotinas da Corip para atender à inversão do fluxo de trabalho do setor; integração de baixas/recebimentos entre os sistemas Juris e Processual, em virtude de devolução, baixa à origem e declínio de competência; revisão de mecanismos de recuperação dos dados da 1ª Instância – IN Coger 35/2008; ajustes diversos em rotinas que geram documentos que serão juntados nos processos digitais; desenvolvimento de módulo de controle de temas e agru-

pamentos de recursos especiais/extraordinários sobrestados; adequação de diversas rotinas do sistema para viabilizar o mutirão “Judiciário em dia”; automação de lançamentos de remessas ao se gerarem termos de autuação; módulo de relatórios gerenciais para recebimento de processos pela Corip; finalização do módulo para gerenciamento de tarefas e processos entre os servidores do gabinete; adequação dos dados referentes à relatoria em processos sob competência da presidência/vice em função de juízo de admissibilidade; melhorias na integração do GPD com o Juris e automação de lançamento de tarefas/localizações na realização de remessa de processos; automação da fase de Conclusão conforme a Remessa lançada nos autos.

### **SNCJ – Sistema Nacional de Cálculo Judicial**

- Descrição: disponibiliza recursos e ferramentas de apoio à elaboração dos cálculos judiciais.
- Objetivo: facilitar a realização de cálculos judiciais para reduzir o tempo de julgamento de processos na Justiça Federal.
- Destinatários: setores de Contadoria de toda a Justiça Federal.
- Situação: implantado.
- Melhorias: aperfeiçoamento do módulo de Tempo de Contribuição Previdenciária; evolução no cálculo de PSS (Plano de Seguridade Social) no reajuste salarial; aperfeiçoamento do módulo de Honorários Contratuais; criação de mais de uma conta por autor de FGTS, com juros progressivos independentes; diferentes percentuais de JAM (Juros de Atualização Monetária) para o mesmo autor; criação de precatório para “Desapropriação”; implantação do módulo de manutenção de múltiplas partes do processo; estabilização do sistema referente à numeração única.

### **G-Doc – Gerenciador de Documentos**

- Descrição: sistema gerenciador eletrônico de documentos para o 2º grau.
- Objetivo: gerenciar documentos de processos físicos e digitais em 2º grau.
- Destinatários: gabinetes, Asret, Vice-Presidência e Cojef.
- Situação: implantado.
- Melhorias: alterações corretivas e evolutivas para estabilização do sistema após a implantação da nova numeração de processos; adaptação do sistema para integração com o e-Jur; otimização da tela de pesquisa dos lotes para abranger a visualização de processos e documentos; criação de um novo projeto de geração de PDFs para documentos de assinatura digital; otimização dessas rotinas com a criação de controles e programas de monitoração, com vistas a minimizar erros e aumentar a eficiência; reformulação do módulo de estatística.

### **CVD – Catalogador Virtual de Documentos**

- Descrição: sistema de catalogação de acórdãos, atas, audiências, decisões, despachos, mandados de prisão, sentenças e termos de fiança.
- Objetivo: substituir o livro de registros.
- Destinatários: usuários das varas e Turmas Recursais.
- Situação: implantado.
- Melhorias: alterações corretivas para estabilização do sistema após a implantação da nova numeração de processos; adaptação do sistema para adequação ao e-Jur; alteração nos procedimentos de banco de dados para consultar os novos campos criados nas tabelas do JEF virtual.

### **Taquigrafia**

- Descrição: sistema de envio de notas taquigráficas.

- Objetivo: auxiliar o envio de notas taquigráficas para os escaninhos dos gabinetes e turmas.
- Destinatários: Coordenadoria de Taquigrafia.
- Situação: em desenvolvimento.
- Melhorias: retomada do levantamento de requisitos e implementação dos novos módulos do Sistema de Taquigrafia, interrompida devido à implantação da numeração única;
- desenvolvimento de rotinas para cadastro de taquígrafos, procuradores, sessões de julgamento, dados da nota taquigráfica e processos relacionados a nota taquigráfica.
- Objetivo: formatar, dar tramitação e enviar os documentos que compõem as peças processuais, entre as origens (gabinetes e outros) e as processantes.
- Destinatários: gabinetes, Asret, Presidência, Vice-Presidência, Coger, Cojef e processantes.
- Situação: implantado.
- Melhorias: alterações corretivas e evolutivas para estabilização do sistema após a implantação da nova numeração de processos; adaptação do sistema para adequação ao e-Jur; reformulação da programação das macros, para facilitar a operação e o suporte ao programa; desenvolvimento do novo Sistema de Envio Eletrônico que substituirá as macros e *forms* do Juris do atual envio. O novo sistema aprimorará o procedimento de envio eletrônico dos documentos do TRF, permitindo maior controle dos documentos enviados e publicados. Possibilitará às processantes a otimização de suas tarefas, minimizando erros e acelerando os procedimentos de publicação, controle e lançamento de fases.

## Sistemas da Jurisprudência

- Descrição: inclui os programas de atualização de dados de acórdãos, súmulas, acórdãos e súmulas do JEF, decisões monocráticas, análise comparativa, arguições e programa de pesquisa textual.
- Objetivo: programas para cadastramento e análise e pesquisa textual da jurisprudência do Tribunal; através destes programas são disponibilizados documentos com pesquisa textual na intranet/internet no Tribunal.
- Destinatários: Coordenadoria de Jurisprudência.
- Situação: implantado.
- Melhorias: alterações corretivas e evolutivas para estabilização do sistema após a implantação da nova numeração de processos; adaptação do sistema para adequação ao e-Jur; reformulação do programa de atualização de acórdãos com o objetivo de otimizar e facilitar o trabalho da Cojud; criação de novos relatórios e critérios de busca; reformulação do programa de carga de decisões monocráticas; recarga de toda a base de dados das decisões monocráticas para busca textual.

## EEM – Envio Eletrônico de Matérias

- Descrição: envio eletrônico de matérias.

## JEF virtual

- Descrição: sistema de processo virtual dos Juizados Especiais Federais.
- Objetivo: protocolar/cadastrar e manter processos judiciais virtuais, proporcionando a administração e o trâmite dos processos virtuais dos JEFs e das Turmas Recursais da 1ª Região.
- Destinatários: Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais.
- Situação: implantado.
- Melhorias: implantação da numeração única; correção e aprimoramento do recebimento e tratamento às petições eletrônicas encaminhadas via e-Proc e da caixa de triagem de petições eletrônicas; implementação da juntada automática de petições eletrônicas e agravos endereçados a Processos na Turma Recursal; correção e

ajuste do relatório de inspeção para o ano de 2010; implantação de remessa processual entre JEF e Turma Recursal de localidades distintas; implementação da tipificação de documentos processuais virtuais, promovendo a integração com o CVD; ajustes na integração com o e-Cint, correção da consulta às entidades que aderiram ao e-Cint; implementação da inserção do número processual na petição inicial encaminhada via e-Proc, após distribuição do processo; correção da atribuição/reassociação de processos e varas de acervo “par/ímpar”; implantação da padronização de caixas de tramitação de varas JEFs; implementação da identificação e acessibilidade às telas do sistema; correção e aprimoramento das rotinas de redistribuição durante a criação de novas varas de JEF virtual; aprimoramento das rotinas de tramitação e movimentação processual; aprimoramento do conversor de documentos processuais antigos para o formato PDF; correção da rotina de remessa processual ao STF, com análise de resposta retornada pelo próprio STF; correção e ajuste do Relatório de Vara.

## Processual

- Descrição: sistema de registro e acompanhamento das movimentações processuais de 1º grau.
- Objetivo: permitir o gerenciamento e o controle na tramitação dos processos judiciais de 1º grau.
- Destinatários: varas federais, varas JEFs e Turmas Recursais.
- Situação: implantado.
- Melhorias: implementação da numeração única — alteração de todos os formulários, relatórios e objetos do banco de dados do sistema Processual; integração com o Sistema e-Jur — adaptação das rotinas de movimentação processual e consulta de processos; criação de rotina de visualização de peças processuais digitaliza-

das; alteração no mecanismo de replicação de informações processuais para fins de certidão e prevenção em decorrência da implantação da numeração única; desenvolvimento de nova rotina para registro do cumprimento de sentença; redistribuição de processos em decorrência da criação de varas nas SJ/AM, SJ/PA, SJ/RO, SJ/MT, SJ/PI e SJ/DF; desenvolvimento de nova rotina de emissão de etiquetas (código de barras) para fins de distribuição de processos em decorrência da implantação da numeração única; desenvolvimento de rotina de triagem de petições digitalizadas ou enviadas via e-Proc referentes a processos digitais; alteração na rotina de estorno de registro em decorrência da nova forma definida pela Corregedoria; atribuições de processos a juiz e envio de relatórios estatísticos referentes aos mutirões da Cojef realizados em Anápolis/GO, Imperatriz/MA, Juiz de Fora/MG, 2ª Vara da SJ/MG, 32ª Vara da SJ/MG, Montes Claros/MG, Passos/MG, Paulo Afonso/BA, Uberaba/MG e Castanhal/PA; desenvolvimento de rotina para envio de processos ao SCJ – Serviço de Cumprimento de Julgados das varas JEFs da SJ/MG, conforme definição da Corregedoria; adaptação do relatório de inspeção conforme nova forma de pesquisa definida pela Corregedoria; desenvolvimento de rotina e relatórios para identificação e controle dos processos digitalizados e peças enviadas ao TRF em grau de recurso, cujos processos físicos correspondentes devam ser encaminhados ao setor de arquivo; criação de relatórios para identificação de processos para fins de descarte nas SJ/MG, SJ/AP e SJ/RO; alteração na rotina de peticionamento eletrônico para disponibilização das petições anteriores a 2010 e posteriores a 2008; disponibilização de triagem de petição inicial por todas as seções e subseções; criação das novas varas federais (Parnaíba/PI, Araguaína/TO, Diamantino/MT, Paracatu/MG, Unaí/MG, Guajará-Mirim/RO, Teófilo Otoni/MG, Formosa/GO, Uruaçu/GO e Bacabal/MA); implementação do novo mecanismo de cadastro de precatórios e consequente alte-

ração dos relatórios, mecanismos de replicação e rotina de gerador automático; implementação na rotina de cadastro de processos antigos da possibilidade do cadastro de advogado; implementação de mecanismo de replicação para ser utilizado em caso de ocorrência de declínio de competência entre seções judiciárias, encaminhamento do processo JEF à Turma Recursal, em decorrência da implementação da numeração única; desenvolvimento de mecanismos para registro e recebimento, na 1ª Instância, do agravo que foi baixado no TRF, pois o agravo pode ser digital e o processo originário físico ou vice-versa; implementação da especificidade do assunto nas etiquetas de capa de processo (código de barras) em vara comum, vara JEF e Turma Recursal; desenvolvimento de rotina de atribuição a juiz, cadastro de juiz na vara federal de forma agendada e executada fora do horário de expediente da vara.

## Precatórios

- Descrição: sistema de acompanhamento e pagamento de requisições do TRF 1ª Região.
- Objetivo: permitir o gerenciamento e o controle do pagamento de RPVs e precatórios, além da prestação de contas à União.
- Destinatários: usuários do sistema da Corej (Coordenadoria de Execução Judicial), da Dipre (Divisão de Precatórios), da Diefi (Divisão de Execução Orçamentária e Financeira) e da Dicaj (Divisão de Cálculos Judiciais).
- Situação: implantado.
- Melhorias: implantação da nova rotina de cadastro e atualização de RPVs e precatórios; implantação da rotina de impressão de etiquetas com código de barra para processos de comarca; implantação da rotina que busca os servidores que cadastraram e/ou autorizaram processos de comarca; implantação da funcionalidade de busca de dados da Receita Federal apenas com o CPF na rotina de autuação de RPVs e precatórios de

comarca; implantação da rotina que busca servidores que foram responsáveis pela conferência das requisições de pagamento; otimização das rotinas de Autuação Eletrônica e Certificação de Ofícios de Depósito e Saque; implantação do módulo de carga de arquivo de PSS para uso da Diefi; criação do relatório de PSS retidos, a partir da carga de arquivos de PSS Patronal efetuada pela Diefi; unificação da funcionalidade de cálculo de atualização dos valores das requisições; implantação da rotina que efetua a divisão igualitária dos valores a serem pagos entre os bancos Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil; implantação da funcionalidade que permite a retificação de ofícios de saque e de depósito; mudança do índice de correção no cálculo dos valores; implantação da funcionalidade que imprime o ofício e a remessa das requisições em um único documento; implantada a funcionalidade para o lançamento de fase das requisições do TRF; implantação da funcionalidade de cadastro de valor a compensar dos precatórios; implantação da funcionalidade de segurança (senha) para cadastro de beneficiários que já possuam requisições em seu nome; criação de rotina unificada para exibição de toda a documentação eletrônica existente no sistema referente a processo de requisição de pagamento.

## Sistema de Relatórios Estatísticos da Turma Recursal

- Descrição: conjunto de relatórios destinados à gestão de acervos/distribuição/tramitação de processos nas Turmas Recursais.
- Objetivo: fornecer à Cojef informações de dados estatísticos das Turmas Recursais, visando à criação de cargos para as Turmas Recursais, de acordo com a distribuição e tramitação.
- Destinatários: Cojef e Turmas Recursais.
- Situação: implantado.

## Sistema de Relatórios Estatísticos – Transparência em Números

- Descrição: sistema desenvolvido para divulgar, na rede mundial de computadores, os dados estatísticos dos órgãos judiciários de 1º e 2º graus, conforme Resolução CJF 57/2009 e Provimento da Corregedoria Regional do CJF 02/2009.
- Objetivo: uniformizar, no âmbito dos Tribunais Regionais Federais, a publicação de dados estatísticos na internet, no que diz respeito à quantidade de processo sob sua responsabilidade, bem como em relação à produtividade de seus órgãos integrantes, ao mesmo tempo em que garante o cumprimento ao disposto no artigo 37 da Lei Orgânica da Magistratura.
- Destinatários: sistema desenvolvido em ambiente *web*, com acesso possível a qualquer pessoa conectada à rede mundial de computadores.
- Situação: implantado.

## Relatórios de acervo e Meta 2

- Descrição: conjunto de relatórios destinados à gestão de acervos nos gabinetes do Tribunal.
- Objetivo: fornecer aos gabinetes da Corte ferramentas de gestão desenvolvidas para auxiliar a busca no banco de dados de informações úteis à gestão de acervos e Meta 2.
- Destinatários: gestores dos acervos processuais.
- Situação: implantado.

## Relatórios de acervo e Meta 2 – Varas Federais

- Descrição: conjunto de relatórios destinados à gestão de acervos nas varas federais.
- Objetivo: fornecer às varas auxílio e busca no banco de dados de informações úteis à gestão de acervos e de Meta 2.
- Destinatários: gestores dos acervos processuais.

- Situação: implantado.

## Construção do sistema de *business intelligence* do TRF

- Descrição: sistema de emissão de relatórios baseado em replicação de dados e mediante ferramenta própria para gerar relatórios.
- Objetivo: fornecer à Administração ferramenta de gestão baseada em relatórios flexíveis e de baixo tempo de processamento.
- Destinatários: Presidência, Diretoria-Geral, Coordenação dos Juizados, gabinetes e Diest.
- Situação: sistema homologado. Encontra-se na fase de ajuste de *performance*.

## Relatórios estatísticos de apoio ao processo de promoção de magistrados

- Descrição: conjunto de relatórios necessários ao processo de promoção de magistrados por merecimento.
- Objetivo: viabilizar a análise prevista na Resolução Presi 600-017.
- Destinatários: Corregedoria Regional.
- Situação: implantado.



---

# SECBE

Secretaria de Bem-Estar Social

---

A Secretaria de Bem-Estar Social coordena o Programa de Assistência aos Magistrados e Servidores do TRF 1ª Região – Pro-Social e promove, por meio de suas unidades, a gestão administrativa e financeira do sistema de serviços de assistência, direta e indireta, à saúde.

## Projetos

### Superação no atendimento social

#### Objetivo

Implantar as atividades de apoio social inerentes ao setor de serviço social, a fim de preservar a saúde física e mental dos magistrados e servidores.

#### Situação

- Projeto Superação – acompanhamento hospitalar/domiciliar: 91% das pessoas internadas foram atendidas no período de 18 de março a 31 de dezembro.
- Projeto Superação – situação de vulnerabilidade: em fase de estudo e implantação. O projeto tem como objetivo prestar atendimento social aos servidores e respectivos familiares em situação de vulnerabilidade social e/ou apresentando sinais de abuso ou dependência química.

### Programas de prevenção e promoção à saúde

#### Objetivo

Implementar ações de apoio aos diversos programas de prevenção e promoção à saúde desenvolvidos pelo serviço de saúde do TRF, com a finalidade de preservar a saúde física e mental de magistrados e servidores.

#### Situação

Foram realizados 14 eventos.

### Doe sangue, doe vida – Banco de doadores de sangue do TRF 1ª Região

#### Objetivo

Estimular a doação de sangue como ação de responsabilidade social, criando e mantendo cadastro

de doadores formado por magistrados, servidores, estagiários e prestadores de serviço do TRF, a fim de auxiliar no suprimento dos bancos de sangue do Distrito Federal, por meio do encaminhamento periódico de doadores.

#### Situação

Estão cadastrados 185 doadores e foram realizadas 107 doações de sangue.

### Parar de fumar é possível

#### Objetivo

Prestar atenção integral à saúde dos magistrados, servidores, familiares, terceirizados e estagiários usuários de tabaco por meio de orientação e tratamento especializado, informando-os sobre os malefícios causados pelo tabagismo ativo e passivo.

#### Situação

Foram realizados atendimentos individuais e em grupo e campanhas preventivas, passando os candidatos a ex-fumantes por entrevista e avaliação médica, para se avaliar o grau de dependência da nicotina.

### Programa de prevenção e controle de riscos cardiovasculares – hipertensão arterial e diabetes

#### Objetivo

Disponibilizar ações educativas para magistrados, servidores e seus familiares, bem como para terceirizados e estagiários com enfoque no autocuidado.

#### Situação

Foram realizadas diversas ações, entre elas:

- XI Semana do Coração, realizada no período de 14 a 24 de setembro, evento voltado para a educação em saúde;
- palestra com o educador físico do TST, Luis Guilherme, sobre o tema “A importância da atividade física no controle da pressão arterial e das taxas de glicemia e colesterol”;

- Projeto arrastão: visitas feitas pela equipe de enfermagem aos setores do TRF para aferir a pressão arterial de magistrados, servidores, estagiários e terceirizados, com o objetivo de promover melhor acompanhamento dos casos de hipertensão. Foi aferida a pressão arterial de 1.263 pessoas.

## Programa de segurança e saúde ocupacional

### Objetivo

Identificar, controlar e minimizar os riscos ocupacionais.

### Situação

Criação e gerenciamento do Comitê Técnico de Saúde Ocupacional para melhoria da qualidade da atenção à saúde do trabalhador e para a prevenção de doenças ocupacionais (Portaria/Presi/Cenag 367 de 16/09/2010).

## Manual do beneficiário

### Objetivo

Desenvolver um manual com as informações necessárias aos beneficiários do Pro-Social.

### Situação

O guia de orientação aos beneficiários do Pro-Social está em elaboração e será lançado na página da Secbe na intranet/internet.

## Excelência no atendimento

### Objetivo

Revisar os processos internos de trabalho.

### Situação

Foram implantadas as seguintes melhorias:

- aperfeiçoamento do processo de recebimento de faturas para pagamento, com a centralização da entrega em um único período: até o 5º dia útil de cada mês. A medida viabilizou a redução de material de consumo, melhorou a autuação e análise dos processos (hoje 1 processo compor-
- ta até 15 faturas), além de tornar possível o pagamento das faturas no mesmo mês da entrega;
- sistema informatizado para o Pro-Social. O sistema já se encontra em fase final de implantação no TRF e na SJ/DF;
- em andamento a digitalização das pastas dos beneficiários e prontuários médicos e odontológicos, iniciada em fevereiro de 2010, no Serviço Médico do TRF e da SJ/DF.

## Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal – Sigjus

### Objetivo

Participar, com o CJF, com as seções judiciárias e com os demais TRFs, da uniformização de procedimentos administrativos e implementação da gestão de qualidade, com base no conhecimento da gestão por processos.

### Situação

Elaborada e aprovada a lista prévia dos processos de trabalho da área de saúde e realizado o mapeamento e a consolidação desses processos, além da revisão dos já mapeados.

## Informativo Pro-Social

### Objetivo

Disponibilizar informações sobre o Pro-Social referentes às áreas médica, odontológica, administrativa e financeira.

### Situação

Foram publicados:

- Informativo Pro-Social 1 – Tratamento fora do domicílio – TFD, em setembro;
- Informativo Pro-Social 2 – Órteses, próteses e materiais especiais (OPMES), em outubro;
- Informativo Pro-Social 3 – Assistência por livre escolha, reembolso, em novembro;
- Informativo Pro-Social 4 – Exame periódico de saúde, em dezembro.

## Auditoria médica

### Objetivo

Prestar serviços de auditoria médico-hospitalar, interna e externamente ao Pro-Social, no âmbito do Tribunal e seccionais do DF, MG, GO e BA, e assessoramento técnico ao diretor da Secbe.

### Situação

Contratada a empresa Consultoria e Auditoria e Gestão em Saúde Ltda. – Audicare para a prestação de serviços de assessoramento técnico, auditorias médico-hospitalares e correlatos. O objetivo é manter o estreito controle de internações, a redução de custos sem perda de qualidade, a transparência na gestão e a celeridade dos pagamentos aos credenciados.

As auditorias realizadas resultaram na economia de R\$ 1.287.871,62, relativa a glosas de faturas, conforme demonstrado no quadro seguinte.

**Quadro 157**  
**Demonstrativo dos resultados das auditorias realizadas**

Tipo de auditoria	Valores cobrados	Valores pagos	Valores glosados	Economia (%)
Ambulatorial	13.422.033,62	12.502.889,60	919.144,02	6,84
Hospitalar	6.900.733,07	6.532.005,47	368.727,60	5,34
<b>Total</b>	<b>20.322.766,69</b>	<b>19.034.895,07</b>	<b>1.287.871,62</b>	<b>6,34</b>

## Assistência direta à saúde

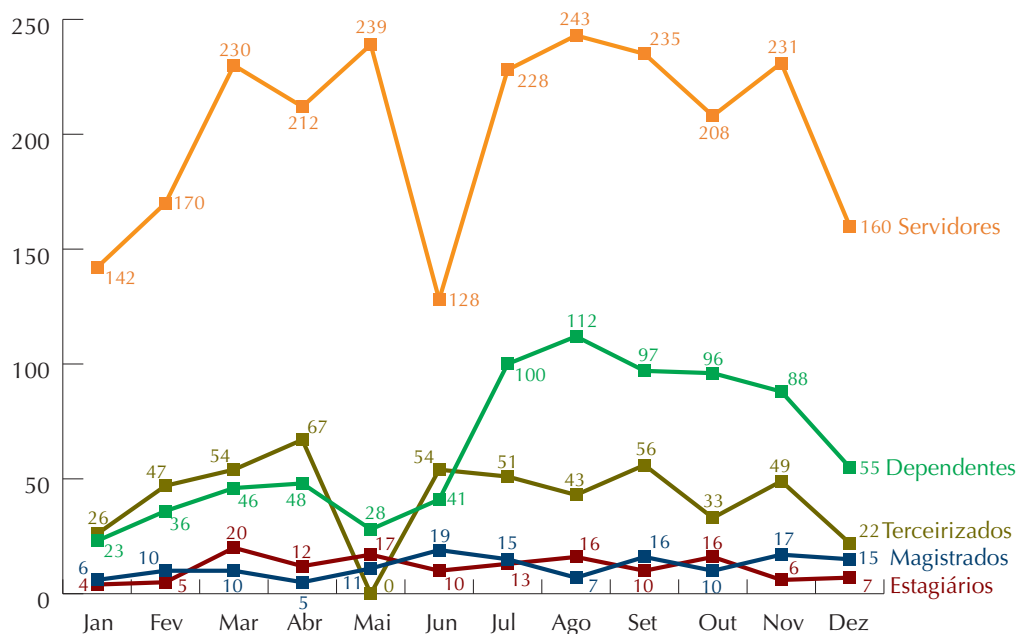
Entre as atividades da Secretaria está a prestação de assistência médica, odontológica, psicológica, social e de enfermagem, realizada, nas dependências do Tribunal e das seccionais, em todos os servidores (ativos e inativos), magistrados e pensionistas pertencentes ao quadro de pessoal da 1ª Região, independentemente de inscrição no Pro-Social.

### Serviço Médico

**Quadro 158**  
**Atendimentos do Serviço Médico**

Tipo de atendimento	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Consultas/ atendimentos	190	232	339	314	263	216	245	497	256	201	204	143	3.100
Autorizações de atendimento					19	30	140	165	125	135	153	97	864
Outros atendimentos	11	36	21	30	13	6	22	34	33	27	34	19	286
<b>Total</b>	<b>201</b>	<b>268</b>	<b>360</b>	<b>344</b>	<b>295</b>	<b>252</b>	<b>407</b>	<b>696</b>	<b>414</b>	<b>363</b>	<b>391</b>	<b>259</b>	<b>4.250</b>

**Gráfico 29**  
**Usuários do Serviço Médico**



**Enfermagem**

**Quadro 159**  
**Atendimentos da Seção de Enfermagem**

Procedimentos	Total
Consulta de enfermagem	1.478
Curativo	156
Eletrocardiograma – ECG	106
Exame admissional	28
Frequência cardíaca	45
Glicemia	97
Internação	176
Limpeza/desinfecção/preparo	350
Medicação	626
Nebulização	30
Pressão arterial	886
Receitas médicas administradas pela enfermagem	1.241
Outros	242

**Odontologia**

**Quadro 160**  
**Atendimentos do Serviço Odontológico**

Atendimento	Total
Análise de radiografia	99
Perícia final	3.819
Perícia inicial	962
Prevenção em adolescente	268
Prevenção em adulto	528
Prevenção em criança	92
Prodentinho	513
Pro-sorriso	3
1ª infância	36
Consulta	397
Tratamento	136
Urgência	331
<b>Total</b>	<b>7.184</b>

**Quadro 161**  
**Usuários do Serviço Odontológico**

Magistrados	122
Servidores	2.613
Dependentes	3.215
Estagiários	21
Terceirizados	58

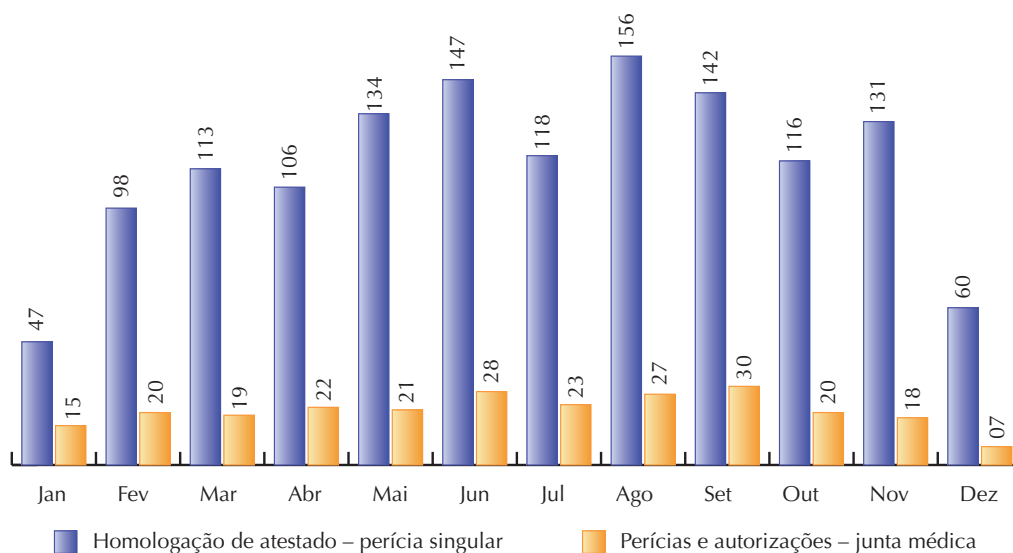
## Psicologia

**Quadro 162**  
**Atendimento psicológico**

Atividade	Total
Memorandos/ofícios	108
Reuniões	97
Pesquisas/elaboração de trabalhos	5
Visitas a instituições	22
Acompanhamentos ao paciente	63
Internações	60
Atendimentos psicoterápicos internos	494
Autorizações psicológicas	612
Autorizações psiquiátricas	8
Autorizações fonoaudiológicas	94
Autorizações de terapias ocupacionais	1
Contato telefônico com paciente	158
Marcação de consultas	510
Análise de processos	28
Discussão de casos	126

## Perícias e homologação de atestados

**Gráfico 30**  
**Perícias e homologação de atestados**



## Campanha de vacinação contra a gripe

O TRF 1ª Região vem promovendo campanha de vacinação contra a gripe desde 1999 para os desembargadores federais e servidores, realizando, em 2010, a XI Campanha, no período de 26 a 29 de abril, no *hall* do Plenário, pela equipe da Imunolife.

A vacina comprada foi a trivalente, com a inclusão do vírus H1N1.

O TRF 1ª Região, por meio do serviço de saúde, comprou 959 doses de vacina, que foram administradas nos desembargadores federais, servidores e algumas doses excedentes em terceirizados.

## Programa de exames periódicos

Instrumento fundamental para o conhecimento do perfil epidemiológico do quadro de pessoal, o programa concluiu, em 2010, 374 exames. O objetivo é orientar a política de saúde do Tribunal e das seções judiciárias. Os resultados colhidos pelo Programa, instituído em 2007, têm colaborado para a melhoria da saúde e da qualidade de vida do corpo funcional, como também da qualidade das condições de trabalho, com a consequente diminuição de doenças ocupacionais na 1ª Região.

## Orientação nutricional

A equipe de nutrição do Tribunal ofereceu orientação sobre a pirâmide alimentar, rótulos de alimentos e alimentos que favorecem a saúde do coração no dia 24 de setembro, das 11 às 15h, no restaurante do TRF, e distribuiu material educativo.

O setor de nutrição promoveu:

- atendimento ambulatorial – 300 pacientes;
- acompanhamento e supervisão dos serviços prestados no restaurante;
- acompanhamento e supervisão dos serviços de alimentação do Berçário, elaborando cardápios semanais;

- treinamento e reciclagem das cozinheiras do Berçário;
- acompanhamento da evolução alimentar e nutricional dos lactentes do Berçário após introdução de alimentação complementar;
- participação no Programa de Acompanhamento à Gestante por meio de palestras sobre alimentação adequada para gestantes, nutrizas e lactentes;
- participação no Programa de Prevenção de Doenças Cardiovasculares.

## Berçário

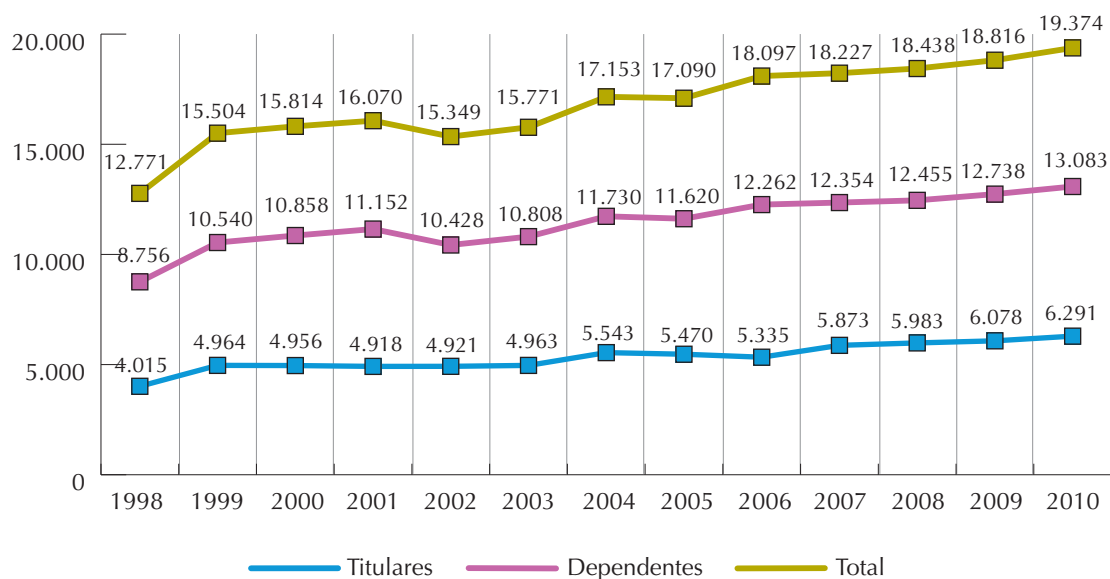
### Atividades desenvolvidas

- atendimento a 22 bebês, sendo 12 do TRF e 10 da SJ/DF;
- atendimento odontológico para os bebês, com orientação às mães;
- realização de 40 entrevistas técnicas (nutricionista, psicóloga, enfermeira e encarregada do setor);
- realização de 11 encontros para a capacitação das cuidadoras, com orientação da psicóloga do Tribunal;
- realização de festas de confraternização com a família: Carnaval, Páscoa, Dia das Mães, Festa Junina e Dia dos Pais;
- confecção de 18 álbuns para entrega às mães na ocasião do desligamento do bebê do berçário.

## Assistência indireta à saúde

Os titulares e dependentes beneficiários do Pro-Social são atendidos por uma rede de credenciados com mais de 52 especialidades oferecidas por profissionais ou instituições de saúde que prestam assistência médico-hospitalar, ambulatorial e domiciliar; assistência odontológica; assistência social e outros programas e auxílios condicionados à existência de recursos.

**Gráfico 31**  
Evolução do quantitativo de beneficiários do Pro-Social



**Quadro 163**  
Beneficiários do Pro-Social

	TRF	AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MT	MG	PA	PI	RO	RR	TO	Subtotal
<b>Ativos</b>																
Titulares	998	102	169	81	689	637	461	247	236	1146	246	183	149	76	107	5.527
Dependentes	2.238	268	406	231	1.350	1.348	927	678	537	2.480	590	524	370	189	248	12.384
<b>Inativos</b>																
Titulares	80	16	17	13	51	123	49	34	24	114	28	21	11	12	9	602
Dependentes	87	24	13	18	51	133	65	41	33	142	27	21	10	15	19	699
<b>Pensionistas</b>																
Titulares	22	5	7	3	12	29	17	13	10	18	17	7	1	1	0	162
<b>Subtotal</b>																
Titulares	1.100	123	193	97	752	789	527	294	270	1.278	291	211	161	89	116	6.291
Dependentes	2.325	292	419	249	1.401	1.481	992	719	570	2.622	617	545	380	205	267	13.083
<b>Total geral</b>	<b>3.425</b>	<b>415</b>	<b>612</b>	<b>346</b>	<b>2.153</b>	<b>2.270</b>	<b>1.519</b>	<b>1.013</b>	<b>840</b>	<b>3.900</b>	<b>908</b>	<b>756</b>	<b>541</b>	<b>293</b>	<b>383</b>	<b>19.374</b>



**Quadro 164**  
**Demonstrativo de credenciamentos**

Novos credenciados	30
Propostas analisadas	79
Termos aditivos	23
Propostas de reajuste analisadas	55
Credenciados na área médica	20
Credenciados na área odontológica	1
Credenciados na área de saúde mental	9
Solicitações, via memorando, de visitas técnicas a clínicas e hospitais em processo de credenciamento	79

## Gestão financeira dos recursos do Pro-Social

**Quadro 165**  
**Análise comparativa – receita e despesa do Pro-Social em 2009 e 2010**

Discriminação	2009	2010	Varição
Receita total	65.716.129,98	68.059.359,93	4%
União	24.777.896,03	26.916.632,00	9%
Recursos próprios	40.938.233,95	41.142.727,93	0%
Despesa total	57.447.789,75	63.230.159,05	10%
União	24.015.236,09	26.179.151,62	9%
Recursos próprios	33.432.553,66	37.051.007,43	11%
<b>Receita média per capita</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>Varição</b>
Por titular/ano	10.812,13	10.823,69	0%
Por titular/mês	901,01	901,97	0%
Por beneficiário/ano	3.492,57	3.518,92	1%
Por beneficiário/mês	291,05	293,24	1%
<b>Despesa média per capita</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>Varição</b>
Por titular/ano	9.451,76	10.055,69	6%
Por titular/mês	787,65	837,97	6%
Por beneficiário/ano	3.053,14	3.269,23	7%
Por beneficiário/mês	254,43	272,44	7%
<b>Reserva total</b>	<b>77.124.708,34</b>	<b>81.216.428,84</b>	

**Quadro 166**  
**Aplicação dos recursos do Pro-Social (por benefícios)**

Benefícios	Valor	
	Total	%
<b>I – Despesas da área social</b>		
1 – Pro-Bem	553.567,95	36,08
2 – Auxílio-material escolar	980.850,00	63,92
<b>Subtotal</b>	<b>1.534.417,95</b>	<b>100,00</b>
<b>II – Despesas médicas</b>		
1 – Consultas	5.846.191,75	13,00
2 – Exames laboratoriais	4.513.609,77	10,04
3 – Exames radiológicos	4.605.737,69	10,24
4 – Exames cardiológicos	1.573.188,18	3,50
5 – Quimioterapia	2.246.931,42	5,00
6 – Internações clínicas e cirúrgicas	16.767.503,22	37,28
7 – Medicina física e reabilitação	1.389.414,80	3,09
8 – Psicologia	2.429.113,13	5,40
9 – Fonoaudiologia	544.807,34	1,21
10 – Outros exames e procedimentos médicos	5.056.707,69	11,24
<b>Subtotal</b>	<b>44.973.204,99</b>	<b>100,00</b>
<b>III – Despesas odontológicas</b>		
1 – Consulta odontológica	782.523,94	8,58
2 – Dentisteria	1.745.953,44	19,14
3 – Odontopediatria	237.249,26	2,60
4 – Prótese dentária	3.200.625,64	35,09
5 – Cirurgia	216.956,19	2,38
6 – Periodontia	690.074,74	7,57
7 – Radiologia	843.416,00	9,25
8 – Endodontia	600.165,65	6,58
9 – Prevenção	711.244,02	7,80
10 – Outras	93.077,48	1,02
<b>Subtotal</b>	<b>9.121.286,36</b>	<b>100,00</b>
<b>IV – Despesas da área administrativa</b>		
1 – Locação de mão de obra médica e odontológica	5.498.544,58	72,34
2 – Seguro de vida	339.131,80	4,46
3 – Passagens e hospedagens (TFD)	31.425,08	0,41
4 – Outras despesas	1.732.148,29	22,79
<b>Subtotal</b>	<b>7.601.249,75</b>	<b>100,00</b>
<b>Total geral</b>	<b>63.230.159,05</b>	

**Quadro 167****Composição dos recursos próprios do Pro-Social**

Receitas	Total
Saldo em 31/12/2009	77.124.708,34
Contribuição social	30.533.379,01
Participação	1.736.716,79
Cota do associado	130.031,91
Consolidado	258.833,26
Custeios diversos	1.409.280,97
Outros	325.873,84
Rendimentos	6.748.612,15
Total	41.142.727,93
Saldo em 31/12/2010	81.216.428,84

Fonte: Divaf

### Decisões do Conselho Deliberativo do Pro-Social

Entre as atividades desenvolvidas pelo Conselho Deliberativo do Pro-Social, destacam-se a alteração do Regimento Interno do Conselho Deliberativo (Resolução/Presi/Secbe 26, de 25/11/2010) e a regulamentação do Tratamento Fora do Domicílio – TFD (Portaria/Presi/Secbe 475 de 25/11/2010).

Foram proferidas ainda as seguintes decisões nos processos administrativos:

- 8.690-2007-TRF1 – não reconhecimento do recurso quanto à revisão de custeios, devido à intempestividade;
- 10.210/2007-TRF1 – aprovação de proposta em que os termos de credenciamento passam a vigorar sem definição de data de vigência;
- 4.048/2008-TRF1 – aprovação dos novos modelos da carteira do Pro-Social e realização das despesas vinculadas;
- 8.843/2008-TRF1 – aprovação do reajuste proposto nas tabelas do Pro-Social, devendo os próximos reajustes nas tabelas LPM e LPO ser previamente aprovados pelo Conselho Deliberativo do Pro-Social;
- 9.953/2008 – TRF1 – prorrogação, por dois anos, do tratamento multidisciplinar em favor dos beneficiários autistas;
- 10.728/2008-TRF1 – não renovação do contrato de fornecimento de mão de obra especializada na área de saúde com a empresa Nova Planalto, aproveitamento da licitação promovida pela Seção Judiciária do Distrito Federal, com o mesmo objeto, para a contratação de nova empresa e deliberação de instauração de procedimento administrativo para apurar as eventuais irregularidades apontadas no cumprimento do contrato pela empresa Nova Planalto;
- 2.856/2009-TRF1 – deferimento parcial do reembolso solicitado, referente às diárias de hotel, e padronização do valor de cobertura da hospedagem por dia, no limite do valor definido na tabela de taxas e diárias do TRF 1ª Região, tipo C, apartamento B, R\$ 149,76;
- 5.707/2009-TRF1 – indeferimento do pedido de tratamento fora do domicílio – TFD para atendimento pela Unimed na cidade de Florianópolis, deferindo-se, todavia, o TFD para a cidade de Manaus, mais próxima do domicílio do paciente;
- 6.635/2009-TRF1 – acolhimento da prestação das contas relativas ao planejamento estratégico, no que se refere à confecção de *kit* para cada beneficiário titular, contendo um livro sobre a comemoração dos 20 anos do Pro-Social, um guia rápido, um DVD com os trabalhos que foram realizados na “Semana da Saúde” e a nova carteirinha do Pro-Social;
- 7.056/2009-TRF1 – deferimento da TFD para a realização dos atendimentos médico-cirúrgico-hospitalares na rede credenciada do Programa, ficando os honorários médicos de parte da equi-

- pe sob a inteira responsabilidade da beneficiária, cabendo posteriormente o reembolso limitado aos valores constantes das tabelas adotadas pelo Programa;
- 524/2010-TRF1 – reembolso excepcional do atendimento, em caráter particular, quando da crise dos convênios de pediatria;
  - 797/2010-TRF1 – reajuste do auxílio-material escolar para o ano de 2010, que passou para o valor de R\$ 400,00);
  - 1.064/2010-TRF1 – cobertura do tratamento particular solicitado, na cidade de Santarém/PA, por não haver tal especialidade na rede credenciada local, sendo mais vantajoso para o Programa tal procedimento do que a cobertura do Tratamento Fora do Domicílio;
  - 1.270/2010-TRF1 – conversão do julgamento em diligência, para que a Secbe verifique os custos da cirurgia no hospital solicitado pela interessada, o qual não é credenciado ao Programa;
  - 1.270/2010-TRF1 – indeferimento do pedido de autorização para a realização de cirurgia fora da rede credenciada;
  - 1.722/2010-TRF1 – provimento ao recurso, para que seja permitido ao servidor beneficiário titular do Pro-Social, em licença para trato de interesse particular, optar por continuar inscrito no Programa, desde que efetue contribuição mensal e demais despesas sobre as quais incidirão o custeio;
  - 1.865/2010-TRF1 – indeferimento do pedido de pagamento à empresa Pro Wellness, referente à corrida Fila Night Run, realizada em 24 de abril.
  - 2.264/2010-TRF1 – indeferimento da cobertura solicitada quanto aos valores despendidos com o tratamento médico-hospitalar de pai de servidora não inscrito no Pro-Social;
  - 2.289/2010-TRF1 – deferimento da cobertura de 10 sessões de drenagem linfática pós cirurgia de ginecomastia, devendo ser realizadas por fisioterapeuta. A cobertura por sessão limita-se ao valor estipulado para o código 25.07.007-0;
  - 2.699/2010-TRF1 – indeferimento da redução do percentual de custeio referente à OPME, deferindo-se o início da cobrança para o mês de setembro de 2010;
  - 3.362/2010-TRF1 – provimento ao recurso, deferindo-se a manutenção de dependente maior de 21 anos, estudante e solteira, até o término do tratamento de saúde, quando deverá apresentar o comprovante dos estudos;
  - 3.753/2010-TRF1 – contratação da Empresa de Consultoria, Auditoria e Gestão de Saúde – Audicare, recomendando-se que tais contratos sejam assinados também pelo diretor-geral;
  - 3.901/2010-TRF1 – indeferimento, em recurso, da inscrição no Pro-Social de pensionista, pai de servidor falecido;
  - 4.475/2010-TRF1 – indeferimento, em recurso, da inscrição no Pro-Social de pensionista genitora de servidor falecido;
  - 4.669/2010 – aprovação da auditoria especial realizada pela Secretaria de Controle Interno, no âmbito da Secbe, em relação aos processos administrativos deste Tribunal 6.635/2009, 8.034/2009, 7.765/2009, 1.282/2010, 1.865/2010, 7.166/2009 e 1.683/2010, determinando-se a remessa do resultado à Presidência do Tribunal;
  - 6.902/2010-TRF1 – inscrição no Pro-Social de servidor aposentado, com o voto de minerva do presidente, restrita a autorização rigorosamente ao caso em discussão;
  - 7.294/2010-TRF1 – afastamento da proposta de fixação de critérios de escolha de dirigentes do Pro-Social, sem prejuízo de melhores estudos;

## Alteração do Regulamento Geral do Pro-Social

Elaborada nova proposta para revisão do Regulamento Geral do Pro-Social, conforme estabelecido na Portaria/Presi 600-366 de 26/07/2006 e aprovada pelo Conselho Deliberativo do Pro-Social em sessão realizada no dia 15 de dezembro. O próximo passo será o encaminhamento à Corte Especial do Tribunal, para, sendo aprovada, entrar em vigor.

### Outras atividades desenvolvidas

- elaboração de diagnóstico dos gastos realizados com recursos próprios do Pro-Social, que levou à realização de auditoria especial pela Secoi (Auditoria Especial 16/2010 e PA 4.699/2010-TRF);
- realização de licitação para contratação de mão de obra especializada na área de saúde, para sanar irregularidades de contrato anterior;
- elaboração de proposta de atualização da IN-18-07 – Assistência à Saúde;
- estudo e elaboração de norma para a Junta Médica Oficial do TRF 1ª Região;
- assinatura de novo contrato com a empresa Sabinbiotec, em 1º/07/2010, para proporcionar a continuidade das análises e monitoramento microbiológicos e físico-químicos dos alimentos servidos no restaurante, no ar e na água dos galões;
- elaboração de proposta de regulamentação da concessão de medicamentos em ambiente ambulatorial;
- formalização de proposta à Secad para o aumento do espaço da cozinha do restaurante em torno de 50m<sup>2</sup>, em razão da demanda técnica por melhoria da estrutura física do local. Isso contribuirá para a organização do ambiente destinado ao preparo/manuseio dos alimentos;
- estabelecimento de parceria com a SJ/DF para proporcionar atendimento médico aos servidores e beneficiários do Pro-Social no edifício Cabo Frio;
- confecção e distribuição das novas carteiras do Pro-Social;
- implantação das guias no padrão TISS e seu envio eletrônico, possibilitando o pagamento das despesas das seccionais por meio de fatura avulsa;
- proposta de regulamentação de procedimentos de homologação de atestados médicos e de concessão para tratamento da própria saúde e de pessoa da família;
- alteração, por meio da Portaria/Presi/Secbe 398 de 15/10/2010, da norma relativa aos exames periódicos, visando à adequação às alterações da Lei 8.112/1990, ampliação e padronização do serviço na 1ª Região e necessidade de criação de banco de dados consistente para levantamento de informações que possibilitem o planejamento e a execução de ações e programas voltados à promoção da saúde;
- elaboração de proposta de regulamentação do Exame Preventivo de Saúde (EprevS) com foco na prevenção da saúde, na identificação dos fatores de risco, monitoramento das condições de saúde e alimentação de banco de dados para identificar o estado de saúde dos beneficiários do Pro-Social.